

INTRODUÇÃO

Passados 125 anos da abolição da Escravatura, os afrodescendentes ainda reivindicam medidas compensatórias na área educacional capazes de eliminar os efeitos persistentes das “barreiras” impostas no passado, afim de equiparar as oportunidades de desenvolvimento, que deveriam ser oferecidas a todos.

O Estado do Amapá é um dos Estados mais novos do Brasil, nasceu junto com a reformulação da Constituição de 1988 e segundo os dados do Instituto de Geografia e Estatística, possui 76,6% de sua composição étnica auto definida como preto e pardo (Negro)¹.

A cultura afrodescendente está enraizada na sociedade amapaense. Dessa forma, percebe-se que existem movimentos positivos para que a Lei 10.639/03 seja realmente aplicada, a exemplo da Secretaria de Estado da Educação do Amapá - SEED, que reformulou a Matriz Curricular do Estado do Amapá, procurando se adequar as legislações que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e, para dar suporte metodológico às escolas. Deste modo, foi criado o Núcleo de Educação Étnico Racial (NEER) com o objetivo de promover a educação para as relações étnico-raciais dentro das escolas, através da implementação das Lei 10.639/03 e 11.645/08.

Não houve demora na mobilização de algumas das escolas estaduais a responderem positivamente a esta nova demanda, construindo projetos que buscavam desenvolver uma educação para as relações étnico-raciais. Já no ano de 2005, havia de 03 a 05 escolas estaduais que executavam projetos relacionados a cultura negra, ainda que de forma pontualmente nos meses de maio e novembro.

Observa-se que mesmo antes da Lei 10.639/03, no Amapá, já havia manifestações culturais afrobrasileiras dentro das escolas, porém de forma ilustrativa, folclórica, sem o caráter histórico e cultural, contextualizada com uma realidade viva no cotidiano brasileiro. Nessa ótica, a referida Lei e suas correlatas, vieram consolidar uma reparação histórica das manifestações culturais dos afrodescendentes, sejam consideradas importantes fontes de pesquisas historiográficas, como também, uma arma poderosa no combate ao racismo e ao preconceito existentes em nossa sociedade.

Contudo, com a criação do Núcleo de Educação Étnico-Racial - NEER, no ano de 2008. Iniciou-se um trabalho incluindo formação continuada, aperfeiçoamento e sensibilização dos profissionais da educação, com metodologias inovadoras e, apoiadas em um vasto acervo bibliográfico, concomitante às legislações criadas para legitimar as Ações Afirmativas para a Comunidade Negra Brasileira. Esse universo se ampliou para quase 100 escolas da Rede Estadual, nos anos posteriores à criação do NEER, demonstrando a importância de uma gerência específica ocupada na mobilização, monitoramento e conscientização das escolas e dos profissionais quanto á educação para as relações étnico-raciais.

1 Fonte IBGE

Entretanto, uma das maiores conquistas da educação no Estado do Amapá concernente à implementação da Lei 10.639/03 foi a formação de 100 profissionais da educação, em nível de especialização, no Ensino da História Africana e da Cultura Afrobrasileira.

Neste caso, o Governo do Estado do Amapá, a Secretaria de Estado da Educação - SEED, a Coordenadoria de Recursos Humanos - CRH, a Coordenadoria de Educação Específica – CEESP, e sobremaneira, o Núcleo de Educação Étnico Racial - NEER, em parceria com a Faculdade Atual, que comprovadamente, tem em um de seus baluartes a educação inclusiva, promoveu o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em HISTÓRIA DA ÁFRICA e CULTURA DA ÁFRICA E AFROBRASILEIRA de forma a capacitar os professores estaduais que atuam na Educação, sobretudo em unidades escolares situadas em áreas quilombolas, mediante a assinatura do Contrato Nº 001/2011 – UDE/CRH. O Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado de acordo com o Artigo 5º da Resolução Nº 1, de 8 de junho de 2007.

Desde que a Lei 10.639/03 foi criada, a cada ano as escolas do Amapá procuram se adequar para implementá-la, sempre procurando informações e metodologias viáveis, construtivas e criativas para a sua efetivação.

Sabemos que há um longo caminho no processo de construção da mudança de rumos, de uma educação tradicional para uma educação das relações étnico-raciais que valorize as diferenças, reconheça a importância cultural e dialogue com as problemáticas resultantes de uma sociedade desigual. É inegável o avanço de Políticas Públicas desenvolvidos para os Afrodescendentes, nas diversas áreas, bem como, não se pode deixar reconhecer os avanços legislativos conquistados nos últimos anos.

O presente Caderno de projetos é um esforço nesse sentido, pois concilia formação continuada dos profissionais da educação e a elaboração de propostas pedagógicas contextualizadas com a realidade brasileira e amapaense, busca demonstrar alternativas para uma educação para as relações étnico-raciais integradas a um fazer pedagógico inovador.

Divididos em três capítulos, temos uma organização que vai deste a estruturação dos pressupostos teóricos, onde se delimita a importância de se revisitar a história africana, reafirmá-la e contextualizá-la, passando por relatos de experiências de projetos ativos no contexto de uma educação inovadora e finalizando com propostas das mais variadas, privilegiando um olhar diversificado sobre uma realidade multicultural como a amapaense.

Já no primeiro capítulo, Henrique Cunha Jr. com seu artigo “os sentidos da história da África na História do Brasil”, ressalta a importância de se (re) visitar a história de um continente, que há muito foi plasmado na historiografia brasileira pelas suas mazelas, incentivando um novo olhar para este continente e para seus povos, buscando reforçar os laços culturais da própria brasilidade.

Em seguida, Silvaney Rubens Alves de Souza, em seu artigo “História, Memória e identidade na educação para as relações étnico-raciais no Estado do Amapá”, apresenta uma discussão sobre a importância do currículo no processo de efetivação de uma educação inovadora, onde saberes, conhecimentos e significados, são importantes ferramentas no processo de construção da identidade dos afrodescendentes. Finalizando este primeiro capítulo, Piedade videira em “A educação no quilombo do Cria-ú em Macapá: a tessitura de um caminho para a implementação da lei 10.639/03”, nos apresenta uma trajetória de sucesso no processo da educação para as relações étnico-raciais no quilombo do Curiaú.

No Segundo capítulo, temos três importantes relatos de experiências de escolas estaduais que há muito desenvolvem projetos com base na implementação da lei 10.639/03. “As Manifestações Étnico-Raciais Amapaenses”, que faz parte do Projeto Identidade Cultural, que está na 6ª edição, da escola Estadual David Miranda, seguida da Escola Estadual Aracy Miranda de Mont'alverne no desafio da implementação da lei 10.639/03, finalizando com “vivenciando a lei, modificando a história, Curiaú mostra a tua cara”, da Escola Estadual José Bonifácio, localizada no quilombo da Curiaú.

Na terceira e última parte deste “caderno de projetos”, apresentam-se vinte e quatro propostas e projetos pedagógicos construídos pelos profissionais da educação, do quadro efetivo do Estado do Amapá, no processo de formação continuada latu senso em História da África e Cultura Afrobrasileira, realizada o ano de 2011, na Faculdade Atual. Estes atendem uma demanda, antiga dos profissionais da educação, que buscavam referenciais numa educação para as relações étnico-raciais, mas emperravam na falta de “materiais pedagógicos” e/ou de propostas inovadoras, contextualizadas com a realidade amapaense.

Neste sentido, os projetos apresentados neste “caderno”, cumpre uma importante função na educação para as relações étnico-raciais, colocando o Amapá entre os Estados que não medem esforços para o cumprimento de uma importante Lei de reparação histórica, para aqueles que ajudaram e ajudam a construir o Brasil e o Amapá. Desta forma, conclui-se uma etapa importante de um projeto ambicioso de formação continuada, que não se restringiu apenas à formação, mas avançou na proposição de alternativas para uma educação inovadora, responsável e contextualizada com as novas legislações para uma educação de qualidade para todos os brasileiros e amapaenses.

1ª PARTE

A HISTÓRIA, A ÁFRICA E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

1 “CURRÍCULO, MEMÓRIA E IDENTIDADE NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RAÍCIAS NO ESTADO AMAPÁ”.

Silvaney Rubens Alves de Souza².

Resumo: A crescente demanda pelas especificidades do processo educacional, bem como das suas modalidades de ensino, nos instiga a refletir sobre o reconhecimento da educação para as relações étnico-raciais como um dos novos destaques, no processo de ensino-aprendizagem, considerando que a educação, destinada às crianças afrodescendentes, se apresenta como uma problemática a ser enfrentada e, um longo caminho a ser trilhado, cujo fim está na valorização “identitária” de grupos, com uma cultura historicamente definida. Deste modo, a escola assume um papel importante na estratégia de melhoria de vida dessas crianças. E, no bojo dessa discussão é que surgem os questionamentos acerca do currículo, da ressignificação de valores culturais e da importância da Lei 10.639/03. Tendo em vista, que esta última, teria um importante papel no processo de (re) conhecimento da contribuição dos africanos e seus descendentes na formação da sociedade brasileira.

Palavras chave: Escola, Currículo, Ressignificação, Afrodescendentes.

Será que as escolas, como um espaço de conhecimento normativo e científico, interagem com o saber e as vivências dos grupos e as comunidades onde estão inseridas? E o currículo, por fim, tem contribuído para a ressignificação dos valores sociais e culturais coletivos construídos historicamente nas diversas comunidades.

As escolas assumem um importante papel na estratégia de melhoria de vida dos diversos grupos sociais e étnicos na contemporaneidade brasileira. Por outro lado, surgem questões a respeito da identidade desses grupos: Será que as crianças que frequentam escolas nas diversas localidades do país e no Estado do Amapá, carregam consigo uma percepção de identidade do grupo a que pertencem?

É sabido que o nosso sistema público de ensino passa por diversos problemas, de várias ordens, como aponta Amauri Mendes Pereira, quando afirma que o sistema estaria envolvido em um conservadorismo pedagógico em emperradas máquinas administrativas (PEREIRA, 2005). Logo, nos faz pensar que a “escola” que temos na atualidade estaria longe do ideal. Deste modo, não seria arbitrário afirmar que a ampliação da rede escolar, que garantiu a educação básica para um número maior de crianças em todo Brasil, por si só, não se constituiu em uma melhoria na percepção de identidade cultural, mas talvez em um grande problema. Haja vista, que na escola se processaria um conflito entre o conhecimento científico e o saber coletivo histórico e cultural de diversas comunidades e, por consequência, a ressignificação dos valores de identidade, pois a escola se caracterizaria como um lugar da invisibilidade do negro, “pelo esquecimento”, como afirma Jeruse, “a história da educação do negro traz para o nosso convívio determinações históricas de exclusão” (ROMÃO, 2005,17).

²- Professor da Rede Estadual de Ensino do Estado do Amapá, Especialista em História do Amapá, ocupa o cargo de gerente do Núcleo de Educação Étnico-Racial/ NEER/ CEESP/ SEED.

Portanto, compreendemos que o currículo apresentasse como o ponto forte na constituição da mudança que se almeja, antes de qualquer coisa. E, ao professor, cabe a importante tarefa de dialogar com o conhecimento a ser transmitido, interferindo na elaboração do currículo de forma positiva, a fim de flexibilizar o olhar para a multiplicidade das identidades brasileiras.

Porém, além do “currículo manifesto”, que está evidenciado nos planos de ensino, curso e aula, existe um outro, que é classificado de oculto pois, “representa o “corpus ideológico” de práticas que não estão explícitas no currículo manifesto, formalizado” (ROCHA, TRINDADE, 2006, p.55). Deste modo, acreditamos haver uma relação conflituosa que se processa entre os currículos manifesto e o oculto, onde poderiam estar presente ideias que reforcem comportamentos e atitudes que “implícita ou explicitamente podem interferir, afetar, influenciar e/ou prejudicar a aprendizagem escolar dos/das discentes” (ROCHA, TRINDADE, 2006, p.55). É a partir desse contexto que, na nossa compreensão, surgem as oportunidades para a “significação ou ressignificação³” de valores, preconceitos e discriminação de todas as ordens.

Em alguns casos, a exemplo dos alunos afrodescendentes, esta relação, elaboração/implementação curricular, é mais traumática, haja vista, que esse grupo dispõe de pouca influência política e importância ideológica, onde a complexidade do “mito da democracia racial”, inviabiliza debates de inclusão, reparação e ou fortalecimento identitário, distanciando a possibilidade de se pensar nas estruturas de poder político, ideológico e econômico vigente em uma sociedade, cujas origens remontam ao sistema escravista. Logo, não seria incorreto afirmar: a escola, enquanto instituição tem enormes desvantagens no diálogo de construção do “currículo manifesto” (ROCHA, TRINDADE, 2006), ou seja, aquele que realmente se efetiva no cotidiano escolar e que suprime discussões importantes acerca de grupos étnico-raciais.

³- Grifo do autor

Ainda sobre o currículo, é importante destacar a Lei Federal 10.639/03, que “teve como função responder às antigas reivindicações do Movimento Negro, mas com novas preocupações” (DIAS, 2005, p. 59), e versa sobre a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura afrobrasileira no currículo escolar, “em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira⁴”. Portanto, a lei em questão assume um papel de política pública, em que o currículo, através de diversas disciplinas, deve reconhecer e valorizar a cultura africana e afrodescendente, contribuindo para o processo de fortalecimento “identitário” das crianças afrodescendentes, por uma legislação específica. E, por ser uma lei federal, abrange todo o território nacional e obriga os sistemas de educação, nos estados, distrito federal e municípios, a implementarem essa importante inovação no processo de conhecimento do “outro” e de sua cultura.

Por outro lado, para videira (2009), a cultura torna-se uma ferramenta importante nesse processo pedagógico formativo dos afrodescendentes, pois “pelo viés da cultura de base africana podemos re-construir a identidade dos afrodescendentes das gerações atuais e das futuras gerações” (VIDEIRA, 2009, p. 185). E vai mais além, quando afirma que “a memória histórica revela que as gerações mais antigas dos afrodescendentes amapaenses têm plena consciência de sua pertença étnica, fato que não acontece com as gerações atuais” (VIDEIRA, 2009, p. 185).

Tal constatação advém da observação de uma manifestação cultural de expressão étnica afrodescendentes do Amapá, o “Marabaixo”, já que os participantes destes grupos de dança, teriam uma percepção mais aguçada de sua “pertença étnica⁵”, indicando que, pela força da cultura, esses círculos fechados mantiveram, para além da cultura, a sua identidade, diretamente relacionados à sua história, se tornando verdadeiros exemplos “para a reconstrução e ressignificação no conjunto da sociedade, principalmente nos meios educativos”(VIDEIRA, 2009. p. 186).

Deste modo, se a escola, no entendimento de Horn, tem um importante papel no processo pedagógico ligado à produção do conhecimento (HORN, 2006), então devemos problematizar: que conhecimentos a escola está disponibilizando para os educandos e, principalmente, qual a sua relevância na significação e/ou ressignificação de conceitos culturais, historicamente construídos? O que, de certa forma, corrobora as inquietações de Cunha Jr, quando este afirma sobre a escola que:

Transmite a cultura. Assim, ela se reserva o direito de dizer o que é cultura. Cabe, antes de qualquer coisa, perguntamos qual educação, para quem e para que? A educação faz a seleção dos temas por um critério unicamente ideológico, político, mas se ampara nas ciências para justificar as suas escolhas. (CUNHA Jr, 2005. p. 255)

5- Op.cit.

Portanto, não é novidade que a escola, tal como foi planejada pelas sociedades modernas, atende a interesses, sociais, ideológicos e culturais de grupos específicos que se mantém no poder. Logo, se faz necessário inquirir como o currículo, construído e elaborado pela escola, tem contribuído no processo de apoderamento de conceitos que valorizem o “saber” coletivo, dos diferentes grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira, em especial os afrodescendentes, sem descaracterizá-los pelo conhecimento que tradicionalmente exclui, nega e invisibiliza os oprimidos, os quais, no contexto histórico tradicional brasileiro, inexistem para além do período escravocrata.

Nesse sentido, Horn (2006) nos ajuda a pensar na importância da “prática social”, que não é exclusiva do professor, mas a este cabe uma maior responsabilidade, por ter “uma experiência de vida e teórica que o diferencia dos alunos” (HORN, 2006, p.), capaz de contribuir no processo de mudança da realidade, através da utilização do conhecimento e da experiência prática da realidade social.

Se, para Horn (2006), o professor detém uma importante parcela nessa responsabilidade de mudança e construção do conhecimento, nada mais lógico do que analisar a sua principal ferramenta de trabalho, o livro didático, que ainda parece reinar absoluto. Contudo, o livro didático é um objeto controverso sobre o qual muitos começaram a questionar sua utilização, como nos alerta (MUKATA, 2009).

Concordamos em parte, é verdade que o livro didático é controverso, mas não foi de repente que surgiu o questionamento sobre a sua utilização, senão vejamos; a própria lei 10.639/03, que entendemos ser uma política pública de reparação histórica, que tem entre suas metas, segundo videira, “assegurar, do ponto de vista legal e institucional, o direitos dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias; manifestarem com autonomia individual e coletiva, seus pensamentos” (VIDEIRA, 2009, p. 250), influenciou diretamente na política nacional de livros didáticos, pois obriga a inclusão de temas antes invisíveis, o que caracteriza o processo conflituoso, em que essa ferramenta pedagógica está inserida há tempos.

O Estado do Amapá pela sua construção histórica, onde africanos, ameríndios e colonos de poucas posses, compuseram, segundo Xavier Luna, um ambiente de multiplicidades sociais na vila de São José de Macapá (LUNA, 2011), não foge à realidade histórica e sociocultural brasileira.

Deste modo, se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre os vários aspectos que envolvem a política nacional do livro didático, a escolha do livro didático e os profissionais que os escolhem, além da formação dos mesmos, já que, para videira, “estas condições materiais e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidades dos descendentes de africanos” (VIDEIRA, 2009, p. 250).

Neste sentido, as recentes políticas públicas de governo, no Estado do Amapá, têm mostrado uma direção a seguir, com formação continuada de professores e a construção de uma ação coletiva, planejada e respaldada por políticas públicas efetivas que tornem prioridade essa demanda específica: educação para as relações étnico-raciais, de que tanto necessitam os afrodescendentes pelo seu passado histórico de lutas pela sobrevivência.

Acreditamos que há um longo caminho a percorrer para a construção de uma escola adequada a uma sociedade multirracial e que, realmente, esteja a serviço da comunidade no sentido de garantir, para além do conhecimento científico formal, cuja concretização é evidenciada no “currículo manifesto”, mas também a preservação da cultura e o resgate das várias identidades dos diversos grupos que formam a sociedade brasileira.

No entanto, não há dúvidas de que o esforço de iniciativas isoladas e individuais, por dentro da estrutura institucional de educação, leia-se a escola, é uma condição *sine qua non* para um novo fazer pedagógico que, segundo Nunes “passa pelo momento de reflexão e da ação, não dicotomizados, formadores de uma unidade que se chama práxis” (NUNES, 2006, p. 140).

Portanto, a indagação de Pereira(2005) é pertinente quando afirma que

Como falar, então, de avanços significativos na educação, se conteúdos e procedimentos didáticos ainda se encontram impermeáveis a essa temática, e a maioria dos agentes educacionais insiste em permanecer cegos, surdos e mudos à exuberante diversidade de sua clientela, e culpando a grande maioria por não se encaixar nos padrões cognitivos, afetivos, estéticos e comportamentais requeridos? (PEREIRA, p. 38).

Ressaltamos que são válidas todas e quaisquer iniciativas individuais que visem garantir a ressignificação dos conceitos valorativos que definem os grupos da sociedade brasileira. A escola, juntamente com um currículo contextualizado, adentra nesse processo como uma ferramenta poderosa e fundamental, sem sombra de dúvida, mas não pode trilhar sozinha este caminho, sendo necessária uma ampla discussão sobre o currículo manifesto, inclusive com a participação dos representantes da sociedade, que há muito lutam por uma educação de qualidade.

Por outro lado, a lei 10.639/03 assume um importante papel de política pública na garantia de uma reparação histórica, na medida em que corrobora para a visibilidade de grupos historicamente excluídos, contextualiza a cultura como um processo em movimento e, contribui para a ressignificação de conceitos valorativos sobre os afrodescendentes e seus antepassados, os quais têm suas origens forjadas em um passado escravocrata, há muito cristalizados no imaginário coletivo de uma sociedade eurocêntrica.

Deste modo, acreditamos que a identidade e a memória dos diversos grupos étnico-raciais, que compõem a sociedade brasileira e amapaense, serão preservadas e inseridas no contexto contemporâneo como elementos valorativos de uma história, não só de luta pela sobrevivência, mas também de uma vivência plena de conquistas, orgulho e pertencimento de sua cultura, construída historicamente no processo e cultivadas nas escolas como um patrimônio histórico de uma sociedade multiétnica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de Janeiro de 2003. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECADI. “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, Brasília: SECADI, 2006.

CUNHA JR. Henrique. *Nós afrodescendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira*. In: ROMÃO, Jeruse (Org.) *História da Educação do Negro e outras Histórias*, Coleção Educação Para todos. Brasília: SECADI, 2005

GASPARELO, Arlete. *O livro didático como referência de cultura histórica*. In: ROCHA, Helenise;

MAGALHÃES, Marcelo; GOTIJO, Rebeca (Org.) *A Escrita da História escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: fGv, 2009, pp. 265-279

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geyso Dongley. *Abordagens metodológicas do ensino de História*. In: *O ensaio de História e seu currículo: teoria e método*, Petrópolis: vozes, 2006, pp. 49 – 115.

LUNA, verônica xavier. *Entre o Porteau e o volante: Africanos redesenhando a vila de São José de Macapá*. João Pessoa: Editora Sal da Terra, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECADI. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*”, Brasília: SECADI, 2006.

MUNAKATA, Kazumi. *Devem os livros didáticos de história serão condenados?*. In: Rocha, Helenise, MAGALHÃES, Marcelo, GOTIJO, Rebeca (Org.) *A Escrita da História escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: fGv, 2009, pp. 281-292.

ROCHA, Maria Margarida de Carvalho. TRINDADE, Azoila Loretto da, (Org.) *Ensino fundamental*. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECADI. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECADI, 2006.

ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e outras Histórias*, Coleção Educação Para todos. Brasília: SECADI 2005.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: Significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

2 - OS SENTIDOS DA HISTÓRIA DA ÁFRICA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Henrique Cunha Jr.⁶

Resumo: Diversas razões nos levam a justificar o ensino da cultura e da história africana na sociedade brasileira. A principal delas decorre da dificuldade em escrevermos uma história social e econômica relevante da formação brasileira sem os conhecimentos da história africana. Tal afirmação implica problemas epistemológicos, teóricos, conceituais e curriculares tanto sobre a história africana como brasileira. Os riscos estão em não poder ter uma história cientificamente consistente e convincente da formação brasileira sem as bases da matriz africana. Sendo assim, esta premissa colide com os conteúdo e princípios dos textos considerados pilares da formação brasileira, realizados nas décadas de 1930 e 1940. No entanto, os enfoques sobre história e cultura africana apresentados geralmente no Brasil fazem as pontes com a realidade brasileira e os pressupostos de África Negra, com pouca materialidade e sem a fixação dos pontos de influência, determinantes na formação econômica, filosófica e cultural da sociedade brasileira. Os problemas de ordem conceituais e metodológicos permeiam a junção efetiva da experiência africana e sua reelaboração na diáspora brasileira. Através dos conceitos de africanidade e afrodescendência podemos realizar uma abordagem (dentre as várias possíveis) que facilite a solução de alguns destes problemas conceituais e metodológicos desta junção. Estes conceitos são baseados na territorialidade e na história sociológica das populações africanas e afrodescendentes. O artigo em questão discute as dificuldades conceituais e apresenta algumas soluções.

Palavras chave: História africana, história do Brasil, população afrodescendente.

2.1 A IMAGINAÇÃO HISTÓRICA

A contribuição do escravo preto ou índio para formação brasileira, é além daquela energia motriz, quase nula. (PRADO Jr., 1957, p.270).

A história é uma versão provisória de análises e sínteses que procura interpretar as realizações de dada sociedade num período histórico. Esta interpretação é feita de fatos, documentos, conceitos e imaginação das articulações pensadas sobre estes conjuntos. Todas as interpretações da história se estendem entre a cultura da época estudada e a do presente. Impossível abstrair estes dois fatos relevantes, que sejam a interpretação das culturas em dois momentos, o da história enfocada e o da percepção nas lógicas desta do presente. Embora possamos pensar em diversas lógicas do presente, torna-se quase impossível ultrapassar as objetividades das lógicas do presente. A história é uma escrita ou uma releitura do passado no tempo presente.

Os conceitos operacionais da história estão sempre em constantes mudanças e são produtos dos diversos projetos científicos de escrita dessa mesma história. Assim sendo, conceituar a história é uma tarefa difícil, dependendo da situação, quase que impossível. Portanto, o conceito de história é variável e como se fazer história também.

⁶ . Professor Titular da Universidade Federal do Ceará/UFC.

Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará. (E-mail: hcunha@ufc.br)

Temos que toda conceituação é incompleta, sempre abriga formas com problemas diversos, ou seja, imperfeita. Todos os conceitos das diversas histórias apresentam as suas dificuldades. Quando tratamos de culturas diversas estes problemas se multiplicam. Uma dada cultura é interpretada pelo seu próprio referencial ou pelo referencial de outra. Dentro de uma mesma cultura se comportam diversos enfoques. Na relação da história africana com a história do Brasil estes problemas têm grandes repercussões.

Temos muitas vezes conceitos operacionais da história cristalizados na herança eurocêntrica e racista, quando não racista então universalista excludentes, para interpretar sociedades africanas do passado e a experiência dos africanos na diáspora. Funda-se uma história sobre nós da perspectiva da dominação ocidental e acidental que mais nos confunde que nos dignifica, ou nos explica como seres humanos produtores de conhecimento e de cultura de importância universal diminuta. Renomados estudiosos do Brasil, como Caio Prado Junior (1957), Gilberto Freyre (1980), Werner Sodré (1985), Sergio Buarque de Holanda (1948) se enquadram de uma maneira ou de outra neste conjunto de produção que d  importância diminuta aos conhecimentos africanos.

Enfrentamos também problemas causados pelas formulações presentes da história do Brasil quando pretendemos trabalhar as histórias africanas. Temos versões da nossa história que nos considera como um país de uma bondade imensa, de ausências de conflitos importantes.

São versões da história que apagam a existência de forças e de pelourinhos no cotidiano da nossa história. São narrações da invenção da delicadeza elegante do escravismo criminoso. Quando se l  a história, tem-se d vida quais eram, exatamente os grupos sociais em oposição. O bom senhor e a boas negas, enredam boas mestiçagens.

Desaparecem os antagonismos, como também os protagonismos sociais. São histórias que não inserem as perguntas: de quais sociedades e de quais organizações humanas saem as populações que são escravizadas criminosamente no Brasil? (CUNHA JUNIOR, 2000). A história apaziguadora da sociedade pela mestiçagem são mensagens de ideais sociais da grandeza do europeu e da desvalia histórica dos africanos e das sociedades africanas. Desvalia, primeiro, pelo desconhecimento, basta observar que as bibliografias destas obras desfazem a necessidade da compreensão das sociedades africanas. Segundo, pelo viés das intenções históricas que justificam a dominação (criminosa, não analisada como tal) pela cultura mais apurada. Justificativa que, pelas construções dadas, convencem e tornam-se marcos escolares; que produz a construção de duas outras grandezas históricas ideológicas, com o título de cultura.

Uma são raças em presença na sociedade escravista, portuguesa, a indígena e a africana. O branco, o negro e o  ndio. Existe sempre um trânsito entre as cores da pele e as designações culturais. Somente um tem lugar geográfico de origem, povo, nação e cultura específica. Os demais são generalidades amorfas, perdidas no tempo da inexistência existente. O negro surge do Atlântico e o  ndio, do mato. O branco, de Portugal estado soberano ibérico europeu, com valores do ocidente cristão. Os demais sem referências equivalentes. Dada as raças ou as culturas vem a mestiçagem que confunde fatores biológicos, com os culturais e com os econ micos e políticos. Sem analisar os resultados econ micos e políticos a mestiçagem   eleita como a produtora de um povo novo, único e de importância única.

Com qualidades únicas de ideais únicos e harmônicos. Tais forças teóricas ideológicas levam a maioria dos pesquisadores brasileiros que falam sobre história africana e história dos afrodescendentes a citá-los e a incorrer nos vícios das categorias raça social ou cultura? (genérica, quando não cultura negra). As categorias como espaço geográfico, territórios, ou sociedades, nações ou povos não aparecem, se aparecem não são articuladas, a produção da história. As histórias são apenas glorificando reinos e repertoriando a sua existência sem contextos. Sem articulação com a história dos afrodescendentes. A raça e povo brasileiro se confundem de maneira triunfante com a mestiçagem. Mestiçagem que não é diferente em nada a de outros povos e de outras épocas.

Os invasores e os dominadores sempre se misturaram pela violência com os dominados. A mestiçagem brasileira não inova em nada e nem produz nada de interessante no campo das relações sociais, políticas, econômicas e culturais. O escravizado visto como mestiço não lucra nada com relação ao visto como não mestiço. A mestiçagem não modifica o status social e nem as posses dos mestiços em relação aos supostos não mestiços. A mestiçagem não tem muita importância para a população negra, indígena e mestiça. Ela apenas tem importância significativa para os dominadores e para suas ideologias. Faz parte deste círculo de importância significativa para a elite acadêmica, para parte dos intelectuais e para a identidade destes na relação que este tem como europeu. Portanto é uma ideologia sempre retomada, reformada e reforçada pelos círculos acadêmicos.

As narrativas históricas são sobre africanos ignorantes e europeus cultos. Não existe europeu ignorante na história brasileira. Com também não existe africano culto na história brasileira. Os africanos e afrodescendentes, os denominados escravos formam sempre uma massa muscular, ingloria, ignorante, incivilizada, impensante. O escravizado não pensa na história brasileira. Os africanos são dotados da beleza rítmica, das amenidades lindas e da formosura que enfeita as coisas sem importância. O escravo é o braço e as pernas dos senhores, mas nunca a cabeça e fonte de conhecimento deste. O dito fica não dito, mas deixa sempre a sensação de sê-lo e de sê-lo incorrigível. Os africanos e afrodescendentes são tratados como não produtores de escritas, de pensamentos, de filosofias, de lógicas, organizações e administrações de alguma coisa que seja organizável e suficiente em complexidade para que precise de gestão. Embora possamos ter mais de 16 escritas africanas (CUNHA JR. 2007), diversas filosofias e histórias das filosofias, estas, na tradição brasileira, são desconsideradas.

A história do Brasil não preza a qualificação da mão de obra até a transição do século 19 para o 20. Quando fala desta qualificação da mão de obra, no início do século 20, fala a partir da suposta qualificação dos imigrantes europeus. Desconhecemos, pela leitura da história nacional, a complexidade da mão de obra escravizada (livre e semi-livre africana e afrodescendente) numa propriedade de produção de rapadura ou de açúcar de cana, por exemplo. O mesmo ocorre com as especializações na indústria da mineração, da navegação ou construção civil. Em não se conhecendo a formação da mão de obra africana, esta se torna dispensável. Ou seja, a história do Brasil desconhecendo a complexidade do trabalho nos períodos da colônia e do império desconhece a história brasileira na sua profundidade e sobre tudo os reais encargos e aportes da variada e profissionalmente formada mão de obra africana. E também não fala da inadequação da mão de obra europeia em relação às necessidades do trabalho no Brasil.

A história brasileira naturaliza o inaturalizável. O escravismo criminoso, este aparece como títulos de escravidão africana ou negra na história do Brasil como fato natural, tinha

que ser assim. À história não compete o julgamento da história e nem a emissão de juízo de valor. Isto têm me dito os historiadores no sentido da não condenação do escravismo como criminoso. Mas a não condenação leva à indução de um valor em si, o do que foi feito porque tinha que ser assim. A ausência produz a suficiência. A ideia de que existiu apenas não explica em si nada, ou explica por associações indevidas. Ou seja, leva a acreditar que o africano foi escravizado por ser um povo incivilizado, briguento e desorganizado. (Quando o racismo toma a via religiosa por adorarem o diabo). Já me disseram em sala de aula de pessoas com instrução de nível universitário que os africanos e seus descendentes, sofrem por adorarem o diabo. As diversas tolices ditas são consequências das leituras retiradas por universitários sobre a história do Brasil, diante dos fatos apresentado sem juízos de valor, que levam a uma valorização torta. A da valorização da cultura europeia e da verdade ocidental. Torta, pois cria uma leitura acrítica da presença europeia nos trópicos, e mais ainda, idealiza as potencialidades culturais, civilizatórias e humanas dos europeus. Eles são todos bons.

Na história do “no-sense”, a história do Brasil é criada em torno de um negro genérico que nasce no atlântico. A história é como uma via interrompida pelo atlântico. Não existe uma necessidade do passado africano para explicar a história do Brasil. Este passado africano foi derrotado pelas impropriedades da construção histórica brasileira. Assim temos as vindas imigratórias forçadas de um lugar qualquer, por razões apenas da necessidade de braços para a lavoura. Também pela suposta inadequação do índio para a escravidão. A história do Brasil reduz difíceis e complexos problemas de mão de obra e de imposição de poder a uma desqualificação para ser escravo. “O índio não se adaptou à escravidão e então trouxeram os negros”.

A cultura que guia a imaginação histórica é a cultura ocidental, com as bases judaicas cristãs, gregas, romanas, europeias universalistas e formadoras do ocidente. Não existe críticas a esta construção cultural, ela é dada da cultura universitária brasileira que fundamenta a nossa imaginação histórica. Sem outros contrapontos e outras evidências históricas culturais.

As nossas formações universitárias são sistematicamente ignorantes a tudo que se contraponha esta monolítica construção eurocêntrica do pensamento ocidental. Universos que foram ultrapassados há mais de um século nas formações europeias ainda são inexistentes nas formações brasileiras. Nós só estudamos a Europa, idealizada com base na cultura grega.

Considerando-se a construção ideológica eurocêntrica dado a histórias do Brasil, emanam então quatro dificuldades que permeiam a necessidade da história africana e dos seus conceitos:

- a) O africano como criador de civilização;
- b) O africano como profissional;
- c) O africano como pensador;
- d) O africano como de trânsito entre a experiência africana e suas reproduções transformadas na história do Brasil.

As formações africanas como produto da localidade, da cultura, da identidade, e da forma de pensar das sociedades africanas. Como estes conceitos podem refletir e serem pensados a partir da experiência de Brasil? Ou seja, como ensinar e pensar a história como um produto da geografia, e não apenas da história, visto que a imaginação desta está minada com entulhos de uma explicação alienada da participação de africanos e afrodescendentes (O

mesmo podendo ser pensado para a população indígena). A construção dos conceitos de africanidade e afrodescendência introduz este tipo de construção geográfica e filosófica da história, baseando-se numa concepção africana da ancestralidade e da identidade, tomando a cultura e a história com base na territorialidade, na produção do espaço geográfico pelas concepções e interações humanas do continente africano.

2.2 O QUE SÃO OS CONCEITOS QUE TRABALHAMOS ANTES DA HISTÓRIA AFRICANA EM SI

A metodologia e a construção de conceitos para história africana pretendida, que explique a história do Brasil pela via africana, carece de uma introdução ao pensamento social africano. Neste processo, são selecionadas as noções de ancestralidade, de comunidade e de identidade como base no território ocupado pela comunidade. Nós trabalhamos com a ideia de comunidade tradicional africana (BRAGA, 1992). Destas noções, construímos os conceitos de afrodescendência e de africanidade.

A ancestralidade é ligada a um lugar e a reprodução deste lugar na sucessão do tempo e do espaço. Espaço e tempo têm uma medida única e indissociável nas culturas africanas. Cada tempo tem o seu lugar e cada lugar o seu tempo, vistos pela sua respectiva ancestralidade (BRAGA, 1992), (CUNHA JUNIOR, 1998), (CUNHA JUNIOR / RAMOS, 2007). Os diversos lugares criam uma diversidade cultural, que em relação tempo-espaço processam uma unidade de relações que têm formas de concepção da sociedade em comum e relações comerciais em comum. As trocas populacionais e comerciais produzem o espaço geográfico africano. Os ancestrais criam cidades, técnicas e conceitos que se transmite e processam no passar do tempo e dos espaços.

Produz a diversidade na unidade de que nos fala Diop (1990) nas explicações das culturas africanas. Estas aquisições produtoras das comunidades, dados pelos ancestrais, pelas gerações passadas, produz um contínuo entre os territórios e a sucessão dos tempos históricos. As relações entre os seres humanos entre si, e destes com a natureza são de noções de transformação, portanto dinâmicos. Estes processos dinâmicos, as inter-relações entre os territórios, constituem os espaços geográficos e deles extraímos a ideia de história e cultura africana. Podemos assim definir as africanidades como uma base de acervos materiais e imateriais próprios dos espaços geográficos africanos. O acervo da cultura de base africana são as africanidades.

A afrodescendência é ligada à história das populações de descendência africana na diáspora, que passa pelas experiências de escravismo criminoso e do capitalismo racista. Mas que traz na sua história os elementos das africanidades e os continua processando nas formas de vida da diáspora no Brasil. As afrodescendências guardam a origem conceitual da filosofia africana referindo-se sempre a um dado lugar e a um dado tempo, neste contínuo do reprocessar das ancestralidades. Os afrodescendentes têm uma diversidade dentro de uma unidade dada pela origem africana e pela inserção na história e do espaço geográfico do Brasil. A identidade é uma identidade dos coletivos no sentido das relações sociais estabelecidas, que tornam estes grupos sociais afrodescendentes, resultados de uma experiência histórica e sociologia própria, portanto específica. Mesmo para os membros que não se auto-denominem como tal.

2.3 OS ESPELHOS DA HISTÓRIA AFRICANA NO BRASIL: COMO SÃO MOSTRADOS.

As histórias e culturas africanas transferem para o Brasil uma enorme experiência tecnológica da vida nos trópicos e de culturas tropicais que os portugueses nunca tiveram

(CUNHA JUNIOR, 1992). Podemos afirmar que diversas culturas comerciais agrárias dos períodos da colônia e do império na história do Brasil são consequências diretas do conhecimento e da mão de obra africana, como também das práticas destas culturas e da produção de derivados destas nas sociedades africanas. A influência africana é tão grande que parte importante da flora brasileira muda com a vinda de produtos africanos. É o caso do coqueiro, dendê, café, banana, juta, cânhamo e alguns espécimes de arroz. A cana de açúcar que mesmo não sendo originária da África, já tinha sido incorporada à produção africana quando chega a Portugal e depois ao Brasil.

A mineração e a produção de metais na sociedade brasileira foi durante quase dois séculos uma arte de africanos e afrodescendentes, reunindo os conhecimentos e feitos africanos neste campo. Incorpora-se a este acervo da produção de barcos e da navegação costeira e ribeirinha, como também, o da pesca.

A vida urbana não era novidade para os imigrantes africanos no Brasil. Desta forma, é notória a influência africana na formação e organização dos espaços urbanos das cidades brasileiras e das execuções das profissões urbanas e manufatureiras. A primeira percepção que podemos ter sobre a mão de obra especializada de escravizados, pode ser vista nos testamentos, inventários e declaração de heranças de escravizadores do século 17, 18 e 19.

Nestes testamentos e inventários são citados os escravizados pelos nomes, nações de origem na África e suas profissões. Estas profissões citadas nestes documentos demonstram a vida de sociedades africanas e as especializações profissionais realizadas antes da vinda para o Brasil. A mão de obra escravizada foi estudada em alguns trabalhos sobre o período do escravismo criminoso (KARASCH, 2000), (CORTÊS e GOMES, 2006).

O passado africano foi sede de muitas e importantes civilizações, a exemplo da Núbia, Egito, Etiópia e Zimbábue, que foram também irrigadas pelas trocas com o denominado Mundo Árabe, a Índia e a China. A África antes de 1500 foi em si um imenso centro de culturas e se comunicou e produziu amplo sistema de trocas comerciais, técnicas e culturais como os centros desenvolvidos da humanidade, a exemplo da Ásia, Mesopotâmia e da Índia e China. Estas grandes heranças sociais, culturais e de conhecimentos vários é que chega ao Brasil e aqui é transmitida de diversas formas e em tempos diversos.

Além da produção material, as produções imateriais de africanos e afrodescendentes ampliam o leque de exemplos que reforçam a afirmação de que o Brasil é uma síntese das experiências africanas. Um exemplo é no tocante à musicalidade brasileira: mesmo quando determinados autores escrevem sobre a música como herança africana no Brasil são incapazes de descrever a riqueza dos diversos instrumentos musicais e formas eruditas de composições musicais realizadas na África e trazidas para o Brasil. Seus escritos são incapazes de esclarecer que a música erudita brasileira é, em grande parte, realizada por escravizados e filhos de escravizados músicos⁷.

7 - As filarmônicas baianas, sobretudo as que eram localizadas no Recôncavo Baiano, têm sua origem no tempo da escravidão, desde o séc. XVIII, em que alguns fazendeiros mantinham entre os seus escravizados alguns escravizados músicos para realizarem sarau em suas propriedades e tocavam músicas eruditas europeias, com partituras (bandas dos engenhos). As filarmônicas, compostas essencialmente de músicos e maestros negros, mantiveram-se através de doações e sua resistência se deu pela necessidade de seus componentes em exercer sua musicalidade e ao caráter competitivo entre elas, sendo sua segunda atividade: trabalhadores artistas (havia bandas de ferroviários, de barbeiros, de marceneiros, de sapateiros, de alfaiates, etc.). A atuação das filarmônicas configurava uma identidade urbana, já que elas circulavam pelas ruas das cidades e o final da apresentação culminava nos coretos com seus arranjos, marchas, frevos e dobrados, em que boa parte da população local acompanhava o cortejo, ou ainda, tocavam nos bailes glamourosos nos 'chiques' clubes sociais. O desmonte delas se deu entre as décadas de 1960 e 1970, embora algumas ainda permaneçam (Fonte: Palestra "Musicalidade Baiana: filarmônicas do Recôncavo" por Charles D'Almeida Santana. Projeto: Conversando com a sua História - Palácio Rio Branco - Dez/2006).

Um outro exemplo é a culinária⁸, vista apenas como um sabor exótico pueril. Não entram em profundidade dos diversos significados culturais, sociais, econômicos e de saúde que implica na alimentação.

Precisamos frisar que toda a experiência anterior dos africanos na construção sócio, econômica e cultural do continente africano se reflete na colonização brasileira. O Brasil tem sido pensado como uma consequência da cultura portuguesa, proposta que precisa ser re-estudada. O Brasil, com relação aos conhecimentos técnicos, profissionais e culturais, é uma grande consequência dos conhecimentos trazidos pelos africanos.

Foram imigrantes forçados vindo de regiões diversas, com culturas variadas, momentos históricos diferentes (basta lembrar que vieram por mais de 300 anos) e com bagagens tecno-profissionais muito amplas.

O conhecimento africano foi fundamental e indispensável para as diversas áreas da formação histórica brasileira. Nos campos da produção têxtil, da produção artística das igrejas, da construção civil e das minas, como na medicina e farmacologia foram terrenos de grande expressão do conhecimento africano. Para a sociedade brasileira, devido à superficialidade e deficiência do ensino de história, ficamos com a sensação que os escravizados africanos não pensavam, não possuíam amplo leque de especializações e não criavam novidades ou trouxeram contribuições importantes para a vida agrária e urbana brasileira.

2.4 QUAL A CONSTRUÇÃO DE HISTÓRIA AFRICANA PROCURADA.

A construção da história africana que interessa para compreensão da história do Brasil é sobretudo a da construção material dos espaços geográficos africanos. Essa experiência material é a que se reproduz na colonização africana do Brasil. Não é apenas ela, mas principalmente ela que explica a importância da mão de obra africana na formação do Brasil. Também é a importância dela que produz a ideologia da omissão desta na história do Brasil. Porque pela omissão de forma sistemática se abre espaço para a ideologia da importância da cultura europeia e da dominação ocidental.

Precisamos, nesta concepção, de uma história africana como conteúdo das técnicas e tecnologia, das relações comerciais e das trocas culturais que produziram mudanças no campo da produção material africana (PARREIRA, 1997), (DAVIDSON, 1987), (DAVIDSON, 1969). Construções históricas que desfrutem da construção dos espaços geográficos africanos relacionados com outros continentes. O que implica um não isolamento das nações africanas e um intenso processo de ensinar e aprender com os povos de outros continentes. Uma história em que os povos e nações africanas construam a si próprias numa conexão com o conjunto dos povos e nações africanas em tempos / espaços diversos.

8. A culinária trazida pelos africanos não envolve apenas a temática da alimentação ou hábito alimentar. A cozinha africana está intimamente ligada à manutenção da religião, que é o componente que rege o modo de vida, as relações sociais (questões de hierarquia, de família estendida, etc.). Um outro aspecto pouco levantado é que para o preparo dos pratos culinários, vários produtos agrícolas foram trazidos da África, culminando, atualmente, na produção 'industrial' de vários produtos como o dendê (óleo comestível, cosméticos, combustível) e o leite e outros derivados do coco. Utilizando o título do livro de Manoel Querino, o africano foi “O colono preto como fator de colonização brasileira” tomando, por exemplo, os vastos coqueirais que são plantios que africanos e seus descendentes o fizeram para, então, produzir o sabão de coco.

Entretanto, esta construção da história africana também carece de base filosófica africana para arrefecer as formas do pensamento eurocêntrico presentes na cultura ocidental tida como universal. Temos a necessidade de uma história africana com bases africanas, não eurocêntricas para evitar a construção de um pensamento limitado do tipo afrocêntrico, desprezando ou minimizando a contribuição de outros povos na formação da história e da cultura africana. Povos como os árabes, judeus, indianos, chineses e turcos. Povos intimamente relacionados ao passado das sociedades africanas tidas hoje como tradicionais. Influências estas que se propagam na cultura e história brasileira. A história africana reflete a diversidade e o pluralismo dos cotidianos das realidades históricas e culturais africanas.

2.5 SENDO A PARTE DA CONCLUSÃO NÃO CONCLUSIVA

A infeliz frase de Prado Junior (1957), citada no início deste texto, é de muito mais do que um pensamento isolado, consiste em uma perspectiva histórica, cultural, social, religiosa e econômica difundida por vários caminhos em todo pensamento intelectual brasileiro, do qual raras são as exceções em não reproduzi-lo sobre outros enunciados. Produziu-se uma mentalidade além do eurocentrismo, que poderíamos denominar de brancocentrismo brasileiro. Um pensamento original produzido nas extensões dos pensamentos ocidentais (dos diversos europeus e americanos se conseguiu fazer aqui uma só síntese) e trata do processo de dominação anti-negro brasileiro. O que podemos chamar da negação da realidade brasileira da qual nos fala o cineasta Joel Zito no seu filme “A negação do Brasil”.

O brancocentrismo brasileiro explica a situação da população negra produzida na continuidade do processo abolicionista, tido como revolução social de ruptura como o escravismo criminoso. Sim, a abolição do escravismo criminoso é uma conquista política e social revolucionária, cujas consequências profundas são interrompidas por processos conservadores dos quais intelectuais importantes brasileiros participam ativamente. “Onda negra medo branco” é um título de livro de Célia Azevedo (1987), que expressa parte significativa desta mentalidade, que barra as ações sociais transformadoras empreendidas pelos setores negros ou de interesse destes. No mesmo sentido: Samba negro, espoliação branca, de Ana Maria Rodrigues (1984). A presente discussão de cotas para negros nas universidades brasileiras se insere nesta mesma mentalidade conservadora de que todas concessões sociais e econômicas feitas unicamente para a população negra põem em risco os valores republicanos. Rompe com os cânones da dominação sobre a população afrodescendente.

A população negra não é pobre pela origem escravista, mas sobretudo pelas políticas anti-interesses da população negra estabelecidas no decorrer do século 20 (RAMOS, 2007). Fazem parte desta mentalidade (mentalidade pensada como aparelho ideológico de estado e dos grupos sociais que dominam o estado) e da sua política de conservação as dificuldades que temos em abordar a história e a cultura de africanos e afrodescendentes. À medida que o movimento social de maioria negra avançou e produziu a conquista da lei que obriga a implantação da história e cultura africana e afrodescendente nas escolas, vários obstáculos aparecem no sentido de impedir as possíveis transformações resultantes desta. Num primeiro plano surgem as propostas de histórias coloridas ricas em paisagens e vazias de conteúdos e produzidas como crítica eurocêntrica às histórias do continente africano. São histórias que procuram concentrar no tráfico de cativos africanos dando destaque às participações de africanos neste processo. São histórias que comemoram a beleza de reinos africanos fora de qualquer contexto histórico relevante para a formação histórica do Brasil e da humanidade.

No pensamento brasileiro, a população africana e afrodescendente, não está constituída como fator da humanidade pensante, apenas força motriz, desvalida da humanidade da cultura e dos empreendimentos humanos.

A produção de histórias africanas que tenham sentido das africanidades e das afrodescendências, ou de outros conceitos nesta direção do pensamento africano e da continuidade da história e cultura africana na história do Brasil (PINHO, 2004), são elementos indispensáveis da ruptura com o pensamento brasileiro conservador e produtor da dominação ocidental sobre os afrodescendentes. “O sentido da história africana na história do Brasil” são representações sociais, intelectuais a serem procuradas para contribuir com o processo de libertação mental da população afrodescendente no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811/1860*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- AZEVEDO, Célia Maria. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRAGA, Júlio. Ancestralidade Afro-brasileira: *O culto de Babá Egun*. Salvador: CEAO/Ianamá, 1992.
- CORTÊS, Giovana, GOMES, Flávio. *Nas ruas do Rio de Janeiro*. Revista História viva, São Paulo: Temas Brasileiros - Nº. 3, p. 26-29, Nov. 2006.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *A população negra tinha formação profissional na Abolição*. Fortaleza: Mimeografo Programa de Pós – graduação em Educação. Disciplina Etnia, gênero e educação na perspectiva dos Afrodescendentes. 2006.
- _____. *Mais de 500 anos de resistência negra*. Teresina: Cadernos de Educação. Universidade Estadual do Piauí. vol. 1 número 2, novembro. 2000.
- _____. *Afrodescendência, pluralismo e educação*. Revista Pátio, n.(2) 6. Proto Alegre: Artes Médicas. Agosto / outubro, 1998.
- _____. *African Technology em the historical formation of colonial Brazil*. Boston: Annual Meeting of African Studies Association – ASA, 1993.
- _____. *O Etíope: Uma escrita africana*. Revista Educação Gráfica. UNESP. volume 11, 2007. pp.1 – 10.
- CUNHA JUNIOR, Henrique / RAMOS, Maria Estela Rocha. *Espaço Urbano e Afrodescendência*. Fortaleza: Editora da UFC. 2007.
- DAVIDSON, Basil. *Os Africanos. Uma introdução a sua história cultural*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- _____. *The Lost Cities of África*. (Third Edition) Boston / Toronto: Little, Brown and Company. 1987.
- DIOP, Cheikh Anta. *The Cultural Unity of Black África*. (Third Printing). Chicago: Third World Press. 1990.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime Patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1948. (Primeira edição 1936).
- IANNI, Octavio. *O Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: FFLCH – USP. 1961. (Tese de doutoramento).
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808 - 1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- MBEMBE, Achille. *African modes of self writing*. In African Journals On line. CODESRIA Bulletin. N. 1. 2000.
- OLIVEIRA, Eduardo. *Cosmovisão Africana no Brasil. Elementos para uma filosofia afrodescendente*. Fortaleza: IBECA, 2003.
- PARREIRA, Adriano. *Economia e Sociedade em Angola. Na Época da Rainha Jinga – Século xvII*. Lisboa: Editorial Estampa. 1997. pp 39 – 67.
- PINHO, José Wanderley de Araújo. *História de um engenho do recôncavo, 1552 -1944*. Rio de Janeiro: Editora Zélio valverde, 1946.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.
- PINHO, Patrícia de Santana. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Anna Blume, 2004.
- RAMOS, Maria Estela Rocha. *Salvador: Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo – UFBA*. 2007.
- RODRIGUES, Ana Maria. *Samba negro, espoliação branca*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.
- TEMPELS, R. *La Philosophie Bantoue*. Paris: Collection Présence Africaine, 1949.

3 A EDUCAÇÃO NO QUILOMBO DO CRIA-Ú EM MACAPÁ: A TESSITURA DE CAMINHO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03

Piedade Lino Videira⁹

3.1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta alguns resultados qualitativos da pesquisa – intervenção realizada entre os anos de 2007 e 2010 junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Educação/FACED da Universidade Federal do Ceará/UFC, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação Brasileira.

O estudo foi desenvolvido em dois campos empíricos: o primeiro há Comunidade Quilombola do Cria-ú, localizada em Macapá, Capital do Estado do Amapá, e o segundo, há escola pública estadual fixada dentro da comunidade. Com o intuito de promover a educação das relações étnico-raciais, tendo como ponto de partida a história e a cultura afro-amapaense e do próprio Cria-ú, como viés relevante para a implementação da Lei Nº 10.639/03 nas escolas públicas e privadas do Amapá, e sobretudo, na escola lócus de pesquisa.

Nesse sentido, a Tese de Doutorado intitulada: *Batuques, folias e Ladainhas: a Cultura do Quilombo do Cria-ú em Macapá e sua Educação*, transformada em livro em 2013, sob a orientação do Profº Dr. Henrique Antunes Cunha Júnior¹⁰, é uma contribuição real para a modificação das práticas educacionais e a construção e divulgação de outros instrumentos de trabalho para o ensino, enfocando com seriedade a inserção das referências africanas na formação dos distintos “brasis”. Isto porque, no imaginário dominante da população brasileira, o estado do Amapá está associado ao contexto indígena da Amazônia, equívoco que, ao longo desse artigo, ficará explicitado.

Face ao exposto, considero relevante mencionar o lugar de onde falo. A minha voz ecoa da Região Norte. Da Amazônia. Especificamente de Macapá, Estado do Amapá. Estado brasileiro localizado no extremo norte do país, fronteira com a Guiana Francesa. Falo de uma parte do Brasil que o Brasil desconhece. Sobre a qual as abordagens educacionais quase nunca fazem referência e quando fazem, dizem que somos de maioria étnica indígena. Também somos. Mas não unicamente ou predominantemente de ascendência indígena.

⁹. Possuo Graduação em Educação Artística – hoje Artes, com Habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, (2001). Psicopedagogia pela Faculdade de Macapá/ FAMA. Mestrado e Doutorado em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, anos 2005 e 2010, respectivamente. Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola. Linha Teórica: Sociopoética, Cultura e Relações Étnico-Raciais. Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Unidade Acadêmica de Educação – Campus de Cajazeiras na Paraíba. Atuo na área e Educação com ênfase em Identidade e Diversidade Étnico-Cultural na Educação; Arte/Educação; Educação em Quilombos; Pesquisa em Educação; Monografia; Educação, Cultura e Diversidade e Educação Étnico-Racial e Diversidade.

¹⁰. professor titular da Universidade Federal do Ceará – UFC

Considero relevante esclarecer estes equívocos, porque as informações divulgadas no Brasil e no mundo, ajudadas principalmente pela mídia brasileira e internacional, informam que na Amazônia a presença negra é quase inexistente e a indígena assume a identidade étnica da Região Norte.

Contrariando essas informações, trago para conhecimento coletivo os dados da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (BRASIL, 2006), que divulgou as Unidades da Federação Brasileira com Maiores Proporções de Negros (Pretos e Pardos), nos apresentando um novo retrato étnico do Brasil, conforme os dados abaixo:

ESTADO	POPULAÇÃO NEGRA %
Bahia	79,1
Amazonas	78,6
Pará	77,0
Amapá	76,6

Os dados sobreditos evidenciam que existe uma grande concentração de população negra na Amazônia. E esse artigo fala de parte desta ‘Amazônia Negra’, o estado do Amapá, que também precisa ser incluída no Plano MEC-SECAD para a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas de nosso país e do Amapá, dando visibilidade aos territórios de maioria negra ou ocupados parcialmente pela população negra, localizados do Oiapoque ao Chuí¹¹ evidenciando as diversas culturas afro-brasileiras como herança de toda a população brasileira, devendo ser ensinada aos educandos brasileiros como ensinamento basilar sobre a grande diversidade étnica e humana pulsante no povo brasileiro.

A implementação da Lei 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, incluindo nos currículos escolares das escolas públicas e privadas o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, bem como as diversas contribuições dos africanos e seus descendentes para o desenvolvimento de nosso país está garantida por força de lei e é indispensável também a extensão de sua aplicação a todos os cursos e áreas de conhecimento no Ensino Superior regular e técnico-profissional.

¹¹ . Os Municípios de Oiapoque, no Estado do Amapá, e o Chuí, no Rio Grande do Sul, são historicamente dois pontos extremos do Brasil, mais divulgados em território nacional. Mas vale ressaltar que os dois pontos extremos do Brasil geograficamente são a nascente do Rio Ailã no Monte Caburaí em Roraima. E, na Região Sul Arroio Chuí no Rio Grande do Sul.

Esta iniciativa é fundamental e decisiva para aclarar a necessidade, sobretudo, dos profissionais da educação¹² pensarem em estratégias metodológicas e sua aplicação, para trabalharem tais conteúdos pedagogicamente e para que o sonho sonhado e sempre alimentado por muitos educadores/as, pesquisadores/as, ativistas dos diversos Movimentos Sociais Negros desde 1930, quando, por exemplo, as Irmandades Religiosas primavam pela liberdade e educação de seus membros, se concretizem e as escolas brasileiras se tornem espaços de convivência respeitosa, acolhedora e potencializadora da imensa riqueza que repousa na diversidade humana de nosso país. Nomeio como profissionais da educação pessoas que atuam direta e indiretamente postulando ações e encaminhamentos necessários para democratizar, melhorar a qualidade, aumentar investimentos e promover o acesso e permanência e equidade na educação no

Brasil, como por exemplo: os/as educadores/as, gestores/as escolares, técnicos/as educacionais, secretários/as de educação, membros de conselhos de educação, pesquisadores/as, governadores e prefeitos, Ministério Público, funcionários em geral das escolas, instituições de ensino superior, políticos, educandos, movimento negro e demais movimentos sociais, os pais ou responsáveis dos estudantes e comunidade em geral. Todos têm papel preponderante e são co-responsáveis pela educação de nosso país.

Outrossim, que a educação brasileira seja posta, democraticamente a serviço de formar pessoas menos racistas, preconceituosas, ignorantes, machistas, xenóforas e passe a formar integralmente seres humanos mais curiosos, desejosos de conhecer o/a outro/a, seguindo o princípio ético do direito à vida e ao convívio saudável em sociedade que todo ser humano deve ter garantido em seio familiar e na prática sócio-cultural das cidades.

A fundamentação teórica que entrecruza esta pesquisa-intervenção foi baseada em autores/a como, por exemplo: Anjos (2009), Cunha Jr. (2001-2009), Nascimento (2007) e Santos (2002) que contribuíram para situar esta pesquisa-intervenção nos campos da afrodescendência como explicitação histórico-sociológica da existência de população negra, do território como construção social, da memória de negros moldada pelos fatos que compõem a cultura negra e do Quilombo - espaço geográfico de rica cultura material e imaterial. Tais conceitos foram relevantes para ajudar a compreender as singularidades sócio-históricas e culturais presentes nos campos empíricos da pesquisa que desenvolvi no doutorado e para explicitar seus achados neste artigo.

Faz-se necessário mencionar ainda que a realização da pesquisa – intervenção e a experiência pedagógica desafiadoras, ora apresentada, se desenvolveram com a participação de professores/as, educandos/as, gestão escolar, corpo-técnico-administrativo, funcionários de apoio ao funcionamento da escola, além de marcante presença de pessoas da comunidade e de outras pessoas parceiras e interessadas em dialogar conosco sobre o caminho didático - pedagógico que tecemos coletivamente na escola e na Comunidade Quilombola do Cria-ú.

¹² Nomeio como profissionais da educação pessoas que atuam direta e indiretamente postulando ações e encaminhamentos necessários para democratizar, melhorar a qualidade, aumentar investimentos e promover o acesso e permanência e equidade na educação do Brasil, como por exemplo: os/as educadores/as escolares, técnicos/as educacionais, secretários/as de educação, membros de conselhos de educação, pesquisadores/as, governadores e prefeitos, Ministério Público, funcionários em geral das escolas, instituições de ensino superior, políticos, educandos, movimento negro e demais movimentos sociais, os pais e responsáveis dos estudantes e comunidade em geral. Todos tem papel preponderante e são corresponsáveis pela educação do nosso país.

Assim, neste artigo, venho compartilhar o que considero um ‘fértil caminho’ para o ensino e aprendizagem escolar sobre as Relações Étnico-Raciais e, sobretudo, Educação em Quilombos, que deve ocorrer de maneira respeitosa e formadora de seres humanos menos racistas, preconceituosos, intolerantes e ignorantes em relação à diversidade humana em âmbito escolar, tendo como porta de entrada as heranças culturais negras presentes no Quilombo do Cria-ú em Macapá, como possibilidade concreta de operacionalizar a implementação da Lei Nº 10.639/03 e evidenciar a presença das heranças ancestrais negras em todo território nacional.

3.2 O QUILOMBO DO CRIA-Ú

O Cria-ú foi o primeiro Quilombo¹³ em Macapá, que conquistou o direito histórico de continuar vivendo, cultuando suas crenças e conservando suas culturas para as futuras gerações de amapaenses, recebendo o documento de titulação de suas terras da Fundação Cultural Palmares com a denominação de Comunidade Negra Rural (ARRUTI, 2006).

O Cria-ú é um lugar de negros, terra ancestral, Quilombo perto da capital. Era distante nove quilômetros, quando não tinha asfalto e transporte com linhas de ônibus. Hoje, está perto. Tão perto que a cidade quase o invade com seus bairros de nome Ipê e Novo Horizonte.

Este território ancestral negro foi registrado, em termos jurídicos, pelo Decreto Estadual 024 no ano de 1990 e reconhecido como Área de Proteção Ambiental (APA) pelo Governo do Amapá. Trata-se também do primeiro grupo social quilombola reconhecido no estado do Amapá pelo Governo Federal, em 13 de agosto de 1998, publicado no Diário da União como Comunidade Negra Rural, patrimônio material, imaterial e natural do Brasil.

Portanto, é deste lugar que compartilho com os leitores deste artigo a maior experiência de vida e profissional que logrei ao longo de minha trajetória humana.

3.3 A TESSITURA DA PESQUISA INTERVENÇÃO

Inicialmente a pesquisa-intervenção que me propus realizar seria com alguns professores da escola que ministrassem os componentes curriculares: artes, história, geografia e ensino religioso¹⁴. Este último representa uma preocupação relevante para mim porque adentra a seara das particularidades moral e religiosa de certos grupos humanos hegemônicos em detrimento de pessoas com expressões religiosas afrodescendente. Outrossim, trata-se de um campo de saber complexo, porque os professores em sua maioria

¹³. Na tese de doutorado de minha autoria optei por utilizar a terminologia Quilombo para referir-me a meu lócus de pesquisa. Trata-se de um termo histórico repleto de significado ideológico, força e identidade étnica e política aos quilombolas e população afrodescendente de nosso país.

¹⁴. A aplicabilidade da Lei Nº 10.639/03 no contexto escolar prioriza o seu ensino nos componentes curriculares: artes, história, literatura. Mas os contextos escolares e seus sujeitos são heterogêneos. Existe a flexibilidade de ajustar a cada contexto pesquisado. Por isso, elegi a área de geografia pelo Cria-ú ser uma Comunidade de Quilombo. E inclui o Ensino Religioso porque é um campo de conhecimento de foro íntimo e escolha familiar, portanto, as instituições escolares não devem incluir em sua grade curricular, na minha opinião, devido às religiões de matrizes africanas serem extremamente marginalizadas, deturpadas e demonizadas pela sociedade brasileira. Equívocos que são reafirmados pela escola, como também pelos/as professores/as seguidores das religiões evangélicas. Na escola investigada existe professora, funcionário e educandos evangélicos. E a Umbanda é a religião de matriz africana mais cultuada em Macapá e estado do Amapá e no Cria-ú. Felizmente, a compreensão e princípio ético que fundamenta a ação didático-pedagógica da professora responsável pelo ensino religioso na escola lócus de pesquisa era, e é baseado nos direitos humanos e direito à vida e respeito às culturas humanas.

fazem apologia de suas religiões individuais e os conteúdos que ministram são proselitistas e, por isso, marginalizam e demonizam as religiões de matrizes africanas.

Ensinam o contrário do que deveriam ensinar que é o respeito à diversidade e a riqueza que repousa sobre as diversas culturas e dentre elas as expressões religiosas de cada grupo humano. Os/as professores/as responsáveis em ministrar o conteúdo desse componente curricular, devem ensinar lições de amor ao próximo, que precisam ser cultivadas entre todos os seres humanos.

A aprendizagem de pessoas se dá pelo acúmulo de conhecimentos que se somam ao longo de suas vivências sociais, religiosas, culturais e escolares. Por isso, percebi a necessidade de realizar a pesquisa–intervenção, na escola do Quilombo do Cria-ú envolvendo toda a comunidade escolar, e principalmente, o corpo docente da escola que ministra aula na educação infantil e ensino fundamental, para que os conteúdos ministrados em cada nível escolar tivessem continuidade nos anos posteriores e desta feita servissem como reforço aos valores éticos, étnicos e humanos que devem ser sedimentados ao longo da trajetória escolar dos/as educandos/as.

Após a realização do diagnóstico da escola, realização de conversas com todos os sujeitos que se entrecruzam em seu cotidiano, como encaminhamentos relevantes para a elaboração das etapas teórico–práticas da pesquisa–intervenção, combinei uma agenda de ‘Encontros de formação’ com a comunidade escolar. Infelizmente, não consegui envolver a totalidade do conjunto de funcionários da escola para participarem com assiduidade dos estudos. Mesmo assim, quase sempre contei com número expressivo de professores, com a presença da diretora e corpo técnico da escola em todas as reuniões. Algumas mudanças qualitativas de atitude e comportamento foram tornando-se regulares e visíveis na escola a partir desse encaminhamento.

O olho é tocado pela força daquilo que vê, como enfatiza Suely Rolnik. Por isso, os Encontros de Formação na escola sempre se iniciaram com dinâmica de reflexão, tendo como recurso didático-pedagógico poesia, letras de música, filmes e notícias veiculadas em listas de circulação acadêmica com abordagens étnicas e educacionais, entrevistas veiculadas em revistas, jornais que enfatizavam a violência do racismo, discriminação racial, intolerância religiosa, preconceito étnico contra a população negra em nosso país e relatos de experiências que foram crescendo à medida que o professorado, corpo técnico e direção da escola começaram a desvelar as múltiplas faces de manifestação do racismo e danos que causam aos seres humanos. A esse respeito Maria Aparecida, (Cidinha) da Silva (2001, p. 67) menciona que: *o despreparo (do professorado) constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias no ambiente escolar*.

Por isso, durante a intervenção, objetivei instrumentalizar os/as professores/as e a comunidade escolar para desvelar e enfrentar o racismo e todas as formas de discriminação e preconceito étnico recorrentes no dia-a-dia educacional da escola, como conhecimento importante para

decodificarem as vozes, os silêncios, os silenciamentos e as práticas discriminatórias produzidas e reproduzidas dentro da escola, por meio das quais se limita a formação de

peessoas críticas e reflexivas, que respeitem e explorem a riqueza das diferenças, recusando-se a transformá-la em desigualdades(Ibidem, p. 67).

O professorado teve livre acesso à fala quando desejasse. Deixei claro a eles/as desde o início dos Encontros de Formação, que o objetivo de nossos momentos de diálogo - compartilhado era o de aprender coletivamente, desenvolver estratégias pedagógicas, conhecer as que seus pares por ventura desenvolvessem e construirmos juntos caminhos didático-pedagógicos para lhes subsidiar em sua prática cotidiana em sala de aula e na implementação da Lei Nº 10.639/03, tendo como ponto de partida os saberes históricos ancestrais da comunidade do Cria-ú, alimentados pelos/ as moradores/as da comunidade, que precisam ser legitimados na escola.

Enfatizei ainda, que não daria a nem um/a deles/as um “pacote pronto” com receitas didático-pedagógicas fantasiosas para que simplesmente aplicassem em sala de aula com seus/as educandos/as. Convidei-os para construirmos juntos essas possibilidades metodológicas que, face à dinâmica da dimensão humana presente nos/as diversos/as educandos/as e a realidade local, deveria estar sempre aberta a novas elaborações e reordenamentos, assim como seus planejamentos escolares.

O desenvolvimento do trabalho com os/as professores/as, direção, corpo técnico e alguns funcionários do corpo administrativo da escola, mostrava o estágio de catarse que estavam vivenciando e, aos poucos, fui percebendo que começavam a substituir a ‘Política de Avestruz’ (MUNANGA, 2001, p.8), em que só olhavam para seus próprios planejamentos e conteúdos referentes ao componente curricular que ministravam, para perceberem a necessidade de ‘trocas dialogadas de saberes’ com seus pares, como encaminhamento necessário para a consecução da nova filosofia de trabalho da escola.

Procurei repetidamente fazer com que entendessem ‘Quem Educa Marca o Corpo do Outro’(DOWBOR, 2008), os convidando sensível e reflexivamente para marcarem positivamente os corpos de seus/as educandos/as, mas para tanto, precisavam agir rápido afim de que as crianças e adolescentes negros e negras, dos/as quais também são responsáveis, parassem de sofrer em ambiente escolar a ponto de se auto-rejeitarem como aconteceu e continuava acontecendo com as crianças e adolescentes da comunidade do Cria-ú e da própria escola (FAZZI, 2006), por não enxergarem seus ascendentes e descendentes em lugar de excelência na formação do *ethos* brasileiro e, por conseguinte, na educação escolar desenvolvida pela e na escola.

A resposta positiva da comunidade escolar, ao convite que receberam para participar dos Encontros de Formação demonstrava as mudanças qualitativas ocorridas dentro da escola do Quilombo do Cria-ú. Isto se verifica nos materiais didático – pedagógicos, programações das festas comemorativas realizadas ao longo do ano letivo, painéis de aviso e de datas comemorativas, atitude positiva dos/as educandos/as perante sua identidade étnica/quilombola, direção e corpo técnico administrativo, desejosos em firmar a filosofia da Escola e professorado reconhecendo a relevância do conhecimento para a ampliação de sua prática docente e transformação para melhor, em todos os aspectos do ambiente da escola.

O trabalho árduo, insistente e persistente resultou em mudanças qualitativas na escola, apresentadas abaixo em alguns depoimentos dos sujeitos partícipes da pesquisa-

intervenção, os quais reconheceram a relevância dos textos e conteúdos estudados nos Encontros de Formação sobre a Lei Nº 10.639/03. E todos eles favoreceram a mudança de paradigma na escola, resultando na tessitura de um caminho para a implementação dessa lei a partir do reconhecimento, valorização e respeito pela história e cultura do Quilombo do Cria-ú no contexto escolar local.

Olha, foi muito bom trabalhar o conteúdo, pois como falei no relatório, as crianças negras não se aceitavam como tal. Fomos conversando explicando, revendo, lembrando as descendências e fomos vendo que alunos ditos brancos no final são negros. No início foi muita resistência. Aos poucos, estão aceitando, e isso me deixa feliz. (Professora do 3º ano - filha do Quilombo do Cria-ú)

Hoje, sei que é possível trabalhar a respeito da nossa comunidade sem perder a referência dos conteúdos programáticos. (Professora da Comunidade - 4º ano – filha do Quilombo do Cria-ú)

A mudança que observei nos meus alunos, foi acima de tudo a aceitação e valorização de ser um afrodescendente. E eu mudei em grande parte a minha visão sobre muitos aspectos relacionados a nossa etnia (Professora do 3º ano – filha do Quilombo do Cria-ú)

A (minha) participação nas reuniões da escola tem me ajudado bastante a entrar em contato com discussões sobre a História Africana e Afrodescendente. A conhecer muito sobre a minha história e de meu país. A reconhecer preconceitos nas entrelinhas e os explícitos. E me respaldado para interferir em posicionamentos negativos (Professora de História)

Percebi que eles (educandos) aprenderam um pouco mais sobre o povo afrodescendente. Que a África é um continente que está mais ligado ao Brasil do que qualquer outro (por) sua herança deixada ao Povo Brasileiro. A importância do negro na formação cultural da sociedade brasileira. Comigo acontece a mesma coisa em relação ao conhecimento (Professora de Geografia)

Me fez compreender o quanto é importante conhecer e preservar a cultura local (Diretora da escola)

O contato dos professores, direção e técnicas pedagógicas com os textos que trabalhamos na escola provocou a fala e depoimentos emocionados destes sobre as manifestações de racismo que foram vítimas, e ou seus filhos, parentes, amigos, colegas, seus educandos e que eles/as não haviam despertado para o tamanho da violência que está imersa em tais manifestações. Esse momento era marcado por forte emoção, choro e expressões de dor que lembravam o que os fatos lhes causavam.

Aproveitei esses momentos para dizer ao professorado: as crianças que eles educam por serem em, quase sua totalidade ‘*negros indisfarçáveis*’ (MUNANGA, 1996), ou seja, com traços étnicos marcados por mais melanina na pele, cabelo étnico natural e lábios carnudos, sofrem mais direta e violentamente discriminação racial e são vítimas de xingamentos, apelidos depreciativos e comparações desagradáveis principalmente no cotidiano escolar, inclusive pela atitude discriminatória e preconceituosa do próprio professorado, que, quase sempre, rejeita as crianças e adolescentes que possuidores dos traços fisionômicos sobreditos (SILVA, 2001; ROMÃO, 2001; CAVALLEIRO, 2001; GOMES, 2001; SILVA, 1995) dentre outros/as.

Os novos conhecimentos apreendidos pela comunidade escolar sobre as Relações Étnico-Raciais na Educação Brasileira e local foram treinando seus olhos e sentimentos para enxergarem o sofrimento das crianças e adolescentes no cotidiano escolar e a esboçarem reação combativa ao problema, como revelam os depoimentos a seguir:

A partir desses textos, atentamos para inúmeras situações (dentro e fora da escola) que até então passavam despercebidas como: pequenos insultos, apelidos, brincadeiras de mau gosto etc.. (Professora do 4º ano – educação infantil).

Gosto dos saberes, dos desafios, das mudanças que promovem, da sensibilidade que o olhar recebe sobre situações que passavam despercebidas [...] (Professora de História).

O conteúdo expresso pela fala dos professores sobreditos e abaixo, demonstra que eles perceberam a relevância de sua participação nos Encontros de Formação e estudos coletivos quanto às temáticas referentes às Relações Étnico-Raciais na Educação Brasileira e, sobretudo, sobre Quilombos e princípios norteadores para a educação em Quilombos. Tais conhecimentos foram basilares para a orientação e desenvolvimento do novo Projeto Político Pedagógico, em processo de execução na escola, mas que só será enraizado com a participação decisiva do professorado, muito embora o envolvimento de toda a comunidade escolar seja indispensável no processo.

Todos os momentos de estudos e discussões proporcionaram-me um novo aprendizado, os quais enriqueceram muito o meu modo de pensar e agir. Hoje, porém, tenho mais firmeza em defender tais questões (Professora de Ensino Religioso)

Com certeza me ajudaram e muito. Tanto que onde eu estiver irei colocar em prática (Professora de 1º ano da educação infantil)

Ajudaram muito. Primeiro pelo próprio conhecimento da lei em si, que eu pouco conhecia. E depois, os textos discutidos nas reuniões me fizeram perceber que muitas coisas estão mudando dentro da sociedade (Professora de História).

Sim. A escola está localizada em uma área de Quilombo e, portanto, precisa estar mais que todos preocupada com a questão inter-racial. (Professor de Matemática).

Muitos de nossos alunos ou não sabem ou não querem ser incluídos nesse processo (constituição de sua identidade étnica). Os textos trazidos foram me ajudando a compreender as relações e a valorização, para depois poder explicar aos alunos (Professora do 3º ano - filha do Quilombo do Cria-ú).

Reitero que os depoimentos acima descritos endossam o pensamento de Petronilha Beatriz (2001) de que educadores e pesquisadores precisam estar curiosos e comprometidamente atentos ao conjunto multicultural da cultura brasileira e, sobretudo, afro-brasileira. Acredito que desta maneira a educação escolar poderá se constituir em práxis social de formação de seres humanos críticos e atentos para a condição de desvalia a qual a maioria da população negra vem sendo historicamente relegada em nosso país. Ao mesmo tempo que nós, educadores, precisamos reconhecer o papel preponderante das “mãos pretas” dos africanos e seus descendentes, decisivos para o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural da nação brasileira.

No que tange à especificidade da educação escolar quilombola, ela precisa ser orientada, na minha opinião, pela concepção da práxis educativa postulada pelo pedagogo Paulo Freire, que é fundada no diálogo crítico e problematizador, o qual oportuniza a comunicação que possibilita a verdadeira educação como prática da liberdade.

A educação das crianças, adolescentes e adultos no contexto escolar quilombola, constitui-se como conteúdo programático da riqueza material e imaterial, natural e humano presentes nesses territórios. Por isso, esta educação funda-se no diálogo e na problematização crítica sobre a realidade existencial e concreta desses territórios quilombolas e de maioria negra, como tecido histórico/cultural ainda não estudado com a seriedade e a propriedade que merecem.

Portanto, é relevante mencionar também que na educação em quilombos, na concepção de Anjos (2009, p.75), os professores precisam ensinar aos educandos que

[...] as populações africanas não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão-de-obra escrava, eles marcaram e marcam, de forma irreversível, a

nossa formação social, tecnológica, demográfica e cultural que, ao longo desses séculos, foi preservada e recriada, mesmo com as políticas contrárias ao sistema. As populações de origens africanas [grifo nosso], são as responsáveis pela adequação nos trópicos da técnica pré-capitalista brasileira, como, por exemplo: a mineração, a medicina, a nutrição, a agricultura, a arquitetura, a pecuária, tecelagem, a metalurgia, a cerâmica, as estratégias militares e de construção, assim como a elaboração do português africanizado, da religião, com a sua cozinha sagrada e os princípios filosóficos.

Para que os professores possam ensinar aos estudantes sobre a relevância dos Quilombos na história do Brasil, eles precisam antes, porém, aprender por meio da formação continuada sobre a dinâmica e as especificidades quilombolas e, sobretudo, reconhecerem o valor histórico, social e cultural que esses patrimônios nacionais possuem.

No caso específico do Quilombo do Cria-ú, a expressiva maioria dos profissionais que atuam na escola localizada na comunidade, são alheios à realidade local, e por isso precisam de formação e capacitação específica a fim de que adquiram consciência de sua responsabilidade na sedimentação do trabalho pedagógico da escola.

Os professores que trabalham em escolas situadas dentro de Quilombos, devem valorizar o conhecimento desse *continuum* cultural como conteúdo didático-pedagógico, tendo assim a oportunidade de proporcionar aos educandos aprendizados significativos sobre si e sua comunidade. E por certo os estudantes conseguirão enxergar-se dentro dos conteúdos escolares e contextos geográficos apresentados em sala de aula.

Deste modo, esse grande contingente de futuros cidadãos brasileiros serão instruídos a se sentirem orgulhosos de seus ancestrais africanos e afrodescendentes e a ambicionarem ser, no futuro profissionais de áreas de conhecimento que possam melhorar a vida em comunidade e desejarem edificar seus sonhos de transformação e melhorias de vida para si e seus semelhantes onde vivem. E não, como comumente vemos em escolas da zona rural e quilombola, professores incentivarem os estudantes a deixarem seus territórios e migrarem para as cidades como a única chance de prosperar na vida.

Em síntese, tenho certeza de que os desafios para a sedimentação da implementação da Lei n. 10.639/03 ainda é desafiador dentro da escola da comunidade do Cria-ú, mas a minha experiência junto à instituição me ensinou que o método freireano e o uso do cabedal teórico que alicerçou a pesquisa participante e seu desdobramento na pesquisa-intervenção que promovemos na escola, não teria sido eficiente se não articulasse as vozes dos anciãos e a vitalidade presente na ânsia de viver das crianças e jovens como raízes que se fortalecem pela união entre si no Criaú.

Por fim, segundo videira (2009, p 232) “O ser humano se constitui dentro de um contexto plural de histórias, culturas e modos de vida ao longo de sua existência e de seus antepassados, ou seja, com suas vivências e memória-histórico-ancestral”. Sendo assim, sei que as necessidades educacionais e pedagógicas são inúmeras ainda, sempre serão, mas acredito que, com a continuidade do trabalho desenvolvido na escola, com objetivos claros, teremos sempre a chance de obter novas conquistas porque as bases de sustentação estarão sempre lá, garantindo esse “ir adiante”. Mesmo que algumas pessoas, por algum motivo, não se sintam motivadas a participar dessa construção contínua.

3.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Falo de Macapá - Estado do Amapá, localizado na Região Norte, especificamente na Amazônia Negra Brasileira. Terra do Marabaixo, Batuques, ladainhas, folias e de feições afroamapaenses presentes na cidade de Macapá e Quilombo do Cria-ú, pertencente ao conjunto multicultural da cultura brasileira. O partilhar dessa experiência com os leitores deste texto tem como objetivo promover a implementação da Lei n. 10.639/03, por meio da especificidade da Educação em Quilombos, tendo como ponto de partida a história e cultura afroamapaense para que a experiência aqui descrita possa subsidiar outras escolas do Amapá e quiçá do Brasil vivências instrutivas como a que vivenciei no Cria-ú.

Tenho plena consciência de que a pesquisa ora apresentada, com resultados concretos, não está fechada. E, portanto, jamais estará conclusa. Mas, o meu desejo é que essa investigação siga tecendo caminhos em forma de achados e possibilidades de desdobramentos em novas pesquisas que poderão surgir a partir do contato desses escritos com pessoas e profissionais ligados à área de educação em território nacional.

A seguir, coloco um ponto neste texto, convocando a todos os profissionais ligados direta e/ou indiretamente à educação de nosso país, para que, a exemplo das crianças da Educação Infantil da escola do Quilombo do Cria-ú, que, após recitarem e dramatizarem a poesia: Minha Cor de autoria da Professora e Técnica-Pedagógica Irene Bonfim, davam-se longo, caloroso e apertado abraço, enriquecido por largos sorrisos de crianças que se abrem em abundância e transbordam em sentimentos carinhosos quando estão felizes.

Caros professores/as, peço-lhes que se abram em posturas éticas e atitudes amorosas para que as crianças negras e adolescentes negras/os possam entrar em seu ser professor/a e ambos consigam *Marcar os Corpos Uns dos Outros* positivamente e juntos possam se entrecruzar com seus ricos saberes, religiosidades, tradições, oralidade, folias, ladainhas, Batuques e Marabaixo, jeito de ser e maneiras de perpetuar a existência corpórea como ensinamento ancestral que herdamos de nossos/as ascendentes e descendentes africanos e afrodescendentes.

Oxalá tamanho legado ancestral heterogêneo dos Quilombos, possa ser transformado em recurso didático pedagógico e ensinamento de respeito à diversidade humana que se movimenta em cada um de nós por intermédio das culturas e das culturas negras, que representam uma das mais marcantes raízes históricas e cultural de nosso Brasil. Da qual todos/as nós devemos nos orgulhar. Mas para tanto, essas culturas precisam ser legitimadas e estar presentes no cotidiano das escolas brasileiras.

Por fim, a cultura afroamapaense está presente na escola do Quilombo do Cria-ú e passou a ser ensinada no cotidiano da escola. Em todas as atividades que são realizadas na escola a cultura local se faz presente. E não só em datas pontuais: 13 de maio – Abolição da Escravatura, 22 de agosto – dia do Folclore e 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra, como antes era de costume.

Para colocar um ponto em nosso diálogo, fecho esses escritos fazendo uma homenagem à professora e técnica pedagógica Irene Bonfim, que, durante dez anos, se

dedicou com muita paixão e amor à escola do Cria-ú. E foi a idealizadora e força energética que movimentou os projetos com recorte étnico-racial realizados pela escola durante tal período.

Ela criou a poesia ‘MINHA COR’, para ensinar diariamente às crianças da Educação Infantil a amarem, se orgulharem e valorizarem a ‘cor de sua pele’, de seus ascendentes e de seus ancestrais africanos.

A poesia era recitada e as crianças faziam os gestos (performance) para que não só falassem verbalmente, mas que por intermédio de seus corpos pudessem sentir e evidenciar o orgulho de serem negros e negras do Quilombo do Cria-ú.

‘MINHA COR’
 Eu nasci assim com esta cor tão linda, a cor dos meus pais, dos meus
 avós, dos meus ancestrais.
 Essa cor...
 Ah! Essa cor...
 Não vai mudar nunca.
 Minha melanina é que faz a diferença.
 O meu cheiro...
 Ah! O meu cheiro...
 Não há outro igual.
 Sou negro na cor e sou criança de paz
 Irene Bonfim

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *quilombos: geografia africana – cartografia étnica territórios tradicionais*. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009.
- ARRUTI, José Maurício. *mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru/SP: EDUSC, 2006.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira*. Brasília-DF, 2004.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: *Pesquisa Nacional por Amonstra de Domicílio*. Brasília-DF, 2006.
- CAVALLEIRO, Eliane. *Educação anti – racista: compromisso indispensável para um mundo melhor*. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org). *Racismo e anti racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- CUNHA JR., Henrique. *Africanidade, Afrodescendência e Educação. Educação em Debate*, fortaleza, Ano 23, v. 2, n° 42, 2001b.
- _____. *memórias negras e memórias de negros, 2009 (Mimeo)*.
- DOWBOR, Fátima Freire. *quem educa marca o corpo do outro*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FAZZI, Rita de Cássia. *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

GOMES, Nilma Lino. ***Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação***. In: MUNANGA, Kabenguele (Org). *Superando o racismo na escola*. 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

MUNANGA, Kabenguele. ***Negritude. Usos e sentidos***. São Paulo: Ática, 1996.

NASCIMENTO, Beatriz do. ***Eu sou atlântica***. In. Sobre a Trajetória de vida de Beatriz do Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

ROMÃO, Jeruse. ***O educador, a educação e a construção de uma auto estima positiva no educando negro***. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org). *Racismo e anti racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SANTOS, Esmeraldina dos. ***Histórias do meu povo***. Macapá: confraria Tucuju, 2002.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. ***Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras***. In: MUNANGA, Kabenguele (Org). *Superando o racismo na escola*. 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

SILVA, Maria Aparecida. ***Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial***. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org). *Racismo e anti racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, A. C. ***A discriminação do negro no livro didático***. Salvador: CEAD-CED, 1995.

SANTOS, M. ***metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia***. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

VIDEIRA, P. L. ***marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense***. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

**2º PARTE - RELATOS DE EXPERIÊNCIAS:
O TEXTO NO CONTEXTO DA LEI 10.639/03
NO ESTADO DO AMAPÁ**

1 UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: E.E DAVID MIRANDA “AS MANIFESTAÇÕES ÉTNICO RACIAIS AMAPAENSE”

Diana Chagas Pinto¹⁵
Laurinaudia Barros Martins¹⁶
Madalena da Silva e Silva¹⁷
Reginaldo Socorro Brito¹⁸
Wdemberg Soares dos Santos¹⁹

Este relato de experiências: “**As manifestações Étnico-Raciais Amapaenses**”, faz parte do Projeto **Identidade Cultural**, que está na 6ª edição, sendo este, direcionado aos alunos do Ensino Fundamental I e II, da escola Estadual David Miranda, cuja clientela abrange as comunidades adjacentes; vila de São José do Matapi; São Raimundo do Pirativa; Cinco Chagas; São João do Matapi, Ribeirinhos do Matapi, vila do Coração; vila do Valdemar e vila Jardim de Deus. Sua efetividade contribui para um momento de integração, entretenimento e atividades socioeducativas, onde a criticidade, junto com atitudes sociopolíticas, tornam-se fundamentais na formação dos educandos.

1.1 ESCOLA, COMUNIDADE E AÇÃO: UMA PROPOSTA PEDAGOGIA

A Escola Estadual Prof. David Miranda dos Santos está localizada na Comunidade Quilombola São José do Matapi – Comunidade de Remanescentes de Quilombolas São José do Matapi, no Município de Santana/ Amapá. Desenvolvido pelo segundo ano consecutivo, o **Projeto Identidade Cultural “As manifestações Étnico-Raciais Amapaenses-Indígenas, Portuguesas e Africanas”**, é caracterizado pela sua abrangência, pois envolve educadores, educandos do ensino fundamental I e II e Comunidades Remanescentes de Quilombolas onde está localizada a escola e adjacentes.

O presente projeto investe na valorização da identidade histórica e cultural das manifestações étnico-raciais amapaenses (Africanas, Indígenas e Portuguesas), que compõem o patrimônio sociocultural brasileiro e em especial O povo amapaense, contribuindo para o fortalecimento das relações de intercâmbio escolar e comunidades remanescentes de quilombolas²⁰ adjacentes. O projeto “Identidade Cultural” está em consonância com a legislação vigente, cujo objetivo se encontra na aplicabilidade da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional alterada pela Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedades da temática “Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Currículo Escolar” e, mais recentemente, pela Lei Nº 11.645 de 2008, que trata do estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Por outro lado, oportunizando diálogos e possibilitando aprender e a conviver com as diferenças, através da própria realidade, transformando o ambiente escolar em um momento de experiências, reflexão e mudança

¹⁵ . Formada em letras.

¹⁶ . Formada em História, Pós Graduação em História da África e afrobrasileira

¹⁷ . Formada em Artes pela UNIFAP. Pós Graduada em História da África e afrobrasileira

¹⁸ . Formado em pedagogia pela UNIFAP. Pós Graduação em Supervisão e Orientação e História da África e afrobrasileira

¹⁹ . Formado em Educação Física.

²⁰ . Os quilombos são: grupos étnicos- raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003, p33).

comportamental, de todos os atores envolvidos, faz do referido projeto, uma importante ação da práxis pedagógica na educação para as relações étnico-raciais.

É importante lembrar que Políticas Públicas e Ações Afirmativas Educacionais direcionadas para promoção da Igualdade Racial nas escolas e comunidades quilombolas no Estado do Amapá são extremamente necessárias e urgentes. Políticas estas garantidas na Constituição Federal, no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e de acordo com Decreto 4.887 em seu Art. 2º, de 20/11/ 2003:

Entre as 3.754 comunidades quilombolas brasileiras, 29 estão localizadas no Amapá somente três possuem o Título de Certificação definitiva: Quilombo do Curiaú, Mel da Pedreira e Conceição do Macacoari.

Conhecer nossa cultura, identidade, e manifestações étnico-raciais amapaenses, é buscar caminhos para entendermos a nós mesmos e a nossa realidade. Contribuindo assim, para a formação de novas mentalidades que possam contribuir para a superação de problemáticas históricas, mas que ainda se constituem uma realidade, como: discriminação, exclusão socioeconômica e o racismo.

Neste sentido, a realidade local ribeirinha e quilombola traz uma riqueza multicultural desafiadora, onde a proximidade de diversas comunidades rurais, ribeirinhas e Quilombolas corrobora para um fazer pedagógico diferenciado, onde a manifestação cultural de cada grupo envolvido seja respeitado e valorizado, sem prejuízo e/ou desmerecimento para os referidos grupos, já que a educação escolar envolve conceitos e preconceitos, em um complexo jogo de interesses e ideias.

Deste modo, A Escola Estadual David Miranda dos Santos, através do projeto “Identidade Cultural” contribuiu para ampliar a percepção de todos os envolvidos sobre a multiplicidade dos universos culturais afro-indígenas e seus descendentes no Brasil, estabelecendo uma troca de informações culturais, e valorização simbólica, buscando difundir as riquezas desses grupos formadores da sociedade brasileira, Amazônida e, mais especificamente amapaense.

Com o tema: “As manifestações Étnico Raciais Amapaenses”, O Projeto Identidade Cultural, da Escola Estadual David Miranda dos Santos, justificou-se pelas diversas abordagens educacionais, culturais, simbólicas, históricas e identitárias, além da valorização dos atores sociais, em suas respectivas realidades, cuja abrangência ampliou-se para além dos muros da escola, atingindo seu entorno, ampliando o processo de ensino-aprendizagem e o apoderamento dos valores culturais dos diversos grupos, a partir da troca de experiências e de suas vivências enquanto processo formativo e continuado. Onde, “A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é (...) tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa posição política”. (Relatório do Conselho Nacional de Educação, 2004).

Sendo assim, a construção de um futuro autossustentável nos coloca, como desafio, a mudança de nossas práticas pedagógicas, contribuindo para ações de melhoria das condições de vida local e mundial.

Portanto, a escola como instituição formadora de cidadãos críticos, deve em seu Projeto Político Pedagógico e curricular, estimular, promover e desenvolver o estudo, a socialização e a vivência dessas experiências e manifestações étnico-raciais amapaenses, contribuindo para o modo de intervir, pensar e viver em sociedade.

Com relação ao financiamento, o referido Projeto contou com recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) que vem atender as normas da Resolução Nº 006 de 21 de março de 2006, no que estabelece o Art. 2º, no item VI (na implementação de Projetos Pedagógicos) e no item VII (no desenvolvimento de atividades educacionais).

Acreditamos que a realização deste representou um passo importante e fundamental para um convívio social caracterizado pelo mútuo respeito entre todos, na medida em que, a valorizar da herança cultural africana, indígena e portuguesa, foi o Acreditamos que a realização deste representou um passo importante e fundamental para um convívio social caracterizado pelo mútuo respeito entre todos, na medida em que, a valorizar da herança cultural africana, indígena e portuguesa, foi o ponto de partida para a compreensão do protagonismo histórico desses povos e seus descendentes na construção da sociedade brasileira e amapaense.

1.2 DOS OBJETIVOS

Com o objetivo claro de valorização da diversidade étnico-racial existente na sociedade brasileira, através do resgate de manifestações culturais, buscou-se (re)conhecer a contribuição de cada grupo étnico na construção da sociedade brasileira e, mais especificamente, amapaense, resgatando valores identitários, inerentes aos educandos, a partir do seu pertencimento histórico e cultural. Buscou-se também, apresentar práticas pedagógicas inovadoras, inseridas no contexto da legislação federal (leis 10.639/2003 e 11.645/2008), além de despertar nos educandos uma visão reflexiva acerca de seu contexto regional, histórico-cultural e sustentável, resgatando o registro da memória afro-brasileira, mas contextualizada com as problemáticas da atualidade vivenciadas pelos educandos.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste projeto, surgiram algumas reflexões sobre a noção de identidade para tentar dimensionar o significado do contexto atual brasileiro nas comunidades quilombolas que estão em processo de redefinição da identidade dos afrodescendentes, já que para Sansone:

[...] A identidade negra, como todas as etnicidades, é relacional e contingente. Branco e negro existem, em larga medida, em relação um aos outros; as “diferenças” entre negros e brancos variam conforme o contexto e precisam ser definidas em relação a sistemas nacionais específicos e a hierarquias globais de poder, que foram legitimados em termos raciais e que legitimam os termos raciais (SANSONE, 2003, p. 24).

As diferentes construções indenitárias nascem em contextos sociais específicos e devem ser pensadas em uma perspectiva relacional nas comunidades, como resultantes das relações sociais que ocorrem no cotidiano dos atores sociais, e não como propriedades intrínsecas compostas por uma essência imutável da apuração da nossa realidade étnica que excluiria o branco como representativo do nosso homem. Daí se procura subestimar o negro no passado e a sua significação atual, inclusive sua contribuição na formação da nação brasileira. No entanto, as conquistas citadas são frutos de anos de reivindicações e lutas dos diversos grupos que formam o Movimento Negro, em toda sua diversidade de ações, e também dos setores da sociedade que apoiaram e defenderam a causa desse movimento social. Segundo Monteiro (1997),

Para compreendermos o momento atual das discussões em torno de políticas afirmativas para afrodescendentes em nosso país, recorro, portanto, a uma abordagem do fenômeno da identidade do ponto de vista relacional, deslocando-o “do campo conceitual para o político: a identidade não é mais definida como um modo de ser cuja natureza profunda é preciso revelar, mas como um jogo simbólico, no qual a eficácia depende do manejo competente de elementos culturais.” (MONTERO, 1997, 63)

No entanto, reconhecemos que os resultados do processo de lutas aparecem de certa forma, tardiamente, quando se analisa toda a história de reivindicações da população afro-brasileira, cuja organização, em movimentos sociais, é um reflexo da necessidade de fortalecer as relações culturais

da comunidade, bem como o reconhecimento da sua importância na manutenção da identidade de um povo, que por muito tempo foi excluído da história. A emergência por reparações de perdas do passado e pela criação de mecanismos de igualdade, capazes de promover o acesso pleno à cidadania e ao bem-estar, através das chamadas ações afirmativas, direcionadas para os afrodescendentes, contribui para visibilidade das lutas no espaço social. Tendo em vista as adversidades, pelas quais a população negra teve de passar, e a insistência dos governantes em branquear a população do Brasil, onde as políticas públicas sempre tiveram o objetivo de favorecer a população branca, em detrimento da população negra, fez com que a maioria dos negros viessem criar estratégias de sobrevivência, em que uma delas seria a negativa de suas origens.

A aceitação “pacífica” e quase calada da hierarquização da relação branco-negro, em que o primeiro obtém privilégios sociais em nossa sociedade, cria um desconforto geral quando é posta em discussão, por exemplo, através da proposta de implementação de cotas para negros no ensino público superior.

Durante algum tempo, a cultura Afro-Brasileira ficou esquecida ou sendo trabalhada de forma secundária, sem importância. Pensando nos movimentos antirracistas e nas várias lutas que os negros tiveram para conquistarem sua liberdade e seus direitos, a lei 10.639/03 vem implantar, nos currículos escolares, a obrigatoriedade do ensino da cultura e identidade Africana e Afro-brasileira de forma interdisciplinar. O presente projeto teve como objetivo implementar a construção da Identidade afrodescendente, no contexto escolar, onde se propiciou uma discussão sobre concepções de identidade vinculadas à psicologia do desenvolvimento; os manejos pedagógicos desenvolvidos no contexto escolar relacionados à formação e a importância da escola na construção da identidade negra. Neste sentido, foram levantados alguns questionamentos: A formação docente responde de forma efetiva quanto à introdução de conteúdos da história Afro-Brasileira no currículo escolar? O docente encontra dificuldades ao abordar a história Afro-Brasileira em sala de aula?

Portanto, a lei 10.639/03 vem proporcionar um reconhecimento da contribuição histórica das populações africanas e seus descendentes na construção da sociedade brasileira, desmistificando os estereótipos construídos acerca da população afrodescendente, corroborando para uma prática pedagógica antirracista, pois os profissionais da educação não podem ficar indiferentes diante do preconceito criado para desvalorizar as manifestações culturais de matrizes africanas e ignorar a rica história das manifestações culturais, cujo vigor do processo interação e contribuição foi determinante para a construção da sociedade brasileira e amapaense.

1.4 DOS PROCEDIMENTOS E METODOLOGIAS:

As atividades do Projeto Identidade Cultural VI, “As Manifestações Étnico-Raciais Amapaenses”, se desenvolveram através de uma Gincana Cultural, Esportiva e de Sustentabilidade Ambiental, contribuindo para uma referência aos saberes dos grupos envolvidos nas diversas áreas: medicinais, religiosas, dentre outros, de nossos ancestrais à atualidade.

1ª Etapa: SEMINÁRIO E GRUPO DE ESTUDO DA “LEI Nº 10.639/03 - ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA”

Público Alvo: Educadores, alunos, comunidade escolar, comunidades quilombolas do entorno social do ambiente escolar.

2ª Etapa: GINCANA CULTURAL / 1º Ano a 4ª Série

3ª Etapa: GINCANA CULTURAL / 5º Ano a 8ª Série

4ª Etapa: Programação Esportiva:

4.1 CORRIDA (MASCULINO E FEMININO) DE 1,5 KM.

4.2 COMPETIÇÃO DE PESCA (ANZOL E CANIÇO).

4.3 COLETA DO AÇAÍ.

4.4 COMPETIÇÃO DE RABETA.

5ª Etapa: Horta sustentável:

Plantas medicinais: Equipe Africana e Equipe Culinária.

Plantas hortaliças: Equipe Portuguesa e Equipe Indígena.

6ª Etapa: Culminância: com apresentações das atividades desenvolvidas durante a realização do projeto.

1.5 RECURSOS

RECURSOS HUMANOS: pesquisadores, oficinairos, educadores e comunidades quilombolas e do entorno, Instituições Governamentais e de Movimento Social Negro.

RECURSOS MATERIAIS: Apostila para a formação, Kit *a Cor da Cultura Afro-brasileira I e II*, recursos audiovisuais da TV Escola e da biblioteca voltados para Igualdade Racial, mídia de CD e DVD, instrumentos musicais e percussivos, data show, notebook, quadro branco, pincel para quadro branco, livros didáticos e paradidáticos, revistas, jornais, televisores, murais, aparelho de DVD, caixa amplificada de som, microfone, tinta guache, cartolina, papel A4, papel 40 quilos, cola branca, cola de isopor, isopor, raízes, sementes, tecidos afros, maquiagem, pincéis, indumentárias, cano PVC, prego, martelo, serrote, couro de animais, corda de nylon, copos, pratos, tesouras, agulhas, máquinas de costura, elástico, rendas, flores, toalhas de rosto, talabarte, baquetas, combustível para transporte fluvial e terrestre, impressão, máquina digital, extensão, aluguel de jogos de mesas, feijão preto, arroz, farinha, charque, toucinho, calabresa, chouriço, bacon, óleo, temperos diversos, pães, picadinho, lenços de papel, polpa de frutas, açúcar.

OBSERVAÇÃO: O referido projeto foi subsidiado financeiramente pelos elaboradores e seus parceiros sendo:

SEED- Secretaria Estadual de Educação

SEAFRO- Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes

SEPI- Secretaria Extraordinária de Políticas Indígenas

NEER- Núcleo de Educação Étnico-Racial do Estado do Amapá

MOCAMBO- Movimento Afrodescendente do Amapá

IMENA- Instituto de Mulheres Negras do Amapá

QUILOMBO DE ARTES TAPÚIA

Caixa escolar David Miranda dos Santos e as comunidades quilombolas São José do Matapi, Cinco Chagas, São Raimundo do Pirativa, comunidade Auto Pirativa.

1.6 DA AVALIAÇÃO

Nas diversas fases do Projeto foi observada a formação, em nível de aperfeiçoamento, dos educadores/educandos, em que a prática pedagógica e a culminância foram avaliadas através de

encontros e reuniões realizadas pela comissão organizadora, em conjunto com administração escolar e demais instituições parceiras.

O processo avaliativo foi norteado por princípios dialéticos emancipatórios, considerando a perspectiva política transformadora e o reconhecimento das necessidades e problemáticas locais, buscando a sua superação.

Sendo assim, as atividades foram avaliadas, através do acompanhamento do plano curricular dos docentes e fichas avaliativas das produções/ práticas pedagógicas dos educandos. Nesta perspectiva a avaliação teve um caráter diagnóstico contínuo objetivando, não só avaliar, mas também, monitorar os resultados alcançados.

1.7 RESULTADOS ALCANÇADOS

Entre as dimensões alcançadas pela elaboração e execução do projeto, consideramos que foi imprescindível, nesta experiência pedagógica, oferecer uma resposta, em forma de intervenção afirmativa, através de uma prática pedagógica específica, às problemáticas e necessidades de uma educação para as comunidades remanescentes de quilombolas, através do reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade e pertencimento.

Na execução das práticas pedagógicas ao longo do ano letivo, sem perder de vista a aplicabilidade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, consideramos os resultados qualitativos para educandos/ educadores e o entorno social, garantindo dessa maneira práticas pedagógicas voltadas para igualdade racial.

Através de objetivos claros e estratégias metodológicas precisas, além de atividades pedagógicas, pode-se observar, na comunidade escolar, e em geral, uma maior valorização da aprendizagem e interesse sobre a história e a cultura dos grupos formadores da sociedade brasileira e amapaense e seus ancestrais, criando condições para educadores e educandos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando conflitos e preconceitos e, dessa forma, valorizando as diferenças.

Por outro lado, houve uma valorização da oralidade, da corporeidade e da arte enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro e seus diversos elos culturais constituídos em nossa sociedade.

Um ponto forte foi a interação, o envolvimento e a colaboração desde 2010 da comunidade quilombola de São José do Matapi, onde está inserida a escola e as adjacentes como: São Raimundo do Pirativa; São Tomé do Alto Pirativa; Cinco Chagas; São João do Matapi e comunidades ribeirinhas do Rio Matapi. Neste sentido, percebemos o apoderamento da identidade étnico racial cada vez mais presente nas ações e relações estabelecidas no cotidiano escolar e na postura atitudinal dos diversos atores envolvidos.

Consideramos que os projetos político-pedagógicos desenvolvidos sobre as relações étnico-raciais afro-brasileiras teve uma importância dialética, já que houve a valorização das interações entre os saberes “oficiais” do educador e a cultura local do educando, elevando assim, a autoestima, cujo fortalecimento do pertencimento identitário, os colocou, enquanto agentes políticos e socioculturais de transformação.

Na medida em que o projeto contribuiu para que o educador repensasse as suas teorias e práticas atitudinais, percebendo o enriquecimento de suas ações interdisciplinares enquanto estratégias e caminho para uma sociedade que garanta o respeito às diferenças com igualdade de direitos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL/SEF. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei Nº 9.394 de 20/12/1996). Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____. *Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MAGALHÃES, Ana Del Tabor Vasconcelos (Org.). *Educação para a diversidade: olhares sobre a educação para as relações étnico-raciais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

COELHO, Wilma; SOARES, Nilcema; PADINHA, Maria. (Coord.). *Relações Raciais e Recursos Didáticos: a utilização da música como suporte didático para o enfrentamento da questão racial na Escola Básica*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

DU BOIS, W. E. B. Sobre Nossas Lutas Espirituais. In: *As Almas da Gente Negra*. Tradução de Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999 [1903]. p. 51-62.

SANSONE, Lívio. *Negritude sem Etnicidade: O Local e o Global nas Relações Raciais e na Produção Cultural Negra do Brasil*. Salvador: Edufba; Pallas, 2003. 335 p.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; ARAÚJO-OLIVEIRA, Sonia Estela.

Cidadania, ética e diversidade: desafios para a formação em pesquisa. In: *ENCUENTRO CORREDOR DE LAS IDEAS DEL CONO SUR “Sociedade civil, democracia e integración”*, vI, Montevideo, 2004.

MONTERO, Paula. “Globalização, identidade e diferença”. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 49, novembro, 1997.

2 A ESCOLA ESTADUAL ARACY MIRANDA DE MONT'ALVERNE E O DESAFIO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

Alci Jackson Soares da Silva²¹

Alysson Brabo Antero²²

Joaciany do Carmo Nascimento²³

RESUMO: O presente artigo aborda a contextualização das ações criadas na Escola Estadual Aracy Miranda de Mont'Alverne para implementar a Lei Federal 10.639/03. O projeto possui vários escopos, dentre eles o de cobrar das instituições governamentais a implementação da referida lei, apresentar Proposta de Conteúdo Programático pertinentes às disciplinas citadas na lei e analisar as dificuldades para a sua implementação, além de construir um diagnóstico técnico/pedagógico para nortear as possíveis soluções. Por outro lado, aproximar os docentes nos assuntos em voga, assim como, de bibliografia sobre a temática, a fim de atender os objetivos da referida lei, no ambiente escolar, proporcionando reflexões, debates e um aprendizado contextualizado com a educação para as relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Educação, Preconceito, Relações étnico-raciais, escola.

2.1 INTRODUÇÃO

No contexto histórico dos afrodescendentes brasileiros, a Lei 10.639/03 representa uma importante conquista, comparada à própria Abolição da Escravatura. A promulgação da referida lei atende as reivindicações que ao longo dos anos foram sendo construídas gradativamente pelo Movimento Social Negro, em nível nacional, sintetizando objetivos para alcançar metas e fazer, um contraponto prático contra o preconceito e o racismo dentro do ambiente escolar.

Portanto, a Criação da Lei 10.639/03 traz para a comunidade afrodescendente brasileira perspectivas de mudanças em seu favor, embora com atraso, para quem foi alijado do processo educacional desenvolvido desde o Brasil colonial. Passados 126 anos da Abolição da Escravatura, percebe-se que esse processo educacional excludente ainda está muito presente.

Aprender é um exercício por vezes difícil, onde contracenam o real e o imaginário, onde o principal problema encontra-se no processo de ensino e aprendizado. Deste modo, falar sobre a África não é algo simples, já que a sua história não é relativo ao continente e às suas complexidades, mas aos preconceitos adquiridos num processo de desinformada sobre esse Continente. Estas informações de caráter racista, produtoras de um imaginário preconceituoso, surtiram um efeito devastador, dificultando a disseminação de um novo olhar sobre a África e afrodescendentes.

Sabe-se que a escola não é apenas um local de ensino-aprendizagem didático/pedagógico, mas também um espaço de contradições e conflitos oriundos do meio social e, nesse sentido, torna-se um espaço privilegiado para mudanças de concepções, concernente ao assunto abordado através de informações obtidas em leituras, documentários, filmes e músicas, que não são vistos no cotidiano de uma sociedade que preza valores estéticos e culturais eurocêntricos, como a brasileira.

²¹ Licenciatura Plena em História (FAMA 2007). Especialista em Docência do Ensino Superior (IMMES 2009). Especialista no Ensino da Cultura Africana e Afro-brasileira (IBPEX 2010). Pesquisador das Manifestações Afro-amapaense. Professor de História da Rede Pública de Ensino do Amapá e escritor. E-mail: Alci_jackson@yahoo.com.br.

²² Licenciado em Ciências da Religião (UEPA, 2005). Mestrando em Ciências da Religião pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará-UEPA. Membro do Grupo de Pesquisa de Religiões de Matriz Africana na Amazônia-GERMAA. Professor (licenciado) de Ensino Religioso da Rede Pública de Ensino do Amapá. E-mail: alysson.edu@hotmail.com.

²³ Licenciada plena em história, UNIFAP, especialista em Tecnologias da Educação/ PUC-RIO, Professora do quadro efetivo do estado.

Dessa forma, a Escola Estadual Aracy Miranda de Mont'Alverne executou o projeto pedagógico, intitulado “Do luto à luta: da escravidão no Brasil à Lei 10.639/03” idealizado pelo Profº. Alci Jackson Soares da Silva, na busca de sensibilizar os profissionais da educação para a implementação da referida instituída. Todavia, para que os objetivos propostos no projeto fossem alcançados foi preciso convocar as esferas do poder, competentes à educação no Estado do Amapá, para socializarmos as experiências, dúvidas, propostas e ideias, quanto a possibilidade efetiva de uma educação para as relações étnico-raciais.

2.2 “DO LUTO À LUTA: DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL À LEI 10.639/03”

A experiência de implementar a Lei Federal 10.639/03 na Escola Estadual Aracy Miranda de Mont'Alverne foi desafiadora e proveitosa. Desafiadora pela falta de material didático, material técnico/científico e, principalmente, por todos os professores formados no Brasil pertencerem a uma geração que bebeu na fonte de uma educação ideológica, centralizadora e excludente, resquício dos colonizadores. Logo, impregnados de conceitos ideológicos de uma sociedade euro-cêntrica.

Proveitosa, por observar que mesmo, coexistindo atitudes preconceituosas e um discurso retórico negativo sobre a temática, verificou-se ser possível trabalhar a Lei 10.639/03 no ambiente escolar. Afinal, através dos estudos, pesquisas e debates, os alunos passaram a entrar em contato com informações da presença marcante dos afrodescendentes, em praticamente todas as frentes de desenvolvimento no Brasil, sendo dessa forma, sujeitos fundamentais para o desenvolvimento social, econômico, e cultural do nosso país.

Deste modo, a classe estudantil teve a oportunidade de pesquisar sobre os assuntos e, essa curiosidade fez com que descobrissem um país, cuja democracia racial pode ser questionada, onde há conflitos de diversas ordens e diferenças sociais, culturais, religiosas, camufladas ao longo da história por uma literatura tradicional.

É importante lembrar que um dos instrumentos ideológicos dessa política educacional desenvolvida no Brasil foi o livro didático, e todos sabem o quanto esse instrumento didático/ideológico esteve e está presente no cotidiano escolar. No entanto, sabe-se também, o quanto o afrodescendente participou, mesmo não querendo, da construção econômica, estrutural, social cultural e religiosa do Brasil. E, mesmo com tantas características da cultura afrodescendente na sociedade brasileira, não se valoriza essa parte da história do Brasil como deveria. Pelo contrário, ainda possui muito conteúdo que trata o negro de forma pejorativa.

O projeto pedagógico “Do luto à luta: da escravidão no Brasil à Lei 10.639/03” possui duas grandes ações: reunir em um só espaço as Instituições governamentais responsáveis pela educação nas três esferas administrativas, ou seja, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Secretaria de Estado da Educação (SEED) e Secretaria Municipal de Educação (SEMED), com o objetivo de cobrar dessas instituições governamentais informações do processo de efetivação da Lei 10.639/03 nos espaços do conhecimento administrados por esses órgãos, bem como, aproximar a escola das discussões pertinentes sobre a temática e apresentar as propostas de conteúdos curriculares elaboradas pelos professores das disciplinas citadas na referida Lei.

As referidas instituições governamentais relacionadas à educação no Amapá deram as suas justificativas e esclarecimentos. Todavia, observou-se que o Núcleo de Educação Étnico Racial (NEER), recém-criado, pertencente à Secretaria de Estado da Educação, possuía diversas atividades em planejamento e algumas sendo executadas em algumas escolas com relação à temática abordada. Como também, apresentar propostas de conteúdos programáticas curriculares construídas pelos

professores das disciplinas e Corpo Técnico/pedagógico contempladas pela lei 10.630/03. E, pertinentes a assuntos diversos sobre a presença do negro em todas as épocas a serem estudadas. Seria muito interessante se pudéssemos estudar a história da África na mesma proporção como se estuda sobre o continente europeu.

O público alvo foram os discentes e docentes da Escola Estadual Aracy Miranda de Mont'Alverne, professores e acadêmicos dos cursos de História, Letras, Geografia e Artes.

Com o passar dos anos o projeto cresceu e a cada edição foram agregados outros elementos, com a promulgação da Lei Federal 11.645/2008. Lei que tal qual a 10.639/03 também tornou obrigatório o ensino e o estudo da cultura indígena no ensino público e privado no Brasil. Dessa forma, a cultura do índio foi inserida. Novidades, informações muito importantes para a formação dos alunos com relação ao povo autóctone do Brasil.

Ao contemplar a dimensão que o projeto alcançou, fez-se necessário introduzir em nossa proposta aspectos de recuperação e resgate de fragmentos e de informações étnico-espaciais que pudessem permitir ao aluno a construção de outro perfil das culturas africanas, sob uma ótica valorativa e empreendedora.

Acredita-se que a inserção no projeto “Do Luto à Luta: Da escravidão no Brasil à Lei 10.639/03”, a partir de 2011 sob a coordenação da Prof^a. Joaciane do Carmo voltou-se para o campo do afro-empresendedorismo, foi, sem dúvida, um importante acerto. A utilização de tecnologias na área do artesanato que agregou valor aos elementos corpóreos considerados como marcas da rejeição da cultura negra, tais como, brincos, colares e pulseiras africanas, podem ser estudados tanto sobre o ponto de vista teórico em sala de aula, quanto prático, como forma de permanência dos elementos culturais africanos.

Sendo uma importante área que pode colaborar significativamente para criar expectativas reais de geração de recursos, criando assim, possibilidades de auto sustentabilidade para o desenvolvimento do projeto. Não obstante, um dos focos principais, além da implementação da Lei 10.639/03, foi o estímulo do espírito empreendedor e na geração de emprego e renda, para os alunos em situação de risco e vulnerabilidade social.

A ideia de inserir esse novo elemento ao projeto teve como escopo de introduzir elementos em sala de aula pertinente a Cultura Negra através da confecção de peças artesanais produzidas pela clientela escolar, para que dessa forma, fazer parte de estudos onde o aluno passou a ser um agente crítico de reflexão no tocante a representação simbólica, estereotipada que temos da cultura afro-brasileira e os significados ligados aos atributos negativos ou positivos que definem o que é considerado belo, ou não.

Essa dinâmica metodológica para atrair a atenção dos alunos foi muito bem vinda pelos mesmos, pois, passaram a construir artesanatos com características da cultura afro-brasileira, possibilitando associar pesquisa teórica sobre a temática e o pragmatismo da prática, ao passar o conhecimento adquirido aos de objetos muito bem elaborados, assim como, a comercialização dos referidos artesanatos.

Observou-se que a elevação da autoestima, não só dos alunos e professores, como também da família dos discentes, dos moradores do entorno da escola, ao trabalhar na recuperação de fragmentos étnico-familiares com vistas a levar o aluno, bem como seus familiares, a reconhecerem-se afrodescendentes.

2.3 AÇÕES DE AUTOAFIRMAÇÃO E ACEITAÇÃO DA CULTURA NEGRA DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR

Em meio às dificuldades de ordem financeira, falta de parcerias e a inércias de alguns professores no percurso do projeto, surgiram soluções que foram testadas no decorrer da efetivação do projeto, com o intuito de elevar a autoestima dos alunos afrodescendentes que estudam na escola. Um bom exemplo desta perspectiva foi a idealização de um concurso para a escolha de uma *miss* negra. A escola tem o hábito de realizar um concurso de miss estudantil em comemoração à festa do estudante, as alunas negras e pardas se consideravam fora dos padrões de beleza impostos e reproduziam um conceito onde não se viam como belas, e nem como parte integrante de um modelo estético de beleza preconizado pela nossa sociedade. A partir do concurso, a autoestima dos alunos negros e pardos foi elevada, pois, em sala, os professores realizaram todo um trabalho de cunho teórico-prático de valorização aos traços característicos dos afrodescendentes.

A oficina de dança africana e de penteados afros, ambas inseridas pela Gestão Escolar, através do Programa Mais Educação, se constituíram em outra ação pedagógica com vistas a promover a autoafirmação e aceitação da cultura negra dentro do espaço escolar.

A oficina de Hip-hop e a participação do grupo de Capoeira foram outras ações práticas, desenvolvidas em sistema de parcerias, dentro do projeto que proporcionou além de um bem estar para corpo, um aprofundamento teórico sobre essas manifestações ligadas à negritude. Notou-se assim, que nenhuma atividade ligada ao projeto era uma ação isolada si mesma, cada ação vinha acompanhada de estudos teóricos ministrados pelos professores em sala de aula.

2.4 O PROJETO EM PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES E A INSERÇÃO DA LEI 11.645/08

As ações mais recentes do projeto étnico-racial desenvolvido na Escola Aracy Mont'Alverne foram voltadas para o campo interdisciplinar, tais como interações com outras instituições e a inserção da Lei 11.645/08.

Nas avaliações que ocorrem sempre ao final da execução de cada projeto, constatou-se que havia uma visão equivocada que apenas as disciplinas citadas na Lei 10.639/03 deveriam abordar a temática da história e cultura Africana e Afro-brasileira, muitos professores se queixavam de haver ainda pouco material didático-pedagógico que subsidiasse suas ações e que uma nova Lei 11.645/08 veio complementar a 10.639/03.

Diante dessa constatação, a gestão escolar em conjunto com os professores, coordenado pelo Professor Alysson Antero, conseguiu através do diálogo e parcerias firmadas com livrarias, lojas, grupos afro-religiosos e órgãos governamentais, multiplicar e atualizar o acervo bibliográfico sobre assuntos étnico-raciais existente na escola, colocando a disposição de alunos e professores uma imensa gama de material em formato de texto, áudio, vídeo e hipertexto. Subsidiando, dessa forma, os professores com materiais didáticos descritos em seus planos de ações para serem usados em sala de aula, além de articular a ida dos alunos a pontos estratégicos para compreender a influência do índio e do negro na formação do povo amapaense, como: Quilombo do Curiaú, Casa do Índio, Museu Sacaca, Fortaleza de São José de Macapá.

Não menos importante do que todas essas ações foi a inserção do projeto étnico-racial no Projeto Político Pedagógico da escola, com isso, a temática afro-brasileira passou a ser um tema transversal que perpassa todas as disciplinas e ambientes da escola, tais como Biblioteca, TV Escola e

Laboratório de Informática. Assim, falar, discutir, debater, estudar história e cultura africana e afro-brasileira não se restringe a um único período do ano e nem a certas disciplinas, pelo contrário, envolve todas as ações do calendário letivo, inclui todas as disciplinas e convida todos os agentes da escola a educar para igualdade racial.

Quanto à inserção e aplicabilidade da Lei. 11.645/08, os professores decidiram que levando em consideração a formação étnico-racial de nossa população, torna-se relevante para escolar inserir nas discussões do projeto étnico-racial a questão da (in)visibilidade e o devido valor às nossas ancestralidades indígenas. Para tanto, buscou-se parceria com a Casa do Índio, FUNAI (fundação Nacional do Índio) e com as famílias dos alunos indígenas da escola Estadual Aracy Miranda de Mont'Alverne. Essas parcerias proporcionaram, além da ampliação da visão que se tem sobre os índios, um choque de realidade, pois alunos e professores da escola pela primeira vez, puderam ter contatos com índios de várias etnias do Amapá, através da parceria com a Casa do Índio, a escola ainda recebeu a visita de índios da etnia Tiriyo que se fizeram presentes no encerramento do projeto do ano de 2012.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A promulgação da Lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade da temática África e Afro-brasileira nos Currículos Escolares. Todavia, por si só não garante a efetiva implementação de uma educação voltada para igualdade racial. As observações *in lócus* da Escola Aracy Mont'Alverne nos faz perceber o quanto é desafiador para professores abordarem temas os quais não foram ensinados a trabalhar. Ao mesmo tempo, a realidade pluriétnica de nossa sociedade impõe que comece a desconstruir visões estereotipadas e discriminatórias contra afrodescendentes e indígenas.

O exemplo do Projeto Étnico-racial “Do luto à luta: da escravidão no Brasil à lei 10.639/03, iniciado no ano de 2008 na escola Estadual Profª. Aracy Miranda de Mont'Alverne, nos mostra que se faz necessário dar o primeiro passo em direção à aplicabilidade da Lei, e as avaliações das ações subsequentes nos permitiram um aperfeiçoamento das atividades pedagógicas, bem como, o engajamento de outros professores e a constituição de parcerias com a escola, somando os esforços na em busca de uma educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial presente na sociedade.

Assim, constatou-se que todas as ações desenvolvidas no projeto étnico-racial na escola Aracy Mont'Alverne, só foi possível em função do efetivo engajamento da direção da escola e da coordenação pedagógico e, sobretudo, do empenho pessoal de cada professor, que através de uma rede de solidariedade, se propuseram a superar seus medos e a romper com imagens negativas contra acultura afrodescendente e os povos indígenas, bem como superar a indiferença, a injustiça, a desqualificação e a invisibilidade com que os seus descendentes, afrodescendentes e indígenas, são comumente tratados.

Foi o trabalho conjunto desses educadores que, entre todas as escolas pública do Amapá, conferiu a escola Aracy Mont'Alverne o 2ª lugar *I Prêmio Igualdade Racial na escola é Coisa Séria*, desenvolvido pela SEAFRO em 2012 e em 2014 o 1º lugar. Mas acima desse reconhecimento, e mesmo cientes das limitações dos resultados e de novos desafios que se impõe a cada ano, tais como, a escassez de recurso financeiro, falta de material didático, inércia e rotatividade de professores, há emergências de novos temas. Considera-se que o projeto tenha conseguido alcançar parte dos seus objetivos. E, nos proporcionando sonhar alto: Estudar a história da África na mesma proporção que se estuda o Continente europeu, ampliando e diversificando o nosso olhar sobre os grupos humanos e suas culturas nas diferentes realidades geográficas e culturais.

REFERÊNCIAS

- APPIAH, Kwane Anthony. *Identidades africanas*. In: APPIAH, Kwane Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. RJ: Contraponto, 1997.
- BENCINI, Roberta. *Novembro: mês da consciência negra*. In: NOVA ESCOLA. *A questão racial na escola*. Novembro de 2004. Ano XIX - nº 177.
- CARNEIRO, Maria do Socorro Santos Uchoa. *Trabalhando os Temas Transversais*. Brasília: Instituto Interdisciplinar de Brasília LTDA, 2002.
- DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à História da África Atlântica* / Org: Mary Del Priore, Renato Pinto venâncio. RJ: Elsevier; 2004. 3º Reimpressão.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.
- LIMA, Mônica. *A África na sala de aula*. In: *Nossa História*. Ano 01/ Nº 4. Fevereiro: 2004.
- BRASIL. ministério da Educação/Secretaria Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientação e Ações para a Educação das Relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.**
- MOORE, Carlos. Novas bases para o ensino da História da África no Brasil. In: *Valores afro-brasileiros na educação*. Boletim 20. Novembro, 2005, pp. 19-35.
- NOVA ESCOLA. *Educação não tem cor*. São Paulo, Nº 177, Ano xIx, Novembro, 2005, pp. 49, 50 e 51.
- NOVA ESCOLA. *África de todos nós*. São Paulo, Nº 187, Ano xx, Novembro, 2005, pp. 42, 45, 46, 47 e 48.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. – 18ª ed. ver. E ampl. – Campinas, SP, 2003.SANT’ANA, Luiz Carlos. “*Breve Memorial do Movimento Negro no Rio de Janeiro*”. Rio de Janeiro: “Papéis Avulsos”, CIEC/UFRJ, nº 53, 1998.
- SILVA, Nelson Fernando Inocência da. *Consciência Negra em Cartaz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVENCIANDO A LEI, MODIFICANDO A HISTÓRIA, CURIAÚ MOSTRA A TUA CARA.

Maria Rosália Gomes de Farias²⁴

Resumo: Este artigo apresenta um projeto didático-pedagógico de implementação da lei federal 10.639/03, que trata do ensino da História da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do Brasil, em todos os níveis e modalidades de ensino. Intitulado “Curiaú Mostra Tua Cara”, o projeto é desenvolvido na Escola Estadual José Bonifácio, através de atividades práticas relacionadas à cultura local, com destaque para as teorias de formação da cultura africana e afro-brasileira, objetivando uma melhor valorização dos aspectos identitários da comunidade, e busca contribuir para a capacitação da comunidade, onde a escola está inserida e, possibilitar (re)conhecer o importante legado cultural deixado pelos africanos e seus descendentes. Apresentando um caráter multidisciplinar, envolve todas as disciplinas, ofertadas no currículo da escola, durante todo o ano letivo, ampliando o processo de ensino-aprendizagem dos atores envolvidos no processo.

Palavras chave: Identidade, quilombo, cultura, interdisciplinaridade.

3.1 INTRODUÇÃO

O projeto intitulado “Curiaú Mostra tua Cara”, desenvolvido na Escola Estadual José Bonifácio, localizada na área quilombola do Curiaú, em Macapá, Estado do Amapá, existe desde 2003 tendo como Diretora a Prf^a. Rosa Elanha da Costa Ramos, (Formada em pedagogia com especialização em Adm. Escolar esta sendo filha do Quilombo do Curiaú) e vem sendo alterado a cada ano para atender melhor as expectativas e especificidades da comunidade escolar. Tem entre os seus objetivos principais, o (re) conhecimento das singularidades históricas, culturais e sociais da população residente na comunidade, bem como, ajudar na construção de uma identidade positiva, pois valoriza os aspectos culturais fundamentais para a comunidade, buscando potencializá-los e repassá-los, de forma pedagógica, contextualizadas com os saberes da comunidade.

O projeto contou, inicialmente, com a interferência de outro projeto desenvolvido na escola, o “festfolk”, com o tema “Questão de Pele”. Este, por sua vez, apresentou atividades relacionadas à cultura negra, mas se restringiu a semana da consciência negra (período de comemoração institucional em Macapá), com danças, exposições de trabalhos e palestras sobre a temática.

A ideia do “Curiaú mostra a tua Cara” surgiu a partir da observação feita por algumas professoras da escola José Bonifácio, quando desenvolviam atividades de pintura com as crianças da educação infantil, no dia 31 de maio, dia Nacional da Luta Contra a Discriminação Racial, nesta, os alunos deveriam pintar os desenhos de pessoas que as representavam conforme a sua etnia: negra, branca ou indígena. Foi surpreendente e preocupante para as professoras que ministravam a atividade, pois ao fazer a avaliação, perceberam que as crianças negras não pintaram seus desenhos da cor preta, mas tão somente na cor branca.

Alarmadas com o resultado oposto ao que se pretendia, as professoras procuraram o corpo técnico-pedagógico para relatar o acontecido, o qual se dirigiu até a sala de aula para inquirir sobre o suposto equívoco. No entanto, com bastante veemência a maioria das crianças, diante da pergunta: por

²⁴ Professora de História do quadro efetivo do estado do Amapá, especialista em História da Cultura africana e afrobrasileira, há 14 anos atua na escola José Bonifácio no Quilombo do Curiaú Ap/Br.

que você não se pintou de acordo com a sua cor? , responderam que não queriam ser pretos! Diante do fato inquietante, o corpo técnico e as professoras, se reuniram para elaborar um projeto que ajudasse as crianças na construção de uma identidade negra, o que resultou no projeto “Curiaú Mostra Tua Cara” e, com ele, o desafio da valorização da cultura e autoestima da comunidade.

3.2 VALORIZAÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA

A cultura africana constitui-se em uma das questões mais estruturante da nação brasileira, contudo, não tem o merecido reconhecimento perante a sociedade. Alguns aspectos da cultura africana na formação da população afrobrasileira são ignorados, dificultando uma construção positiva da identidade afrodescendentes no Brasil, derrubando por terra a tão sonhada democracia racial. Deste modo, O desconhecimento da multiculturalidade da nação brasileira aponta complexidades no processo de valorização da cultura de determinados grupos étnicos. Nesse sentido, existe a necessidade de políticas públicas que incentive a investigação da formação do povo brasileiro, no que tange o resgate da valorização dos referenciais culturais africanos.

A escola Estadual José Bonifácio conta com algumas particularidades que não podem ser desconsideradas, cujas características são fundamentais ao processo de ensino-aprendizagem desenvolvido no ambiente escolar. Primeiramente, destacamos a sua localização em área quilombola, pois se faz necessário o (re) conhecimento das singularidades históricas, culturais e sociais da população que vive no território do quilombo, para contribuir no processo de construção de uma identidade afrodescendente, visando a valorização da terra e dos valores culturais da ancestralidade que nela viveu dos seus aspectos fundamentais, potencializando-os, tanto dentro, como fora do espaço físico da escola, objetivando ajudar os alunos a reconhecerem-se como afrodescendentes orgulhosos de sua ancestralidade, melhorarem sua autoestima e disseminando o respeito e a tolerância entre os diversos grupos étnicos que compõem a sociedade amapaense.

Em segundo, o quilombo do Curiaú está em uma área de Proteção Ambiental²⁵¹⁴, o que lhe garante uma especificidade no contexto no estado do Amapá, pois a valorização da cultura se estende na preservação do meio ambiente, potencializando os saberes da comunidade em ações educativas para uma melhor utilização do meio ambiente. O que também, atrai um olhar mais atento das autoridades no processo de utilização do território e, por sua vez, uma intensificação das políticas públicas na área de educação ambiental, turismo e cultura.

Nesse contexto, o “Curiaú Mostra Tua Cara”, busca a valorização da história e da cultura da africana e dos afro-brasileiros, contribuindo na luta contra o preconceito racial, ao mesmo tempo, que garante uma potencializa ações de preservação do meio ambiente e da construção identitária da comunidade quilombola do Curiaú. Além, de contribuir na desmistificação do discurso da África como país, com características únicas e informes. Apresentando, desta forma, as grandezas existentes nos vários grupos que compõem os 54 países do enorme continente africano, cheios de saberes e valores trazidos, muitos transmutados para o Brasil. valores estes que estão longe de eleger o homem como o único ser capaz de interagir entre si, mas que mostra que ele é apenas parte integrante do universo, dotados de energias e forças interdependentes, que se harmonizam com as ancestralidades ao invés de anulá-las, tornando esse conhecimento a base de sua crença e de sua vida, cujos elementos estão presentes nas manifestações religiosas de matrizes africanas.

Cabe ainda às ações propostas deste projeto a desmistificações de conceitos e preconceitos relacionados aos afrodescendentes que deixaram marcas profundas em nossa sociedade.

²⁵ A gestão da APA do Rio Curiaú é fundamentada nos artigos. 15, § 5º da Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC); 7º, da Lei Estadual 431/98.

3.3 DA METODOLOGIA

Desde 2004, quando o “Curiaú Mostra Tua Cara” passou a ser um projeto de fato, começou-se a organizar durante os meses de outubro e novembro, período em que também mais se tornam evidentes as discussões sobre a temática étnico-raciais no Estado, atividades condizentes com o tema do ano que fora previamente escolhido em reunião pelos funcionários da escola. Na última semana do mês de novembro a escola preparava a culminância destas atividades para o último dia letivo, onde cada turma, auxiliada pelos docentes, apresentava à comunidade os trabalhos desenvolvidos de diversas formas como teatro, danças, jograis, jornais, músicas, poesias, desfiles de modas e penteados, dentre outros. A cada ano as atividades, mesmo que repetidas, são reelaboradas e acrescidas de ajustes que ajudassem a melhorar o empenho dos participantes em suas tarefas. Salientamos outras ações, sugeridas em reunião de avaliação, também podem compor o conjunto de atividades, mas sempre resultante de uma avaliação que acontece na semana seguinte após o encerramento das atividades.

O presente projeto é realizado há cinco anos, desde 2009, o seu encerramento como de costume, coincide com a conclusão do ano letivo, o que proporciona uma grande reunião diagnóstica, onde são auferidos os resultados positivos alcançados pelo projeto, haja vista, que ele busca atender, em grande parte, as necessidades da comunidade escolar, complementando a filosofia e missão da escola.

Por outro lado, a partir de 2010, houve uma modificação importante, pois o “Curiaú Mostra Tua Cara” passou a contar com uma **duração de 200 dias letivos**, onde em seu cronograma foi integrado ao calendário escolar, contribuindo para uma maior percepção do mesmo dentro e fora da escola e, a sua avaliação não mais acontecendo somente no final do ano e assim, possibilitando a sua melhoria, no decorrer do ano de sua execução.

É importante destacar as parcerias firmadas com diversos órgãos públicos e iniciativa privada, cuja colaboração com a escola, se efetiva na realização cursos, oficinas, palestras preventivas e educativas, auxílio jurídico, psicológico e social e sessões de relaxamento e entretenimento, para a comunidade em geral. Além da própria comunidade do quilombo do Curiaú que é convidada para participar, contribuindo com seus conhecimentos tradicionais, através de minicurso de fabricação caseira de sabão, de farinha, de utensílios em talas de miriti, penteados africanos e narração de Histórias do cotidiano da comunidade. E, a cada ano, notou-se a satisfação da comunidade, pois seus membros comparecem assiduamente nas atividades propostas pelo projeto.

3.4 DA INTERDISCIPLINARIDADE

Acreditamos que nesta experiência a interdisciplinaridade é um ponto forte, pois as abordagens que dão corpo as discussões sobre a temática étnico-racial, quando tratadas de forma separada por áreas de conhecimento, se mostram pouco efetivas, contudo, quando há uma inteiração entre disciplinas, com aspectos relacionados ao saber científico e as experiências, no que tange as várias áreas do conhecimento humano, corroborando para uma ampliação do ponto vista de colegas de áreas diferentes, logo percebemos o resultado positivo desta interação. Por outro lado, quanto à operacionalização do projeto, mesmo que de forma interdisciplinar, não há dúvidas que determinados temas estão relacionado, por afinidades, com uma determinada disciplina ou área de conhecimento.

Mas como em todas as escolas que desenvolvem projetos dessa natureza, existem aqueles professores que se eximem da obrigatoriedade e responsabilidade na participação efetiva, por considerar temas sobre identidade e relações étnico-raciais, a serem tratados em suas aulas de pouca ou nenhuma

importância, o que acarreta na ausência da abordagem do tema do projeto e/ou uma abordagem incipiente. Diante deste contexto, a coordenação do projeto, resolveu elaborar uma listagem de conteúdos a serem tratados, com metodologias diversificadas, a critério dos professores dentro de suas competências e habilidades relacionadas a seguir:

História: Origem e formação das áreas quilombolas, processo de legalização de terras no Brasil, conflitos agrários, o papel da mulher na sociedade, as etnias brasileiras, deslocamentos populacionais, conflitos que ocorrem na comunidade quilombola do Curiaú, África como o berço da humanidade, estudo das antigas civilizações e reinos africanos, heranças culturais afro-brasileiras.

Geografia: Processo de localização de terras no Brasil, índice de natalidade e de mortalidade da população negra, conflitos agrários, extensão territorial das áreas quilombolas, cartografia da África e do Brasil, rota do tráfico negreiro, aspectos geográficos do continente Africano e belezas naturais da África.

Ensino Religioso: Diversidade de cultos e crenças religiosas, conflitos religiosos no decorrer da História da humanidade, origem do homem na Terra segundo a visão africana, o sincretismo religioso e a interpretação de fenômenos naturais e sobrenaturais para diferentes religiões, evidenciando a dualidade de gênero e índole.

Matemática: Estudo da Estatística do processo histórico das relações comerciais do tráfico negreiro, dados, percentuais e estimativas da ocupação de cargos e salários da população brasileira por etnia, História do sistema numérico do Egito, da Núbia e de outros países da África, bem como a herança matemática trazida pelos africanos para o Brasil, Estatística da permanência de negros na escola.

Língua Portuguesa e Estrangeira (francesa): Diversidade linguística, tradição oral, neologismo e arcaísmo, processo de estrangeirismo e construção de glossário de termos e palavras de origens africanas com tradução para os dois idiomas, leitura e interpretação de literaturas africanas e afro-brasileiras.

Artes: Manifestações culturais e artísticas das comunidades quilombolas enfatizando a cultura local, estudo das diversas formas de manifestações artísticas africanas e afro-brasileiras e da simbologia apresentada na produção artística, adinkra e arquitetônica de ambas as culturas.

Ciências: Medicina tradicional (homeopatia), estudo da fauna e da flora africana, estudo da genética na desconstrução do mito da superioridade racial, características físicas do povo brasileiro e análise das condições de vida e saúde das populações quilombolas no Brasil.

Educação Física: Ritmos e danças de origens africanas, jogo, brinquedos cantados,

3.5 VIVENCIANDO A LEI, MUDANDO CONTEXTO.

Ao se analisar minuciosamente a efetivação do projeto, sentiu-se a necessidade da opinião de atores envolvidos no processo de construção das mudanças propostas pelo mesmo, para se verificar se o projeto estava de acordo com os anseios da comunidade escolar e os seus resultados, dentro do esperado. Foi então que se partiu para as entrevista com alunos, professores e outros funcionários da escola, além de algumas pessoas das comunidades em geral.

Logo, observou-se, que na escola há uma mudança significativa no comportamento dos alunos, quando eles mesmos se envolvem nas atividades propostas e conseguem dialogar sobre a temática étnico-racial, dentro e fora da escola, o que fica evidente quando observamos, por exemplo, a Orquestra Quilombola, o Grupo de Batuque e o Grupo de Foliões-mirins, que tanto se apresentando em diversos locais da cidade, como participam efetivamente dos festejos religiosos tradicionais do Quilombo realizados na comunidade, onde se identificam como agentes participativos e operantes

numa sociedade que tem como meta a erradicação das diversas formas de preconceitos, contribuindo para o fortalecimento da identidade, por eles reconhecida.

3.6 CONCLUSÃO

Hoje há uma enorme necessidade de se discutir e buscar conteúdos relevantes ao conhecimento da História da cultura africana e afro-brasileira, na tentativa de ajudar na implementação da lei federal 10.639/03, a qual estabelece a obrigatoriedade do ensino dessa temática. No entanto, o que se percebe é que passados 10 anos da aprovação da mesma, pouco se efetivou no sentido de implementá-la.

Ao contrário disso, o que se verifica é que as poucas escolas que já tomaram algumas iniciativas nesse sentido, o fazem de forma incipiente ou até mesmo errônea, quando fazem algumas ações pontuais, sem se preocupar em estabelecer paralelos que possam conversar com a grandiosidade da cultura brasileira e de sua formação significada pelos os povos africanos e indígenas. É com a clareza deste fato que, comprovadamente, o Projeto “Curiaú Mostra Tua Cara”, é uma das maiores referências de projeto de implementação do ensino da História da cultura africana e afro-brasileira em uma escola brasileira, haja vista, a ampliação do projeto para os 200 dias letivos, cujos resultados satisfatórios se reflete em toda a comunidade escolar e fora dela. O qual hoje seve de exemplo em outras instituições de ensino.

As reparações que o Estado solicita em fazer em relação aos danos psicológicos, materiais, políticos, sociais e educacionais sofridos pelos africanos e afro-brasileiros, ainda são insipientes, já que é notória a falta de comprometimento de uma grande parcela de sociedade em atender as urgentes necessidades que o caso requer, pois há muito vem se proclamando uma liberdade de participação igualitária das camadas brasileiras e o término da sociedade desigual, mas o que se verifica é um grande silêncio por parte da sociedade brasileira que ainda reluta em olhar de frente o seu passado, buscando a sua reparação.

REFERÊNCIAS

ACCIOLI, Roberto. *História da civilização*. MEC-MME-BLOCH, 1980.

ALMEIDA, Pedro Ramos. *História do colonialismo Português em África*. volume1. Lisboa: Estampa 1978.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

TOBIAS, José Antônio. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: IBRASA, 1986.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Batuques Folias e Ladainhas: A cultura do quilombo do Curiaú em Macapá*. UFC, 2010.

VIDEIRA, Piedade Lino. “*Marabaixo, dança afrodescendente: Significando a identidade étnica do negro amapaense*”. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

3ª PARTE - DA FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO À PRÁTICA DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA

1 IDENTIDADE E TRADIÇÃO: VALORIZAÇÃO CULTURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DO MATAPI

Madalena Silva e Silva²⁶

Reginaldo Socorro Brito²⁷

Rosane Pimentel de Matos²⁸

Rosiane Pimentel de Matos Picanço²⁹

Solange Costa da Silva³⁰

Modalidade: Alunos, Professores, Corpo Técnico e Comunidade em Geral

Local de realização: Comunidade Quilombola São José do Matapi

Período de execução: de Fevereiro a Junho de 2014

1.1 JUSTIFICATIVA

Após vários anos de convivência com a Comunidade Quilombola São José do Matapi³¹²⁰ pode-se comprovar que há uma crise de identidade onde as maiorias dos moradores não se identificam como negro apesar da cor, existe certa negação das origens, principalmente pela falta de igualdade de condições sociais que divide o Brasil em dois “Brasis” o dos “brancos” onde as oportunidades são mais aparentes com maiores níveis educacionais, maiores salários e oportunidade de emprego, e o Brasil “negro” que renega a seus filhos o direito a cidadania.

A percepção de que se é socialmente diferente desenvolve-se gradativamente, de forma mais ou menos particular para cada pessoa detentora de estigma social. De fato, são as interações da vida cotidiana que faz, de certo modo, com que o grupo socialmente estigmatizado desperte para o olhar diferenciado que recebe. Para Du Bois, (1999), as atitudes racistas e discriminatórias apresentam-se como extremamente degradantes e, ao mesmo tempo, reveladoras de que existe um mundo de valores no qual o negro é visto como inferior.

Tendo em vista as adversidades na qual a população negra teve que passar, e a insistência dos governantes em branquear a população do Brasil. No entanto, é notória a preocupação de se reparar os erros cometidos no passado principalmente no que se refere a educação, varias políticas públicas tem sido criadas como as “cotas” e a Lei 10.639/2003, que inseriu nos currículos escolares a história da África e afro-brasileira. Contudo, causa espanto que seja necessário uma lei para que a sociedade brasileira possa reconhecesse com uma sociedade plural e multicultural.

O obstáculo mais saliente para a consolidação da democracia no Brasil, qual seja a exclusão racializada profundamente enraizada naquela sociedade. Tal exclusão tornou-se “normal” na sociedade brasileira e faz parte do senso comum ordinário. A branquidão simbólica tem sido utilizada pelas elites para justificar os seus próprios privilégios e para excluir a maioria dos brasileiros do exercício de seus direitos de cidadãos plenos e iguais. (REITNER, 2003, p. 04)

A demanda por reparações corrobora para que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de

²⁶ Graduada em Artes-UNIFAP. Pós Graduada em História da África e afro-brasileira.

²⁷ Graduado em Pedagogia-UNIFAP. Pós Graduado em Supervisão e Orientação e História da África e afro-brasileira

²⁸ Graduada em Pedagogia-UNIFAP. Pós Graduada em História da África afro-brasileira.

²⁹ Graduada em Pedagogia-UNIFAP. Pós Graduada em História da África e afro-brasileira.

³⁰ Graduada em Matemática-UNIFAP. Pós Graduada em História da África e afro-brasileira.

³¹ “os quilombos são: grupos étnicos- raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. (Art. 2º do Decreto 4.887, de 20/11/ 2003).

governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa, também, que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e toda tipo de discriminação. Um sinal de que devemos nos orgulhar das nossas origens, e com isso elevar nossa autoestima na certeza que ser negro no Brasil.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos cidadãos negros e negras de se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta assegurar os direitos dos afrodescendentes, assim como de todos os cidadãos brasileiros, que cursam qualquer um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para que possam lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sendo capazes de conduzir a reeducação de diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas.

O projeto procura evidenciar a crise de identidade que interferem diretamente no desenvolvimento da comunidade São José do Matapi, buscando a valorização da cultura negra como forma de representatividade dos povos afrodescendentes. É nessa perspectiva relacional que desenvolvemos a discussão sobre identidade negra. Em relação à raça e o discurso da mestiçagem, estamos nos apoiando num referencial teórico que entende tais realidades como historicamente determinadas e constantemente atualizadas nas práticas sociais. Dessa forma, pretende-se afastar da discussão uma visão monolítica da elaboração de identidades negras. As políticas públicas só se farão presentes nestas comunidades se forem divulgadas e se mostrarem eficaz para resolver as desigualdades historicamente constituídas na sociedade brasileira.

A reconstrução da história do grupo se faz de acordo com as características históricas e sociais, com as quais se relaciona. Desse modo, a identidade negra somente torna-se inteligível dentro do seu contexto social e cultural.

1.2 OBJETIVOS

GERAL:

Promover a valorização cultural através da História Africana e Afro-brasileira na comunidade São José do Matapi, visando elevar a autoestima dos moradores da comunidade, despertando-lhes a valorização da diversidade cultural e étnica. Demonstrando assim, a importância dos negros e de sua cultura para formação da população brasileira e amapaense.

ESPECÍFICOS;

Desenvolver um espaço para a reflexão sobre a importância dos negros na formação da cultura brasileira;

Incentivar a valorização da cultura negra nas novas gerações na Comunidade São José do Matapi;

Ampliar discussões da identidade negra quilombola, para a valorização das garantias dos seus direitos territoriais, culturais e sociais.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO:

O projeto de intervenção tem como metas desenvolver junto com a comunidade uma valorização de cultura negra como forma de identidade. Em relação à raça e o discurso da mestiçagem, estamos nos apoiando num referencial teórico que entende tais realidades como historicamente determinadas e

constantemente atualizadas nas práticas sociais. Dessa forma, portanto, pretende-se afastar da discussão uma visão monolítica da elaboração de identidades negras.

[...] A identidade negra, como todas as etnicidades, é relacional e contingente. Branco e negro existem, em larga medida, em relação um aos outros; as “diferenças” entre negros e brancos variam conforme o contexto e precisam ser definidas em relação a sistemas nacionais específicos e a hierarquias globais de poder, que foram legitimados em termos raciais e que legitimam os termos raciais (SANSONE, 2003, p. 24).

Para uma análise acerca da construção de identidades sociais, é muito mais proveitoso buscar entendê-las a partir das relações que os membros de certos grupos articulam com outros considerados como diferentes. De fato, é no interior dessas relações que as identidades se modificam. vale enfatizar ainda que a identidade apresenta-se também como um elemento político e organizativo, podendo ser estrategicamente negada ou afirmada de acordo com a conjuntura social e política, na qual está inserida, principalmente quando este grupo social busca uma afirmação de reconhecimento como comunidade quilombola, e muito importante que seus moradores se assumam como tal, e que tenha conhecimento do que é ser quilombola, que aparece, assim, como aquele módulo de resistência mais representativo que estabelecia uma fronteira social, cultural e política contra o sistema que oprimia os negros, pela falta de políticas públicas afirmativas que possam resolver as graves distorções sociais entre negros e brancos.

Promover o conhecimento das questões históricas que desencadearia estes abismos sociais que mantêm os negros em desvantagens e das políticas afirmativas, no qual os governos têm, mesmo que timidamente, proporcionado à população negra.

Desde o início do século XX, por diferentes motivos, a população afro-brasileira não teve apoio efetivo por parte do Estado no que tange as medidas de reparação pela violência da escravidão e suas consequências em termos de desigualdades sociais. A história do sistema educacional brasileiro e a própria construção da ideia de escolarização “para todos/as” não contemplou de maneira equitativa populações brancas e não-brancas, indígenas e negras principalmente. Teorias racistas e políticas eugenistas e higienistas foram base significativa para a criação de um sistema educacional que tinha como objetivo principal educar para uma identidade nacional branca e de raízes europeias (VEIGA, 2000, apud SILVA, 2009, p. 8 e 9).

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e/ou coletiva seus pensamentos, como todos cidadãos brasileiros, cursarem todos os níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para que possam lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sendo capazes de conduzir a reeducação de diferentes grupos étnico-raciais.

A persistência da desigualdade no Brasil está diretamente associada à naturalidade com que é encarada, como se não fosse decorrência de um processo histórico específico ou uma construção econômica, social e política. A naturalização da desigualdade deriva de origens históricas e institucionais, ligadas, entre outras, à escravidão e sua abolição tardia, passiva e paternalista e, também, ao caráter corporativista de parte considerável do período republicano.

(...) cidadãos são mulheres e homens que tomando a história dos grupos a que pertencem nas mãos, empreendem luta para que todos, nas suas particularidades sejam reconhecidos, aceitos e respeitados, buscam garantias para participar das decisões que encaminharão os destinos da sua comunidade, da nação onde exercem sua cidadania, do continente onde vivem (SILVA e ARAUJO-OLIVEIRA, 2004, p. 06)

A desigualdade tornada uma experiência natural, não se apresenta, aos olhos da sociedade brasileira, como um artifício. No entanto, percebe-se um movimento universalizado que anseia pela desconstrução de estigmas injustos que germinam preconceitos e segregação contra pobres, diferenças étnicas, credos e culturas diversas. As propostas deste projeto é fundamentar uma prática pedagógica de uma sociedade que reconhece, respeita e valoriza a diversidade humana.

1.4 METODOLOGIAS

Este projeto propõe uma intervenção na Comunidade São José do Matapi, por se tratar de uma comunidade quilombola e ribeirinha onde é forte a influência dos negros e indígenas na formação cultural da mesma e se desenvolverá em sete etapas;

1ª ETAPA: Reunião de sensibilização com a Comunidade quilombola.

2ª ETAPA: Palestra sobre a Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade na educação, e seus reflexos nas comunidades.

Essas etapas serão desenvolvidas no mês de fevereiro/2014, no Centro Comunitário.

3ª ETAPA: Oficina de confecção e pintura de instrumentos de percussão

4ª ETAPA: Oficina de canto Afro-Amapaense (Ladrão de Marabaixo)

5ª ETAPA: Oficina de Confecção de Indumentárias

6ª ETAPA: Oficina de Dança Afro-Amapaense - Marabaixo

Acontecerá nos meses de Março, Abril e Maio de 2014, aos sábados, no Centro Comunitário.

7ª ETAPA: Culminância do Projeto

Para finalizar as ações deste Projeto de Intervenção, se fará uma culminância envolvendo a comunidade em geral para exposição das indumentárias e dos instrumentos confeccionados pelos participantes das mesmas, através de apresentações artísticas afro-amapaenses, no mês de junho/2014.

RECURSOS: O referido projeto será subsidiado financeiramente pelos elaboradores e seus parceiros sendo: SEED, (Secretaria de Estado de Educação), SEAFRO (Secretaria Extraordinárias de Políticas para o Afrodescendente), Caixa escolar David Miranda dos Santos.

AValiação: A avaliação acontecerá durante a execução do projeto visando corrigir falhas que possam atrapalhar o sucesso do projeto, e ao final para que possam ser avaliados os pontos negativos e positivos, incluindo se os objetivos foram alcançados.

RESULTADOS ESPERADOS: Uma maior identificação e interação da comunidade e seus membros com a história e a cultura afrodescendente, construindo uma forte identidade cultural, cujo resgate, reflexão e prática dos saberes de seus ancestrais sejam valorizados como importantes colaboradores no processo de formação da sociedade brasileira e amapaense.

REFERÊNCIAS:

BRAZIL/SE. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei Nº 9.394 de 20/12/1996). Brasília: MEC/SEF, 1996.

DU BOIS, W. E. B. *Sobre Nossas Lutas Espirituais*. In: *As Almas da Gente Negra*. Tradução de Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999 [1903]. p. 51-62.

REITNER, B. 2003 *Racism, democracy, and civil society in Brazil: comparing non-governmental organizations with neighborhood associations in the state of Bahia*, PhD dissertation, Cuny.

SANSONE, Lívio. *Negritude sem Etnicidade: O Local e o Global nas Relações Raciais e na Produção Cultural Negra do Brasil*. Salvador: Edufba; Pallas, 2003. 335 p.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; ARAÚJO-OLIVEIRA, Sonia Estela. *Cidadania, ética e diversidade: desafios para a formação em pesquisa*. In: *ENCUENTRO CORREDOR DE LAS IDEAS DEL CONO SUR “Sociedade civil, democracia e integración”*, VI, Montevideo, 2004.

2 AFRICANIDADE PARA PROFESSORES E MULTIPLICADORES DA ESCOLA ESTADUAL PROF^a. MARIA CARMELITA DO CARMO

Antônio Jorge Martins Oliveira³²

Jamile Célia Mendes Monteiro³³

Jozias do Pilar Pacheco Freitas³⁴

Maria da Trindade Silva da Costa³⁵

Modalidade: Professores e Funcionários de Escolas Públicas do Estado do Amapá.

Local de realização: Escola Estadual Professora Maria Carmelita do Carmo.

Período de execução: Semana Pedagógica de 2014.

2.1 JUSTIFICATIVA

A educação básica brasileira ainda é profundamente marcada pela desigualdade no quesito da qualidade e, uma das mais importantes marcas dessa desigualdade está expressa no aspecto racial. Podemos perceber isso, através de processos discriminatórios que operam no sistema de ensino, penalizando principalmente a população negra, que tem seus direitos sociais, culturais e econômicos espoliados ao longo do processo histórico.

Como forma positiva de combater este problema, a criação da Lei 10.639/2003, pode ser considerada uma das ações essenciais para o combate à discriminação. Essa lei tornou obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares, o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileiras, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a valorização da cultura negra brasileira, suas lutas e conquistas, destacando a importância da sua participação no processo de formação da sociedade brasileira.

Porém, ainda existe um distanciamento, demasiadamente grande, entre a efetivação da lei e a realidade social, uma vez que, decorridos mais de 10 anos da promulgação, pouco se sabe e pouco se faz em escolas da rede pública do Amapá, relacionados à finalidade da mesma. Para combater este problema, o presente projeto busca garantir a comunidade escolar (professores, corpo técnico-administrativo, serventes, merendeiras, agentes de portaria, entre outros) subsídios que os ajudem a trabalhar a diferença cultural e identitária como valor em sala de aula, pois à medida que se aprende a lidar com a diversidade, pode-se libertar de preconceitos e visões estereotipadas.

O presente projeto viabilizará a aplicabilidade da lei 10.639/03, na Escola Estadual Professora Maria Carmelita do Carmo, localizada na Rua Barão de Mauá, nº 345, no bairro Buritizal, na cidade de Macapá, Estado do Amapá. A referida escola foi escolhida devido a renomada contribuição com ações e trabalhos premiados em âmbito nacional, e também por possuir um projeto que abarca a diversidade africana e afro-brasileira. Porém, como ocorre na maioria dos estabelecimentos de ensino, os projetos sobre africanidade destinam-se a valorização através da música, do teatro e da dança, como se fossem apenas estes elementos as contribuições do povo africano, além disso, são eventos pontuais que culminam no dia 20 de novembro e envolvem alguns poucos professores, enquanto outros funcionários desconhecem a temática.

Desse modo, para que a lei cumpra sua finalidade é necessário um trabalho que efetive o estudo e a reflexão sobre a valorização da diversidade étnica, sobre o preconceito e a discriminação racial, que aborde conteúdos que tragam para a sala de aula e para o ambiente escolar os diversos aspectos que

³² Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Professor do Sistema Modular de Ensino (SOME/AP).

³³ Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Professora do Sistema Modular de Ensino (SOME/AP).

³⁴ Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Professor da Rede Estadual e da Rede Particular de Ensino.

³⁵ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú (UVA-AP).

caracterizam a formação da população negra. Este trabalho deverá ocorrer ao longo do ano letivo, em todos os ambientes escolares.

Assim, levando em consideração a formação do educador, que tem a responsabilidade de tornar o ambiente escolar um espaço de construção do conhecimento e desconstrução de estereótipos, este projeto irá propor uma mudança significativa na metodológica da escola.

2.2 OBJETIVOS:

GERAL:

Debater e refletir, a importância e a aplicabilidade da lei 10.639/2003 em todos os componentes curriculares, a fim de desenvolver a socialização de conceitos e a construção de conhecimentos com base científica, que levem a desconstruir os estereótipos sobre a africanidade.

ESPECÍFICOS:

Capacitar docentes e funcionários da escola para trabalhar, adequadamente, com as temáticas relacionadas à africanidade, desconstruindo seus próprios preconceitos em relação à África, seu povo e sua cultura;

Possibilitar a (re) elaboração da matriz curricular das diferentes disciplinas acrescentando, conteúdos que possam garantir a implementação da História da África, do povo africano e dos afrodescendentes.

2.3 REFERENCIAL TEÓRICO

É inegável que a promulgação da Lei 10.639/2003, foi um avanço significativo e abriu espaço para as discussões acerca da contribuição dos africanos e dos afrodescendentes para a história do Brasil, fazendo com que as escolas comessem a repensar suas ações e passassem a desenvolver a sua função social de combater práticas da desigualdade sociocultural. Nesse contexto, buscamos utilizar autores que trilham pesquisas sobre raça, racismo, escola, como Abramovay e Castro (2006, p. 21), que ressaltam o papel estratégico das instituições de ensino no combate ao racismo e na defesa dos direitos humanos.

Reconhecer o racismo em sua complexidade e, em certa medida, nas suas contradições é um cuidado essencial que todos os indivíduos, que trabalham nas redes de ensino, devem ter. A dimensão ética é essencial nas práticas de ensinar, aprender e debater a educação em uma realidade desigual. Portanto, Gomes (2006, p. 60) enfatiza a importância da participação dessas instituições e dos professores nessa temática.

A escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os (as) professores(as) não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula.

Neste caso, podemos destacar os trabalhos de Coelho (2012), no que tange, as propostas metodológicas que englobam a participação de professores para debater a importância da aplicabilidade dessa Lei 10.639/03, e seus reflexos no cotidiano escolar. Tais propostas visam “debater questões [...] acerca de raça, etnia, preconceito racial e suas implicações no processo educacional, especialmente quando relacionada à formação de Professores” (COELHO, 2012). Como propomos que a discussão sobre a temática procure instigar professores e funcionários à buscarem informações corretas e elaborem formas inovadoras de combater a preconceitos no ambiente escolar, utilizaremos o trabalho de Rocha (2009), que proporciona uma variedade de atividades didático-metodológicas, além de “alguns cuidados e equívocos comuns, que ainda permeiam tanto as especificidades dos estudos desse continente” (ROCHA 2009).

Outros autores, não menos relevantes, que os citados serão de suma importância para que este trabalho de cunho antirracista obtenha êxito.

2.4 METODOLOGIA

Para alcançarmos nossos objetivos, elaboramos atividades que serão desenvolvidas durante a Semana Pedagógica (período que antecede o início do ano letivo, onde ocorrem planejamentos das ações a serem realizadas pela escola). As mesmas serão realizadas em forma de 03 (três) palestras e 02 (duas) oficinas, em três dias.

As palestras são destinadas a todos os funcionários da escola e, se desenvolverão de forma dinâmica, com a utilização de imagens, trechos de filmes e documentários, que estimulem o interesse dos participantes pelo tema.

As oficinas lúdicas serão ofertadas 80 vagas, exclusivamente para professores que sentem dificuldades em integrar a temática à sua disciplina. Serão apresentadas diferentes modelos de jogos e atividades, que poderão ser trabalhadas em sala de aula e ajudarão a desmistificar preconceitos e estereótipos da África e seu povo.

Após essas definições o projeto seguirá o planejamento abaixo:

1º DIA:

1º momento: Serão feitas as devidas apresentações do projeto onde serão debatidos temas, como: obrigatoriedade da Lei 10.639/2003 em âmbito escolar, bem como a sua importância no combate ao racismo e preconceito, além da necessidade do professor manter-se atualizado acerca da temática.

2º momento, após um intervalo de 20 minutos, todos participarão de uma palestra sobre o papel dos movimentos negros na luta contra a exclusão social e suas conquistas adquiridas.

2º DIA:

1º momento: Ocorrerá a palestra referente à desmistificação de preconceitos apresentados em livros didáticos (ou outros meios de comunicação), utilizando projetores de slides, como forma de acentuar determinados aspectos do racismo, através de fotografias, charges ou figuras que reforçam negativamente a imagem do negro.

2º momento: Será realizada a oficina, destinada a 80 professores, denominada “Arte e cultura africana e afro-brasileira”, cujo objetivo é mostrar a diversidade de estilos presentes em todos os aspectos da cultura africana e como trabalhá-los em sala de aula. **3º DIA:**

1º momento: Será realizada a segunda oficina, “Construindo jogos de africanidade em ambientes escolares”, onde serão formados grupos para a produção de material didático.

2º momento: ocorrerá a socialização dos trabalhos produzidos nas oficinas pelos professores.

2.5 AVALIAÇÃO

Devido à estrutura teórica metodológica deste projeto, entendemos que o processo avaliativo deve ocorrer de forma contínua e dinâmica, através da observação e do interesse dos professores e funcionários em participar efetivamente do projeto, levando em consideração a produção dos jogos e das atividades realizadas pelos mesmos.

2.6 RESULTADOS ESPERADOS:

No final, espera-se que professores e demais funcionários reflitam sobre a prática cotidiana e organizem os conhecimentos adquiridos para propor uma adequação no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com a inserção de ações que venham contribuir no combate ao racismo velado e ao preconceito “disfarçado” de piadas e apelidos. Levando-os, dessa forma, a reelaboração da matriz curricular acrescentando temas sobre a África e seus descendentes.

Desse modo, este projeto almeja contribuir para os desafios pertinentes a desigualdades e preconceitos que se colocam na prática docente, tornando-se uma ferramenta de cunho didático para a construção de um conjunto de mudanças que levem a criação de condições políticas, sociais e culturais favoráveis à implementação de uma educação escolar antirracista.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia(coord.). *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de violências nas Escolas, 2006.

BRASIL. **Lei n.10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p.1, 10 jan.2003.

_____. Parecer CNE/CP no. 003/2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jun.2004.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía (Org.) Et al. *A lei nº 10.639/2003 em perspectiva na Educação Básica. Formação Continuada na Escola de Aplicação da UFPA*. Belém: Editora Açaí, 2012.

CUNHA, Jr. Henrique. *Textos para o movimento negro*. São Paulo: Edicon, 1992.

MUNANGA, Kabengele (Org.) *Superando o Racismo na escola*. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ROCHA. Rosa Margarida de Carvalho. *História da África na Educação Básica: Almanaque pedagógico – referenciais para uma proposta de trabalho*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

3 GIRO E CANTIGA DA CAPOEIRA ANGOLA NO ENSINO DE LITERATURA E ARTES NAS ESCOLAS DO ESTADO DO AMAPÁ

Marília Nery da Costa³⁶
Pedro Paulo Cunha Carvalho³⁷

Modalidade: Professores da rede pública estadual das disciplinas artes e literatura.

Local de realização: Escolas Públicas Estaduais do Amapá.

3.1 JUSTIFICATIVA

A capoeira, enquanto conteúdo curricular nas aulas de Literatura e Arte, voltar-se-á para a necessidade da valorização da cultura afro-brasileira e africana, tendo em vista, que sempre esteve por meio de Mestres e Professores no contexto do espaço escolar, sem nem um reconhecimento pedagógico, por parte dos educadores e instituições. Essa indiferença pelo universo da capoeira e seu valor histórico e cultural torna-se atualmente intolerável, na medida em que o Ministério da Cultura e o IPHAM em 2008 instituem a Capoeira como “Patrimônio Imaterial do Povo Brasileiro”, bem como o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010 – Art. 22/§ 2: “É facultado o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos”.

O trabalho que tem como tema “GIRO E CANTIGA DA CAPOEIRA ANGOLA NO ENSINO DE LITERATURA E ARTE NAS ESCOLAS DO ESTADO DO AMAPÁ” propõe a valorização e reconhecimento da capoeira no ambiente escolar, mais especificamente no ensino médio, na medida em que a mesma consolidou-se na sociedade, já que os valores inerentes ao universo africano são elementos inseridos e desenvolvidos pela cultura nacional, esse mesmo conteúdo por mais institucionalizado pela Lei 10.639/03, na prática é negado pelo currículo escolar.

3.2 OBJETIVOS:

GERAL:

Promover uma abordagem pedagógica com a finalidade de implantar ações teórico-metodológicas para a questão étnico-racial na escola, no contexto da Capoeira Angola, envolvendo professores de Literatura e Arte, do ensino médio.

ESPECÍFICOS:

Aplicar a Lei 10.639/03 nos conteúdos no contexto das relações étnico-raciais na sociedade e na escola;

Abordar os conteúdos teóricos e lúdicos da Capoeira Angola por meio da literatura e arte para professores do ensino médio;

Compartilhar experiências dos Mestres de capoeira no espaço escolar, dialogicamente com os demais professores;

Propor práticas didático-pedagógicas para o ensino de Literatura e Arte, voltado para os elementos culturais da capoeira.

3.3 REFERENCIAL TEÓRICO

A trajetória histórica da capoeira é marcada por contradições e falta de consenso, entre os que dela se ocupam. Isso pode ser entendido pelo fato de efetuar sua manutenção e reconstrução da memória por meio da oralidade e ritualidade e possuir escassos registros documentais, que surgiram no início do

³⁶ Licenciada em Literatura e Língua Portuguesa e Especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

³⁷ Licenciado em Arte, Especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Mestre de Capoeira Angola.

século XIX. A capoeira parece remontar aos quilombos da época colonial, quando os escravos fugitivos utilizavam-se do próprio corpo como uma arma. Contudo, por não existirem investigações históricas da capoeira entre os séculos XVI e XVIII, não é possível reconstruir o processo que levou ao seu deslocamento do campo para a cidade. Os primeiros registros oficiais da ação “dos capoeiras” ocorreram no Rio de Janeiro, em fins do século XVIII, e dizem respeito a registro de ocorrências policiais envolvendo escravos em brigas e desordens pela cidade.

Os pesquisadores, referindo-se à capoeira carioca e baiana, refutam a ideia de que os capoeiras limitavam-se ao estado de vadios e desocupados como escreviam os jornalistas da época. Contudo, também ressaltam que o fato de possuírem ofício, não significava que não eram desordeiros, pois, como pode ser visto em suas pesquisas, a maioria deles vivia no mundo das ruas, batia tambor, fazia barulho e algumas vezes, até matavam; em síntese, transgrediam os padrões e as regras da ordem pública. Em publicações sobre o desenvolvimento histórico da capoeira, ABIB (2005), foi constatado que a capoeiragem não se restringia ao mundo do crime, mas também estava presente no mundo da festa, da brincadeira, nos intervalos do trabalho e até mesmo na polícia.

Na década de 30, a ditadura inicia a propaganda da identidade nacional brasileira, que se constitui, tranquila, ordeira, sentimental, sensual, alegre e esperta e que marcha inexorável, para o desenvolvimento.

Nesse contexto, as condições de capoeiras e malandros então associadas à vadiagem, criminalidade, prostituição e outros, são deslocadas e recebem a notabilidade de esperteza e ludicidade do povo brasileiro. No ano de 1934, Getúlio Vargas, em ato presidencial, retira a capoeira e outras manifestações como o candomblé, do Código Penal brasileiro. No entanto, este ato mostra-se como um recurso político para aumentar o controle governamental sobre esses cultos, na medida em que determina que sejam realizados fora da rua, em recinto fechado e somente com alvará de instalação.

Em 1937 Manoel dos Reis Machado, o “mestre Bimba”, consegue a autorização para sua academia de “luta Regional Baiana”, depois conhecida como **Capoeira Regional**, mas a sua aceitação não se deu de forma consensual entre os capoeiras. Bimba, usufruindo de um ideal mestiço e de defesa da capoeira como “legítimo esporte brasileiro”, já incorporado por intelectuais, consolidou o “embranquecimento simbólico da capoeira”, somando à prática, movimentos de artes marciais orientais e ocidentais, como karatê, Jiu-Jítsu e luta greco-romana, trocando a ritualidade pela agilidade e eficiência.

Neste contexto, surge um movimento de oposição liderado por Vicente Ferreira Pastinha, o “mestre Pastinha”, defendendo o resgate da ancestralidade africana da capoeira, que por sua vez recebeu o nome de **Capoeira Angola**. Ao contrário do discurso esportista de mestre Bimba, Pastinha defende a prática da capoeira, baseada numa estética de jogo mais simbólica e subjetiva, que continha certo misticismo, valores que dão à capoeira, segundo Frigério (1989) “um certo valor artístico”.

Yahn (2009), diz que as letras que acompanham o berimbau na Capoeira Angola são composições que expressam o lirismo da busca da ancestralidade, em uma relação de elo condutor entre o passado e o presente, dando às letras da dança marcas literárias, tão semelhantes às produções de grandes escritores como Guimarães Rosa, Oswald de Andrade e Mario de Andrade.

A ladainha abaixo demonstra a inserção do negro na formação cultural e histórica do povo brasileiro, bem como, a não aceitação à condição de subserviência, além é claro de negar os enganos que a historiografia lhe causou:

Dona Isabel que história é essa?
Dona Isabel que história é essa?
De ter feito abolição?
De princesa boazinha

Que libertou a escravidão
Estou cansado de conversa
Estou cansado de ilusão
Abolição se fez com sangue
Que inundava esse país (Mestre Toni Vargas)

Inserir as ladainhas da capoeira no contexto da sala de aula é fazer literatura na qualidade dos grandes autores da Língua Portuguesa, os quais deram seu nome a uma literatura, contida num legado que já existia na roda de capoeira e nos ensinamentos de seus mestres, que trouxeram da África os traços da oralidade como o *Jeli ou Griot* contador de história que transforma palavras em coisas visíveis passadas de pai para filho como um dom recebido da ancestralidade.

3.4 METODOLOGIA:

Os procedimentos metodológicos constituem-se das ações:

Apresentação do objetivo e plano de trabalho aos professores, de como o curso se dará com carga horária 28 horas/aulas. Será feita uma dinâmica da aplicabilidade da lei 10.639/93;

Apresentação do filme **“quanto vale ou é por quilo?”** para tratar da escravidão e da situação do negro na sociedade contemporânea;

Utilização do texto **Pedagogia interétnica - capítulo IV do Livro Alternativas para combater o racismo: segundo a pedagogia interétnica** de Manoel de Almeida Cruz;

Amostra de um vídeo **“Ritmos e movimentos de Capoeira Angola”**

Utilização do texto **Os diversos sentidos da cultura popular e as possibilidades de sua interpretação - Livro: Capoeira Angola: Cultura popular e o jogo dos saberes na roda - Pedro Abib;**

Em slide/data show será apresentado o artigo **CAPOEIRA: de arte negra a esporte branco- Alejandro Frigério. Revista Brasileira de Ciências Sociais;**

Oficina de leitura de símbolos da capoeira em seus diversos tempos com os alunos/professores, por meio de cópias das imagens em papel A4;

Serão levados para o ambiente da sala de aula, instrumentos musicais da capoeira para que todos vivenciem elementos referentes ao ritmo e à musicalidade, no que se refere ao coro e ao puxador na roda de capoeira;

Construção por parte do professor de um plano de ação, o qual será executado, a partir da temática do curso, nas disciplinas de Literatura e Arte, num período de dois meses, em suas respectivas turmas;

Os professores voltarão dois meses depois para socializar por meio de relatório e projetor de imagem, os resultados das experiências em sala de aula através de relatório sucinto das atividades e vídeo com a participação dos alunos relatando sua avaliação.

3.5 RESUTADO ESPERADO

Esperamos com essa informação que os profissionais das disciplinas Literatura e Arte se apropriem de conhecimentos referentes à educação, onde o contexto étnico-racial se insira, mais especialmente à cultura da Capoeira, como elemento didático-pedagógico no currículo escolar, garantindo a aplicação da Lei 10.639/03 em outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS:

- ABIB, Pedro. *Capoeira angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda*. Campinas, SP. EDUFBA, 2005;
- COELHO, Wilma Maria de Nazaré. *A lei 10.639/2003 em perspectiva na educação básica: formação continuada na escola de aplicação da UFPA*. Belém, PA. Açai, 2012;
- CRUZ, Manoel de Almeida. *Alternativas para combater o racismo: segundo a pedagogia interétnica*. Salvador, BH. vozes, 1986;
- ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Almanaque pedagógico afro-brasileiro*. Belo Horizonte, MG. Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, 2004;
- YAHN, Carla Alves de Carvalho. **AS CANTIGAS DE CAPOEIRA ANGOLA: Literatura oral e tradição popular**. Mestranda da Faculdade de Ciência e Letras/ Julio de Mesquita Filho. Universidade Estadual Paulista. Miscelanea, Assis, vol. 7, jan/jun, 13 abr 2010. ~ =
- FRIGERIO, Alejandro. *CAPOEIRA: de arte negra a esporte branco*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 10, vol. 4, jun 1989.

4 CULTURA AFRICANA NO COTIDIANO ESCOLAR: A VALORIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DAS TRADIÇÕES DA COMUNIDADE DO CURIAÚ

Evanilde Lima de Oliveira³⁸

Josicléia Gomes da Silva³⁹

Maria de Fátima Vaz⁴⁰

Nilma Maria R. Lopez⁴¹

Modalidade: 1º a 4º Ano do Ensino Fundamental I

Local de realização: Escola Estadual José Bonifácio

Período de execução: Fevereiro a Dezembro de 2014

4.1 JUSTIFICATIVA

O referido Projeto de Intervenção pedagógica busca preservar e valorizar a identidade, o patrimônio histórico e cultural da população do Quilombo do Curiaú. Propõem-se que os professores e alunos da Escola Estadual José Bonifácio, façam uma releitura da história do mundo africano, sua cultura e os reflexos sobre a vida dos afro-brasileiros e afroamapaenses, desconstruindo, gradativamente, as visões ideológicas pautadas nas discriminações, construídas e reproduzidas historicamente durante muitos anos na sociedade brasileira. Vale à pena lembrar que os afrodescendentes constitui grande parte da sociedade brasileira, de acordo com o Censo do IBGE “no Brasil ha cerca de 15 milhões de pretos afrodescendentes” (IBGE 2010). Mas apesar de terem contribuído significativamente para a formação histórica, cultural e social do Brasil, os negros ainda são excluídos do processo sócio – econômico - cultural. Enquanto os ditos brancos formam grande parte da elite brasileira os negros compõem um cenário dos menores índices de alfabetismo, expectativa de vida e de universitários. Fundamentados nestas informações resolvemos trabalhar a temática “**A Inclusão Da Cultura Africana No Cotidiano Escolar: A Valorização Das Tradições Da Comunidade Do Curiaú**”, para mostrarmos a sociedade amapaense a importância dos negros no processo de civilização do Brasil e de Macapá-AP, nos aspectos históricos, culturais e valores sociais. A implementação desta proposta pedagógica é muito importante para desenvolvimento da cultura local, durante o processo analisaremos as contribuições decorrentes da promulgação da lei federal nº 10.639/03 na escola, e a compreensão docente e discente a cerca da valorização da cultura afro-brasileira, afroamapaense e africana. Desta forma, pode-se afirmar que a escola é o espaço onde a consciência sobre a questão racial deve ser primordialmente trabalhada, para que a democracia racial no Brasil deixe de ser um mito e passe a ser uma realidade. Somente uma educação de qualidade voltada para a temática, pode garantir aos afrobrasileiros e afroamapaenses, sejam reconhecidos e respeitados em suas diferenças.

4.2 OBJETIVOS

GERAL:

Resgatar as singularidades históricas, culturais e sociais do Quilombo do Curiaú, reduzindo os índices de preconceito e discriminação racial dentro e fora do contexto escolar, de acordo com as determinações da Lei 10.639/03.

ESPECÍFICOS:

³⁸ Licenciatura e Bacharelado em História e Pós Graduação em História e Cultura Africana e Afro Brasileira – 2012- Faculdade Atual.

³⁹ Licenciatura Plena em Pedagogia –UNIFAP- 2007; Especialista Latu Senu em Pedagogia Escolar Superior Orientação e Administração- Faculdade Internacional de Curitiba 2012; Pós graduada em História e Cultura Africana e Afro brasileira-2012, Faculdade Atual.

⁴⁰ Pós Graduada em História e Cultura Africana e Afro brasileira-2012- Faculdade Atual.

⁴¹ Licenciada em Pedagogia - UNIFAP - e Pós Graduada em História e Cultura Africana e Afro Brasileira.

Discutir e conhecer as personalidades negras que deixaram ou estão deixando suas contribuições em diversos setores da sociedade afro-amapaense, afro-brasileira e africana;

Resgatar a autoestima do aluno, para que possa se relacionar positivamente e socialmente com os seus semelhantes;

Fomentar a importância da temática étnico-racial, oportunizando discussões sobre o reconhecimento e valorização das diversidades culturais no Quilombo do Curiaú.

Valorizar e analisar textos literários afrobrasileiros e afroamapaenses.

4.3 REFERENCIAL TEÓRICO

O Projeto “**A Inclusão da Cultura Africana no Cotidiano Escolar: A Valorização das Tradições da Comunidade do Curiaú**”, esta embasado na Lei 10.639/03 que modificou a Lei 9394/96, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana em todo sistema educacional. Ao enfatizar o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na escola, deve se focar em um olhar de reconhecimento com relação ao outro, e compreender que aquele que é alvo de discriminação sofre de maneira profunda. Por isso, é necessário que a escola construa as condições necessárias para que o educador, em sala de aula, possa escutar o que não foi dito com todas as palavras, e ler o que não foi escrito com todas as letras. Propõe-se que a questão do racismo seja apresentada a comunidade escolar, de forma permanentemente, repensando os paradigmas, em especial os eurocêntricos, com que fomos educados.

Pois nenhum ser humano nasce racista, se tornam racista devido ao processo histórico de negação da identidade e de “coisificação” dos povos africanos. Acredita-se que para combater o racismo e a discriminação na escola é necessário desfazer alguns equívocos, bem como: o respeito à preocupação de professores no sentido de designar ou não seus alunos negros como *negros* ou como *pretos* sem ofensas. Primeiramente é preciso esclarecer que, ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Vale à pena lembrar que *preto* é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros — branco, pardo, indígena, a cor da população brasileira.

O Batuque é uma das fortes expressões culturais de origem africana, e para entendermos é necessário, fazermos uma retrospectiva social e histórica local. Segundo Souza (2001), no século XIX os europeus denominavam o Batuque como um ajuntamento de negros escravos ou pretos livres, nesta época o Batuque que é compreendido hoje como qualquer tipo de som, teve outros significados tanto para executor quanto para o ouvinte, ou para aquele que via seu movimento, os antigos Batuques eram mágicos tinham mais público do tem hoje. Para videira (2009 p. 241).

As africanidades podem ser percebidas ainda na Capoeira, nas comunidades de quilombos, nas casas religiosas de Candomblé e Umbanda, nos bairros de predominância negra, nas danças e ritmos, na intelectualidade, oralidade, tecnologias em todas as expressões do ser negro e Afrodescendentes. (VIDEIRA, 2009).

Após a homologação da Lei nº 10.639/03, as escolas passaram a fazerem algumas mudanças, onde adotam a missão de acolher, (re) conhecer e valorizar os vínculos da História de Cultura da África e da Sociedade Afro brasileira. Implementando em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e em seus currículos uma educação antirracista. A escola passa abrir canais de desmistificação do estereótipo do negro na história e na cultura, buscando nas Diretrizes Curriculares a tarefa de excluir das práticas docentes os pilares fortalecidos através do preconceito, da violência e de atitudes que contribuíam para a discriminação dos negros dentro da sociedade. O processo de inclusão da educação das relações étnico-raciais exige que os professores considerarem a importante da relação entre cotidiano da comunidade escolar e o currículo. Pois a construção de uma prática pedagógica depende muito da realidade social, dos desafios e conflitos, em vive os educandos e profissionais do ensino.

4.4 METODOLOGIA

O desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica terá ênfase na análise qualitativa, e busca agregar os docentes da Escola Estadual José Bonifácio, com intuito de construir uma proposta, para a disseminação e reflexão das culturas afro-brasileira, afro-amapaenses e africanas através da dança do Batuque, uma das principais festividades culturais do Quilombo do Curiaú. Com os alunos do 1º ao 4º do Ensino fundamental I. Esse processo metodológico se desenvolveu nas seguintes etapas:

- 1ª Etapa:** A priori no período de 06 a 11/08/12, fizemos uma visita à Comunidade do Curiaú e a Escola E. José Bonifácio, para coletar dados da realidade local, bem como a história das festividades do Quilombo do Curiaú, culturas e tradições locais. Observarmos o ambiente escolar verificou se o Projeto Político Pedagógico da Escola contempla as exigências da lei nº 10.639/03.
- 2ª Etapa:** Retornar a comunidade do Curiaú no período de 13 a 20/08/12, para entrevista os moradores e festeiros da Folia de São Joaquim com intuito de estudar e conhecer a cultura local. Identificamos que na comunidade do Curiaú, há duas grandes manifestações culturais o Batuque e o Marabaixo, que possuem resquícios de nossos ancestrais africanos.
- 3ª Etapa:** Pretende-se retornar, no período de 21 a 31/08, à Escola Estadual José Bonifácio, para realizar um ciclo de palestras, no turno da manhã, tendo como público alvo professores e alunos, com os seguintes temas: A lei nº 10.639/03 na sala de aula, a Educação Étnico-racial etc. Estas palestras serão ministradas por técnicos da SEAFRO, Habilitados a discorrer sobre ambos os temas.
- 4ª Etapa:** No período de 03 a 15/09/ serão realizadas as oficinas de Marabaixo, Batuque, Artesanato e Corte e costuras ministradas por moradores da comunidade em parceria com os técnicos da Secretaria Extraordinária de Políticas para Afro descendentes.
- 5ª Etapa:** No período de 17 a 22/09 haverá um Curso de Cânticos com o tema “Canto nossa História”, onde incentivaremos os alunos a produzirem textos com ”ladrões” de Marabaixo e versos de Batuque. Esse curso será ministrado pelos professores de história e língua portuguesa. Após, serão selecionados as três melhores produções literárias por uma comissão de professores especialistas em educação étnico-racial. Haverá uma premiação para os 1º lugar, 2º lugar e o 3º lugar, estes prêmios serão possibilitados através de uma coleta entre membros da comunidade escolar e contribuições de parceiros.
- 6ª Etapa:** consisti em uma formação de grupo de dança afro-amapaense com alunos da Escola Estadual José Bonifácio, composto por oito estudantes sendo quatro meninas e quatro meninos, que terão como professores de dança membros da comunidade do Curiaú. Os membros dos grupos irão ensaia em horários a ser combinados entre os participantes, o objetivo é que o grupo dance todos os ritmos de danças afros.
- 7ª Etapa:** Culminância do Projeto será no final do terceiro bimestre, onde será realizado uma Mostra Cultural, com o tema: **A Inclusão Africana No Cotidiano Escolar**, neste momento será apresentada à comunidade todos os resultados do projeto.

4.5 RECURSOS:

Data- show, Notebook, Banners, Instrumentos de percussão, Indumentárias, Livros didáticos e paradidáticos, Caixas amplificadas, Microfones, Gravador, Câmera fotográfica, Quadro branco, Pincel, Papel A4, Apostilas.

4.6 AVALIAÇÃO

A avaliação será durante todo o processo de desenvolvimento do projeto, que procederá em dois momentos: No primeiro momento será avaliado a participação e desempenho dos alunos nas danças e confecções de materiais que serão expostos na ostra Cultural. No segundo momento avaliaremos a produção dos textos individuais dos alunos e a participação e desempenho dos professores, pois em todo procedimento educacional institucional é de fundamental importância os professores acompanharem todo o período de execução.

4.7 RESULTADOS ESPERADOS:

No presente projeto, o primordial é a possibilidade da arte de ler e interpretar histórias desenvolva amplamente nos alunos habilidades como a autoestima, formulação de ideias, resolução de problemas, criticidade, dentre outras habilidades, tudo de forma lúdica. Compete então, a todos os profissionais que atuam direta ou indiretamente com as crianças, reflitam não somente nos processos de sala de aula, mas também do seu papel como cidadãos, protagonistas de uma história no mundo.

REFERENCIAS:

BRASIL, MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana*. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

GOMES, Nilma Lino & GONÇALVES e SILVA Petronilha B. (Orgs). *Experiências Étnico-raciais Para A Formação De Professores*. Belo Horizonte: Autentica 2002.

SOUSA, Andréia Lisboa. *Personagens negros na literatura Infanto-juvenil: rompendo estereótipos*. In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e antirracismo na educação. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2001.

SUOZA, Irene Sales de. *Os educadores e as relações interétnicas: pais e mestres*. São Paulo. Edunesp, 2001.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Batuques, Folias e Ladainhas (manuscritos): A Cultura do Quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação*. São Paulo. Ed. Ética, 2011.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, Dança Afrodescendentes: Significando A Identidade Étnica do Negro Amapaense*. / Piedade Lino videira. _ Fortaleza: Edições UFC, 2009. 285 p.

5 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03 NA ESCOLA ESTADUAL “LAGOA DOS ÍNDIOS”

Adriana Carla Sousa Cruz⁴²

Adriana de Fátima da Cruz Carvalho⁴³

David da Silva Araújo⁴⁴

Dinaelson Dutra Guerra⁴⁵

Modalidade: Ensino Fundamental I.

Local de Realização: Escola Estadual Lagoa dos Índios.

Período de execução: Um bimestre.

5.1 JUSTIFICATIVA

O Projeto de Intervenção Pedagógica intitulado “O Projeto Político-Pedagógico como instrumento necessário para Implementação da Lei nº 10.639/03” será aplicado na Escola Estadual Lagoa dos Índios, situada no Município de Macapá no bairro Goiabal, no KM4, s/n, localizada na Rodovia Duca Serra (entre Macapá e Santana), caracterizado pela sua forte composição de afrodescendentes.

Este projeto tem a intenção de demonstrar as possibilidades de efetivar, através do projeto político pedagógico, um processo democrático de participação da comunidade escolar para a construção de metas e objetivos coletivos que integrem todos os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, da escola estadual Lagoa dos Índios, contribuindo para uma prática pedagógica centrada na diversidade, priorizando, a cima de tudo, a igualdade de direitos a produção de conhecimentos, resultando em atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir com o respeito aos direitos legais e a valorização da identidade da cultural afro-brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram (contribuem) para a formação da identidade cultural brasileira.

5.2 OBJETIVOS

Geral:

Implementar através do Projeto Político Pedagógico, a Lei nº 10.639/03 na Escola Estadual “Lagoa dos Índios”, com intuito de construir uma educação comprometida com a promoção de ser humano na sua integridade, estimulando a formação de valores, atitudes e comportamentos que respeitem a diversidade brasileira destacando a cultura africana e afro-brasileira.

Específicos:

Garantir formação, em nível de aperfeiçoamento, sobre a Lei nº 10.639/03, e a sua importância na Escola Lagoa dos Índios, a todos os envolvidos no processo educacional;

Construir um espaço de diálogo e reflexão sobre as dificuldades e afinidades dos profissionais da educação, que integram o quadro técnico e docente da escola, com a temática da educação para as relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03;

⁴² Licenciada em Pedagogia, Mestre em Ciências da Educação, Especialista em Formação Permanente de Professores e História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

⁴³ Bacharelada em Secretariado Executivo e Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

⁴⁴ Licenciado e Bacharel em História e Especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

⁴⁵ Licenciado em História e Especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Desenvolver um processo de (re)conhecimento e valorização da cultura afro-brasileira e africana por meio de oficinas;

Promover discussão sobre os conceitos: racismo, discriminação, preconceito, estereótipos, etnocentrismo e intolerância.

5.2 REFERENCIAL TEÓRICO

A LDB, ao encaminhar para os sistemas de ensino as normas para a gestão democrática, indica dois instrumentos fundamentais: a elaboração do *Projeto Político Pedagógico* e a participação das comunidades escolar e local, em Conselhos Escolares ou equivalentes. Desenvolvem-se novos instrumentos de planejamento, concepções novas começam a ser estudadas para enfrentar a complexidade da prática educativa. A tradicional ‘filosofia da escola’ e o velho e bom ‘regimento escolar’, já não davam mais conta de gerir caótico cotidiano. O avanço da conquista de direitos, o crescimento da vontade de participar, da mesma forma, configura o quadro em que se insere a escola. Neste contexto, o Projeto Político Pedagógico vai se afirmando como uma necessidade para os educadores e para as instituições e ensino (VASCONCELOS: 2004:16).

Nessa perspectiva, o *projeto político-pedagógico* vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto político pedagógico é proposto com o objetivo de descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas, jurídico organizacionais na escola, buscando maior participação dos agentes escolares. Previsto pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, como proposta pedagógica (art.12e 13) ou como projeto pedagógico (art.14, inciso I), o PPP pode significar uma forma de toda a equipe escolar torna-se corresponsável pelo sucesso do aluno e por sua inserção na cidadania crítica. (LIBANÊO, 2003,p.178).

Sancionada em março de 2003, a Lei 10.639/03, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A referida lei, institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio, buscando resgatar, historicamente, a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. A Lei nº 10.639/03, as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNER), a Lei nº 11.645/08 e Estatuto da Igualdade Racial, integram um conjunto jurídico que dão corpo e se apresentam como pontos centrais de modificação de concepção e práticas educativas.

A lei trata de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira. Conforme a relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação étnico-raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, se relacionar com outras pessoas, notadamente as negras.(BRASIL, 3/2004, p.16).

5.3 METODOLOGIA:

1º Momento: Reunião na Escola Estadual Lagoa dos Índios para apresentação do projeto de intervenção ora proposto.

Descrição: revisão do Projeto Político Pedagógico da Escola E. Lagoa dos Índios, discutindo os pontos a serem (re)elaborados para adequação e implementação da referendada lei e, por meio de uma reunião organizada e comunicada com antecedência pela equipe elaboradora, o projeto

será apresentado à escola e seus agentes. Será preciso contar com a participação de toda a gestão escolar (supervisores, orientadores e direção), os professores, representantes dos alunos 4ª série e/ou 5º ano, e pessoal de apoio. Tal reunião ocorrerá na própria unidade escolar, no período da segunda quinzena do mês de fevereiro mais especificamente no sábado letivo, tendo a duração de 4 h/a. Essa reunião será conduzida e ministrada pela equipe elaboradora.

2º momento: Diagnóstico (Levantamento e Análise de Dados) Descrição: Por meio de aplicação de questionários, feito pelos professor/ministradores junto aos corpos, Docentes e Técnico-administrativo; alunos da 4ª série e/ou 5º ano, e pessoal de apoio, saber aspectos referentes à questão étnico-racial no âmbito escolar e o perfil dos agentes envolvidos.

3º momento: Oficina de Conhecimento “Um breve contexto histórico da Lei 10.639/03, e suas fundamentações para construção de uma educação antirracista”.

Descrição: Aula expositiva (4h/a) com breve apresentação sobre a lei 10.639/03 por meios de textos e slides, junto do corpo Docente e Técnico escolar. Tal aula terá ainda, discussão em torno da lei quanto sua aplicabilidade em sala de aula e que norteiam o Projeto Político Pedagógico da Escola “Lagoa dos Índios”.

4º momento: Discussão sobre conceitos de racismo, discriminação, preconceito, estereótipos, etnocentrismo, tendo como aporte teórico o livro “Superando o Racismo na Escola” de Kabengele Munanga, “Educação para a Diversidade”, de Wilma Coelho e “Racismo e antirracismo na Educação”, de Eliane Cavaleiro.

Descrição: Apresentação através de textos e slides os conceitos relacionados à questão racial com base nos referenciais teóricos acima mencionados, e após tal exposição será aberta a plenária, discussão em torno do que será exposto. Paralelamente, a exposição dos conceitos, será apresentada os resultados e análise dos dados pesquisados junto os agentes que fazem parte da comunidade escolar. Esses procedimentos ocorrerão em 4h/a tendo como público alvo todos os funcionários da Escola Estadual Lagoa dos Índios.

5º momento: Oficina de Leitura e Interpretação textual “Reflexão sobre práticas adotadas em sala de aula: desafios para uma educação voltada à diversidade”.

Descrição: Através da leitura de textos, apresentar e refletir, junto aos docentes, o perfil do educador que temos e de qual precisamos. Quanto à política pedagógica de combate ao racismo como parte do currículo, de uma formação permanente, e da construção do “Projeto Político Pedagógico Escolar”. Tal oficina terá como carga horária 4h/a, atendendo os docentes e supervisores e orientadores escolares, tendo como ministrante os professores/orientadores da SEED, que serão previamente convidados através de ofícios.

6º momento: (CONSOLIDAÇÃO): Apresentação de literatura, filmes e textos que apresentem suporte teórico e pedagógico as orientações de relações étnico-raciais na educação, construção de propostas metodológicas para a implementação da Lei 10.639/03.

Descrição: Apresentação por meio de slides e de textos, de um conjunto de livros e materiais didáticos, filmes e textos que contribuam e fundamente a construção de uma proposta curricular para cada série/disciplina a luz da lei 10.639/03. Mediante tal apresentação ocorrerá uma reunião entre os corpos docentes e técnico-administrativos para construir e/ou reelaborar uma proposta curricular a ser trabalhado no ano letivo de 2013, tendo um caráter formativo e regulamentar.

5.4 RECURSOS

Para execução deste projeto será necessário um conjunto de livros, artigos e textos que englobam a lei 10.639/2003 e temáticas afins para as discussões em sala de aula na própria escola ora objeto de ação. Todavia, serão também usados questionários para aplicação de pesquisa bem o uso de materiais

didáticos a serem trabalhados pelos professores organizadores junto aos gestores, corpos técnico-administrativo e pedagógico, os professores e alunos da 4ª série e/ou 5º ano da Escola Estadual Lagoa dos Índios.

5.5 AVALIAÇÃO

A avaliação dar-se-á de modo processual e contínuo a cada final de atividade será utilizado um questionário sobre o respectivo tema para colhermos os dados necessários para a reelaboração do Projeto Político Pedagógico, a experiência deste trabalho tem por objetivo provocar a reflexão dos envolvidos, sobre o que se fazendo, que atitudes, posicionamentos diante das injustiças presenciadas no dia a dia da escola.

5.6 RESULTADOS ESPERADOS:

Por meio deste projeto vemos a possibilidade de vislumbrar um ensino mais igualitário, que garanta uma educação de melhor qualidade, que transforme as relações étnico-raciais em ações de respeito no cotidiano da escola, configurando-se em um cenário local e nacional com base no respeito e reconhecimento dos movimentos negros, corroborando para ações de aprendizagens significativas na educação da escola estadual “lagoa dos índios”.

Nossas ações aqui formuladas neste projeto almejam favorecer o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos educandos e educadores, e demais participantes da escola, para que se apropriem de novos conhecimentos, desconstruindo conhecimentos ensinados de forma errônea e mentirosa, reconstruindo uma história orgulhosa, de um povo lutador, vencedor, que apesar de muitas humilhações, continuam contribuindo para a construção do povo brasileiro e mundial. Conforme reflexões e análise concluímos com unanimidade que é indispensável que o Projeto Político Pedagógico direcione os trabalhos na escola, podendo assim, unificar suas atividades como forma de reinventar e dar um novo olhar para as questões étnico-raciais. Esta ressignificação deve desmistificar ideologias dominantes que ocultam uma infinidade de pressupostos e não permitem a viabilização de uma escola de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, João. *O reforço da autonomia das escolas e flexibilização da gestão escolar em Portugal*. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 3 ed. São Paulo; Cortez, 2001.
- BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação*: lei 9.394/96. Rio de Janeiro Esplanada, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação, secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação antirracista: *Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília, 2005.
- COELHO, Wilma Baía. *A cor ausente*. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza, 2009.
- CORRAZZA, Sandra. *Planejamento de ensino como estratégia de política cultural*. In: FREIRE, Paulo, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*/Paulo Freire. – São Paulo: Paz e terra, 1996(Coleção Leitura).
- FREIRE, Paulo & Horton, Myles. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis: vozes, 2003.
- GADOTTI, Moacir. *Ação pedagógica e prática social transformadora*. Educação e sociedade, Campinas, v. 1.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*/José Carlos Libâneo. 5. ed. revista e ampliada-Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MOREIRA, Antônio F B.(Org). *Currículo: questões atuais*. Campinas-SP: Papirus, 1997.

PARO, Vitor Henrique. *Qualidade do ensino: a contribuição dos pais*/ vitor Henrique Paro. – 3. reimp. – São Paulo: xamã, 2007.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática: participação da comunidade na escola*. Nosso Fazer, Curitiba, ano I, n. 9, ago. 1995b, p.I.

SAVIANI, Dermeval, *Pedagogia Histórico – Crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. ver. E ampl. São Paulo: Autores Associados, 2003.

6 ESCOLA E IDENTIDADE: VALORIZANDO A CULTURA DA COMUNIDADE DO MARUANUM

Celeste Oliveira da costa⁴⁶

Fabíola Costa Pantoja⁴⁷

Rizely de Souza Almeida⁴⁸

Modalidade: 1º ao 5º ano

Local de realização: E. E. Professor Raimundo Pereira da Silva.

Período de execução: 3º e 4º bimestres (05 à 20 /11/ 2012)

6.1 JUSTIFICATIVA

É evidente que mesmo com os significativos avanços ocorridos na educação desde as últimas décadas do século XX, a chegada das Diretrizes Curriculares, da aprovação da lei 10.639/03, os debates e a pluralidade de concepções, metodologias, políticas e ideologias no ensino, ainda sim, o currículo multicultural precisa estar sempre em uma dinâmica constante, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade, atendendo o seu contexto social, político e cotidiano, oportunizando a construção das identidades sem exclusões, principalmente a identidade negra, que só será de fato realizada através de ações concretas, em toda a sua complexidade envolvida no contexto.

Apesar das conquistadas, fruto de muita luta da sociedade civil organizada, o que podemos perceber é que falta muito para a escola brasileira encontrar-se preparada para enfrentar o desafio da “segregação racial”, indo além de ações e atravessando o campo das concepções e dos valores construídos por gerações.

Assim, este projeto destina-se a trabalhar a identidade negra no espaço escolar, mediante as observações feitas pelos professores atuantes da E. E. Prof. “Raimundo Pereira da Silva” que constatarem diariamente a auto discriminação dos alunos negros, cujos reflexos são sentido na escola de forma bastante negativa.

A discriminação está presente em todos os âmbitos da esfera social, e com relação à área educacional, infelizmente, não poderia ser diferente. Mediante a isso, o que estamos percebendo é que muitas vezes o próprio negro, temendo sofrer o preconceito, acaba perdendo a sua identidade e aceitando essas condições impostas pela sociedade.

No Distrito do Maruanum, a maioria de seus habitantes são remanescentes de quilombolas, contudo, apesar de serem legalmente reconhecidos, ainda não é muito evidente a questão da valorização da identidade negra, principalmente entre os jovens.

A maioria dos moradores dessa comunidade e nós, como docentes da escola local, percebemos através de nossas práticas diárias a não aceitação dos alunos como negros, refletindo em uma auto discriminação em grande parte dos jovens e das crianças. O que podemos observar é que o único momento em que os alunos ainda se interessam pela cultura negra local, manifesta-se através da dança, no caso, o Marabaixo, pois a comunidade tem seu grupo folclórico.

⁴⁶ Graduação em Licenciatura em Letras-Universidade Estadual do Ceará. Especialização: Língua Portuguesa e Literatura. (UNINTER); História e Cultura Africana e Afrobrasileira- Faculdade Atual.

⁴⁷ Licenciatura em Pedagogia-Universidade Estadual de S. Catarina-UDESC; Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira Faculdade Atual.

⁴⁸ Licenciada em História -Universidade Estadual do Ceará- Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia-UNINTER; História e Cultura Africana e Afrobrasileira-Faculdade Atual.

Em decorrência disso, faz-se necessário um trabalho pedagógico conjunto com os alunos e comunidade voltado para a construção da valorização e manutenção de sua própria identidade, já que as ações para este fim não vem ocorrendo de forma consistente, mas limitado às festividades locais.

Com o intuito de apresentar e esclarecer sobre a importância do negro na sociedade em consonância com a lei 10.639/03, a Escola Estadual Professor Raimundo Pereira da Silva, localizada no distrito Carmo do Maruanum, sendo portadora dos conhecimentos sistematizados e dialético, propõe um projeto de intervenção nesta problemática específica, para que haja o fortalecimento da identidade negra na comunidade, que é certificada como remanescente de quilombo.

6.2 OBJETIVOS

GERAL:

Proporcionar aos alunos e comunidade em geral uma reflexão sobre a importância da história dos afrodescendentes e a cultura africana em consonância com a lei: 10.639/03, visando a valorização dos costumes e tradições locais.

ESPECÍFICOS:

Contextualizar a importância histórica dos afrodescendentes na sociedade brasileira e amapaense, proporcionando momentos de valorização da cultura negra na escola.

Estabelecer uma relação dos conteúdos didáticos trabalhados na escola, com os conceitos, vivências e saberes da comunidade, estimulando a valorização da cultura negra da comunidade.

Proporcionar a comunidade do Maruanum uma vivência contextualizada de sua cultura local.

Desenvolver nos discentes, docentes e comunidade em geral, um olhar proativo da importância da cultura afrodescendente, visando à transformação dos mesmos em cidadãos orgulhosos de seus pertencimentos étnicos e participantes ativos de sua cultura.

6.3 REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil possui uma grande diversidade cultural, fruto de um processo histórico, cuja formação do seu povo está caracterizada pela mistura de várias etnias e raças, por isso, é um país pluricultural, e esta diversidade se apresenta de formas variáveis nos mais diferentes estados da federação, isso acontece porque há diferentes povos envolvidos no processo de formação da identidade do povo brasileiro, principalmente no que se refere à população negra. “Estas diversidades culturais e regionais contribuem para a formação da identidade do cidadão brasileiro, incorporando-se ao processo de formação do indivíduo” (HORTA, 1999, p. 7).

Em consequência desse fato, existem no país várias formas de saberes e manifestações culturais que estão diretamente relacionadas ao conjunto de tradições, mitos, valores, sentimentos, simbologias, resistência.

Segundo Houaiss (2004, p.396) a palavra identidade significa “um conjunto de características próprias e exclusivas de um indivíduo” assim, considerando essa afirmativa percebe-se que durante muito tempo e na atualidade a construção da identidade negra sempre foi rodeada de estereótipos e elementos negativos que contribuíram para a exclusão e o preconceito.

É, portanto, nesse contexto cultural e histórico que se faz necessário a utilização de uma nova proposta metodológica de ensino que junte em um único foco, um fazer pedagógico voltado para o trabalho da autoestima e orgulho étnico-racial dos estudantes, e estabeleça um frequente diálogo com a comunidade na qual está inserido, ou seja, de pertencimento. (ROCHA, 2009).

O passado das pessoas que viveram ou vivem nas comunidades remanescentes de quilombo, onde encontramos traços de sua identidade sociocultural, concebidos e mantidos por gerações, onde se faz necessário o estímulo e o reconhecimento da tradição, assim como a valorização de suas particularidades, visto que, outros fatores importantes também contribuíram para essa identidade assim como; as formas de expressão linguísticas e ou corporais, os artesanatos feitos de cerâmicas ou outros materiais de utilidade para este fim, às maneiras de sobrevivências, como a pesca, a caça, o cultivo e a colheita de frutos para sua subsistência.

As propostas elaboradas em conjunto com a comunidade e a escola, pode abrir um leque de opções consideráveis ao professor, desde que ele tenha um plano ativo na construção do conhecimento e não somente reforçar e ampliar os conteúdos e práticas mantenedores da desigualdade racial e do preconceito. “Munidos dessa concepção, pode-se pensar a importância de um currículo que dialogue com as africanidades dentro das escolas” (FARIA; FERREIRA; SILVA, 2012).

O professor precisa planejar e discutir com os alunos, destacando os aspectos dos conteúdos ou dos temas relevantes às questões que serão trabalhadas, problematizando e oportunizando a ampliação dos conhecimentos sobre as africanidades, caracterizado pela observação, análise e registro da socialização dessa experiência.

Por tudo isso, a articulação entre educação e identidade negra vai exigir de nós mais do que leituras, pesquisas e discursos elaborados: exigirá análises, novos posicionamentos e posturas por parte de professores e professoras negros e brancos, tanto da educação básica quanto do ensino superior, e requalificará o nosso discurso sobre a escola como direito social. (GOMES, 2002, pag. 44)

Esta atividade envolve os professores, alunos e a comunidade em geral, permitindo-lhes a experiência marcante da vivência de todo o processo e aprendizagem e a percepção apropriada para a compreensão dos fatos e fenômenos culturais através da análise direta, colaborando de forma decisiva na construção das identidades e suas especificidades; não obstante, a fim de que possam realmente encarar o conceito de prontidão sem convertê-los a uma armadilha para reações preconceituosas e equivocadas.

Abramovay e Castro (2006, p.179) afirmam que “Há o reconhecimento de assumir uma identidade negra, embora não seja uma tarefa fácil, ela pode ser feita”. Observamos aí a importância da legitimação negra com a sua origem, seu modo de ver e representar o mundo e como assumi-la requer a participação efetiva de todos, principalmente contra todo tipo de depreciação étnico racial. Para isso, é necessário entender a noção de processos educacionais que vão para o interior do sujeito, onde se buscam os conceitos e onde atuam os fatores, ao mesmo tempo, universais, ligados à natureza de cada juízo preparado.

As identidades étnicas e raciais são construções sociais e históricas que durante muito tempo foram submetidos a um processo de resistência e construídos de acordo com as especificidades locais, regionais, políticas e culturais de cada grupo constituído, e que não se estagnaram e nem se acomodaram mesmo com as condições de preconceito e discriminação impostas pela sociedade. Deste modo, a negritude se renovou em suas práticas políticas, educacionais e sociais, onde temos como maior exemplo o movimento hip hop (MARCOS, 2005).

Conhecer a sua origem e de sua comunidade é de extrema importância para que esse indivíduo realmente faça parte da sociedade em que está inserido. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu valor histórico são fatores indispensáveis no processo de preservação de seus bens culturais, sociais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. “Saber-se negro é viver a experiência de ter sua identidade negada, mas é também e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em potencialidade” (JOAQUIM, 2001, p.56).

Apesar de várias ações e discussões no âmbito público entorno da questão étnico-racial, ainda há muito por fazer. A participação coletiva no sentido de preservar a cultura negra, desmistificar mitos e atitudes discriminatórias ainda deverá percorrer um longo caminho em busca da igualdade de oportunidades, sem que haja distinção pela cor. Somente a partir do fortalecimento dos laços culturais, é que estaremos trilhando um caminho melhor para a formação da identidade negra.

6.4 METODOLOGIA

O referido projeto será desenvolvido a partir de duas etapas; sendo que a primeira etapa será ofertada aos professores e funcionários da escola. A partir da segunda etapa, as atividades serão realizadas pelos alunos.

6.5 RECURSOS:

HUMANOS: Professores, Funcionários, Alunos, Comunidade, Palestrantes.

MATERIAL: Caneta esferográfica; Câmera digital; Cartolina; Cartucho para impressora; Cola; Computador; DVD; Durex; fita dupla face; Lápis, Lápis de cor; Marcador para quadro branco; Papel sulfite; Papel com pauta.

6.6 AVALIAÇÃO

O projeto será considerado satisfatório, se:

No decorrer do projeto os alunos perceberem que todas as ações são importantes para a valorização de sua cultura, de sua identidade.

Aplicaremos um questionário, contendo perguntas e respostas, para os alunos como forma de avaliação dos conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento do projeto.

6.7 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se como resultado final o respeito e a valorização da cultura negra, bem como a sentimento de pertencimento, por parte de todos os envolvidos no projeto, como sujeitos proativos no processo de preservação e manutenção da cultura afro-brasileira e amapaense, além do período de execução do projeto e das datas festivas da comunidade.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia Castro. *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de violências nas Escolas, 2006.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e identidade negra*. (Universidade Federal de Minas Gerais), 2002. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/poslit>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriana Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. 3ª Ed. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HOUAISS, Instituto Antônio. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2ªed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JOAQUIM, Maria Salete. *O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra*. Rio Grande do Sul: Pallas; São Paulo: Educ; 2001.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Racismo e exclusão educacional: Fingir não ver, não é o mesmo que não existir – É hora de passar adiante*. In: ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Pedagogia Afro-centrada e a elaboração de materiais didáticos para a implementação da Lei 10.639/03*. Macapá, Faculdade Atual, 2012. CD-ROM.

SILVA, Jerusa Paulino da. FERREIRA, Rosângela Veiga Júlio. FARIA, Jeniffer de Souza. *A construção da identidade da criança negra: a literatura afro como possibilidade reflexiva*. Disponível em: <[http://web2.cesjf.br/sites/cesjf/revistas/cesrevista/edicoes/2011/18](http://web2.cesjf.br/sites/cesjf/revistas/cesrevista/edicoes/2011/18_PEDAGOGIA_AConstrucao.pdf)

_PEDAGOGIA_AConstrucao.pdf> Acesso em: 21 nov. 2012.

7 A EXPRESSÃO CULTURAL AFROAMAPAENSE NO ESPAÇO ESCOLAR

Antônia Maria Lino do Espírito Santo⁴⁹

Fábio Bernardo Furtado⁵⁰

Joriza Jackeline Silva do Nascimento⁵¹

Miguel Angelo Pinheiro da Silva⁵²

Modalidade: 5ª Série do Ensino Fundamental II.

Local de realização: Escola Estadual Deusolina Salles Farias.

Período de Execução: Abril a Junho e Agosto a Novembro.

7.1 JUSTIFICATIVA:

Os negros traficados do norte da África para serem escravizados no Brasil no século XVIII foram amontoados em condições desumanas nos porões dos navios negreiros, foram obrigados a ocultar suas raízes culturais e religiosas, ou seja, passaram por um processo de aculturação e camuflagem de suas identidades para não perdê-las totalmente. A única forma dos negros se verem como seres humanos e manifestarem suas identidades era através da música, da produção de versos livres, que refletiam nas entrelinhas, imagens e sentidos de um passado distante mistificado pelo catolicismo popular. Assim surge a Expressão Cultural do Marabaixo, Batuque e a Capoeira, fortes integrantes das estratégias do Movimento Negro e manifestações das matrizes africanas, contra a discriminação racial e o preconceito no Brasil.

Após alguns séculos de conflitos e conquistas da população negra, através de reivindicações do Movimento Negro, cria-se e a Lei Federal nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos Currículos Escolares, e a 11.645/08 que determina o ensino da História e Cultura Africana, dos Afros brasileiros e dos Povos Indígenas, nas escolas da Rede Pública e Particulares. Diante destas circunstâncias decidimos propor o tema “**A Expressão Cultural Afroamapaense no Espaço Escolar**”, pois, se percebe que ainda há um alto índice de racismo no âmbito educacional no Estado do Amapá e no Brasil, e ao debatermos este tema em sala de aula aguçaremos a desconstrução de ideias equivocadas, negativas e preconceituosas, sobre a cultura africana Afrobrasileira e Afroamapaense.

Trabalhar esta temática na escola é muito importante, pois os estudantes passarão a ter consciência de sua cidadania e identidade, bem como o reconhecimento e a valorização das múltiplas diversidades existentes na sociedade brasileira e amapaense. Atualmente, os professores nas escolas desenvolvem atividades sobre a temática racial, sem haver uma problematização, simplesmente para cumprir as Leis 10.639/03, 11.645/08 e 1.196/08 ou o calendário escolar, onde consta o dia 20 de novembro como o “Dia da Consciência Negra”. Vale observar que ao invés de as escolas trabalharem a temática estabelecida pelas leis citadas anteriormente ao longo do ano, elas simplificam todo este processo trabalhando apenas o “Dia da Consciência Negra”, folcloricamente, através de cartazes com frases preconceituosas, gravuras de negros sendo amarrados, chicoteados e outras imagens desse teor, representando o que está presente nos livros didáticos, quando na verdade deveriam trabalhar as

⁴⁹ Graduada em Filosofia Plena-Faculdade Esfitech; Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira – Faculdade Atual.

⁵⁰ Graduado Em História–Universidade do Vale do Acaraú/ Uva. Especialista Em História e Cultura Africana e Afrobrasileira–Faculdade Atual- 2012.

⁵¹ Graduada Em Licenciatura Plena em Letras e Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira–Faculdade Atual- 2012.

⁵² Professor da Rede Estadual de ensino; Graduado Em História-Universidade Federal Do Amapá/Unifap; Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira - Faculdade Atual/AP.

expressões culturais afro-brasileiras e afro-amapaenses, como integrantes da estratégia do Movimento Negro, contra a discriminação racial e o preconceito.

Durante algumas pesquisas observou-se que ainda há muita rejeição de professores que se recusam a trabalhar o que determinam as leis 10.639/03, 11.645/8 e 1.196/08 no espaço escolar, deixando-as distante, negligenciando-as e ignorando sua implementação. Esse procedimento tornou-se um grande obstáculo pedagógico, os profissionais sentem receio em trabalhar temáticas voltadas para as exigências das leis associadas aos seus conteúdos, por não se sentirem preparados para entrar no âmbito das discussões políticas de preconceito social, racial e religioso. Diante do exposto, decidimos dar ênfase ao valor educacional da cultura africana, afro-brasileira e afroamapaense no espaço escolar, para que estas manifestações culturais passem a serem elementos de integração da comunicação individual e coletiva nas Escolas do Estado do Amapá.

7.2 OBJETIVOS

Geral:

Implementar a diversidade cultural afro-amapaense no espaço escolar, de acordo com as leis nº 10.639/03, 11.645/08 e 1.196/08.

Específicos:

Garantir subsídios pedagógicos, didáticos e paradidáticos sobre a cultura afro-brasileira e afro-amapaense.

Capacitar os docentes quanto à educação das relações étnico raciais.

Propor ações pedagógicas que garantam a implementação da lei federal 10.639/03 e a lei Estadual 1.196/08, no âmbito educacional.

Respeitar a diversidade cultural, étnica e religiosa.

7.3 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente projeto enfatiza a implementação da cultura afrobrasi-

leira, afro-amapaense e africana no currículo e no espaço escolar, através da prática da dança de Marabaixo, Batuque e rodas de Capoeira, com intuito de estabelecer uma interação entre professores e alunos. O ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, não está atrelado somente aos conteúdos de sala de aula, mas também à prática dos movimentos corporais. Pode-se afirmar que a cultura é essencial para o desenvolvimento de qualquer ser humano, pois transmite diversos aspectos históricos e culturais de uma sociedade através das expressões corporais, movimentos e ritmos. Nesse sentido, Sodré Destaca que:

Na cultura negra o corpo é fundamental. Sobre o corpo se assenta toda uma rede de sentidos e significações. Esse não é apartado do todo, pertence ao cosmos, faz parte do ecossistema: o corpo integra-se ao simbolismo coletivo na forma de gestos, postura, direções do olhar, mas também de signos e inflexões microcorporais, que apontam para outras formas perceptivas. (SODRÉ, 1996, p.31/ 2006).

O espaço escolar precisa oportunizar metodologias que facilitem a compreensão da cultura africana, afro-brasileira e afro-amapaense, tanto para os professores quanto para os alunos, pois, é na escola onde as experiências vividas ajudam os alunos, a terem um desenvolvimento saudável durante toda sua vida. Pode-se afirmar que a lei nº 10.639/03 com intuito de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, ao incluiu o artigo 26-A, que trata especificamente da obrigatoriedade e inserção da temática Histórica e Cultura Africano e Afro brasileira no Currículo Oficial da Rede de Ensino; e o artigo 79-B que estabelece ao Calendário Escolar que inclua o dia 20 de novembro, como Dia Nacional da Consciência Negra (BRASIL, 2003). Posteriormente, em março de 2004 o Conselho

Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro brasileira e Africana, identificadas na resolução CNE/CP, 1/2004. No Amapá existe a Lei nº 1.196/08 foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, em 19 de fevereiro de 2008, e estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana nos Currículos da Educação Básica.

Percebemos que muitas instituições de ensino não estão dando muita importância à cultura afrodescendente, referem-se a esses termos como um ato folclórico. Por isso, pretende-se trabalhar as seguintes culturas em sala de aula: **O Marabaixo** dança afroamapaense dançada por adultos, jovem e crianças. Segundo videira (2009) o Marabaixo é um ritual Católico popular cultuado em diversas comunidades quilombolas do Estado do Amapá e em oito comunidades negras de áreas metropolitanas de Macapá e Santana. **O Batuque** manifestação cultural Amapaense (dança), suas raízes estão ligadas a cultura africana. O Batuque que louva os santos das comunidades é dançado com o acompanhamento do som de dois tambores denominados de “macaco” e pandeiros. Os batuqueiros normalmente tocam os tambores sentados em cima deles, enquanto que os cantores e tocadores de pandeiros juntam-se aos dançadores no meio do salão. Conforme videira (2009), essa manifestação cultural ocorre com muita frequência no Quilombo do Curiaú (Cria-ú), território Afrodescendente de energias míticas que lá circulam repletos de africanidade.

Outra manifestação que se pretende trabalhar em sala de aula é a **Capoeira** que surgiu no Brasil, como uma forma de resistência cultural e a afirmação da identidade da cultura africana, geradas pelos escravos que trazidos ao Brasil. Atualmente existe um esforço de enaltecer as características educativas da capoeira. Destacamos, por exemplo, a capacidade dessa manifestação de trabalhar com valores humanos, permitindo a inserção social de jovens excluídos e marginalizados. Diante do exposto acredita-se que é possível trabalhar as manifestações culturais afro-amapaense em todas as disciplinas, visualizando (re)conhecer as suas diferenças culturais, étnicas e sociais, articulando as práticas pedagógicas a elas, não somente é uma forma de respeito humano, mas uma forma de promover uma reparação histórica.

7.4 METODOLOGIA

Este projeto consiste em garantir subsídios pedagógicos e metodológicos sobre a cultura africana, afrobrasileira e afroamapaense aos professores e ao corpo técnico da escolar. Para que possam construir um novo olhar sobre a contextualização histórica nacional e regional dos afrodescendentes no Brasil. O projeto “A Expressão Cultural Afroamapaense no Espaço Escolar” será apresentado a direção, professores e corpo técnico escolar da Escola Estadual Deusolina Salles Farias, onde aplicaremos um questionário aos professores, com intuito de conhecer se a escola já trabalha as leis federais 10.639/03, 11.645/08 e a estadual 1.196/08, em seu projeto político pedagógico (PPP).

Após constatar que há poucos recursos didáticos abordando o tema, retornaremos a Escola Estadual Deusolina Salles Farias, para fornecer alguns recursos bibliográficos como: 01 calendário de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, 01 Mapa dos Quilombos no Brasil, 01CD com mais de 10 assuntos relacionados ao tema, 01 kit YOTÉ composto por um jogo didático e livros sobre a lei 10.639/03e suas correlatas.

O projeto “A Expressão Cultural Afro-amapaense no Espaço Escolar”, foi planejado para ser executado da seguinte forma:

- 1ª Etapa:** Consiste em um ciclo de palestras e oficinas a cerca das leis 10.639/03, 11.645/08 e 1.196/08 e sua aplicabilidade na escola. Essa Oficina será direcionada aos docentes e ao corpo técnico escolar.

2ª Etapa: Realização de Oficinas de Marabaixo, Batuque, fantoches e Capoeira, que serão ofertadas durante todo o ano letivo, a partir do ano de 2013. As oficinas seguirão a seguinte ordem:

- 1-A Oficina de fantoches e Griot (contadores de histórias), que através das histórias de grandes personagens negros, abordarão aspectos culturais afro-amapaense, associando as Leis nº 10.639/03 e 1.196/08, a fim de garantir que os alunos tenham acesso ao tema e desenvolvam uma cultura antirracista. Serão feitas narrações com os fantoches de contos africanos.
- 2-Oficinas de Marabaixo e Batuque: que serão ministradas bimestralmente, poricineiros habilitados (cantores e tocadores), bem como todo o contexto histórico do Marabaixo e Batuque no estado, e proporcionariam aos participantes a confecção de instrumentos de percussão do Marabaixo e Batuque (caixas e tambores).
- 3-Oficina de Capoeira: A oficina será ministrada por mestres que atuam em diversos grupos de Capoeira no estado, começando com o contexto histórico da capoeira, indo até aos principais movimentos da capoeira como a “ginga” em diferentes ritmos.

7.5 RECURSOS

Humanos: Alunos, professores, direção, serviço técnico pedagógico, demais profissionais da escola e comunidade em geral.

Materiais: Data show, notebook, banners, folders, apostilas, instrumentos de percussão, indumentárias, papel cartão, livros didáticos e paradidáticos, cola de isopor, tesouras, papel a4, pinceis multicolorido, caixas amplificadas, microfones, lápis, borracha, pincel para quadro branco, apagador, TNT.

7.6 AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será efetivado a medida em que forem desenvolvidas as atividades pedagógicas propostas pelo projeto aos professores que avaliarão as produções escritas e orais, a partir da interação dos alunos com diferentes grupos sociais, atividades individuais e em grupo, da interação corporal com os colegas na prática da dança e jogos, respeitando -os e superando preconceitos e discriminações referentes ao próprio corpo.

7.7 RESULTADOS ESPERADOS

Resgatar o orgulho das comunidades negras amapaense bem como estimular a diversidade cultura dos afrodescendentes e a autoestima de alunos negros, sendo este um ponto crucial no combate à ideia de que somente os valores simbólicos europeus tem valor para a sociedade, o que remete a verdadeira história do aprender com as diferenças para poder amenizar os conflitos étnicos raciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério Da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Das Relações Étnicas Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afros brasileiros e Africanos*. CP 3/2004. De 10 Março de 2004.

BRASIL. *Lei 1.196/08, de 14 de março de 2008*. Disponível em <http://www.al.ap.gov.br/leiord11.htm>>. Acesso em 10 Outubro. 2012.

BRASIL. *Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008*. Disponível em <<http://africaeaficanidades.wordpress.com/2007/09/12/266/>>. Acesso em: 10 Outubro. 2012. Ministério

da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. ***Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico Raciais***. Brasília: SECAD, 2010. 260 p. 1.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. **Estabelece a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**. Disponível em: <http://www.ensinoafrobrasil.org.br>> Acesso em: 13/04/2009.

SANTOS, Sales Augusto dos. ***Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas***. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 33-44.

SODRÉ, Muniz. ***Reinventando A Cultura: A Comunicação E Seu Produto***. Petrópolis: vozes, 1996.

VIDEIRA, Piedade Lino. ***Marabaixo, Dança Afrodescendentes: Significando A Identidade Étnica do Negro Amapaense***. Fortaleza: Edições UFC, 2009. 285 p.

8 DIREITOS E CIDADANIA NA PRÁTICA DOCENTE DA LEI 10.639/03 DA LEI

Lindalva Barbosa Da Costa⁵³

Maria Das Graças Do Nascimento Cordeiro De Oliveira⁵⁴

Maria Do Socorro Cortes Costa⁵⁵

Roseane Do Socorro Vitório Da Silva⁵⁶

Local de realização: Escola Estadual “Pedro Alcântara Lopes”/Abacate da Pedreira – Macapá Rural

Modalidade: Ensino Fundamental-II (5ª série ou 6º ano) **Período de execução:** Novembro

8.1 JUSTIFICATIVA

O sistema educacional no Brasil é caracterizado por desconcertantes políticas, de grande parte de sua população, cujos precedentes encontramos no processo de construção da sociedade brasileira.

Neste contexto, objetivando desenvolver no âmbito educacional um processo de naturalização de um evento social, os agentes das elites econômicas e políticas, orientados por essa ótica reducionista, construíram e multiplicaram políticas educacionais, onde as decisões trouxeram receios e desencantos nos diversos seguimentos da sociedade, entre os quais a população afrodescendente. Visto que a invisibilidade, o preconceito e os estereótipos, direcionadas a cultura afrodescendente, perpetuou o imaginário dos educandos acerca da cultura afro-brasileira.

Por outro lado, Os movimentos sociais buscou, através de ações criativas, uma solução adequada aos problemas relacionados à naturalização da invisibilidade dos africanos e afrobrasileiros na construção histórica da sociedade vigente.

Portanto, sob a ótica da lei 10.639/ 2003, surge a determinação de garantir o respeito e a contribuição dos afrodescendentes na História e na cultura brasileira, marcando a sua presença e garantindo uma reparação histórica dos erros cometidos no passado, aos afrobrasileiros no cotidiano escolar, sobretudo para sua importância e influência, na diversidade cultural marcante, do qual somos herdeiros.

É nesta linha de pensamento e discussão, entre acadêmicos do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História e Cultura Africana e Afrobrasileira, que surge a inquietação sobre: Que sugestões metodológicas utilizar para que torne significativo o aprendizado e desperte o interesse dos alunos nas diferentes abordagens temáticas étnico-raciais? Quais recursos podem ser utilizados para diversificar a divulgação das manifestações culturais afro-brasileira na escola?

O desconforto gerado ao negro desde a sua “dita libertação”, apresenta até os dias atuais problemas característicos dos tempos decorridos, deixando o africano e afro-brasileiro a vulnerabilidade do ambiente socioeconômico da sociedade brasileira. Neste contexto a Lei 10.639/03, com o seu poder de autogestão pautada em princípios voltados ao ensino da história e cultura africana e afrobrasileira, no

⁵³Licenciatura em Artes Visuais e Especialização em História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

⁵⁴Licenciatura em Artes Visuais e Especialização em História e Cultura Africana e Afrobrasileira;

⁵⁵Licenciatura Plena em História e Especialização em História e Cultura Africana e Afrobrasileira;

⁵⁶Bacharelado e licenciado em geografia e especialização em história e cultura africana e brasileira

currículo do Ensino Fundamental, Médio e Superior, vem suprimir a multiplicação de preconceitos e estereótipos étnicos e raciais nos diversos setores da sociedade, tendo como foco central as instituições educacionais.

Existem no Estado do Amapá, áreas ocupadas por Afrodescendentes, dentre eles os que residem na comunidade de Abacate da Pedreira, que é o reflexo do afro-brasileiro, caracterizado pela falta de infraestruturas básicas, ocorrendo um elevado índice de desemprego, acesso restrito a escolaridade além de uma assistência médica precária. Estes são alguns dos fatores que interferem na qualidade de vida do cidadão *pedreirense*.

A região dispõe de escola de Ensino Fundamental, que atende as necessidades de busca do saber, constituindo-se em uma alternativa para fundamentar uma práxis pedagógica de saber, onde a identidade cultural poderá abrir espaço a um conhecimento cotidiano, integrado com as manifestações culturais da comunidade.

A expectativa é que este projeto contribua para um planejamento político pedagógico, cujas discussões apresentem alternativas com ênfase, não só para se cumprir a “Lei”, e sim, para intervir com ações educativas efetivas na transformação da comunidade.

O presente projeto de intervenção justifica-se por preocupações que incorporem a conscientização e a valorização da história e cultura africana e afrobrasileira, desenvolvidas através de diferentes ações metodológicas, facilitando a sua compreensão relacionadas aos interesses específicos e que visualizem a consciência de uma realidade local, permitindo a reversão dessa trajetória do preconceito étnico-racial com o funcionamento da Lei 10.639/03.

8.2 OBJETIVOS

GERAL:

Oportunizar aos estudantes, professores e comunidade em geral, atividades metodológicas diversificadas que trabalhem as heranças africanas, para assegurar direitos e respeito a sua origem, desconstruindo (pré)conceitos e assegurando o cumprimento da Lei- 10.639/03.

ESPECÍFICOS

Conhecer as características e as necessidades dos alunos e professores da escola para a aplicabilidade das ações pedagógicas da Lei 10.639/2003.

Viabilizar a construção de recursos didáticos e acervos bibliográficos variados para pesquisas (sites, livros, revistas, documentários, blogs), sobre a temática na escola;.

Valorização da identidade étnico-racial existente no Brasil e Amapá, desmistificando o conceito de beleza eurocêntrica, despertando a motivação e autoestima do afrodescendente amapaense.

8.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A obrigatoriedade de ensino de história da África e da cultura Afro brasileira contribui com a perspectiva de se criar novos espaços sobre a prática metodológica do ensino-aprendizagem que se realiza nas instituições educacionais a elaboração do projeto político pedagógico, uma vez que:

O projeto político pedagógico deve conter a preocupação com o cumprimento da lei ao longo todo o ano letivo. Sua aplicação deve acontecer em seu cotidiano, em diferentes níveis e modalidades do ensino [...] (CARNEIRO, G. SILVA & R. SILVA, 2010:17-18).

A lei 10.639/03 – MEC institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-brasileira e africana nas instituições de ensino fundamental, médio e universidade. Com isso, torna o sistema de ensino mais democráticos, principalmente quando se trata das crianças negras, as quais aprenderão a valorizar sua

história e sua cultura, buscando mudar a trajetória de discriminação que ocorre no Brasil há séculos. Não podemos deixar de “destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mais de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira”. (DCN, 2004).

Neste contexto, a presente lei diz respeito à valorização da educação formal, dando ênfase ao ensino aprendizagem no cotidiano escolar, que favoreça um contato direto com as práticas pedagógicas que envolva a temática racial em seus planejamentos como práticas curriculares inovadoras, ações coletivas para que aconteça o processo de mudança multicultural. Para Oliveira (2003),

(...) tem sido no cotidiano das escolas que, apesar dos tantos mecanismos regulatórios assentes sobre a legitimação da dominação, vêm se desenvolvendo fazeres que nos permitem continuar a crer no potencial democratizante de nossas ações. Isso depende evidentemente da forma como nós, professores e professoras nos situamos politicamente e pedagogicamente nesse quadro, e de como assumimos nossas responsabilidades individuais e coletivas na criação de práticas cotidianas que ampliem as possibilidades de exercício da cidadania nesse contexto multicultural. (Oliveira, 2003, p.46).

O objetivo dessa ação é desenvolver a capacidade de compreensão dos educandos com usos de recursos extraídos no interior de sua realidade, facilitando o ensino e tornando a aprendizagem mais significativa, no que concerne a valorização da cultura africana e afrodescendente.

É preciso trabalhar a mudança de pensamento de preconceitos e discriminação, seja em relação a gênero, cor ou religião, para propor justiça e igualdade entre as pessoas. A educação e o espaço escolar não podem negar esta função, por isso, é necessário trabalhar a história e a cultura de todos, valorizando, refletindo e agindo para a busca de outras formas de pensar na sociedade atual, como mostra FILHO (2006):

Os alunos precisam saber e repensar para seu entorno que Candomblé não e palavrão nem parece ao demo, significa culto, oração, invocação, reza; entender que orixás, exus, “enguicem”, nada tem a ver com demônios, mas que são forças da natureza, memória viva dos ancestrais. “Saraiva” quer dizer amem aleluia, salva ou outra saudação de bem-aventurança. (FILHO, 2006, p.132).

As escolas são compostas de diferentes olhares culturais, pois tem sua história e preocupações, o que as faz diferentes uma das outras. São locais ideais para este trabalho pelo seu ambiente e formação, pois agrega uma população de diversos grupos étnicos, origens, com seus costumes e suas crenças.

Portanto, faz-se necessária uma reflexão sobre os períodos e as fontes utilizadas pelos professores quando tentam trabalhar a história da África e cultura Afro-brasileira, que não deve ser somente no dia 13 de Maio e 20 de Novembro, dias em que se comemora o dia da luta contra o racismo e Consciência Negra, respectivamente.

Percebe-se que há uma necessidade de se desenvolver um novo olhar para a realização das atividades educacionais de forma que não ocorram em data e/ou período pontuais, essas ações voltadas para as temáticas relacionadas à história e cultura africana e afro-brasileira prevista na Lei 10639/03.

Neste contexto, o reconhecimento da história e cultura do negro africano na formação da sociedade brasileira é fundamental, pois dificilmente os africanos e os afrodescendentes terão o conhecimento de sua projeção em uma sociedade, que durante anos os mantiveram anônimos, onde as relações sociais, políticas, econômicas e educacionais da sociedade vigente, se moldaram em uma base eurocêntrica que valorizou apenas a visão dominante.

Daí, a necessidade imediata de educadores e educando se articularem, a fim de estabelecer redes de convivências que resulte não só no ensino-aprendizado e sim, em um aprimoramento, da convivência respeitosa entre os diversos grupos culturais e étnicos, e conhecer os aspectos teóricos e práticas, que não só justifique, mas também explicitem a inserção de determinados conteúdos nos currículos escolares.

Neste sentido, o ensino aprendizagem sobre os elementos referentes à cultura afrodescendente, pressupostos da referida Lei, induz os discentes a pensar sobre sua realidade a partir de sua diversidade histórica e cultural oficializada no texto-base da Lei 10.639/03, que reforça o papel da escola como *lócus* de conhecimento e de respeito às diversidades culturais. Segundo PEREIRA (2007);

O documento de pluralidade cultural trata da diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: ...enfazando as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuam para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão. O que se coloca, portanto, é o desafio de a escola se constituir em um espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsavelmente perante elas. (Secretaria de Educação Básica- MEC, 2006, p. 04).

Com a criação e aprovação da Lei 10.639/03, as práticas pedagógicas tornaram-se, para a maioria dos professores, desafios para o ensino aprendizagem uma vez que, desconstruir uma história herdada de séculos, sem conhecer a verdadeira história da África e dos Afrodescendentes, teria primeiramente que passar pela formação continuada, para obter conhecimentos temáticos e compreender todo esse processo histórico.

8.4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a execução do projeto será dividida em três momentos diferenciados:

1º momento:

Consiste no conhecimento prévio da escola campo e na apresentação do projeto com uma visita “*in locu*”, para colher informações sobre a realidade cotidiana da escola e comunidade e definir o planejamento prévio. Após, essa ação, será solicitada uma reunião com a Coordenação Pedagógica, e alunos da 5ª série ou 6º ano, para a apresentação do projeto e todas as propostas e metodologia de trabalho.

2º momento:

Divisão das tarefas para estudos teóricos sobre as temáticas do projeto com pesquisas bibliográficas e de campo, estudos de grupo, conceitos, abordagens relacionadas aos diferentes ramos da experiência da cultura local, organizadas e explanadas por grupos de trabalho (grupos de alunos representados por cores das bandeiras africana, orientados por professores de cada disciplina). Dividida a turma em 03 grupos – (representados pelas cores: verde, vermelha e Amarela, que correspondem algumas cores das bandeiras dos países africanos), partimos para pesquisas bibliográficas e de campo.

O Grupo (de cor verde) pesquisará sobre ritmos, danças e instrumentos musicais de origem africana; sobre religiosidade, sincretismo religioso e brincadeiras de origem africana - (Artes, Matemática, Língua Portuguesa, Literatura, Ed. Física, História, Geografia, Ens. Religiosos).

O Grupo (de cor vermelha), reunirá materiais (produções de alunos e professores, textos informativos, imagens, informes jornais, livros, etc.). Teses produzidas no âmbito dos programas de educação e artigos publicados a respeito nas revistas especializadas (Artes, Língua Portuguesa, Literatura, informática).

O Grupo (de cor Amarela) realizará pesquisa sobre lendas, provérbios de sabedoria ancestral africana e da própria comunidade; e conhecimentos sobre as ervas medicinais: raízes, cascas e sementes. (Artes, Matemática, Língua Portuguesa, Literatura, Ciências, História, Geografia, Ensino Religiosos)

3º momento:

Realização de oficinas de trabalho para a socialização e exposição das atividades executadas na ação do projeto através de sarau.

8.5 CULMINÂNCIA DO PROJETO

Finalização com exposição dos alimentos da cultura africana e afrodescendente, plantas medicinais e produções das oficinas; Sarau com um concurso de melhor ladrão de verso da música de Marabaixo; e danças de influência africana e afrobrasileira (Artes, Matemática, Língua Portuguesa, Literatura, Educação física, Ciências, História, Geografia, Ensino Religiosos).

8.6 RECURSOS

HUMANO

- Professores, alunos, comunidade e palestrante.

MATERIAL

- Tecnológico: Máquina fotográfica, celular, net book, Tv, impressora, pen drive e data show, microfone, caixa amplificadora.
- Didático: Papel A4, EVA, papel cartão, tinta guache, pincel de pelo e atômico, régua, revista, cola, etc.
- Natural: Folhas, galhos, árvores, sementes, água, areia, barro, cipós, plumagem, madeiras.
- Artefatos: TNT, barbante, pistola, cola quente, miçanga, abotoa dourado, linha de nylon, alicate e silicone.

8.7 AVALIAÇÃO

A avaliação das atividades dar-se-á no decorrer do processo, através da participação:

PARTICIPAÇÃO: interação, colaboração, respeito mútuo e sociabilidade;

ESCRITAS com produção textual, poesias, jornal, músicas, hipertextos;

ORAL com relatos de experiências, exposição de trabalhos, cantos, danças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Vilma de Nazaré; SOARES, Nicelma Josenila Brito (org.) ***VISIBILIDADE E DESAFIOS: Estratégias pedagógicas para abordagem da questão étnico-racial na escola***. Belo Horizonte Mazza Edições, 2011.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. ***Currículo e educação básica: por entre redes de conhecimento, imagens, narrativas, experiência***. Rio de Janeiro, 2011.

GOMES Nina Lino. ***A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei – 10.639/03***. In: ***Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógica***. MOREIRA @ CANDAU (org.), Petrópolis, RJ. vozes, 2008.

HASENBALG, Carlos Alfredo. ***Discriminação e desigualdades raciais no Brasil***. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979, p 302.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino: ***Para entender o negro no Brasil de hoje, histórias, realidades, problemas e caminhos***, São Paulo, Global: Ação educativa. Assessoria, pesquisa e informação, 2004. – (Global viver, aprender) p 254.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. ***Currículos praticados: entre a regulação e emancipação***. Rio de Janeiro: Dp & A, 2003.

PEREIRA, Edmilson de Almeida EFNDE, Ministério da Educação Malungos na escola. *Questões sobre culturas afro-descendentes e educação*. 2ª ed. São Paulo. p. 54 e 55 Ed. Paulina 2007.

SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves e (relatora). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Políticas de promoções da Igualdade Racial 2004.

9 “(RE)CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA FEMININA NA ESCOLA”

Antônia Cristiane da Silva Costa⁵⁷

Maria Cristina da Silva Costa⁵⁸

Maria do Socorro da Silva Costa⁵⁹

Nelson Dias de Souza⁶⁰

Modalidade: Ensino Fundamental II (6º Ano).

Local de realização: Escola Estadual Maria Ivone de Menezes.

Período de Execução: 1º semestre de 2013.

9.1 JUSTIFICATIVA

Este Projeto evidencia as relações étnico-raciais na sala de aula, especialmente quando se discute a representação social da aluna afrodescendente em relação à discriminação étnica, fato esse que é atestado pelos inúmeros casos que a mídia divulga ou que acontecem no cotidiano da prática de ensino de muitas escolas públicas ou particulares, testemunhados por vários educadores.

Em um mundo em constantes transformações de ordem social, econômica e política, o saber e a educação têm favorecido processos de exclusão e o silêncio de determinados grupos no espaço escolar. Em contraposição, os(as) educadores(as), enquanto sujeitos políticos e sociais precisam criar espaços, modos de ações e reflexões que possibilitem uma estrutura de igualdade em que os indivíduos sejam respeitados em suas diferenças.

A temática referente às atitudes racistas na sociedade como um todo desperta como nunca o debate racial no cotidiano, mérito, entre outros aspectos, da luta dos movimentos organizados. Em razão disso, acredita-se que é necessário intervir com propostas pedagógicas e didáticas que sejam capazes de contribuir para eliminar a discriminação étnico-racial tão presente nas escolas, quase sempre, direcionadas as alunas afrodescendentes.

O interesse pela abordagem do tema surgiu a partir da experiência pessoal e profissional dos integrantes do grupo de estudo, uma vez que na prática docente diária foi possível perceber que as relações étnico-raciais ainda são permeadas por preconceitos e estereótipos que imprimem uma visão negativa sobre a aluna afrodescendente, resultando na exclusão educacional, econômica e social. Além disso, acredita-se que abordar as relações étnico-raciais no contexto da sala de aula e, a visão estereotipa da aluna afrodescendente é uma forma de contribuir para ampliar a visão limitada que se tem em relação à importância de aspectos como a tolerância, a igualdade e a dignidade entre os diversos componentes da instituição de ensino, especialmente de alunos de vários matizes étnico-raciais e culturais.

⁵⁷ Licenciada em Letras, Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira;

⁵⁸ Licenciada em Pedagogia, Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira;

⁵⁹ Licenciada em Letras, Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira;

⁶⁰ Licenciado em História, Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira

9.2 OBJETIVOS

Geral:

Desenvolver um espaço para a reflexão, (re)conhecimento e valorização da identidade afrodescendentes, com foco nas mulheres, visando combater práticas e atitudes de preconceitos na escola.

Específicos:

Estimular a mudança na percepção sobre reconhecimento e valorização da identidade negra feminina na escola;

Identificar os principais estereótipos excludentes direcionados as alunas afrodescendente, visando a sua desconstrução e a garantia do respeito à diversidade.

Propor atividades didático-pedagógicas que aproximem as diferenças e promovam uma cultura de tolerância entre professores e alunos do 6º ano do Ensino fundamental;

9.3 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, com sua herança escravocrata e colonial, o preconceito e a discriminação étnico-racial ainda são bastante difundidos. Por isso, não há como dissociar o processo de formação da sociedade brasileira da perspectiva de discriminação entre as populações, negros, brancos e indígenas, já que:

“Os estereótipos característicos de nossa própria cultura são fios condutores para a propagação do preconceito. Podemos dizer que eles têm a função de simplificar problemas. Eles evitam a necessidade de se pensar sobre os efeitos das condições sociais, que contribuem para o desajustamento e exclusão de alguns. Os estereótipos impedem a reflexão sobre o mundo real” (CAVALLEIRO, 2003, p. 24)

São esses estereótipos que estimulam o preconceito e ao mesmo tempo tiram daqueles que disseminam essa ideia, a responsabilidade pelo desajustamento e a exclusão, tão características da sociedade brasileira.

Os dados demográficos apontam para a existência, em todos os níveis, de uma qualidade de vida inferior para a população negra, desigualdade essa, indiscutível. E, essa desigualdade social, que tem suas raízes históricas, foi construída por intelectuais da sociedade brasileira, que muitas vezes exclui cidadãos afrodescendentes, em especial, a mulher negra (LOPES, 2005).

Para Kamel (2006) no âmbito escolar, massificado pelas políticas de inclusão é palco das contradições do conjunto da sociedade. Seria impensável conceber a instituição escolar totalmente alheia das pressões, deformidades, avanços e retrocessos de todo ambiente social.

Na realidade a instituição escolar é uma das principais propagadoras dos avanços e retrocessos na questão racial, pois enquanto espaço de socialização concentra em si todas as contradições que o ambiente mais amplo da sociedade evidencia, já que:

“Pode-se identificar o preconceito e a discriminação pelo menos em dois momentos na escola: nas relações humanas (tratamentos, piadas, desprezos e estereótipos) e na ausência de enfrentamento (ignorância) a este fato, sem medidas ou posturas do conjunto dos agentes envolvidos no contexto escolar.” (AQUINO, 1998, p. 77)

Na escola a questão racial ainda é pouco debatida ou mesmo combatida, pois o que prevalece é a indiferença para com essa problemática que afeta sensivelmente muitos alunos e professores quando se trata, por exemplo, de atividades que deveriam contar com a participação de todos, alunos e alunas afrodescendentes.

Por isso, em todos os níveis de ensino, deve-se investir no aperfeiçoamento e orientação de educadores, visando a desconstrução de estereótipos e preconceitos acerca da mulher negra, cuja formação torna-se uma ação fundamental no processo de enfrentamento do racismo no espaço escolar.

Não se pode mais permitir que as práticas racistas continuem a prevalecer. O círculo vicioso instaurado por uma educação preconceituosa recorrente pode ser quebrado: os educadores, pais e os membros da comunidade, devem ser reeducados.

Nessa perspectiva, Cavalleiro (2003, p. 93) diz que “repensar a raça e a experiência branca certamente não é trabalho para ser feito num passe de mágica, mas sim mediante a conscientização crítica de várias gerações”.

Deste momo, evidencia-se que o trabalho de conscientização deve ser realizado em longo prazo, pois envolve a formação de valores simbólicos de várias gerações que precisam mudar a perspectiva negativa que tem em relação à etnia afrodescendente.

9.4 METODOLOGIA

O público alvo do presente projeto será principalmente os professores e alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, sendo que as atividades a serão desenvolvidas de fevereiro a outubro de 2013.

Atividade 01: Apresentação do projeto a comunidade escolar, seguindo as orientações da LEI nº10. 639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afrobrasileira nos estabelecimentos de ensino públicos e privados.

Atividade 02: Dinâmica de socialização com o tema “Quem somos?”

Atividade 03: Palestras: O teor da palestra envolverá a importância de se cultivar um ambiente pacífico na escola, incluindo as alunas negras em todas as atividades escolares, afim de, desenvolver a afetividade e igualdade de gênero obstruindo os estereótipos atribuídos às meninas negras.

Atividade 04: Exibição de DVD “Conhecendo minhas origens”.

Atividade 05: Desfile da beleza negra: A atividade proporcionará aos alunos e professores a compreensão sobre a necessidade da inclusão de pessoas de todas as etnias na proposta pedagógica da escola.

Atividade 06: Produção de material: Nesta etapa será construído em conjunto (professores e alunos) um mural voltado às personalidades femininas negras nos diversos campos sociais,

Atividade 07: Culminância do projeto: Nessa etapa final será realizada a culminância com toda comunidade escolar envolvendo todas as atividades que foram realizadas durante a execução do projeto.

9.5 RECURSOS

Humanos: Comunidade intra e extraescolar da Escola Estadual Maria Ivone de Menezes e Governo do Estado do Amapá, SEED-AP; **material:** Recursos didáticos, computador, data show, caixa amplificadora, internet, Livros, jornais, revistas, TV, CD, DVD, microfones, papéis variados, câmera digital; caneta, pincel atômico, cola, tesoura entre outros.

AVALIAÇÃO

A avaliação será no processo e observará o empenho de educadores e alunos do desenvolvimento das tarefas, como: participação nas atividades, tarefas e questões no decorrer das diversas ações do projeto, sendo que, durante a culminância serão avaliados e pontuados os trabalhos produzidos pelos alunos.

RESULTADOS ESPERADOS

A partir destas ações pretende-se, incentivar o fortalecimento das relações socializadoras étnico-raciais, com a apreciação responsável, crítica e reflexiva do PPP, fazendo com que o sentimento de cooperação, harmonia e equilíbrio nas relações entre alunos de várias origens étnico-culturais, ultrapassando os limites da área física do educandário. Pois é importante considerar que a avaliação da aprendizagem não pode ser tratada como um elemento isolado, pois integra o processo didático de ensino e aprendizagem como um dos seus elementos constitutivos e, espera-se com a aplicação do projeto na Escola Estadual Maria Ivone de Menezes que as relações étnico-raciais possam ser estimuladas, favorecendo o (re) conhecimento e valorização histórica dos afrodescendentes para construção da sociedade brasileira, melhorar a autoestima das alunas de origem afrodescendente e, proporcione no ambiente escolar uma cultura de inclusão e paz entre os componentes da comunidade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Assunção José Pureza. *Da senzala à vitrine: relações raciais e racismo no mercado de trabalho em Belém*. Belém: Cejup, 1998.

CAVALLEIRO, Eliane. *Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor*. In CAVALLEIRO, Eliane (ed.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2003.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

LOPES, Antônio G. *Racismo e discriminação: desconstruindo o paradigma das relações socializadoras*. São Paulo: EDUSP, 2005.

10 A PRÁTICA DOS ESTUDOS CULTURAIS AFRO- BRASILEIROS NO CONTEXTO DA ESCOLA ESTADUAL EDGAR LINO DA SILVA

Anub Sone Monteiro Da Costa⁶¹

Josefa Pereira Campos Moura⁶²

Maria Das Graças Silva⁶³

Modalidade: 6ª série, 2013, Ensino Fundamental II.

Período de execução: (uma semana).

Local de realização: Município de Macapá na Escola Estadual Edgar Lino da Silva.

10.1 JUSTIFICATIVA

O referido projeto é relevante para o contexto da “Escola Estadual Edgar Lino da Silva”, na qual precisa ser trabalhada especificamente a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, partindo do pressuposto de que grande parte dos seus alunos desconhecem suas ancestralidades. Ressalta-se, ainda, que a referida instituição encontra-se localizada num bairro que agrega muitas pessoas, as quais conservam a cultura africana, tendo em vista, as suas origens afrodescendentes.

Esse desconhecimento, por conseguinte, tende a gerar: o racismo, o preconceito, a discriminação racial e a baixa autoestima, provocando aversão com a sua própria identidade, dentre outros aspectos. Há, também, a questão dos usos e costumes que a própria comunidade escolar se alheia em conhecer mais profundamente. E, concomitantemente, convém estudar a historicidade e a própria geografia do continente Africano, desconhecido por muitos professores.

Sendo assim, é preciso que esse estudo se estenda *a priori* aos seus professores, corpo diretivo e técnico, e aos docentes que trabalham diretamente com os alunos, a fim de que compreendam que necessitam se capacitar quanto à nova temática, a qual se baseia na lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, especificamente nas disciplinas de Literatura, Artes e História.

Devido à necessidade da escola e da obrigatoriedade da lei é que se idealizou este Projeto de Intervenção, o qual possui como objetivo levar a supracitada escola a refletir sobre sua postura metodológica bem como sua prática pedagógica, norteados caminhos para que o universo cultural entre teoria e prática se solidifique para o enfrentamento da questão racial na referida instituição de Ensino Fundamental e alcance um trabalho com eficácia e qualidade.

10.2 OBJETIVOS

GERAL

Nortear as ações pedagógicas através da metodologia apresentada, através da qual os proponentes e envolvidos no processo educacional possam operacionalizar ações que desencadeiem o compromisso, o respeito e a participação na elevação da qualidade do ensino, no que tange às relações étnico-raciais no contexto da educação formal.

⁶¹ Licenciatura Plena em Pedagogia-UNIFAP/ Pós-Graduação em Ciências da Educação/ Pós-graduação em História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

⁶² Licenciatura Plena em Pedagogia- UNIFAP/ Pós-Graduação em História e Cultura Africana e Afro- brasileira.

⁶³ Licenciatura Plena em Pedagogia- UNIFAP/ Pós-Graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais /Pós-Graduação em História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

ESPECÍFICOS

- Identificar e caracterizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos culturais;
- Promover uma abordagem teórico-metodológica para utilização de diversos recursos didáticos que poderão contribuir com uma aula dinâmica e participativa.
- Oferecer aporte teórico-metodológico sobre relações étnico-raciais no Ensino fundamental do segundo ciclo;

10.3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referido Projeto aborda “A Prática dos Estudos Culturais Afro-brasileiros no contexto da Escola Estadual Edgar Lino da Silva”. Servirá como alavanca para muitos professores instigarem a história do povo brasileiro narrados nas escolas pelos educadores e, em épocas passadas, pelos próprios familiares, principalmente, pelos pais, tios, avós e anciões, que, em meio à literatura escrita e oral, plantaram e germinaram no imaginário infantil, acreditando numa só “verdade”. Essa história se apoiou apenas em um modelo e foi repassada para o povo brasileiro, que em meio ao interessante discurso, foi ouvida e escrita pelos historiadores e políticos que mais se destacavam, em um grupo social de alto escalão.

Observa-se que, durante muito tempo, essa história desempenhou um papel crucial, pelo fato de veicularem explicitamente noções errôneas quanto de forma camuflada e implícita. No entanto, essa mesma versão histórica traz em seu bojo uma história criada nos tempos mais remotos por aqueles que sempre fizeram parte da hierarquia elitizada.

Para suscitar esse assunto faz-se importante discorrer sobre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) criada em março de 2003. Ribeiro (2004) em importante abordagem assevera que:

[...]O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. (RIBEIRO *apud* COELHO, SOARES, PADINHA, 2012, p.38)

Nesse sentido, o estudo das Práticas Culturais Afro-brasileiros, soma-se como elo entre o docente e o discente, concretizando-se num trabalho que busca desmistificar a história que fora contada pela “grande” elite dos livros didáticos e que tende reafirmar-se por aqueles que ainda perduram na inocente ignorância da passividade.

Na História do Brasil, por muitos séculos, uma numerosa população pobre trabalhou para uma minoria rica e poderosa, essa classe minoritária mantinha sem questionamento essa ordem social de desigualdade, sustentada pela força e autoridade. “A diversidade cultural é fruto da relação entre as culturas e da singularidade de cada grupo social. Já a desigualdade social é fruto da relação de dominação existente em nossa sociedade” (RICHTER, *apud* COELHO e MAGALHÃES, 2008, p.47).

É mister que o professor se aposses de vários livros, assuntos, conceitos e histórias que estejam relacionados à História do Brasil, fazendo um paralelo com o Brasil de antes e o de agora, que estude e se inteire da cultura africana e estenda uma relação de conhecimento com a diversidade do povo brasileiro em diferentes regiões. Dessa forma, terá como eficácia uma historiografia renovada da África.

10.4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos constituem-se das fases a seguir: **Primeiro e segundo dia:**

No primeiro dia, será a apresentação das proponentes e do plano de trabalho aos professores, técnicos e acadêmicos da área, abordando a lei 10.639/2003.

No segundo dia, far-se-á a explanação do tema: “A Prática Pedagógica e sua adequação na Lei nº 10.639/2003”, com a distribuição de uma cartilha da Doutora Wilma Coelho (2012). E, com base no livro didático da Doutora Rosa Rocha (2009), serão apresentados alguns conteúdos que poderão ser inseridos no currículo escolar pautados na Lei nº 10.639/2003; os quais se destacam como:

Português: Reconhecimento das heranças linguísticas africanas, seus discursos históricos, culturais, códigos e símbolos;

História: Continente Africano como berço da humanidade, identificando-o como uma das matrizes legítimas da cultura humana geral e, em especial, do Brasil /Geografia: Organização do espaço geográfico africano e as características gerais das populações desse continente; causas e consequências desse processo e as relações estabelecidas;

Educação Física: Origem e História de diferentes jogos, brincadeiras, danças e práticas corporais/ Artes: Compreensão da arte como cultura, identificando e reconhecendo as concepções estéticas africanas;

Matemática: Reconhecimento de que os povos africanos constroem saberes matemáticos, levando em conta sua visão de mundo;

Ciências/Biologia: Aprendizado de conceitos e construção de conhecimentos com base científica, que levem à reflexão sobre preconceitos, estereótipos e discriminações advindas do senso comum.

Terceiro e quarto dia:

No primeiro momento do terceiro dia haverá a 1ª oficina: “Deletando estereótipos”. No segundo momento, terá a 2ª oficina: “Salada de provérbios africanos”, consiste em desembaralhar as palavras e conhecer os provérbios.

No quarto dia, os participantes elencarão numa cartolina músicas, novelas e contos que eles consideram preconceituosas e racistas, para que depois possam ser discutidas. Em seguida, o expositivo será explanado com base no livro didático de Rocha (2009) e nos recursos didáticos da Doutora Wilma Coelho (2012).

Quinto dia:

As proponentes concluirão, retomando o foco principal da discussão e disponibilizando as bibliografias para os participantes sobre a temática.

10.5 RECURSOS

Apostilas, Data shows, vídeos, mapas, papel A4, grafite, lápis de cor ou giz de cera, borracha, apontador, cola, canetas hidrocor, régua, estilete, cartolinas e pinceis, Notebook, livros didáticos, artesanatos típicos da cultura afro-brasileira:

10.6 AVALIAÇÃO

No decorrer das atividades a avaliação será feita, tanto pelos participantes quanto pelos estudantes, através da oralidade. Serão observados os objetivos propostos dentro dos critérios que foram observados e construídos.

10.7 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com isso alcançar um resultado satisfatório e eficaz tanto para quem está realizando quanto para os participantes. Evidentemente, vale ressaltar que abrir caminhos e oferecer alternativas à educação é um tanto desafiador e audacioso, porém nada impossível. Acredita-se, portanto, que esse projeto será mais uma porta que se abrirá para alcançar mentes abertas para mudanças, as quais anseiam por uma educação desprovida de alienações e que seja motivada de esperanças.

REFERÊNCIAS

COELHO, Wilma de Nazaré Baía (org.). **A Lei nº 10.639/2003 em perspectiva na Educação: Formação Continuada na Escola de Aplicação da UFPA**. Belém: Editora Açai, 2012.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar (org.). **A Lei nº 10.639/2003 em perspectiva na Educação: Formação Continuada na Escola de Aplicação da UFPA**. Belém: Editora Açai, 2012.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicelma Josenilda Brito Soares; PADINHA, Maria do Socorro Ribeiro. (coord.) **Relações Raciais e Recursos Didáticos: a utilização da música como suporte didático para o enfrentamento da questão racial na Escola Básica**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

11 “ANTÔNIO FERREIRA LIMA NETO” A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA ESTADUAL

Gillerte Aleixo Nunes⁶⁴

Ilvana do Socorro Cardoso Pontes⁶⁵

Maria Rosiler Palheta Pantoja⁶⁶

Renilda da Silva Nogueira Rocha⁶⁷

Sandra Maria Sarges Ferreira⁶⁸

Modalidade: 7º e 8ª séries do Ensino fundamental II

Local: Escola Estadual Professor “Antônio Ferreira Lima Neto”

Período de execução: Outubro/novembro de 2013.

11.1 JUSTIFICATIVA

Vivemos em um mundo onde todos são diferentes, mas com igualdade de direitos. Sendo assim, valorizar a diversidade, conscientizar para a necessidade de compreender a diferença e respeitá-la em todas as suas manifestações são tarefas essenciais do mundo contemporâneo. Neste contexto, consideramos a escola um espaço diverso por natureza, tendo em vista, representar um dos lócus mais importantes de socialização de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Dessa forma, para atender essa demanda no que diz respeito à diversidade faz-se necessário o desenvolvimento de atividades que possam demonstrar a importância de se reconhecer as origens étnicas raciais. Logo, partindo desse princípio, o presente projeto de intervenção tem uma grande relevância, por oferecer aos alunos um conhecimento que possa ajudar no processo de conscientização das identidades culturais e étnicas, que compõe a formação da população brasileira.

Refletir sobre a valorização da cultura afro-brasileira em espaços privilegiados, como a Escola Estadual Professor “Antônio Ferreira Lima Neto”, é importante pela necessidade constante de discussões sobre as questões étnico-raciais, principalmente a partir da Lei 10.639/03, que torna obrigatório a inserção de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo das nas instituições de ensino público e privado. Entendemos pois, que a questão racial é um assunto de relevância para todos os brasileiros e deve ser conduzida para (re)educação das relações entre descendentes de africanos, de europeus e dos demais povos que constituíram a sociedade brasileira. Só assim, haverá o reconhecimento da existência da necessidade de valorização e do respeito ao afrodescendente e a sua cultura no espaço escolar.

11.2 OBJETIVOS

GERAL

Promover a conscientização dos alunos quanto à diversidade étnica e cultural que constituem a sociedade brasileira e amapaense, destacando as suas origens, diversidades, conceituações, possibilitando uma vivência capaz de transformar a percepção sociocultural dos alunos acerca dos afrodescendentes e sua cultura.

⁶⁴ Professora Pedagoga.

⁶⁵ Professora de História pela Universidade Federal do Amapá e pós-graduada em Didática do Ensino Superior, pela Faculdade de Macapá.

⁶⁶ Professora de Língua Portuguesa pela Universidade Vale do Acaraú.

⁶⁷ Professora de Artes pela Universidade Federal do Amapá.

⁶⁸ Professora de Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Federal do Pará.

ESPECÍFICOS

Oportunizar o (re) conhecimento da origem, tradição e costumes do povo afrodescendente;

Proporcionar um momento de reflexão sobre as diferenças étnicas existentes entre os alunos, e a formação histórica do Brasil;

Desenvolver atividades de valorização da cultura afro-brasileira, visando legitimar a multiplicidade de identidades que compõe a formação histórica do povo brasileiro.

11.3 REFERENCIAL TEÓRICO

Na contemporaneidade a escola tem vislumbrado a realização de um trabalho reflexivo de valorização das identidades dos grupos que constituem a nação. Deste modo, existe uma necessidade de despertar a consciência de todos a respeito das diferenças existentes na sociedade, principalmente, no que diz respeito às origens étnicas e raciais.

Deste modo, para Munanga (2008), levando em conta que somos considerados uma nacionalidade advinda do índio e do negro, cujas raças se juntaram ao branco, é difícil estabelecer uma pureza étnica, já que, depois da terceira ou quarta geração, há presença do sangue negro ou indígena em todos os grupos que constituem a sociedade brasileira.

Essa proposição nos coloca a frente de uma série de indagações, no que diz respeito às origens da sociedade brasileira, sendo essa formação resultado da mistura de raças. O que configura, nesse caso, a necessidade de se discutir como se deu esse processo, principalmente a influência africana. Neste sentido, Menezes (2007) alerta;

Nossos dias, apesar dos avanços que os estudos africanos têm conhecido a desconexão entre a pesquisa detalhada, num campo temático específico – estudos africanos – e a história e conhecimentos mundiais persiste. A produção de um mapa cognitivo da realidade do mundo requer um conhecimento complexo e mais ou menos detalhado desta diversidade. Mas se elementos centrais desta diversidade continuam a ser consistentemente omitidos ou mal representados, a questão que se nos coloca é – que conhecimento do mundo, passado e presente, está, de facto, a ser produzido, e com que objetivos? (MENEZES, 2007, p. 56).

Deste modo, questões que envolvem a cultura africana e dos seus descendentes ficaram fora das discussões escolares, raramente aparecendo nos manuais didáticos de história, e quando apareciam eram relacionados como fatos de um passado distante, impossibilitando uma discussão mais significativa acerca da descendência africana.

Tendo em vista que a formação da sociedade brasileira tem em suas origens o peso de um passado escravista, não há dúvidas que existe uma necessidade de uma difusão maior sobre o processo de formação do Brasil, bem como, seus atores sociais e as suas multiplicidades étnicas, objetivando um (re) conhecimento da importância histórica de todos os grupos neste processo.

Não se pode falar sobre uma sociedade sem considerar suas raízes sociais, históricas e culturais. O que implica dizer, que o conteúdo curricular deve atender a essa demanda. Para tanto, a escola tem que pensar numa prática que dê conta de refletir a respeito dessas identidades. Nesse caso, há de se ressaltar que os estudos africanos trazem um novo fôlego para o fazer pedagógico, no que diz respeito a compreensão e conhecimento do processo de formação sob o qual a sociedade brasileira foi construída.

O estudo sobre a influência africana é importante para o reconhecimento da identidade brasileira, em sua totalidade, bem como na efetivação de práticas pedagógicas que possibilitem conhecer a dinâmica desse processo, levando a superação de conflitos, como o preconceito e o racismo, haja vista, que a escola é um dos espaços onde a sua incoerência se tornou uma constante.

Segundo Arroyo (2007), não há como negar as tensões raciais no espaço escolar, já que estão presentes na sociedade como um todo. Além de que, não se pode deixar de elucidar que no campo da educação, as educadoras e os educadores estão mais receptivos quanto à diversidade étnico-racial; mais dispostos a buscar um novo trato pedagógico no cotidiano de seu trabalho. Portanto, a mudança de postura diante dessa realidade não é apenas uma preocupação de militantes do Movimento Negro ou de alguns intelectuais, mas de vários segmentos da sociedade, que tem contribuído com muitas mudanças, seja quanto ao currículo, à metodologia e/ ou as políticas públicas.

11.4 METODOLOGIA

O projeto será desenvolvido com alunos do ensino fundamental II das 7ª e 8ª séries da Escola Estadual Professor “Antônio Ferreira Lima Neto”, com base em pesquisas bibliográficas, internet, músicas, palestras, apresentação e análise de vídeos que contemplem informações sobre origens, tradições e valorização da cultura afro-brasileira.

As atividades ocorrerão em seis etapas (registradas em fotografias e vídeos), serão realizadas em grupos e a apresentação dos trabalhos selecionados acontecerá na culminância do projeto.

Primeira etapa: Montagem do Painel da Etnia.

Segunda etapa: Jornal sobre as atividades culturais dos afrodescendentes.

Terceira etapa: “Trilha afro-brasileira” relacionando saberes para desmistificar visões estereotipadas.

Quarta etapa: Produção de texto com o seguinte tema: de que forma é tratada a questão racial dentro do ambiente escolar?

Quinta etapa: Confecção de panfletos de conscientização do respeito com as diferenças étnicas.

Sexta etapa: Culminância do projeto.

As atividades serão desenvolvidas no horário normal das aulas, por turno, no período de oito semanas. Sendo que, a culminância do projeto ocorrerá no dia 20 de novembro de 2013, no horário de 15h às 19h na quadra de esportes da escola, com visitas aos estandes e apresentações culturais afro-brasileira.

11.5 RECURSOS

Humanos: Direção, coordenação pedagógica, corpo docente, representantes dos órgãos educacionais (palestrantes). Os grupos de dança, poesia, teatro, capoeira e música referentes ao tema participarão da programação como convidados.

Materiais: Computador para realização da pesquisa e formatação do jornal (LIED), papel quarenta quilos, papel A4, tesoura, cola, lápis e pincel atômico, revista, jornais, folha de isopor, vídeos, som, microfone, projetor de multimídias, estandes.

11.6 AVALIAÇÃO

Será observado o interesse, a atenção e a capacidade de análise crítica do aluno, durante a realização do projeto, sendo atribuída uma pontuação de forma interdisciplinar.

A avaliação das ações propostas dar-se-á em ocasião apropriada, onde os educadores envolvidos estarão apontando suas dificuldades, discutindo novas alternativas, a fim de superar os obstáculos e assim, construir uma prática educativa renovada, visando encontrar formas de conciliar o direito de igualdade a educação para todos com o respeito às diferenças étnicas e culturais.

11.7 RESULTADOS ESPERADOS:

Espera-se da comunidade escolar o reconhecimento da necessidade de se inserir em projetos pedagógicos destinados à valorização da comunidade afrodescendente e o desenvolvimento de ações reflexivas que oriente docentes e discentes a desenvolverem mecanismos pedagógicos eficazes para a superação do racismo, do preconceito, da discriminação e das desigualdades presente no cotidiano escolar, desconstruindo práticas racistas e possibilitando a construção de um futuro com igualdade de direitos às diferenças.

REFERÊNCIAS

- MENESES, Maria. *Os espaços criados pelas palavras: racismos, etnicidades e o encontro colonial*. In: GOMES, Nilma. ***um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais***. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 56 e 57.
- ARROYO, Miguel. *A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar*. In: GOMES, Nilma. ***um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais***. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 111.
- MUNANGA, Kabengele. ***Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – Identidade Nacional versus Identidade Negra***. Belo Horizonte: Autêntica 2008.

12 O LIVRO INFANTO-JUVENIL NO PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS NA ESCOLA

Joana Lúcia Brito Rodrigues⁶⁹
Jorge Pedro Da Silva Barbosa⁷⁰
Maria Do Carmo Campos Ferreira⁷¹
Vilma Lúcia Da Silva Santos⁷²

Modalidade: Ensino fundamental II do 6º ao 9º ano

Local de realização: Escola Estadual Irineu da Gama Paes

Período de Execução: Um semestre

Com a aprovação da Lei 10.639/03 que institui o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares como sendo obrigatório, entende-se que, ao se tratar desses temas na escola, está se desconstruindo ideias negativas e preconceituosas sobre a cultura Afro-brasileira sedimentadas na sociedade brasileira há séculos.

Refletir sobre a literatura infanto-juvenil Afro-brasileira na escola e a diversidade cultural significa reconhecer as diferenças, respeitá-las e aceitá-las, pois implica em romper com os preconceitos e discriminações existentes, principalmente, nos livros infantis e juvenis, e com isso superar as velhas opiniões formadas sem reflexões, sem o menor contato com a realidade do outro.

Nitidamente, a proposta da Lei 10.639/03 (BRASIL 2003) aqueceu a edição de livros infantis literários e informativos, verificando-se inclusive na produção recente nacional. Aos poucos, os educadores têm compreendido melhor o que é preciso fazer para que o livro infanto-juvenil com temáticas afrodescendentes seja trabalhado de maneira interdisciplinar. Para tanto, se faz necessário a integração dos saberes e a articulação das disciplinas entre todos da comunidade escolar.

Conforme Parreiras (2009, p.112):

Muitos livros brasileiros e traduzidos têm circulado nas feiras e livrarias dedicadas ao setor. Alguns deles com o cuidado que os leitores merecem: informações sobre o país africano, o povo a que se refere a história, a sua língua, os seus hábitos, por exemplo. Outros livros sem maiores cuidados trazem a África como uma unidade cultural, com conhecimentos rasos e, muitas vezes, preconceituosos.

Percebe-se que o preconceito racial se manifesta na escola de várias maneiras, não apenas entre alunos ou professores e alunos, mais também na escola do livro a ser trabalhado, nos desenhos e recortes para a construção de murais e cartazes, onde o negro aparece, ainda hoje acorrentado, amarrado ou chicoteado. E, ao considerarem esses fatos, se faz necessário um trabalho minucioso que garanta a cidadania e o respeito à criança e ao jovem, através de um projeto que envolva uma instituição tão importante para a sociedade: a escola.

Dessa forma, educandos não são motivados a fazerem análises críticas, sobre a temática da cultura negra, sua contribuição e identidade cultural. Diante desses fatos, surge a necessidade, desde a infância, que seja trabalhada a literatura afro-brasileira, mais de uma forma consciente, onde todos de maneira interdisciplinar possam contribuir para que a escola seja o espaço adequado para a desconstrução do

⁶⁹ Licenciatura Plena em Pedagogia e Especialista em História da Cultura africana e afro-brasileira.

⁷⁰ Licenciatura Plena em História e Especialista em História da Cultura africana e afro-brasileira.

⁷¹ Licenciatura Plena em Letra e Especialista em História da Cultura africana e afro-brasileira.

⁷² Licenciatura Plena e Bacharelado em História e Especialista em História da Cultura africana e afro-brasileira

racismo, do preconceito e da discriminação racial, com a literatura afrobrasileira, através de poesias, contos, teatro, contação de histórias e outras manifestações.

12.1 OBJETIVOS

GERAL:

Propiciar aos educadores e educandos o conhecimento de manifestações culturais africanas e afrobrasileiras, através da literatura infanto-juvenil, levando a reflexão sobre a importância dos afro-brasileiros em nossa formação cultural, social e econômica.

ESPECÍFICOS:

Problematizar a literatura infanto-juvenil enquanto espaço de denúncia das questões sociais;

Discutir os preconceitos e os estereótipos em relação às imagens e histórias que compõem os livros com temáticas afrobrasileiras;

Despertar a necessidade de se desconstruir os preconceitos encontrados nos livros de literatura infantil e juvenil.

12.2 REFERENCIAL TEÓRICO:

É com pesar que se possa dizer que a escola brasileira ainda não está preparada para tratar a temática do racismo. Não se acredita que o racismo seja fruto da escola, mas, indubitavelmente, com ele ela contribui. Nas palavras de uma grande educadora: “é na escola que descobrimos que somos pretos, feios e discriminados, porque antes nossos pais diziam que éramos os príncipes e princesas deles, os mais amados”. Já, Munanga (2008, p. 11) acredita que;

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadão, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resulta colocam quotidianamente na nossa vida profissional. (...) Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em decorrência desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade.

Entende-se que o ensino da literatura infanto-juvenil voltada para a valorização da cultura africana e afrobrasileira nas escolas de ensino fundamental é de grande valia para propiciar à clientela, deste segmento da Educação Básica, uma formação social sadia. Pois, é nesta fase que a criança e o adolescente negro, estando em formação psicossocial, necessitam auto se afirmar positivamente, sentindo-se valorizado e estimado, por saber que pertence a uma etnia rica e pluriculturalmente diversificada. Deste modo, Souza e Pires (2005) informam que:

A leitura da literatura infanto-juvenil pode contribuir com a promoção da igualdade étnico-racial em ambientes educativos. Esta é uma das bandeiras a muito levantadas por ativistas do movimento negro, educadores (as) e pesquisadores (as) envolvidos(as) com o assunto. Atualmente a discussão ganha densidade mediante a aprovação da Lei 10.639/2003 e do Parecer CME/CP 003/2004, que institui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica.

Comungando da mesma opinião, Lima (2008, p. 97), afirma:

A Literatura infanto-juvenil apresenta-se como um filão de uma linguagem a ser conhecida, pois nela reconhecemos um lugar favorável ao desenvolvimento do conhecimento social e à construção de conceitos. A psicanálise folheou as ingênuas obras e nos contou uma história de profundos conflitos psíquicos, relacionando personagens a chaves emocionais, como abandono, perda, competitividade, autonomia, etc., que auxiliaram na ordenação da caótica vida interna da criança em formação. Para além de uma função, a terapêutica, as narrativas voltadas para um leitor jovem apresentam o dinamismo das diferentes culturas e o que imaginamos ser um espaço de significações, aberto às emoções, ao sonho e à imaginação.

Desta forma, a utilização da Literatura infanto-juvenil no ensino fundamental pode e deve, conforme a vasta literatura produzida acerca do tema, contribuir com a formação de uma sociedade livre do racismo e preconceito racial, pois nesta fase é que se criam nas crianças e adolescentes os sentimentos fraternos de amizade, respeito ao próximo, autoestima e o amor a si próprio. Se quisermos mudar o mundo, deve-se começar pelas crianças.

12.3 METODOLOGIA

Os procedimentos adotados se constituirão de estratégias de ação que serão desenvolvidas na biblioteca da escola e as atividades serão:

Apresentar aos professores o Projeto e junto o texto da lei nº10. 639/03, promovendo discussões sobre a mesma, possibilitando a desconstrução de conteúdos e práticas racistas e preconceituosas, presentes no universo escolar;

Elaborar com professores e alunos, uma ‘Gincana Literária’, para a aquisição de livros de literatura infanto-juvenil afro, onde o negro seja o artista principal, o herói, o príncipe ou a princesa;

Selecionar e disponibilizar na biblioteca da escola no mínimo 40 (quarenta) exemplares de literatura infanto-juvenil, afro-brasileira e africana; fazer com alunos “Rodas de leitura”, possibilitando a eles entrar em contato com obras de poetas e escritores negros; Cada turma, organizada em grupos, produzirão painéis com fotos de personagens negros da literatura afros brasileiros e amapaenses; Ao adquirirem o conhecimento sobre a importância da lei nº 10.639/03, os alunos criarão paródias e poesias relacionadas ao ‘13 de maio’ e ‘20 de novembro’;

Confecção de um varal de poesias, em que o tema principal seja a desconstrução do racismo através da literatura; Produção de uma peça teatral, sobre o Dia da Consciência Negra; Produzir um texto sobre um livro de literatura afro que mais lhe chamou atenção; Leitura e análise dos textos.

12.4 RECURSOS

Materiais: Papéis: 40kg, cartão, cartolina e A4, Pincel Atômico, TNT, Cola de isopor, branca e quente, Câmera digital; Impressora; Notebook, Tesoura, Gliter, Percevejo, Livros de poesias, Livros de literatura afrobrasileira, Livro de literatura africana.

Humanos: Alunos, Professores, Corpo Técnico Pedagógico e Comunidade em Geral.

12.5 AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada no decorrer das atividades que foram propostas no projeto, obedecendo critérios de participação (dos alunos e professores), desempenho (dos envolvidos nas atividades para que sejam alcançados os objetivos que foram propostos) e responsabilidade(nas atividades desenvolvidas no decorrer do projeto).

12.6 RESULTADOS ESPERADOS:

Espera-se com esse trabalho, promover aos alunos envolvidos a tomada de consciência da sua cidadania e a valorização das várias diversidades existentes na sociedade que professores e alunos desconstruam todas as formas de preconceito existentes no âmbito escolar, construindo um novo olhar sobre a história regional e escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição (1998)**. *Texto Constitucional de 05 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 19/98 – Brasil*. – Brasília: Senado Federal, S Souza Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2000.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baia; COELHO, Mauro Cezar. **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.
- FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996 (Coleção Leitura).
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 40 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- LIMA, Heloisa Pires. **Personagens Negros: um breve perfil na Literatura infanto-juvenil**. IN: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2 Ed. Brasília: MEC, 2008.
- MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2 Ed. Brasília: MEC, 2008.
- _____. **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- PARREIRAS, Ninfa. **Confusões de línguas na literatura: o que o adulto escreve, a criança lê**. Belo Horizonte: RH1, 2009.
- PIRES, R. A. SOUSA; A.L.S.; SOUSA. A. L. **Afro-literatura brasileira: O que é? Para quê? Como trabalhar?** Disponível em: <http://www.pucrs.br/faced/educomafrro>.
- SARAIVA, Juracy Assmann (Org.). **Literatura e alfabetização: do plano do choro do plano da ação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SOUZA, Maria Elena Viana. **Relações Raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03**. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

13 O USO DA LITERATURA AFROBRASILEIRA NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS/LEITORES DA SERAFINI COSTAPARÁRIA

Manoel de Jesus Madureira Ferreira⁷³

Nanci Costa Leite⁷⁴

Rejane Patrícia Liarth da Silva⁷⁵

Vando Madureira ferreira⁷⁶

Modalidade: Ensino fundamental II (6º ao 9º ano);

Local de realização: E.E. Serafini Costaperária;

Período de execução: 1º semestre do ano letivo de 2013.

13.1 JUSTIFICATIVA

Através do Projeto: O uso da Literatura Afro-brasileira na formação dos alunos/leitores da E.E. Serafini Costaperária visa-se o aprendizado e um estudo mais aprofundado da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, destacando a grande importância e a valorização da cultura negra, dentro do âmbito escolar. Por ser um Projeto Pedagógico voltado principalmente para a Sala de Leitura ou no momento da leitura em sala de aula, mas com abrangência interdisciplinar, a releitura da História do mundo africano será promovida através da sua vasta Literatura, além de abrir um leque de discussões em torno da diversidade cultural existente em nosso país, afim de que essa diversidade seja respeitada e valorizada, como especifica a Lei Nº 10.639/03 MEC (Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais) que determina a obrigatoriedade do Ensino da História da África e dos Africanos no Currículo Escolar das modalidades do Ensino Fundamental e Médio.

Neste contexto, a escola tem o dever de intensificar os valores éticos e sociais que andam um tanto adormecidos, e que em alguns momentos, embora de forma quase imperceptível, reproduz muitos preconceitos. Em se tratando da África, percebe-se que a grande maioria dos conteúdos propostos atribui um caráter de pobreza e na maioria dos livros suas considerações estão relacionadas a sofrimentos desse povo. Assim, é preciso que a escola saia dessa estagnação e busque urgentemente uma reflexão crítica sobre os valores que vem sendo repassados até os dias atuais, buscando a construção de uma sociedade com mais consciência, igualdade e respeito ao outro.

13.2 OBJETIVOS

Geral:

Proporcionar condições aos alunos de apropriarem-se de novos saberes sobre a cultura Africana e Afrobrasileira através da Literatura Afrobrasileira, favorecendo o reconhecimento da diversidade presente na escola/sociedade, além da importância da convivência pacífica frente às diferenças, visando a construção de uma postura de tolerância e respeito ao outro.

Específicos:

Promover a valorização da análise dos textos, obras literárias afro-brasileiras e seus respectivos autores, fazendo uma reflexão sobre conceitos e estereótipos acerca do negro;

⁷³ Licenciado em História, Especialista em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira;

⁷⁴ Licenciada em Geografia, Especialista em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira;

⁷⁵ Licenciada em Pedagogia, Especialista em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira;

⁷⁶ Licenciado em História, Especialista em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Identificar a relação entre a África e Brasil e a cultura produzida pelos Afrobrasileiros na sociedade;

Conhecer as personalidades negras que deixaram/deixam sua contribuição nos diversos setores da sociedade, como expressões culturais, desportivas, artísticas, políticas, musicais, religiosas etc.

Promover a formação de opiniões, atitudes e valores que desenvolvem nos alunos/cidadãos para a consciência étnico-racial.

13.3 REFERENCIAL TEÓRICO

História e Cultura Africana e Afro-brasileira: a sua importância no currículo escolar da educação básica.

É de suma importância que a escola em si trabalhe os conteúdos da História da África e da presença do negro no Brasil de maneira positiva, sem deixar de retratar o sofrimento dos escravos no período da escravidão, porém, devendo realçar a contribuição do negro na formação do nosso país, e assim desmistificar a ideia do negro como “coitadinho” presente na sociedade e na maioria dos livros didáticos que acabam ridicularizando o povo negro.

Não se pode deixar de respaldar também o continente Africano, que é o lugar de onde vieram os negros escravizados no Brasil. Este continente também está repleto de estereótipos, como sendo um lugar pobre, sujo, cheio de animais ferozes. Neste sentido, a Lei federal nº 10.639/2003, institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afrobrasileira em todas as instituições da Educação Básica no Brasil, tendo como base o princípio de igualdade, com a ideia principal de que somos todos sujeitos históricos e sociais.

O princípio norteador de combate ao racismo e a discriminações cita que o ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana envolverá articulações entre o passado, o presente e futuro do povo negro, reconhecendo e valorizando a identidade, história e cultura dos afro-brasileiros se desenvolvendo no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdos das disciplinas em atividades curriculares ou não.

Literatura Afrobrasileira: Resgate Da Negritude

A Literatura afro-brasileira, apesar de bastante utilizada no meio acadêmico, ainda não é uma das principais ferramentas de ensino na Educação Básica. Quando bem trabalhada, ela assume a responsabilidade sobre as questões relativas à identidade e às culturas dos povos africanos e afrodescendentes. Através do reconhecimento e revalorização da herança cultural africana e da cultura popular, a escrita literária é assumida e utilizada para expressar um novo modo de se conceber o mundo.

As expressões “literatura negra”, “poesia negra”, “cultura negra” circulam com maior intensidade na nossa sociedade a partir do momento em que houve a necessidade de enfrentar a questão da nossa identidade cultural. Nesse processo, também foi necessário assumir as contradições acirradas pelo fato de o Brasil querer se ver como “uma cultura mestiça”, “uma democracia racial”.

Por isso, a Literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, que integra os currículos, sendo proposta a cada um como aparato intelectual e afetivo. De acordo com Cândido, (1995), os valores que a sociedade preconiza, ou os que consideram prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A Literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.

A Literatura Afrobrasileira No Contexto Escolar

Normalmente, os materiais didáticos, inclusive os de História no Brasil, tratam da questão da História da África de maneira silenciosa e desconhecida. Em algumas obras, a África aparece apenas como um figurante que passa despercebida em cena, sendo mencionada como um capítulo pouco interessante perante outras temáticas.

Quanto ao emprego da Literatura Afrobrasileira na aprendizagem escolar, as “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais”, BRASIL (2006), indicam que os processos de ensino e aprendizagem em oralidade, com aportes literários, devem ser marcados pelo intuito de ir contra a segregação racial, objetivando ainda, a construção da identidade e pertencimento racial e que todos se percebam individualmente diferentes com iguais direitos.

De acordo com Souza (2001), a afro-literatura brasileira poderá ser entendida e/ou percebida, ainda, como aquela que possui uma enunciação coletiva, ou seja, o eu que fala no texto traduz buscas de toda uma coletividade negra, traduzindo uma ressignificação da memória do povo negro brasileiro, ocupando lugares e desmontando estereótipos.

13.4 METODOLOGIA

As ações elencadas nesse eixo serão implantadas na Escola como sugestão de reflexão para com o tema proposto contando com o apoio da comunidade escolar e será desenvolvido dentro de um semestre divididos em vários momentos.

- 1º Momento: A apresentação do Projeto à comunidade escolar;
- 2º Momento: Trabalhar a produção textual, onde os alunos irão produzir os trabalhos de acordo com a série e a temática em questão;
- 3º Momento: Serão realizadas pesquisas, por série, sobre as personalidades negras que influenciaram/influenciam a sociedade;
- 4º momento: Culminância do projeto com apresentações das atividades realizadas pelos alunos.

13.5 RECURSOS

Humanos: Comunidade intra e extraescolar da E.E. Serafini Costaperária Governo do Estado do Amapá, SEED-AP;

Material: Recursos didáticos, computador, data show, caixa amplificadora, internet, Livros, jornais, revistas, TV, CD, DVD, micro-system, microfones, papéis variados, câmera digital; caneta, pincel atômico, cola, tesoura entre outros.

13.6 AVALIAÇÃO

A avaliação acontecerá no decorrer do projeto e do processo todo, e será observado nos alunos o interesse, a motivação, a sensibilidade, a autonomia, o senso crítico e a participação, além do desenvolvimento das atividades planejadas com a equipe Técnica e Docente da escola, isso porque será atribuída em cada disciplina trabalhada durante a realização do projeto a nota bimestral 4,0.

13.7 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com o desenvolvimento desse projeto, que a comunidade da E.E. Serafini Costaperária, em especial os alunos, possam desconstruir a imagem negativa do africano como povo primitivo e sem cultura. Além de sensibilizar para a importância da temática étnico-racial, oportunizando discussões

sobre o (re) conhecimento e valorização das diversidades culturais, estimulando o pensamento crítico, através da leitura de vários textos e obras da Literatura Afrobrasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: SECAD 2006.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1995.

SOUZA, A L. S. *Negritude, Letramento e uso Social da Oralidade*. In: CAVALLEIRO, E. (org.). *RACISMO E ANTI-RACISMO NA EDUCAÇÃO: REPENSANDO NOSSA ESCOLA*. São Paulo: Summus, 2001.

14 TORRÃO TERRA DE PRETO: RAIZ CULTURAL DE UMA HISTÓRIA

Maria das Dores do Rosário Almeida⁷⁷

Neucirene Almeida de Oliveira⁷⁸

Maria Dalva Sandin Nery⁷⁹

Modalidade: Ensino Fundamental de 9 anos

Local de realização: Escola Estadual Antônio Figueiredo da Silva

Período de execução: Março a Junho / Agosto a Dezembro de 2014

14.1 JUSTIFICATIVA

No Brasil, segundo o IBGE (2009), 45% da população é composta por pretos e pardos, ou seja, afrodescendentes, contudo, persistem nas relações sociais uma ideologia da desigualdade e os estereótipos racistas a esta grande parcela da população brasileira. E, quando se trata das instituições educacionais, consideradas a segunda instituição social depois da familiar, aonde crianças iniciam o seu processo de socialização, a situação não é diferente ao conjunto das práticas sociais que permeiam a sociedade.

É nesse contexto que se encontram as instituições escolares, públicas e privadas, as quais de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, são orientadas legalmente, no art. 26 (alterado pelas Leis 10.639/03 e 11.645/2008), a implementarem nos currículos do ensino fundamental e médio o estudo das contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as matrizes indígenas e africana, assim como a obriga o estudo da história e cultura africana.

Contanto a legitimidade da comunidade, o projeto contribuirá com o poder público na criação de instrumentos metodológicos capazes de direcionar a efetivação da lei 10.639/03, cuja relevância para a sociedade se destaca pela a pluralidade do (re) conhecimento de pessoas e grupos sociais, integrando-os em suas multiplicidades de ações e valores simbólicos e culturais e, portanto, valorizando a histórica coletiva da comunidade.

14.2 OBJETIVOS

GERAL

Proporcionar um momento para reflexão e (re)conhecimento sobre a cultura afrodescendente para crianças, adolescentes e jovens, desconstruindo práticas de discriminação e preconceitos, direcionadas a história e cultura africana e afrobrasileira.

ESPECÍFICOS:

Proporcionar um momento de reflexão sobre a importância da cultura afrobrasileira para a formação da nação, através de atividades lúdicas.

Desenvolver momentos de interação, entre crianças e jovens, através de obras cinematográficas que abordam a importância da comunidade negra;

Oportunizar um momento de vivenciar uma expressão da cultura afro-brasileira, contextualizada com a sua importância histórica, neste caso, a capoeira.

⁷⁷ Economista Doméstica

⁷⁸ Socióloga

⁷⁹ Economista Doméstica

Possibilitar um momento de (re) conhecimento da cultural visual afrodescendentes, visando a autoestima das crianças e jovens da comunidade, com destaque para as tranças, amarrados e a dança do Marabaixo.

14.3 REFERENCIAL TEÓRICO:

Os territórios de remanescentes de quilombolas, nos dias atuais, que pouco são representados nos livros paradidáticos de nossas escolas, já não são mais vistos como um mito do passado. De acordo com Ratts (2009), são muitos e estão por toda parte, espalhados pelo Brasil, e com direito a um futuro. Ora, ter direito ao futuro é ter uma educação pensada para a pluralidade do povo brasileiro, nesse sentido, concordamos com Cavalleiro (2006) ao dizer que a relação racial está fortemente reproduzida no ambiente escolar, no tratamento com as crianças e jovens, nos livros paradidáticos, nos conteúdos curriculares, no universo simbólico que mostra uma imagem negativa da importância histórica da identidade étnica afrodescendente. A criança escuta desde a mais tenra idade pelo senso comum que ser “preto” é feio e inferior ao branco e, é nesse contexto, que se forma sua personalidade social e psicológica “esse senso de auto-rejeição não pode ser retificado no ambiente escolar” (Bourdieu, 1970).

Segundo Ratts (2007) “o significado do corpo negro pode se estender de simbolismo ao máximo, a ponto de se confundir com a paisagem, com o território quilombola, com o terreiro, com a própria África, em uma geopoética africana ou afrobrasileira,” e vamos mais longe, porque não dizer também afroamapaense.

14.4 METODOLOGIA

Adotar-se-á a metodologia da educação popular baseada no método de Paulo Freire, com uso de recursos visuais, brincadeiras, danças, dentre outras, todos esses, com temas voltados para a cultura afrodescendente, e fundamentados na lei 10.639/03. Garantir-se-á participação dos moradores da comunidade, valorizando os conhecimentos culturais da comunidade local. Será dividido em três fases, são elas;

1ª FASE - Planejamento, mobilização e Divulgação.

Através da formação de uma equipe responsável pela mobilização e Inscrição dos/das participantes do projeto.

2ª FASE-Realização das atividades previstas no projeto

1º momento: Encontro de Abertura

A princípio será realizado um encontro que terá como público os/as participantes e a comunidade em geral para fazer o que chamamos de “abertura das oficinas”, apresentarem sua importância para disseminação e valorização da cultura afro-brasileira local, através do teatro de fantoches, haverá a apresentação dos/ das participantes por oficinas e entrega do material e a sensibilização de boas vindas à oficina, onde cada um será protagonista.

2ª Momento: Realização das oficinas

Oficina I – Exibição de filmes infantis e atividades lúdicas.

Terá como instrutoras duas professoras ou educadoras sociais da educação infantil com atuação em movimento negro, que exibirão filmes infantis para crianças de 04 a 10 anos de idade, como por exemplo, “Menina Bonita do Laço de Fita”, além de atividades lúdicas como desenhos a partir do entendimento da criança sobre o filme, brincadeiras abordando relação de gênero e cor, dança do Marabaixo, etc. Para essa atividade serão confeccionadas bonecas negras de tecido para distribuir às crianças e garantir a temática de gênero. Será feito um painel com as atividades de desenho e pintura feitos pelas crianças e fotos das crianças durante a oficina para exposição na feira de cultura negra. Avaliação será feita através da roda de conversa com auxílio da dinâmica “passe a caixinha”.

Oficina II – Capoeira

A oficina proporcionará as crianças a (re)conhecerem e valorizarem a capoeira como uma cultura de resistência do povo negro. Haverá um mestre capoeirista convidado, tendo como participantes adolescentes e jovens interessados até 25 anos de idade e terá carga horária de 08 horas. Acontecerá o momento teórico sobre a origem da capoeira (utilizando recursos multimídias) e o momento prático onde serão ensinados os passos da capoeira, o grupo estará vestindo camisas e calças brancas e utilizando o Birimbau como instrumento musical. Espera-se que dessa oficina se crie um grupo de capoeira na comunidade. O grupo fará apresentação de capoeira durante a feira de cultura negra. A avaliação será feita em uma roda de capoeira.

Oficina III - Marabaixo, Tranças e Trançados Africano/Afrobrasileiro

Oferecerá elementos teóricos e metodológicos para elevar a autoestima das crianças, adolescentes e jovens entre 04 á 25 anos participantes da oficina de tranças e trançados afros utilizando pentes, escovas e preguinhas para cabelo, para que possam refletir que usar tranças e vestimentas afrodescendente é uma questão de identidade e cultura. Terá como instrutor dois (duas) jovens quilombolas do grupo “Beleza Quilombola” que já desenvolvem essa atividade econômica no quilombo do Curiaú, bem como a participação de instrutores/as do Grupo Ancestral ministrando a oficina de Marabaixo utilizando caixas e indumentárias para o Marabaixo. A carga horária da oficina será de 12h que será dividida entre teoria e prática. Será organizado um desfile denominado “Beleza Negra” de penteados e vestimentas afros a ser realizado durante a Feira de Cultura Negra. Assim como a dança do Marabaixo. A avaliação será através de dinâmica de grupo.

3ª FASE :Culminância - Feira de Cultura Negra

Proporcionará um momento de interação dos (as) participantes das oficinas com a escola e comunidade através da apresentação do resultado das oficinas como uma estratégia de disseminação, valorização cultural e o despertar da autoestima. A responsabilidade pela organização da feira de Cultura Negra ficará á cargo do corpo técnico da escola e toda a equipe que trabalhou durante as oficinas. O público é a comunidade em geral e participantes das oficinas. A carga horária 05 horas. As atividades serão: Apresentação de danças (Marabaixo e batuque) pelo grupo de Marabaixo da comunidade; Apresentação de capoeira, exposições de trabalhos, desfile “Beleza Negra”, distribuição de informativos com temático étnico racial, show com um grupo negro da terra, vendas de artesanato e iguarias do grupo de mulheres e moradores/as do Torrão do Matapí. A avaliação será feita através de um relatório.

14.5 AVALIAÇÃO

Avaliação será no processo, através de fichas avaliativas com instrutores das oficinas e com os participantes das oficinas. Reuniões avaliativas com equipe que trabalhará no projeto (instrutores, coordenação, voluntários, assessoria). Atas das reuniões. Relatório final técnico e financeiro das atividades.

14.6 REULTADOS ESPERADOS

Acreditamos que a efetivação deste projeto contribuirá de forma significativa para o (re) conhecimento e valorização da cultura afrodescendente entre crianças e jovens da comunidade “Torrão do Matapí”, oportunizando o fortalecimento dos laços identitários da comunidade com a sua história, resultando em uma melhora da autoestima de crianças e jovens, cujos ancestrais contribuíram, historicamente em vários aspectos, para a formação da nação brasileira.

REFERENCIAS

BRASIL, lei 10.639/03. **de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p.1, 10 jan.2003.

Brasil, Lei 12.288. *Estatuto da igualdade racial*. Brasília, 20 de julho, 2010.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de C. Perdigão Gomes da Silva. Lisboa, sd, 302 pp.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*. São Paulo: contexto, 2000.

COELHO, Wilma de Nazaré Baia. *Educação e relações raciais: Conceituação e historicidade*. – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010. – (coleção contexto da ciência).

_____, Soares, Nicelma Josenila Brito (org.). *Visibilidades e desafios: estratégias pedagógicas para abordagens da questão étnico racial na escola*. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

_____. (org.). *A Lei 10.639/2003 em perspectiva na educação básica: formação continuada na escola de aplicação da UFPB*. Belém – Editora Açaí, 2012.

Decreto 65.810. *Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação racial*. 08 de dezembro, 1969.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. Ed., 1. Reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

PEREIRA, William Cesar Castilho. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Belo Horizonte, vozes, 2001.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Imprensa oficial, São Paulo, 2007.

IMENA, Instituto de mulheres negras do Amapá. *Abra os olhos: você é sujeito de direitos*. Macapá – AP, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Senso 2009.

15 PARTEIRO DO CONHECIMENTO

Dinorá De Souza Cunha⁸⁰

Edna Almeida Dos Santos⁸¹

Leiliete Souza Da Silva⁸²

Raimundo Ramos Da Silva⁸³

Terezinha De Jesus veras Moraes⁸⁴

Modalidade: Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série), Educação de Jovens e Adultos – EJA (3ª e 4ª etapas), Ensino Médio Regular e Ensino Médio EJA,

Local de realização: Escola Estadual Profª. Mª. Cristina Botelho Rodrigues, Porto Grande –AP.

Período de execução: Ano letivo de 2012

15.1 JUSTIFICATIVA

Faz-se necessário a (re)construção da desmistificação do papel do negro na construção da sociedade brasileira, levando em consideração os conceitos compreendidos no contexto escolar.

Nesse sentido vamos apresentar o Projeto “vida e Liberdade” também intitulada como Projeto Parteira, que através da Metodologia da Alternância pode mudar a cara da educação em relação à cultura africana e afrobrasileira.

Todos os Instrumentos com os quais iremos trabalhar no referido projeto, existem isoladamente nas várias escolas públicas do

Brasil. Portanto, ao desenvolver nosso Projeto não vamos inventar nada. Iremos apenas concatenar os mesmos de acordo com os objetivos estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e demais instrumentos legais que possibilitem o estudo da lei 10.639/03.

O Projeto espelha-se nas ideias educacionais, filosóficas, de Sócrates, Filósofo e Educador grego. Aliás, o fundamento principal do projeto parte da mesma visão educacional do filósofo grego, pois iremos trabalhar a partir da realidade dos alunos, da história de vida, da cultura e dos costumes da comunidade escolar. E Sócrates, para montar seu projeto educacional, parte da atividade cotidiana de sua família: seu pai, Sofronisco, era escultor; sua mãe, fenareta, era parteira. Ele se autodenominava “Parteiro do Conhecimento”.

15.2 OBJETIVOS

Geral:

Compreender o ensino da cultura afro-brasileira nas aulas de docência, nas mais variadas formas, oportunizando os educandos ao (re)conhecimento dos saberes afrodescendentes no cotidiano da sociedade Porto Grandense e amapaense.

Específicos:

Criar um espaço para a reflexão e o debate sobre a cultura afrobrasileira;

⁸⁰ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá.

⁸¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Amapá.

⁸² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá.

⁸³ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá.

⁸⁴ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá.

Incentivar a pesquisa sobre a presença da marca africana dos nossos ancestrais na literatura, na música, na criatividade, na forma de viver e de pensar, de andar, de falar e de rir, de rezar de festejar sua vida;

Difundir e desenvolver habilidades dissertativas compreendendo os mais variados eixos-temáticos dentro da cultura afrodescendente presentes na sociedade brasileira, amapaense e Porto Grandense.

15.3 REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos maiores problemas do sistema educacional brasileiro, no âmbito dos estudos da História Africana é o reflexo da visão eurocêntrica cultuada por nossos livros didáticos que camuflam a real história do povo negro, daí a necessidade da desmistificação deste dilema preconceituoso que fere a alma da África e dos afrodescendentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.094/96), alterada pela 10.639/03, incluiu a obrigatoriedade dos estudos da cultura Africana e afro-brasileira nas escolas públicas e particulares de nosso país, ressaltando a importância da cultura negra na formação da cultura brasileira. Assim, faz-se necessário a elaboração de novas estratégias de ensino que possibilitem ao educando a investigação e a formação de conhecimento sobre sua sociedade, pois educar é um processo contínuo, onde os saberes naturais compreendem as transformações sociais do indivíduo. Nesse prisma:

O ato de educar é um desafio constante! Desde os fundamentos filosóficos acerca do modo de conhecer até os procedimentos contínuos em sala de aula é comum supor que educadores e educandos se confrontem e questionem sobre as ações e conteúdos trabalhados e apreendidos pelos estudantes. O mundo em contínua transformação, as constantes alterações das diretrizes e orientações legais, o controle burocrático cada vez mais eficiente, e alunos pouco dispostos a aceitarem o universo escolar como algo útil e aplicável ao seu cotidiano provocam no educador a necessidade contínua de discussão e alteração para que a escola, em sua tarefa de educar, não se esvazie, e com ela, sua própria profissão. (NETO, p. 57, 2003).

BUARQUE (2004) faz uma reflexão sobre o ponto comum de acerto de todos os países que estão se desenvolvendo em um ritmo mais acelerado, que está centrado no investimento de seus cidadãos como vetores de transformação social e econômica, principalmente na educação.

Nessa vertente, para formar cidadãos participativos e críticos é necessário resgatar em nosso sistema de ensino o processo de autoconhecimento, que deve ter como ponto de partida o trabalho elaborado com perguntas simples até chegar às mais complexas para que o interlocutor entenda que possui um conhecimento informal que precisa ser sistematizado nas instituições de ensino no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, o papel principal do educador, nesse processo, será de mediar a transformação do conhecimento trazidos pelos educandos, que se igualará ao trabalho de uma parteira: dar força, transmitir confiança, assessorar, monitorar, ajudar, acompanhar, fazer perguntas e sistematizar o conhecimento que seus educandos já possuem.

Pois, os alunos são o centro das atenções e a sua realidade – a qual ele conhece muito mais que seus próprios monitores – deverá ser o ponto de partida de todo trabalho pedagógico, lançando mão dos instrumentos pedagógicos que possibilitará, aos educadores, as bases para a construção de um currículo adequado as novas legislações da educação para as relações étnico-raciais, conjuntamente com o serviço técnico da instituição de ensino.

Dessa maneira, o desenvolvimento integral do cidadão será embasado em sua formação intelectual, humana, ética e social levando à desmistificação e ao entendimento da formação da cultura brasileira bem como o conhecimento mais consciente acerca da história africana e dos afrodescendentes.

E isto, realmente, só será possível através de Instrumentos metodológicos, conhecidos pelos educandos, educadores e comunidade e, a escola, conseguirem trabalhar conjuntamente com as associações e grupos locais organizados, ressaltando e valorizando as características socioculturais da comunidade, como; os hábitos do cotidiano, as histórias orais e as lideranças comunitárias.

Quando Paulo Freire escreve, em *Pedagogia do Oprimido*, “que o pensar do educador somente ganha autenticidade no pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade...” (FREIRE, 2004, p. 64), quer nos dizer que não há educação sem dados concretos no contexto socioeconômico, cultural e religioso dos educandos, o qual precisa ser também, conhecido pelos educadores.

Assim, a escola deve propiciar a todos seus educandos uma aprendizagem permanente, que mostre ao educando uma nova concepção de pessoa no universo, uma nova concepção de educação e prática pedagógica, pois, a escola: não é “dona do saber”. É o lugar onde se reflete sobre a ação e a experiência real. O professor não é aquele que “sabe tudo”. É o que ajuda a refletir e comanda a dialética: Ação e Reflexão.

Dessa forma, o tempo de escola não é tempo mais ou menos que prepara para a vida; é sucessão de tempos que se alternam com tempo de ação; lugar onde se dá prioridade à vida.

15.4 METODOLOGIA

O presente projeto tem como metodologia as seguintes fases:

Primeiro momento:

A subdivisão dos educandos em quatro grupos, onde cada um escolherá um relacionando ao tema gerador “História Afro-brasileira”, da qual sairá um debate entre os grupos para a escolha de um tema comum para todos os grupos. Após a escolha do tema os educandos deverão formular perguntas sobre o tema, onde o professor mediador selecionará as dez perguntas mais significativas para o entendimento do assunto abordado, após isso os alunos serão encaminhados à pesquisa de campo.

Segundo momento:

Dia de alternância, período em que o aluno vai a campo para buscar as respostas para o questionário elaborado anteriormente. Já, com o questionário respondido, no terceiro dia do projeto os educandos deverão desenvolver no âmbito escolar uma redação do tema em questão, após o termino das redações o professor mediador, juntamente com os alunos, desenvolverão uma síntese que terá como base as respostas coletadas pelos educando em seus questionários no decorrer da pesquisa de campo.

No dia seguinte os professores mediadores fazem a correção de todas as redações com o auxílio dos professores de Língua Portuguesa, enquanto que os alunos partem para a busca de inspiração para a próxima etapa do projeto intitulada: Redação ilustrada, que se materializará através da reescrita da redação, construída anteriormente, corrigida de forma ilustrada, ou seja, criando símbolos pictóricos que expressem a ideia central do texto produzido.

Após, o processo de criação artística, os educandos deverão executar a auto avaliação, momento em que os mesmos fazem sua autoanálise, por escrito, considerando: comportamento, participação, pontualidade, relacionamento com os colegas, educadores e demais agentes do processo de Ensino-Aprendizagem.

No decorrer de todo o ano letivo os alunos deverão escolher temas diferenciados do que já foi estudado e todos os resultados dessas pesquisas terão que constar em um caderno próprio para o projeto que é intitulado de “Caderno Didático”.

O resultado do trabalho feito pelos educandos no decorrer do projeto (que será executado durante todo o ano letivo) será apresentado a toda a comunidade em uma amostra cultural com exposições variadas sobre a temática da cultura afrodescendente. Na verdade a Culminância é um dos instrumentos essenciais de união entre escola e família, escola e comunidade, ou melhor, entre alunos, pais, professores, técnicos e direção.

15.5 RECURSOS

Humanos: Serventes; Merendeiras; Equipe diretiva; Supervisores; Professores.

Materiais: Papéis (A4, cartão, cartolina, adesivo); Tinta Acrílica; Cola branca cascorex rótulo azul; Pincéis de pelo de números variados; verniz spray; fitas decorativas; fita crepe, mesas; Cadeiras; Computador; DVD; Mídias; Datashow; Caixas de som; Televisão.

15.6 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A avaliação deverá ser qualitativa e quantitativa em todo o processo com a atribuição da seguinte pontuação em todos os bimestres: de 0,0 a 0,5 ponto para questionário, síntese, redação ilustrada e auto avaliação; de 0,0 a 1,0, para a redação que no final juntos formam o primeiro instrumento avaliativo de cada bimestre somando o valor de 3,0 pontos.

15.7 RESULTADOS ALCANÇADOS

Acredita-se que o projeto, através de uma abordagem interdisciplinar, contribuirá de forma significativa para o processo de ensino-aprendizagem, já que, relacionará os conhecimentos construídos e as experiências desenvolvidas com as vivências da comunidade, durante a realização das atividades. Os educandos passarão a adquirir respeito às questões raciais e a valorizar a cultura afrodescendente, da qual fazem parte e estão ajudando a construir, formando assim, uma consciência e um (re) conhecimento da história da cultura afro-brasileira, possibilitando um grande passo no caminho da superação do preconceito e da valorização da cultura africana, afro-brasileira e afroamapaense.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Por uma Pedagogia da Pesquisa* / Paulo Freire e Antônio Fagundes - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____: *Pedagogia do oprimido*. 38ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.

_____: *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo. Paz e Terra, 1996 – (Coleção Leitura).

INCULTURAÇÃO E LIBERTAÇÃO: Semana de Estudos Teológicos:

CNBB/CIMI/Carlos R. Brandão... [et al]. São Paulo. Paulinas, 1986 – (Coleção libertação e teologia).

CHAMADA À AÇÃO: *Combatendo o fracasso escolar no Nordeste/Programa de Pesquisa e Operacionalização de Políticas Educacionais*. 2ª ed. Brasília: Projeto Nordeste/Banco Mundial/UNICEF, 1997.

KARNAL, Leandro, (org.). *HISTÓRIA NA SALA DE AULA: conceitos, práticas e propostas* – São Paulo: Contexto, 2001.

16 GRUPO PERMANENTE DE ESTUDOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA IGUALDADE RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Laurinaudia Barros Martins⁸⁵

Modalidade: Ensino Fundamental I e II.

Local de Realização: Escola Estadual David Miranda dos Santos.

Período de Execução: 1 (um) ano letivo.

16.1 JUSTIFICATIVA

O Projeto de Intervenção intitulado de **“Grupo permanente de Estudos e Práticas Pedagógicas para Igualdade Racial no Ambiente Escolar”** tem como seu público alvo os educadores / educandos na modalidade do Ensino Fundamental I e II na Escola Estadual Prof. David Miranda dos Santos – Comunidade Quilombola São José do Matapi no Município de Santana/Amapá e com período de execução de um ano letivo.

Este projeto faz-se aplicável e necessário para uma significativa mudança comportamental e institucional de enfrentamento das problemáticas étnico-raciais e educacionais da sociedade brasileira.

Garantindo assim, a aplicabilidade da Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alterada pela Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, para incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedades da temática “Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana no Currículo Escolar”.

Utilizaremos a noção conceitual de práticas pedagógicas apontadas por Castanho (2006) apud COELHO (2012), para quem as ações didáticas devem necessariamente pressupor intencionalidade educativa.

No Amapá, segundo dados da Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes (SEAFRO/2012), existem 29 áreas quilombolas; três são tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que são: Quilombo do Curiaú, Mel da Pedreira e Conceição do Macacoari.

Existem nessas áreas nacionalmente, 1.561 escolas de Ensino Fundamental e 57 de Ensino Médio (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP/2009) estes dados são reveladores e exigem a presença efetiva do Estado e de diversas políticas públicas afirmativas.

Nesse sentido buscamos analisar e sermos propositivos em relação às práticas pedagógicas de estudo/pesquisa assim como para a produção de materiais didáticos cujos conteúdos relacionem-se a educação étnico-racial que acontecem em comunidades quilombolas.

16.2 OBJETIVOS

Geral:

Fomentar a cultura africana; afrobrasileira e amapaense, propondo afirmação da identidade negra no ambiente escolar.

Específicos:

Valorizar a contribuição das comunidades negras na construção identitária da diversidade cultural afroamapaense;

⁸⁵ Licenciada e Bacharelada em História e Especialista em Educação Especial.

Oferecer e fortalecer a formação para educadores/educandos de/e em Comunidades de Quilombolas;

Ressaltar o processo de luta, conquista e manutenção de direitos da trajetória do negro(a) brasileiro;

Envolver todos os atores do ambiente escolar e comunidade quilombola no processo de construção, observação e acompanhamento das políticas afirmativas.

16.3 REFERENCIAL TEÓRICO

Faz-se necessário dar efetividade às políticas pedagógicas de combate ao racismo como parte do currículo na formação permanente dos educadores. Visando a construção de um Projeto Político Pedagógico escolar voltado para a garantia de valores civilizatórios afrobrasileiros⁸⁶⁷³ que ratificam a nossa identidade e para além disso, no caminho do respeito às diferenças e das africanidades brasileiras.

As relações raciais no cotidiano escolar implicam diretamente na subjetividade e na afetividade do educando e os acontecimentos e instrumentos que contribuem para que o racismo se perpetue na escola, tais como: Material pedagógico; Universo semântico pejorativo; Negação da diversidade racial brasileira na formação da equipe da escola; Minimização das consequências do racismo (CAVALLEIRO,1998).

Rocha (2004) chama atenção para as implicações atitudinais dos educadores na dialética do ensino-aprendizagem, em relação ao cuidar e educar, as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas.

A educação comprometida com a diversidade, e mais ainda a autorreflexão sobre a atuação institucional escolar, e também dos atores que incidem diretamente sobre a formação, o cotidiano, o reconhecimento e a mobilidade de direitos dos educandos (SILVEIRA, 2002).

Assim, “o conhecimento produzido no seio das comunidades negras é um saber que, articulado às contribuições dos que estão de “fora”, pode produzir desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação da cultura, enfim, uma perspectiva do etnodesenvolvimento” (MUNANGA, 2004; VIDEIRA, 2009; NUNES,2010).

Desta forma desenvolve-se uma concepção de educação voltada para as relações étnico-raciais no ambiente escolar que acontecem em comunidades remanescentes e estas exigem uma práxis diferenciada onde o saber formal conjuga valores formais e os endógenos dessas comunidades.

16.4 METODOLOGIA

Metodologia interdisciplinar e interinstitucional para abordagem da questão racial que será desenvolvida ao longo do ano letivo distribuídas nos quatro bimestres em conjunto com educadores/educandos no desenvolvimento das etapas formativas e de práticas pedagógicas.

Nesse período serão realizadas: Reuniões Pedagógicas; Oficina de Sensibilização; Seminário sobre a Lei nº 10.639/03; Desenvolvimento das práticas pedagógicas interdisciplinares e Culminância cultural.

16.5 RECURSOS

Recursos Humanos: Pesquisadores; Oficineiros; Educador; Educando; Comunidade Escolar; Comunidade Quilombolas e do Entorno; Instituições Governamentais e de Movimento Social Negro.

⁸⁶ Disponível no Caderno 3 – Saberes e Fazeres – Modos de Ver. Projeto A Cor da Cultura.

Recursos material e Pedagógico: Apostila para a formação,

Kit *a Cor da Cultura Afro-brasileira I e II*, recursos audiovisuais da TV Escola e da biblioteca voltados para Igualdade Racial; materiais pedagógicos e infraestruturais da escola.

Recursos Financeiros: O projeto será financiado pelo caixa escolar com recursos dos programas federais, Mais Educação, Escola Aberta, FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) e parcerias com instituições governamentais e não governamentais.

16.6 AVALIAÇÃO

As atividades deverão ser avaliadas⁸⁷⁴, acompanhadas e monitoradas sendo observado o resultado e suas realizações, por meio do acompanhamento do plano curricular dos docentes e fichas avaliativas das produções/ práticas pedagógicas dos educadores por avaliadores institucionais voltados para a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008.

Simultaneamente a avaliação incidirá sobre metas que se deve alcançar no final da formação, tomando como objeto avaliativo a elaboração e a exposição das práticas propostas pelos educadores, conforme quadro abaixo.

QUADRO DE AVALIAÇÃO VOLTADO PARA OS EDUCADORES

DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO/ CRITÉRIOS AVALIATIVOS	CONCEITUAL	PROCEDIMENTAL	ATITUDINAL
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	Trabalhar conceitualmente a temática.	Elaborar atividade pedagógica voltada para o conteúdo da temática	Articular o conhecimento sobre a temática à percepção dos educadores
COERÊNCIA PEDAGÓGICA	Realizar a prática pedagógica baseada no conhecimento técnico da área	Planejar intencionalmente a atividade pedagógica	Executar sistematicamente o conteúdo sobre a temática
DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	Selecionar o conteúdo a ser trabalhado	Definir quais as competências devem ser alcançadas	Relacionar os objetivos propostos às alterações de percepção dos estudantes
EXEQUIBILIDADE METODOLÓGICA	Fundamentar seu aporte teórico	Eleger o suporte metodológico adequado ao nível de ensino	Concatenar os materiais didáticos ao conteúdo da temática

Fonte: Quadro desenvolvido pela Prof.^a. Ms. Maria do Socorro Ribeiro Padilha/2012 (Crédito Autoral).

⁸⁷ Este procedimento avaliativo foi adotado a partir das discussões de COLL (1998), In COELHO (1998) sobre agrupamento de “novos conteúdos”, que seriam: conceituais, procedimentos e atitudinais.

16.7 RESULTADOS ESPERADOS

Apoderamento e ampliação da percepção dos educadores em relação aos diversos recursos sugeridos e produzidos acerca da temática desenvolvida no projeto. Maior envolvimento, engajamento e sensibilização a partir das discussões e apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos aos educadores.

Estabelecer uma relação dialógica entre escola-comunidade quilombola na perspectiva da educacional étnico-racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana resignificando e rompendo os paradigmas e estigmas que historicamente fundamentaram as práticas e mentalidades construídas ao longo do processo de formação brasileira e suas relações.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: SECAD/ME, 2004.

BRASIL, *Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

BRANDÃO, Ana Paula (Coord.). *Saberes e Fazeres, V.1: modos de Ver. Projeto Kit a Cor da Cultura*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação Racial na Educação Infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MAGALHÃES, Ana Del Tabor Vasconcelos (Org.). *Educação para a diversidade: olhares sobre a educação para as relações étnico-raciais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

COELHO, Wilma; SOARES, Nilcema; PADINHA, Maria. (Coord.). *Relações Raciais e Recursos Didáticos: a utilização da música como suporte didático para o enfrentamento da questão racial na Escola Básica*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. COLL, César. *Os Conteúdos na Reforma*. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03*. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>>. Acesso em 31 de mar. 2012.

JR. Hédio Silva & BENTO, Maria Aparecida (org.) *Práticas Pedagógicas para a Igualdade Racial na Educação Infantil*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade- CEERT, 2011.

MUNANGA, K. *Educação multicultural e desenvolvimento humano no contexto da diversidade brasileira*. Teoria e Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v.7, n. 3, p.343-348, set. / dez.2004.

NUNES, Georgina Helena Lima. *Educação Quilombola*. In. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2010.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

17 DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ICélia Gardenha da Silva Neves⁸⁸Filomena do Socorro S. Oliveira⁸⁹Joana D'arc Alves Botelho⁹⁰Neuza Marreiros da Silva Firmino⁹¹Vanda Mana da C. Alves⁹²**17.1 CONTEXTO**

O Presente projeto foi proposto para ser realizado pelo Curso de Especialização em História e Cultura Africana e Afrobrasileira, oferecido pelo Governo do Estado do Amapá, vinculado à Faculdade Atual. Suas ações visam ser aplicadas durante um semestre letivo, iniciando-se no mês de agosto e encerrando-se com a Semana da Consciência Negra, nas escolas do Ensino Fundamental I, dotando professores, coordenadores pedagógicos e pesquisadores de conhecimentos técnicos e metodológicos.

Com a Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), tornando-se obrigatório o ensino da história afro-brasileira em escolas de nível fundamental e médio, deste modo, constatou-se que essa temática passou a ser contemplados com maior ênfase nos currículos das disciplinas. No entanto, após dez anos de aprovada a Lei, ainda há limitações quanto ao ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas. Um dos motivos é o fato de muitas universidades não oferecerem disciplinas ligadas à matéria, capazes de qualificar o professor para lecionar o conteúdo aos alunos.

17.2 JUSTIFICATIVA

Viver em uma sociedade democrática exige o respeito às diferenças e as diversidades. Nas escolas públicas do Amapá, percebe-se que a falta de informação gera abordagens deturpadas acerca das questões raciais em casa e na escola, contribuindo para que o preconceito e a discriminação persistam na sociedade. Portanto, Trabalhar a lei 10.639./03 (BRASIL 2003) é um dever da escola, e a capacitação dos professores e alunos com conteúdos da história afro-brasileira torna-se uma estratégia nesse processo de superação dos estereótipos atribuídos a cultura afrobrasileira e agregando diversas técnicas e metodologias, coletivas e participativas, no contexto escolar.

A grande dificuldade reside na ausência de cursos de formação inicial e continuada, materiais didáticos que ofereçam subsídios para os educadores trabalharem com a cultura afrobrasileira no currículo escolar. É fundamental levar em consideração os estudos sobre as influências das culturas africanas trazidas para o Brasil, a fim de que possamos compreender e desconstruir os estereótipos valorizando, deste modo, cultura brasileira de origem africana.

O projeto propõe efetivar um processo democrático de participação da comunidade escolar para a construção de metas e objetivos no ensino-aprendizagem de história afro-brasileira, contribuindo para colocar em prática uma educação voltada para a diversidade, que prioriza acima de tudo a igualdade de direitos.

⁸⁸ Acadêmica do Curso de Pós-graduação em História da Cultura Africana e Afrobrasileira pela Faculdade Atual. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

⁸⁹ Acadêmica do Curso de Pós-graduação em História da Cultura Africana e Afrobrasileira pela Faculdade Atual. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

⁹⁰ Acadêmica do Curso de Pós-graduação em História da Cultura Africana e Afrobrasileira pela Faculdade Atual. Pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Graduada em Direito pela CEFEP Belém/PA.

⁹¹ Acadêmica do Curso de Pós-graduação em História da Cultura Africana e Afrobrasileira pela Faculdade Atual. Especialista em Coordenação Pedagógica pelo IESAP. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

⁹² Acadêmica do Curso de Pós-graduação em História da Cultura Africana e Afrobrasileira pela Faculdade Atual. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

17.3 OBJETIVOS

GERAL

Promover a implementação da Lei 10.639/03, bem como a socialização entre professores e alunos, do Ensino Fundamental, através de metodologias e recursos didáticos voltados ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, possibilitando um diálogo sobre o processo de discriminação racial entre os alunos.

ESPECÍFICOS:

Proporcionar aos alunos uma reflexão sobre a construção ideológica e crítica, no qual o racismo e a discriminação se sustentam, objetivando o fim do racismo e das práticas discriminatórias, existentes na escola.

Sugestionar ações e práticas capazes de promover debates sobre a importância do multiculturalismo na formação cultural brasileira entre alunos e comunidade escolar.

Oportunizar um momento para o (re) conhecimento da cultura e geografia do continente africano, desconstruindo preconceitos e construindo conhecimentos contextualizados.

17.4 REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade brasileira é oriunda da miscigenação racial entre brancos, índios e negros. Mas a história demonstra que os elementos de pele clara sempre se sentiram superiores aos de cores escuras, contribuindo para ocorrência de diversas situações de racismo e preconceito na sociedade. Nesse contexto, a escola tem um papel fundamental na instigação da autonomia dos indivíduos em suas relações cotidianas, evitando atitudes racistas entre alunos e com professores (MULLER, 2006).

Como se percebe o preconceito faz parte de nosso cotidiano, desde o início de nossa história. Diante desta concepção, a discriminação racial é um problema social e visível em todos os setores, inclusive nas escolas entre docentes e discentes, através de apelidos que geram desagradáveis constrangimentos.

Para evitar a continuidade dessas agressões, a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL 2003) estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; em seguida, foi sancionado o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação de políticas públicas indutoras da afirmação da diversidade cultural na política educacional brasileira, e a concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas; e por fim, em 2009, a aprovação do Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Nesse sentido, Lopes (2008) afirma que os PCN - valorizam os saberes locais na medida em que são um ponto de partida para a assimilação do patrimônio cultural da humanidade, mas tratam as diferenças culturais como diferenças psicológicas, desconsiderando os aspectos sociológicos. Sendo assim, os PCN procuram homogeneizar, garantir uma equidade social e mascaram as desigualdades econômicas, sociais e culturais das crianças.

Segundo esboçado por Coelho e Magalhães (2011, p. 20), a Lei nº 10.639/03 e as legislações seguintes citadas, apresentaram subsídios para dotar de conhecimento os professores que tivessem dificuldades

para ministrar os conteúdos. Portanto, através de políticas educacionais, se faz necessário elaborar ações para mobilizar a comunidade a conhecer as contribuições dos afrodescendentes na nossa história e assim poderem-se conscientizar e ajudar a refletir sobre as discriminações raciais na escola, sendo está um espaço de socialização e convivência com o outro.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Planeja-se realizar atividades para serem executadas no período de um semestre letivo, iniciando em agosto e culminância com a Semana da Consciência Negra. Estando divididas em momentos organizados da seguinte maneira:

1º momento: Reunião com os alunos para apresentar à problemática;

Reunião com a comunidade escolar, para apresentar a problemática do preconceito existente no ambiente escolar;

Relacionar mapas e bandeiras de cada país da África;

Fazer pintura e confecção de quebra cabeça a partir do mapa da África;

Construção de cruzadinhas com nomes de bandeiras de países africanos;

2º momento: Construção de caça-palavras com os ditos populares da língua africana e seus devidos significados no dicionário;

Pintura de desenhos;

Pintura de máscaras africanas e montar painel com as máscaras;

Apresentar a história de vida de uma personalidade afrodescendente em destaque na sociedade amapaense. Solicitar a presença de personalidade afrodescendente.

Jogo da memória (com bandeiras e nomes dos países).

Recorte e colagem (instrumentos musicais africanos).

3º momento: vídeo do desenho animado Kiricu.

Confecção de bonecos negros em jornal, e usá-los em dramatização.

Trabalhar contos com personagens negros: Menina bonita do laço de fita; fantoches; Dramatizações.

Leitura do poema “As tranças de Bintou”. Abordar o tema de forma positiva e construtiva, favorecendo conhecimento sobre a cultura dos povos africanos.

Oficina de confecção de tranças.

Lenda africana “o sapo e a cobra”, dobradura.

Montar linha do tempo. Reconstruindo a história dos afrodescendentes. Todo material coletado será colocado em um painel integrado e será apresentado no dia da culminância do projeto.

Culminância: Será realizada no final de semana após o dia da consciência negra, com mostra pedagógica, gincana, concurso de cartazes e mapas, confecção de bandeiras de países da África, linha do tempo sobre a história da vinda dos negros para o Brasil, apresentação de danças afro-brasileiras (Marabaixo e capoeira), desfile de *miss*, oficina de tranças afrobrasileiras.

AValiação

O processo de avaliação da aprendizagem será desenvolvido no decorrer da execução das atividades, através da observação e participação dos educandos, interpretação de fatos nas leituras dos

poemas e lendas desenvolvidas, verificação da aprendizagem a partir de debates e posteriormente com a comunidade escolar, culminando com oficinas na escola.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que professores do ensino fundamental saibam educar na diversidade, oferecendo oportunidades para os alunos interpretarem o mundo. E assim, considerar a História da África uma estratégia de recuperação dos fatos, de superação da visão eurocêntrica dos conteúdos, e se tornar elemento de valorização da população, num processo que visa à autoestima por meio do conhecimento de suas origens.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: DF, Outubro, 2004.

BRASIL. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MAGALHAES, Ana Del Tabor. *Educação para a Diversidade: olhares sobre a educação para as relações étnico-raciais*. São Paulo: Mazza, 2011.

LOPES, Alice Ribeiro Cassimiro. Pluralismo cultural em políticas de currículo nacional. In: MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. (org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papirus, 2008, p.59-79.

MULLER, Tânia. *A fotografia do negro como instrumento e objeto de pesquisa: imagens da imprensa e do Estado do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Assistência ao Menor*. Rio de Janeiro: PROPED/ UERJ, 2006.

18 TRABALHANDO A IDENTIDADE AFROBRASILEIRA NA ESCOLA ESTADUAL RUTH DE ALMEIDA BEZERRA

Cláudia Regina Martins Dos S. Almeida⁹³
Maria Da Conceição Covre⁹⁴
Nelma Ferreira Do Nascimento⁹⁵
Noely Do Carmo Gama De Oliveira⁹⁶
Raimunda Banha Da Silva⁹⁷

Modalidade: Ensino Fundamental II.

Local: Escola Estadual Ruth de Almeida Bezerra.

Período de Execução: De Março a Novembro de 2014

18.1 JUSTIFICATIVA

Através da Lei Federal 10.639/03 (BRASIL 2003), cuja aprovação institui o ensino de História e Cultura Afrobrasileira nos currículos escolares como obrigatório, entende-se que é de suma importância tratar dessa temática na escola, desmistificando as ideias preconceituosas sobre a cultura afrobrasileira, olhando a partir de uma nova visão a formação da sociedade brasileira.

Neste sentido, se justifica a importância deste projeto, que pretende promover discussões relacionadas a cultura africana e afrobrasileira, contribuindo para (re)construção da identidade afrobrasileira na Escola Estadual Ruth de Almeida Bezerra, conscientizando os estudantes a valorizarem a contribuição dos povos africanos e dos afrodescendentes na construção da nação brasileira.

A cultura afrobrasileira, atualmente, é trabalhada nas escolas de maneira muito superficial, como é representada nos livros didáticos sem problematizar, sem análises críticas ou questionamentos com os alunos. A escola precisa se reorganizar, adaptar-se a um novo currículo, promover a construção de um projeto interdisciplinar para ser trabalhado durante todo ano letivo, que busque um novo olhar, uma nova perspectiva na comunidade escolar, através da inclusão, e assim, combater o preconceito e a discriminação. Desta forma, é importante que o espaço escolar seja um ambiente que favoreça a troca de experiências e o respeito às diversas culturas.

A necessidade da elaboração de um projeto para ser desenvolvido nas escolas com a temática da História e Cultura Africana e Afro-brasileira como parte constitutiva da formação do povo brasileiro vem da ausência de ações positivas e atuantes no sentido de promover o reconhecimento da influência desta na formação da identidade nacional e, em especial da identidade local.

Assim, o desenvolvimento deste projeto tem como ponto de partida as lendas e contos africanos, que por meio de atividades interdisciplinares, permitem ao aluno conhecer os diversos aspectos dos lugares de origem das lendas: a multiplicidade das características dos países, das comunidades, das culturas e suas interferências em nossa identidade, fazendo uso do trabalho das disciplinas de forma específica, mas integrado a temática central, com debates e discussões, aliada a produção dos alunos de

⁹³ Licenciatura Plena em História; Pós-Graduação em Psicopedagogia e História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

⁹⁴ Licenciatura. Plena em Pedagogia; Pós-Graduação. História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

⁹⁵ Licenciatura. Plena em Pedagogia; Pós-Graduação Docência do Ensino Superior e História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

⁹⁶ Licenciatura. Plena em Letras; Pós-Graduação. História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

⁹⁷ Licenciatura. Plena em Pedagogia; Pós-Graduação. História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

forma diversificada, estimulando as múltiplas inteligências em função de um projeto de identidade cultural.

Discutir na escola sobre a identidade afro-brasileira significa reconhecer as diferenças, respeitá-las e aceitá-las, construindo uma nova prática educativa que supere os antigos preconceitos e estimule a democratização da cultura afrobrasileira, como parte essencial de nossa identidade. Tais práticas têm repercussão direta no contexto social, favorecendo a convivência na comunidade, em que a escola está inserida, já que esta apresenta características bem peculiares, principalmente no que diz respeito aos índices de violência no estabelecimento de ensino. Ações positivas interferem diretamente no ambiente escolar, ressoando tais mudanças no ambiente social, daí a necessidade de sua aplicação.

18.2 OBJETIVOS

GERAL

- Desenvolver ações e práticas pedagógicas na escola visando à implementação da cultura e história africana e Afrobrasileira como prática cotidiana, estimulando a reflexão e o (re) conhecimento destes em nossa identidade.

ESPECÍFICOS

- Destacar a importância da Escola no (re)conhecimento da identidade Afro-brasileira e do respeito à diversidade cultural;
- Oportunizar momentos reflexão e estudos, junto aos docentes e discentes, sobre a herança cultural africana no Brasil, visando a integração de novos conteúdos nas atividades pedagógicas;
- Desconstruir preconceitos relacionados à cultura Afrobrasileira, estimulando o respeito à diversidade, através de conteúdos e atividades integradas ao currículo escolar.

18.3 REFERENCIAL TEÓRICO

Dentro de um processo social, onde ocorrem permanentes mudanças, fruto da ação do homem, a educação ocupa um lugar de destaque em todos os aspectos, refletindo a prática social, capaz de romper os preconceitos, originários de classes, origens e raças que assombrou e, ainda assombra, a sociedade brasileira. Deste modo, concordamos com COELHO (2012), ao afirmar que; “a educação é essencial no processo da formação de qualquer sociedade e abre caminhos para ampliação da cidadania de um povo” (COELHO, 2012, p.38). Pelo seu caráter essencial na formação de uma sociedade, atividades positivas que permeiam o ambiente escolar são fundamentais para romper o preconceito e atitudes que fortaleçam a desconstrução de preconceitos e estabeleça o respeito às diferenças, melhorando o convívio social.

A História nos mostra as disparidades étnico-raciais que se desenrolou durante o passado e, que ainda ocorrem em nossa sociedade. Tais disparidades proporcionaram inúmeras diferenças sociais, econômicas e culturais. A questão racial no Brasil sempre foi tratada como exceção, como “minorias” e, em muitas vezes como caso de polícia.

Com o intuito de redimensionar essas disparidades o Governo Federal, como afirma Coelho (2012, p.39):

sancionou em março de 2003, a lei 10.639/03 MEC, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para implementação da mesma. A 10.639 institui a obrigatoriedade do ensino da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio.

Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros para a formação da sociedade brasileira, em busca de superar as distorções e as consequências que estas provocaram na mentalidade do povo

brasileiro. Olhar a história brasileira a partir de uma nova dimensão, de uma nova perspectiva, onde a participação negra na formação de identidade nacional foi muito mais profunda do que a coisificação da mão de obra escrava. Assim é necessário como afirma Coelho (2012, p.46): “Reconhecimento requer adoção de políticas e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial”.

Neste sentido é de fundamental importância desenvolver um projeto que inclua a Lei 10.639/03, não de forma esporádica e de ações isoladas, mas como prática pedagógica por todo o ano letivo como parte constitutiva do Currículo Escolar. Só assim, a História e Cultura Africana e Afrobrasileira passará a integrar o cotidiano escolar como algo “natural”, onde o aluno identifique nessa temática a possibilidade de (re)conhecer os aspectos formadores da sua identidade, não mais restrito ao vinte de novembro, como algo isolado e longe do cotidiano.

Essas ações positivas permitem entender o racismo para combatê-lo, isso significa promover a democratização da participação social daqueles que durante muito tempo e de todas as formas foram aliçados da construção socioeconômica da nação. Como afirma Silva (2001, p. 75):

A discriminação por sua vez, é a manifestação comportamental do preconceito (...), é a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantém os privilégios dos membros do grupo discriminador...(SILVA, 2001).

Tratar a temática Africana e Afro-brasileira de forma estruturada e planejada na prática pedagógica ultrapassa os bancos escolares e ressoa na construção de uma sociedade de oportunidades, aonde as diferenças étnicas não signifiquem condição e obstáculos para acessar direitos que seriam de todos. Como afirma Gomes;

A Educação é um direito social. E colocá-la no campo dos direitos é garantir espaço à diferença e enfrentar o desafio de implementar políticas públicas e práticas pedagógicas que superem as desigualdades sociais e raciais. (GOMES, 2001, p. 84)

Portanto, reconhecer e executar projetos nesse sentido, é um ato de cidadania, papel essencial da escola e que ela precisa assumir a sua responsabilidade neste processo. A promoção de debates e o desenvolvimento de ações pedagógicas, que estimule o respeito, à diversidade e a formação étnico-racial é o princípio que norteia uma sociedade mais justa socialmente e mais democrática culturalmente.

18.4 METODOLOGIA

Iniciam-se com a escolha de uma comissão para organizar o projeto com participação da direção, coordenação e um grupo de professores.

A comissão organizará o sorteio de temas (Contos e/ou Lendas Africanas e suas regiões ou países de origem), inicialmente por séries (turmas) com professores coordenadores.

1. A partir dos contos e lendas, seus países de origem, trabalhar de forma interdisciplinar os vários aspectos:

Língua Portuguesa/Literatura: Trabalhar o reconhecimento e a valorização de possibilidades e expressões por meio da oralidade, identificando as heranças linguísticas Africanas no Brasil (contos, lendas, quadrinhos, músicas, paródias, charges, etc.).

História: Lugar de origem representado no conto ou lenda, características históricas, grupos étnicos e suas especificações.

Geografia: Aspectos geográficos e atualidades geopolíticas e econômicas.

Artes: Compreender a arte como cultura, identificando e reconhecendo as características de suas produções artísticas e suas simbologias.

Ciências: Aprendizado de conceitos e a construção de conhecimentos científicos que levem à reflexão sobre o racismo, preconceitos, estereótipos e discriminação.

Matemática: valorizar o saber matemático de várias culturas; utilizar os conhecimentos matemáticos cotidianos e aplicá-los no contexto cultural.

Educação Física: vivenciar diferentes práticas sociais, advindas das várias manifestações culturais, valorizando-as.

Ensino Religioso: Conhecer as religiões africanas.

2. Realização de Oficinas:

1ª: Oficina de Papel Reciclado:

Sendo a preservação do Meio Ambiente uma característica de comunidades quilombolas, o reaproveitamento de todo papel que é utilizado pelos alunos em suas atividades para criação de vasilhas, cestos, capas de agendas, caixas de presentes, fantoches, etc. Mantendo limpo o espaço escolar.

2ª: Oficina de Artesanato com Sementes e Fibras

Aproveitamento de sementes e fibras encontradas em algumas comunidades quilombolas que será ministrada pela artesã Rosângela, da Escola de Artes Populares R. Peixe em parceria com a Escola Ruth Bezerra que fornecerá o material para a realização desta oficina.

3ª: Oficina de Serigrafia:

A pintura em tecidos sempre foi uma das principais atividades de vários povos no continente africano, esta oficina tem como finalidade a confecção de desenho com símbolos africanos, visando um maior entendimento sobre os símbolos e sua simbologia.

4ª: Oficina de Grafiteagem:

Criação de ícones com temas africanos (Adrinkas) para a produção de *Grafites* nos locais devidamente selecionados (muro e/ou murais da escola).

3-Culminância do Projeto

- Confecção e Produção de Painéis fotográficos de negro (as) que se destacam no Brasil e no mundo;
- Dramatização: focando vestuário, vocabulário e costumes africanos.
- Danças: com ritmos africanos, incluindo o Marabaixo e outras danças da cultura local.

RECURSOS

HUMANOS: Direção; Coordenação Pedagógica; Professores; Alunos; Comunidade Escolar.

MATERIAIS: banner; livros; micro system; cds; DVDs; televisão; computador; projetor; pinceis atômicos; cartolinas; e.v.a; t.n.t; colas; tesouras; barbante; fitas (durex, dupla face); tintas (guache, p/ tecido e à base d'água); sementes variadas; liquidificador; lixa; esponja.

AVALIAÇÃO

A avaliação acontecerá em todos os momentos do processo educativo, levando em conta principalmente o envolvimento do aluno na coletividade e sua participação no desenvolvimento de todas as atividades no decorrer do projeto.

Serão atribuídas notas em todas as disciplinas da seguinte forma: 1º, 2º e 3º Bimestre: 2 Pontos e no 4º Bimestre: 4 Pontos.

RESULTADOS ESPERADOS

Aplicação do projeto na prática escolar, visando à conscientização, reconhecimento e valorização da contribuição dos povos africanos e das populações afrodescendentes na construção da identidade nacional e, em especial da identidade local.

REFERÊNCIAS

- CHAVES, Rita, (org.). *Contos africanos dos países de língua portuguesa/* Albertino Bragança [et.al]. São Paulo: Ática, 2009.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía e COELHO, Mauro Cezar. *Raça, Cor e Diferença: A Escola e a Diversidade*. 2 edição. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicelma Josenila Brito; PADINHA, Maria do Socorro Ribeiro. *Relações Raciais e Recursos Didáticos*. MG: Mazza Edições, 2012.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía, (org). *Educação e Relações Raciais: Conceituação e Historicidade*. SP: Livraria da Física, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. *Educação Cidadã, Etnia e Raça: O Trato Pedagógico da Diversidade*. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). *Racismo e Anti-Racismo na Educação: Repensando nossa Escola*. SP: Summus, 2001.p.83.
- MUNANGA, Kabengele (org). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada e Diversidade, 2008.2 edição.
- NETO, José Maria Bezerra. *Escravidão Negra no Grão- Pará: Séculos. XVII – XIX*. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- SILVA, Maria Aparecida da. *Formação de educadores/as o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial*. In: CAVALLEIRO, Eliane. *Racismo e anti- racismo na escola: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.
- SISTO, Celso. *Mãe África: Mitos, lendas, fábulas e contos/reconto e ilustrações*. São Paulo: Paulus, 2007.

19 ÁFRICA EM NÓS: A HISTÓRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DE PERSONALIDADES NEGRAS PARA A IDENTIDADE AMAPAENSE

José Maria Gomes Fonseca⁹⁸

Lúcia De Fátima Feitosa De Araújo⁹⁹

Meg Briane Da Silva Fonseca¹⁰⁰

Modalidade: Ensino fundamental I e II

Local De Realização: Escola Estadual Josefa Jucileide Amoras Colares e Escola de Tempo Integral Padre João Piamarta

Período De Execução: De Agosto a Dezembro de 2013

JUSTIFICATIVA

Este projeto propõe a aplicação da lei 10639/03 a partir da história e contribuições de personalidades negras para o estado do Amapá, permitindo que os agentes do espaço escolar (re)conheçam a importância cultural e histórica destas populações, como constituintes e formadoras da identidade amapaense.

A lei 10639/03 altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a chamada, diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e buscando combater as práticas racistas e preconceituosas relacionadas ao negro. A escola é um espaço privilegiado, pois, possui o importante papel na formação e na mudança de comportamentos dos indivíduos.

Apesar de 10 anos da existência a lei, ainda é um instrumento desconhecido no âmbito escolar. Professores, supervisores, educandos, gestores e todos os outros agentes que compõem uma escola, necessitam tomar conhecimento, para apropriarem-se e a aplicarem no cotidiano.

Além disso, a convivência com os alunos permitiu-nos perceber atitudes preconceituosas relacionadas aos negros e os conhecimentos africanos aprisionados ao livro didático. Por conta disso, os educandos não perceberam, ainda, o relevante papel do negro como integrante e formador da cultura amapaense. A partir disso, percebe-se que a escola precisa ampliar suas possibilidades democráticas e empreender ações que tratem da perspectiva étnico-racial.

A aplicação da lei se dará a partir da ressignificação dos conteúdos trabalhados, contextualizando e relacionando-os com a realidade local. Serão tratadas neste projeto, a vida, a história e as contribuições de personalidades negras para o desenvolvimento do estado por meio dos costumes, alimentação, manifestações artísticas e culturais, educação, saúde, política, entre outros.

OBJETIVOS

GERAL:

- Promover a aplicação da lei 10639/03 e o reconhecimento das contribuições de personalidades negras para o desenvolvimento e formação da identidade amapaense.

ESPECÍFICOS:

⁹⁸ Professor na Escola de Tempo Integral Padre João Piamarta, Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia, Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

⁹⁹ Professora na Escola Estadual Josefa Jucileide Amoras Colares, Graduada em Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia, Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

¹⁰⁰ Professora na Escola Estadual Josefa Jucileide Amoras Colares, Graduada em Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia, Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

- Apresentar a lei 10639/03 para professores, supervisores, gestores;
- Desenvolver metodologias que auxiliem os professores nas atividades relacionadas com a temática racial;
- Motivar a inserção e a propagação dos conhecimentos relacionados às personalidades negras amapaenses ao currículo escolar;
- Construir conhecimento a respeito da História da África e sua influência na formação da identidade brasileira

REFERENCIAL TEÓRICO:

Quando os negros realizaram a viagem forçada para o Brasil, trouxeram consigo rituais de celebração, valores filosóficos, linguagens, religiões, costumes, vestimentas, canções e saberes, transmitidos aos seus descendentes por meio da tradição oral. Esses grupos produziram formas novas e plurais de cultura e identidade. Mesmo as africanidades não sendo efetivamente reconhecidas, “desenham e redefinem a identidade nacional” (Rocha, 2009) e local. Conforme Coelho (2012), o termo identidade é um conjunto de elementos próprios e exclusivos de uma pessoa que a faz reconhecer-se como integrante de um determinado povo, ligados por traços físicos, culturais e históricos.

Diante desse conceito, vale salientar que a identidade cultural venha ser um conjunto de relações sociais e patrimônios históricos que estabelecem a comunhão de determinados valores. Todavia não se pode negar que com a modernização, muitas manifestações culturais ganham novos significados e algumas vezes deixam de existir. Neste sentido “isto refletiria ainda na perda de identidade, primeiro das coletividades, podendo ir até o plano individual” (HALL, 1999).

A escola é o espaço onde as identidades são reforçadas e /ou negada, podendo, deste modo, interferir na construção de identidades positivas quando valoriza as diferenças, podendo, “de acordo com a postura adotada, estigmatizá-la, discriminá-las, segregá-las, negá-las” (COELHO, 2012, *apud*, CAVALLEIRO, 2001). Rocha (2007) ressalta que, a escola pública precisa ampliar suas possibilidades democráticas, empreender ações de caráter universal que atendam todo o âmbito da educação formal e seus sujeitos. Na inserção da dimensão singular, incluir a perspectiva étnico-racial, contemplando o estudo da África.

As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, (2005, p.14).

Partindo deste pressuposto, a escola estará cumprindo a lei 10639/03, que estabelece a inclusão obrigatória da história e cultura afrobrasileira no currículo escolar e trabalhará pedagogicamente com o objeto de conhecimento de cada disciplina e de outros campos de conhecimento que a ele se relaciona, de modo a enfrentar a discriminação racial ou qualquer outro tipo de discriminação, de forma sistemática e contínua e não pontual.

Diante da atual realidade das escolas, vale ressaltar que tem sido um grande desafio, “a construção de uma educação que contribua de forma significativa para que aqueles que a constituem aprendam a respeitar as diferenças” (COELHO, 2012) e conhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira. A partir daí, torna-se indispensável à discussão e a problematização das questões étnico-raciais na escola, de modo a superar estereótipos e preconceitos que, por sua vez, geram as desigualdades.

METODOLOGIA:

O projeto realizar-se-á em duas fases.

1ª etapa: Nessa fase realizaremos, primeiramente, a apresentação da lei 10.639/03, por meio de uma semana pedagógica, envolvendo todos os funcionários da escola. Nesta etapa, serão realizadas as seguintes atividades:

- *Leitura coletiva e individual e reflexão de textos que tratam a questão étnico racial.
- *Apresentação de slides e filmes sobre a lei 10639/03.
- *Testes coletivo e individual para verificação do conhecimento sobre o continente africano.
- *Dinâmicas e jogos referentes à questão racial.
- *Apresentação de conteúdos e atividades específicos para cada disciplina, que contemplarão a aplicação da lei e sugestões de bibliografias e atividades.
- *Confecção de Jogos que tratam a questão racial, em conformidade com a faixa etária dos alunos.

2ª etapa: Conhecendo as personalidades negras do Amapá.

Após a 1ª fase daremos início nas atividades que envolverão os alunos. Nesta fase, os professores trabalharão os conteúdos específicos de cada disciplina. Será proposto estudos sobre as personalidades negras do Amapá. Para isso, serão divididos 2 grupos:

Fundamental I: Sacaca, Chiquinha do Bolão e Francisco Lino da Silva – Menestrel.

Fundamental II: Azevedo Costa, Mãe Luzia e Marciana Nonata.

Para a realização da 2ª fase, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Pesquisas orientadas, com auxílio dos professores, em livros, internet, visitação em órgãos públicos, etc.
- Produções textuais (poesias, livros, textos informativos, revistas entre outros) sobre a vida e a história de cada personalidade; - Teatro de fantoches, personagens, etc.
- Produção paródias
- Ensaio e apresentação de danças
- Confecção de murais e Stands
- Exposição dos trabalhos no pátio da escola
- Gincana – afro-brasileira.

RECURSOS MATERIAIS:

Papel a4, tintas coloridas, compensados, Datashow, aparelho de Tv e DVD, computador, bibliografias com a temática étnico-racial e as personalidades negras no Amapá, impressora, cartazes para divulgação, folders para a programação, faixas de divulgação, camisetas, microfones, caixa amplificadora.

AVALIAÇÃO:

Serão avaliadas as produções textuais realizadas pelos alunos (poesias, livros, textos informativos, cartazes e murais), produções teatrais (fantoques, performances, teatro falado), produções de paródias, Por conseguinte, avaliaremos a oralidade, escrita, domínio dos conteúdos referentes à temática, as pesquisas, criatividade, participação, interesse, entre outros aspectos.

RESULTADOS ESPERADOS

- Inserir a temática étnico-racial e o ensino da História da África no currículo escolar.
- Criar no ambiente escolar um espaço propício à pesquisa com disponibilidade de recursos didáticos (brinquedos, jogos, músicas livros, indumentárias, máscaras, maquetes, mapas, entre outros) que tratam da questão étnico-racial.
- Trabalhar a questão racial como assunto multidisciplinar e transdisciplinar nos fundamental I e II durante todo o ano.
- Construir materiais pedagógicos e curriculares na perspectiva da diversidade e respeito às diferenças, que contemplem o regional.
- Desconstruir conteúdos e práticas racistas ainda existentes no universo escolar.
- Dar consistência à prática pedagógica, ultrapassando ações pontuais e efetivando as que de fato promovam a igualdade étnico-racial na escola.

REFERÊNCIAS

- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. *Relações raciais e recursos didáticos: A utilização da música como suporte didático para o enfrentamento da questão racial na escola básica*. Belo Horizonte: Mazza edições LTDA. 2012.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, (2005, p.14).
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. Disponível em< www.Wikipédia.com.br>. acessado em 31 de março de 2012.
- ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *A pedagogia da tradição: as dimensões do ensinar e do aprender no cotidiano das comunidades afro -brasileiras*. Belo Horizonte: 2009.
- ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Educação das relações étnico -raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Pedagogia da diferença*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

20 VALORIZANDO A IDENTIDADE ETNICO-RACIAL NA E.E. PROFº NILTON BALIEIRO MACHADO

Edson Gomes Lopes¹⁰¹

Jacyguara Costa Pinto¹⁰²

Maria Madalena Souza Da Conceição¹⁰³

Modalidade: Alunos do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, Serviço Técnico Pedagógico, Direção, Professores e Comunidade do Bairro Marabaixo III.

Local de Realização: Escola Estadual Professor Nilton Balieiro machado

Período de Execução: será realizado em um bimestre do ano letivo de 2013

JUSTIFICATIVA:

A Identidade Etnico-racial é de grande importância no que diz respeito à aplicação da Lei nº. 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afrobrasileira no ensino fundamental e médio. Face à existência desta lei, faz-se necessário a proposição de atividades ou estratégias de ação para viabilizar o incremento desta temática a partir de vivências no âmbito da Educação, a escola é referencial em um bairro ou comunidade, partindo do princípio das interferências e conflitos entre grupos sociais de diferentes culturas, diante desses problemas, muitos são os desafios no campo dos estudos da cultura.

A educação intercultural vem sendo discutida e proposta na educação, com base na lei, que nos remete a problematizar as diferentes relações que os humanos estabelecem, levando em consideração dimensões como gênero, crença entre outras, estas relações se dão tanto na sociedade como na educação. Não há fundamento, nem argumento que justifiquem a ideia de que algumas identidades são normais, outras anormais. O que ocorre é que as relações sociais de poder produziram e continuam a produzir assimetrias, hierarquias, discriminações. Essas relações não são fixas, e podem ser desconstruídas e, de certa forma, essa é uma das propostas da educação intercultural.

Historicamente a escola era vista como instrumento de homogeneização e formação de sujeitos conscientes, centrados e autônomos com as mesmas características. As escolas num universo intercultural passam a ser vistas como um lugar onde aprendermos a conviver com as diversidades, sem discriminar, hierarquizar, sem classificar grupos como superiores e inferiores, nesse contexto o indivíduo é levado a compreender o espaço da sala de aula como um espaço de relação mútua contribuindo para o reconhecimento da flexibilidade dos fenômenos humanos e culturais.

OBJETIVOS:

Geral:

Proporcionar uma abordagem étnico-racial, no currículo manifesto, de forma efetiva e que envolva escola e comunidade.

¹⁰¹ Licenciatura plena em Pedagogia, Especialista em História e Cultura, Literatura Africana e Afrobrasileira, Professor da Rede Estadual de Ensino no SOME (Sistema Organizacional Modular).

¹⁰² Licenciatura Plena e bacharel em História, Especialista em História e Cultura, Literatura Africana e Afrobrasileira, Professor da Rede Estadual de Ensino no SOME (Sistema Organizacional Modular).

¹⁰³ Licenciatura Plena em História, Especialista em História e Cultura, Literatura Africana e Afrobrasileira, Professora da Rede Estadual de Ensino.

Específicos:

Identificar as iniciativas abordadas nas disciplinas e suas relações interdisciplinares;

Compreender as condições sociais e suas relações étnicas na escola.

REFERENCIAL TEÓRICO:

Acreditamos que esse debate tornou-se um problema teórico a partir da modernidade, que foi quando a identidade passou a ser encarado como algo sujeito a mudanças e inovações, tema esse relacionado à sua inserção no mundo, sobre os indivíduos e suas identidades pessoais. Para Escosteguy (2001, p. 141): “A primeira condição é reconhecer a desestabilização gerada pela modernidade nessa discussão, assim como as implicações da problemática da pós-modernidade e seu interesse na reconstrução das identidades”.

O conhecimento não pode ser empírico restrito a uma minoria, o conhecimento histórico tem um papel crucial para sociedade. Queremos construir parte da historiografia étnico-racial do Estado do Amapá, para que seja discutida na academia e na comunidade escolar do bairro do Marabaixo. O interesse de buscar esta identidade étnico-racial na Escola Estadual Nilton Balieiro, é refletir a sua importância no bairro Marabaixo III como construtora de conhecimento e formadora cidadã. Diante do que foi exposto, como trabalhar a Identidade étnico-racial na Escola Estadual Professor Nilton Balieiro Machado? Espera-se que a escola tenha uma Identidade étnico-racial, inserida em seu projeto político pedagógico, nos conteúdos programáticos, respeitando as diversidades culturais.

De acordo com estas considerações, percebe-se que a identidade cultural, pode ser discutida na escola, por fim, pode ser entendida como um processo de incorporação de conhecimentos e da cultura do local na escola onde o aluno convive diariamente com diferentes pessoas, com ideias e pensamentos diferentes. Pois, raça, por sua vez, é para além do conceito biológico é uma construção política.

A discussão sobre identidade étnica, no que diz respeito está ligada a origem, Bourdieu, (2003, p.124), classifica como um caso popular das lutas de classificações, de dar e se fazer conhecer, de fazer ou desfazer grupos, ou “a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas e intencionais) da identidade social”.

A intervenção do Estado Nacional, quando estabeleceu a lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História, cultural e literatura africana e afro-brasileira, em parceria com sistemas de ensino, nos apresenta à ideia da busca da equidade. Desta forma, citamos as Diretrizes Curriculares Nacionais (2004, p.32): “para a Educação das relações étnicas racial, impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiças, projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual e equânime”. Isso não significa imaginar uma sociedade sempre harmoniosa, consensual e desprovida de conflitos.

No Brasil, levantar uma questão sobre o que vem a significar ser hoje um brasileiro. Embasado em uma pesquisa realizada, amplia-se as possibilidades de interpretação das questões da etnicidade e da identidade abrindo discussões acerca do surgimento de uma nova identidade nacional brasileira que concilia todas aquelas que a formaram. No atual contexto social e político, marcado tão fortemente por relações de poder. De acordo com Escosteguy (2001, p.149) acredita que duas questões passam a ser cruciais: “A disposição de viver com a diferença e por outro lado, a etnicidade”. O primeiro termo evoca a multiplicidade de diferenças que operam na representação da identidade em um lugar, ao passo que etnicidade admite o entendimento de que um espaço é um lugar, é o reconhecimento a partir de uma história, de uma experiência, de uma cultura particular.

Convém destacar as preocupações de Hall (2005) ao analisar a questão da identidade cultural na pós-modernidade. Este acredita que o final do século xx introduz uma discussão acerca de uma possível crise de identidade do sujeito em face de uma mudança estrutural que fragmenta e desloca as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade.

Construir uma identidade étnico-racial na escola é um passo importante para sociedade, mesmo com todas as dificuldades, deve se assumir a origem da identidade brasileira, e de acordo com, Hall (2005, p 08) que ressalta a dificuldade de conceituar identidade, uma vez que se trata de um termo “demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”. Acredita-se que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos. Realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. “Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada”. (HALL, 2005, p. 38). O autor declina desta forma, em vez de falar em identidade acabada, ou identificação, e vê-la como um processo sempre em construção, contínuo, mas nunca acabada.

Ao retratar o poder da identidade, Castells (2000) destaca que esta é a fonte de significado e experiência de um povo, baseados em atributos culturais relacionados que prevalecem sobre outras fontes, no entanto não deve ser confundida. Assim, portanto, a construção da identidade depende da matéria prima proveniente da cultura, processada e organizada de acordo com a sociedade que ela pertence. Neste sentido, com a inclusão do ensino de História da África e da Cultura Africana e Afrobrasileira nos currículos das escolas do Brasil, contribuirá para a construção identidade e combater o racismo e toda forma de discriminação existente.

METODOLOGIA:

A execução seguirá o cronograma das atividades determinadas. Iniciando seu desenvolvimento com momentos de sensibilização, com a contextualização do projeto, quanto à lei, e durante o mesmo oportunizando para reflexões, discussões no referido âmbito, com momentos para darem sugestões, de como cada seguimento se envolverá nesta proposta, apresentando através de uma ficha que será preenchida pelos grupos envolvidos, esclarecendo quais trabalhos desenvolveram, o subtemas, qual atividade proposta, os responsáveis destes trabalhos, quais turmas serão envolvidas, quantitativo de alunos, quais matérias necessitaram para a execução do trabalho, onde tais decisões serão definidas em reunião administrativa - pedagógica, de onde serão escolhidos dois coordenadores (as) de acordo com a área de ensino, para melhor integração e acompanhamento do projeto; terá também a participação de outros funcionários (as) da escola, e dos responsáveis dos (as) alunos (as), pois, todos fazem parte do contexto, ou seja, do processo educacional.

O seguimento do trabalho culminará com apresentações em um Sarau étnico-cultural: vozes de África, onde terá exposição artística e exposição de trabalhos dos (as) alunos (as), os (as) quais serão avaliados (as), para verificação do aprendizado do alunado e para verificação do resultado do trabalho desenvolvido, ou seja, resultados da execução do projeto. O referido projeto também será avaliado durante a culminância, por todos os envolvidos, com o preenchimento de uma ficha, em que terá opções conceituais, (regular, bom, muito bom e ótimo) para verificar o seu possível resultado alcançados.

Ações:

As ações que serão desenvolvidas; Realização de reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar para Apresentação do projeto, reflexão, discussões e organização das atividades escolares inserindo o contexto apresentado; Palestras, com temas: Racismo na escola, Identidade cultural, esboço sobre a lei 10.639/2003 e valores morais. Uma noite étnico-cultural-Sarau: vozes da África- recitação de Poesias afrodescendentes, dança (Marabaixo)-antes o histórico da atividade cultural, músicas afrobrasileira, Capoeira - antes de apresentar histórico; Exposição das atividades dos alunos, literatura Afrobrasileira, mapa do continente Africano, personalidades importantes da África e do Amapá (afrodescendente). Exposição do resultado do projeto por meio de estatística.

AVALIAÇÃO:

A avaliação será feita de forma constante e contínua no decorrer das atividades, A avaliação formativa, que pretende acompanhar o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos, feita através de observação diária, correlacionada a uma das avaliações do referido bimestre, direcionadas pelas diferentes áreas do conhecimento; e desenvolvida também através de posicionamentos dos envolvidos (comunidade escolar), com conceituações de Regular, Bom, Muito Bom, Ótimo, o qual será apresentado por meio de estatística, analisando em reunião os posicionamentos apresentados, para verificar o resultado do Projeto: Identidade Étnico-racial.

RESULTADOS ESPERADOS:

Espera-se como resultado a efetividade na aplicação da lei 10.639/03, através da sensibilização de todos os atores sociais, envolvidos no projeto, corroborando para uma educação contextualizada em uma sociedade multicultural e etnicamente diversa, como a brasileira e a amapaense.

REFERÊNCIAS:

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 6 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 322p.
- BRASIL, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana Brasília*: SEPPIR/MEC ,2004.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. Coleção: *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. vol 2. São Paulo, Editora: Paz e Terra, 2000. 530p.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. *Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latino americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- _____. (2002) *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GERALDI, João Wanderley. *A diferença Identifica. A desigualdade de forma. Percurso Bakntinismo de Construção ética e estética*. In: FREITAS, Maria Tereza, Souza, Solange Jobim e KRAMER Sônia. *Ciências Humanas e pesquisa: Leituras de MIKHAIR BAKNTIN*. SP: Cortez, 2003 (Coleção Questões de Nossa Época, v.107)
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Touro. 10. ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2005.

21 A IDENTIDADE NEGRA NO AMAPÁ

Ivanete Cardoso¹⁰⁴

Jairo Pires Da Costa¹⁰⁵

Jociel Palheta Pereira¹⁰⁶

Juaci Pantoja Dos Reis¹⁰⁷

Liacilda Palheta Pereira Da Silva¹⁰⁸

MODALIDADE: Ensino Fundamental II

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Escola Estadual Lagoa dos Índios

PERÍODO DE EXECUÇÃO: de Abril a Novembro.

JUSTIFICATIVA

Com a intenção e a necessidade de construção de um significado de cidadania, como participação social e política, e do exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, trazemos a proposta de historicidade para a comunidade da Lagoa dos Índios, oportunizando ampliar a visão crítica de seus comunitários, para um trabalho que incorpore as dimensões sociais, culturais, econômicas, que proporcione a democratização, a humanização e a diversificação da postura crítico-política de seus membros, favorecendo a criação de uma consciência de identidade local e de valorização de seus recursos e uma mobilização, enquanto instrumento de fortalecimento histórico e democrático, elaboramos um projeto intitulado “**A Identidade Negra no Amapá**”, que será operacionalizado, primeiramente, na Escola Estadual Lagoa dos Índios, com turmas do ensino fundamental, no período de seis meses.

OBJETIVOS

GERAL:

Desenvolver atividades reflexivas sobre a cultura africana e afro-brasileira e suas representações sociais e contribuições na cultura amapaense, reforçando os laços identitários da comunidade “lagoa dos Índios”.

ESPECÍFICOS:

Identificar tradições locais na comunidade proporcionando conhecimentos a cerca da historicidade da cultura afrodescendente;

Despertar o senso crítico, criativo e artístico sobre as representações sociais presentes na comunidade;

Sensibilizar para a importância do (re)conhecimento e da valorização da cultura afrodescendentes do Amapá como: danças, músicas, literatura, hábitos, lendas e mitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A origem do povo brasileiro está ligada a três grandes grupos Étnicos: o Indígena nativo das Américas, os portugueses que colonizaram o Brasil e os africanos responsáveis pela força de trabalho que possibilitou o desenvolvimento desta grande Nação. A sociedade brasileira consolidou em base social dominada por um pequeno grupo de ‘ricos e dos brancos’. Além disso, para se sustentar no poder esses

¹⁰⁴ Professora da Rede Estadual de Ensino. Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

¹⁰⁵ Professor da Rede Pública de Ensino. Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

¹⁰⁶ Professor da Rede Pública de Ensino. Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

¹⁰⁷ Professor da Rede Pública de Ensino. Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

¹⁰⁸ Professora da Rede Estadual de Ensino. Especialista em História e Cultura Africana e Afrobrasileira.

grupos vêm se valendo historicamente de uma ideologia de superioridade sobre outros grupos, que vem sendo usadas, historicamente, contra aquelas minorias consideradas inferiores como os negros, nordestinos, velhos, índios, gordos, mulheres, gays entre outros. Por isso, Gomes (2005, P.53), aborda que estes são os que se encontram muitas vezes a margem do reconhecimento social, pois enfrentam preconceitos. Essa visão trata as diferença em relação ao outro a partir de uma concepção etnocêntrica que na definição de Rocha (1994, p.18), é utilizada por grupos que se consideram como modelo universal superior de beleza, de inteligência e de civilização, menosprezando, assim, os outros grupos, por acreditarem que estes possuem uma cultura inferior.

Nesse sentido, a intolerância e a desvalorização contra os outros, principalmente quando falamos de negros e índios que ainda existem no Brasil, são atitudes etnocêntricas que vêm de longa data, ganharam força no período colonial e na sustentação pseudocientífica no século XIX e com a teoria evolucionista, isto pode ser constatado em vários estudos e pesquisas já realizadas sobre o assunto. O mito da democracia racial nasce na época da colônia, onde os portugueses afirmavam que o tratamento que davam aos negros era ‘suave’, ‘cristão’ e ‘humano’, porém este mito ganhou grandes proporções mesmo, na época da abolição da escravidão, e do surgimento do Regime Republicano.

Segundo Cruz (2002), o [mito] da democracia racial [foi] destacado nos anos de 1920 e 1939, quando se tenta superar o trauma da escravidão negra incorporando esta etnia ao seio social. Sendo, que quando se trata da democracia racial, têm-se embutido nesta ideia problemas de ordem de classe social, de cultura, de sociedade, de raça, de educação, questionando sobre, quem cuidou da educação do negro, se o negro ‘liberto’, foi realmente integrado a sociedade. Com o processo de transformação da sociedade brasileira a partir de 1985, e com o advento da redemocratização do País, os governantes forçados pela opinião popular que vislumbrava a correção das inúmeras injustiças cometidas até então, não somente contra os afrobrasileiros, mas contra todas as minorias, inclusive as mulheres que passaram a reivindicar seus direitos, organizadas em sindicatos e associações.

O Brasil passa, então, a tentar superar as mazelas sociais e promover a inclusão e a justiça, entre as classes menos favorecidas economicamente. Ações afirmativas são programas que visam à correção das desigualdades sociais existentes no Brasil ao longo de sua história, e também formas de efetivação de direitos, razão pela qual tais programas são bem vistos pela maioria das pessoas pertencentes a esses grupos excluídos. Portanto, são instrumentos que visam implantar uma democracia racial e eliminar a exclusão social existente no Brasil, que tanto maltrata a classe trabalhadora.

No entanto, como o Brasil é um país onde a riqueza está concentrada nas mãos de poucos e a maioria da população vive em condições sub-humanas, qualquer tentativa de melhorar a vida dos menos favorecidos, é vista pela elite econômica como motivo de críticas. Uma vez que não admitem a evolução social e econômica e cognitiva do trabalhador, pois quanto mais conhecimento os trabalhadores construírem, mais unidos e fortes se tornarão colocando em risco a posição da elite dominante.

Dados do IBGE(1991), apontam que “Afrodescendentes representam 45,3 da população”. Porém, as informações estatísticas no setor educacional mostram a desigualdade de oportunidade entre negros e brancos no que tange o ingresso e a permanência no ambiente escolar. Diante disto, é preciso que o país promova igualdade entre as raças. Para tanto, necessita-se desvencilhar a nação brasileira das amarras da hipocrisia, que não deixa claro a existência de racismo, preconceito e discriminação.

Sobre o Estado do Amapá, o artigo que se encontra no site da Secretaria de Turismo do Amapá (2000), discorre que o negro veio para o Amapá quando este Estado começou a ser ocupado por volta do século XVIII. A chegada dos primeiros escravos foi por volta de 1751, trazidos pelas famílias que vinham do Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, Bahia. Famílias estas, que para povoar esta área (Macapá). Posteriormente, a etnia dos não brancos, passou a vir da Guiné Portuguesa, para praticarem a cultura do arroz. Mas a vinda em massa ocorreu foi por volta de 1769, para a construção da Fortaleza de

São José de Macapá, que se localiza na foz do rio Amazonas, em frente à cidade de Macapá, que na época era parte da Província do Grão Pará, para garantir domínio de Portugal na área no extremo norte do país. Nesta construção estimasse que houvesse cerca de 177 escravos trabalhando para erguer o forte.

Segundo estudos realizados pelo Instituto de Mulheres Negras do Amapá - IMENA (2005), muitos escravos acabaram perecendo, devido à proliferação de doenças como: sarampo, malária, e acidentes de trabalho. Muitos escravos conseguiram fugir para a propriedade do senhor Manuel Antônio Miranda, que se localizava na lagoa de Fora, na área do Curiaú (comunidade quilombola, reconhecida e titulada) onde este acolhia sem restrições estes povos, começando então a criação de Quilombos. Outro fator que proporcionou o fortalecimento dos Quilombos foi a disputa entre franceses e portugueses, sobre a margem direita do Araguari, que estimulavam os negros a formarem quilombos.

A lei 10.639/03 fruto de reivindicações, lutas e debates acirrados, representa uma grande conquista não só para os afrodescendentes, mas para toda a sociedade brasileira. Ela altera a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que inclui, obrigatoriamente no currículo oficial da Rede de Ensino, a temática “História e Cultura Africana e Afro-brasileira”. Em seu Art.1, preconiza que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afrobrasileira”. E, na sequência, o texto mostra os conteúdos a serem trabalhados, visando corrigir os equívocos, quando se tratava de história dos afrodescendentes.

Esta Lei tem como objetivo principal produzir conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem os cidadãos quanto à pluralidade racial, tornando-os capazes de respeitar e valorizar a identidade cultural africana e afrobrasileira, como outras, que direta ou indiretamente contribuíram para a formação da identidade brasileira.

METODOLOGIA

O referido projeto será desenvolvido no período de 03 (três) meses, levando em considerações os eixos a serem abordados. Neste contexto descrito em etapas:

1ª Etapa: Planejamento de execução

Apresentação do Projeto aos membros da Escola Estadual Lagoa dos Índios, líderes comunitários e membros da comunidade em geral;

- Confecção de cartazes para a divulgação ampla e visual do projeto na comunidade;
- Distribuição de folder na comunidade de Lagoa dos Índios e proximidades, divulgando o Projeto e suas ações.
- Evento solene de abertura do Projeto “A Identidade do Negro no Amapá”: (Com pronunciamento das autoridades presentes, apresentação de grupos de Batuque e Marabaixo da Comunidade Lagoa Dos Índios).

2ª Etapa: Execução da ação

Durante as segundas-feiras, aconteceram ciclos de palestras, com temáticas específicas, referentes à temática em questão, no interior da escola Estadual Lagoa dos índios, envolvendo todos os membros da comunidade.

- 1ª Semana: Temática: “Historicidade do Negro no Brasil”. Tendo como palestrante, membro da União dos Negros do Amapá/UNA;

Após a palestras deverão ser levantadas questionamentos pelos presentes, visando expandir as questões mais relevantes da temática desenvolvida no momento.

• 2ª Semana: Temática: “Aspectos religiosos da cultura afrodescendente”. Tendo como palestrante, membro da Igreja católica responsável pela celebração anual da Missa do Quilombo, realizada no Dia Nacional da Consciência Negra.

3ª Semana: Temática: “Os Direitos afrodescendentes adquiridos: fase a Lei 10.639/03”: Palestrante será um membro da SEAFRO/GEA. Após o término da temática acontecerá uma Mesa redonda com representantes de comunidades quilombolas do estado e representante do Conselho estadual de direitos humanos.

4ª Semana: “Elementos socioculturais afrodescendentes no Amapá: Enfoque as danças, comidas, bebidas, vestuários. adereços”. Os trabalhos serão conduzidos por oficinairos da SEAFRO/GEA.

No segundo mês, serão desenvolvidas sessões de cinema (semanais), com exibição de filmes que retratem a realidade dos afrodescendentes no mundo, no Brasil e no Amapá. Seguindo com explanação, reflexões e discussões.

1ª Semana: Exibição do filme “Lágrimas do Sol”.

Mediador: Professor da Escola Estadual Lagoa dos Índios. Retratando a luta e o direito a liberdade de um povo;

2ª Semana: Exibição do filme “Mandela”.

Mediador: Acadêmico da Faculdade Atual/Autor do projeto. - Enfatizando a importância e trajetória histórica de um dos maiores líderes mundiais dos afrodescendentes.

3ª Semana: Exibição do filme “Um Grito de Liberdade”.

Mediador: Prof. Mestre da Faculdade Atual. Ressaltando para a importância de conhecimentos, criação e fortalecimento de medidas legais que favoreçam o fortalecimento do movimento afrodescendente no Brasil e no Amapá.

No terceiro mês, acontecerão oficinas e atividades relacionadas aos aspectos de arte e cultura dos afrodescendentes, evidenciando as danças, comidas e diversas tradições.

O projeto terá encerramento com grande evento sociocultural, com uma ação solidária promovendo diversos atendimentos aos cidadãos da comunidade. E ainda um show com apresentações artísticas e culturais e, terá exposições em “stands” de todo material desenvolvido durante o desenvolvimento do projeto seguido de uma programação cultural.

AValiação:

O referido projeto deverá ser avaliado no final de todas as atividades, sendo que esse processo deverá contar com a participação de todos os que fizeram parte. Os critérios de avaliação observarão aspectos qualitativos, como a participação, a iniciativa, dinamismo. Será construído um documento de registro contendo, fatos mais relevantes da realização e desenvolvimento, e ainda, a realidade e reivindicações da comunidade Lagoa dos Índios.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, ZULU. *O direito à Inclusão, Revista Espaço Acadêmico*. 40, Setembro de 2004, São Paulo.

BARBUJANI, Guido. *A Invenção das Raças, traduzido para o Português por Rodolfo Ilari*, São Paulo, Contexto, 2007.

BETTO, frei. *Introdução à Política Brasileira*. 6a ed, São Paulo, Ática: 1988.

CANTARINO, Carolina. ***Reivindicação por reparação caracteriza movimento negro contemporâneo.*** São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.consciência.br/reportagens/negro/02.shtml>> Acesso em: 25 de agosto de 2006.

CRUZ, Levy. ***Democracia Racial- Ulla hipótese.*** Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/128.html>> 2002.

FREYRE, Gilberto. ***Casa Grande & Senzala. Formação da família patriarcal brasileira sob o regime de economia patriarcal.*** Rio de Janeiro: liv. José Olímpio Editora. 1952.

INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS DO AMAPÁ. IMENA. ***Terra de Quilombo- Procedimentos para Regularização fundiária de Território Quilombola.*** Amapá, 2005.

LAPLATINE, François. ***Aprender antropologia.*** São Paulo, Editora Brasiliense: 1998.

LOPES, Paulo Roberto. ***Cota não levou mais negros à universidade.*** Folha de S. Paulo, São Paulo: 25 de Setembro de 2008.

MARTINS, Sérgio da Silva. ***Direito e Legislação Antirracista.*** 2^a.ed. Brasília, CEAP: 1999.

MEC/SEF. BRASIL. ***Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetro Curricular Nacional: pluralidade cultura, orientação sexual.*** Brasília, 1997.

22 MARUANUM: DO BARRO AO SUSTENTO

Ana Paula da Conceição Ferreira¹⁰⁹

José Rozivan dos Santos Silva¹¹⁰

Maria José dos S. Albuquerque¹¹¹

Zildinez Rabelo da Silva Isacksson¹¹²

Modalidade: Ensino Fundamental II, Sistema Modular de Ensino (SOME). **Local de realização:** Escola Estadual Professor Raimundo Pereira da Silva **Período de execução:** 2º bimestre/2013.

JUSTIFICATIVA

A história de uma comunidade como a de Carmo do Maruanum, que tem em sua formação cultural a confecção de louças de barros, cujo conhecimento foi transmitido de uma geração para outra, jamais pode ser esquecida. Esta cultura milenar, construiu a sua trajetória histórica desde os primórdios dos moradores que por lá chegaram, e que ainda hoje, embora de maneira tímida ainda se esforçam para manter viva esta tradição.

Um ponto fundamental a ser praticado na escola é a inserção do aluno como sujeito de sua história. De acordo com Cainelli e Schmidt (2004), um dos objetivos do ensino da história é compreender a realidade social da história inserindo o aluno como sujeito atuante do processo ensino-aprendizagem, desmistificando assim a historiografia dos grandes heróis. Portanto, o conteúdo desenvolvido em sala precisa dialogar com as experiências cotidianas dos alunos, construindo um ambiente de compartilhamento de saberes, posto que o processo ensino-aprendizagem é uma (re)construção de conhecimento, e não mera reprodução deles.

Com aporte na lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, decidimos elaborar o projeto e implementá-lo na Escola Estadual Professor Raimundo Pereira da Silva. Essa lei modificou a lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo da Educação da Educação Básica e foi regulamentada pelo parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 003/2004, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e posteriormente o lançamento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em maio de 2009.

A valorização da cultura de um povo precisa ser consolidada e propalada de geração em geração, não somente pelas pessoas que não moram na localidade, onde acontece a ação cultural, mas principalmente pelo próprio povo que habita ali e conhece seus costumes, hábitos e rituais, importante herança cultural deixada pelos seus ancestrais.

Com esta visão de valorizar e difundir a cultura de um povo foca-se em uma cultura pouquíssima conhecida e que, além disso, está quase se extinguindo. Cabe à escola e a todos os elementos que a integram a reflexão sobre as diferentes presenças na escola e na sociedade, pois, se isso se tornar possível, teremos uma geração de crianças e adolescentes desfrutando da oportunidade de saber, compreender e se posicionar diante do mundo e dos sistemas simbólicos; dos saberes tradicionais e da

¹⁰⁹ Pedagoga; Pós-Graduado Em História E Cultura Africana e Afrobrasileira;

¹¹⁰ Pedagogo; Pós-Graduada em História e Cultura Africana e Afrobrasileira; Prof. de Francês;

¹¹¹ Pedagoga; Pós-Graduada Em História E Cultura Africana e Afrobrasileira; Psicopedagoga.

¹¹² Pedagogo; Pós-Graduada Em História E Cultura Africana e Afrobrasileira; Psicopedagoga.

constante transformações políticas, econômicas e socioculturais, conhecendo a sua ancestralidade e perfilhando-se como portadores e elaboradores da civilização. (GOMES, 1995, LUZ 2000).

O referido projeto que tem como tema: **Maruanum do Barro ao Sustento** traz em seu bojo a prática das mulheres louceiras da Vila do Maruanum, distrito localizado a aproximadamente 78 km do Município de Macapá, além de desenvolverem uma ação manual, praticam uma cultura milenar, mas que infelizmente está sendo esquecida pela geração atual, no entanto, nosso objetivo é propalar essa cultura e, também resgatar os adolescentes e jovens da comunidade para o manuseio do barro e, conseqüentemente, para se tornarem as futuras mulheres louceiras do Maruanum. A prática supracitada, também traz lucros, pois essas mulheres conseguem produzir e comercializar suas louças garantindo os recursos necessários para compor parte do sustento de suas famílias. A escola, deste modo, se apresenta como o espaço aonde a importância da diversidade sociocultural e racial deve ser primordialmente trabalhada para que a democracia racial, neste país, possa deixar de ser um mito e passe a ser uma realidade.

OBJETIVOS

Geral:

Valorizar a Cultura das Mulheres Louceiras da Vila do Maruanum, construindo um dialogo, entre escola e comunidade, possibilitando o desenvolvimento de práticas pedagógicas, onde os conhecimentos ceramistas, desde o processo da retira do barro ao manuseio desde, estabeleça uma relação de aproximação e pertencimento cultural entre as mulheres louceiras e os adolescentes e jovens da comunidade.

Específico:

Promover um diálogo entre saberes da associação de louceiras da comunidade e as ciências, possibilitando uma troca de conhecimentos, a expansão da cultura local e a valorização das práticas culturais da comunidade;

Demonstrar a importância histórica das louceiras, seus saberes e suas práticas para a identidade cultural da comunidade.

Conscientizar a comunidade acerca da relevância da construção de uma identidade negra positiva na escola;

Incentivar nos alunos o desenvolvimento da sensibilidade criativa necessária para atividade artística, possibilitando a preservação dessa importante atividade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando a pluralidade cultural em seu caráter interdisciplinar, diversos campos do conhecimento podem ser ofertados em diferentes opções temáticas desmistificando conceitos e valores, culturas e crenças, permitindo potencializar o conhecimento do educando através das percepções do ambiente.

As manifestações populares brasileiras, dentro do contexto das sociedades globalizadas, são a representação originada em um processo histórico, projetadas através das mais variadas ações, sejam elas religiosas, artísticas e culturais, transmitidas pelos ancestrais para a posteridade.

A Tradição oral é o patrimônio de muitos povos, culturas e comunidades. Através do relato pessoa a pessoa a história, os conhecimentos, os valores sociais, a religião, os usos e costumes são transmitidos de geração em geração. Verena Alberti (2004, p.169), nos demonstra claramente esta possibilidade e, diz: “A história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias da História” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”.

Portanto, verificamos que os fatos são lembrados de acordo com sua complexidade, relevância contribuindo, significativamente, para que a História Oral continue se propagando de gerações em gerações, pois sem registro seria impossível termos relatos e consequentemente história. Contudo, para que ocorra a preservação de um saber é necessário que haja um contato bem próximo, um contato físico, de forma espontânea, lembrando que, não há uma, formalidade em toda maneira de falar, mas tudo ocorrerá conforme a linguagem e experiência da pessoa que irá fazer seus relatos.

Deste modo, a Associação das Louceiras do Maruanum, que agrega 12 mulheres, ao se reunirem para irem ao “Barreiro”, local da retirada do barro uma vez por ano, Contam histórias, dialogam e, portanto, produzem uma história oral, rica em relatos e saberes locais, a exemplo, do mito que afirma que as mulheres em período fértil e as grávidas não podem participar do processo da retirada do barro, para que não modifique a coloração do barro comprometendo a qualidade das louças. Há, ainda, o impedimento dos homens, que não são convidados para essa parte dos trabalhos. Percebe-se, que existe uma grande variedade de saberes que foram construídos e, são fixados oralmente, etimologicamente ou historicamente, cabendo a cada um de nós empreendermos esforços para que esta cultura não morra.

METODOLOGIA

I Etapa- Apresentação do projeto à comunidade escolar

O projeto será apresentado aos sujeitos envolvidos que compõem o âmbito escolar, tais como: professores, alunos, equipe gestora, pais de alunos, equipe administrativa, louceiras. Será realizado no pátio do Estabelecimento de Ensino, no período matutino; será apresentado o vídeo da Série Caminhos do Amapá; a apresentação do Projeto: do Barro ao Sustento, pelos professores do Ensino Modular fundamental; Discussão com a comunidade escolar sobre o projeto; Encerramento com a Dança do Marabaixo;

II Etapa- Estudo Sobre A Historicidade das Louceiras:

Palestra proferida pela presidenta da Associação das Louceiras do Maruanum; em seguida haverá uma oficina de louças de Barro ministrada pelas louceiras;

III- Etapa – Estudo Sobre Identidade Negra E A Lei 10.639/2003:

Palestra Ministrada por um professor, sobre Identidade Negra e a Lei 10.639/2003; Oficina de Produção de Textos e Paródias sobre ladrões de Marabaixo; Encerramento com Lanche.

Iv- Etapa – Culminância Do Projeto:

Exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos e louceiras; Apresentação de Danças e Coreografias pelos Alunos; Sarau;

RECURSOS HUMANOS

Alunos; Professores; funcionários da Escola; Diretora; Pais de alunos; Louceiras; Palestrante; Comunidade em Geral.

MATERIAIS:

Argila; Barro; Carepé; Jutai Cica; forno de Barro; Cinza; Cuipé; Pedra de Seixo; Lenha; Papel A 4; Papel 40 Kilos; Caneta; Papel de Cartão; Lápis; Cola Branca; Borracha; Compasso; Régua; Cartolina; Papel Ofício; Data Show; Caixa Amplificada; DVD; CD com músicas Regionais; Câmera fotográfica; Aparelho de DVD; Micro system; Notebook; Pincel.

AValiação

A avaliação do projeto se dará por meio de relatórios e reuniões com os professores participantes, louceiras e gestora escolar sobre cada etapa do projeto. O aluno será avaliado através da participação, Confecção de louças, relatos de experiência, redações e frequência nas atividades.

RESULTADOS ESPERADOS

Acreditamos que o presente projeto possibilitará um diálogo entre a escola e os saberes culturais da comunidade do Maruanum, ampliando os conhecimentos dos mesmos sobre a atividade artesanal das louceiras, reforçando os laços identitários de pertencimento dos sujeitos envolvidos no projeto, a ampliando a relação dialógica ente escola, comunidade e saberes locais, possibilitando a valorização e preservação da cultura afrodescendente da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. Fontes Orais. 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Outubro, 2004.

BRASIL. *Lei 10.639, de 9 de Janeiro de 2003*. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003; Brasília, Df.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004, p.49-81.

Caminhos do Amapá, disponível em: <http://www.caminhosdoap.blogspot.com/2010/04/louceiras-do-maruanum.html>. Acesso em 31.03.2012.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicelma Josenila Brito. *Visibilidades e desafios: estratégias pedagógicas para abordagens da questão étnico-racial na escola*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

CUNHA JR, Henrique. *Africanidades, Afrodescendência e educação*. Revista Educação em Debate, ano23, v.2,n.42.Fortaleza, 2001.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação*. In MUNANGA, Kabengele, (org). *Superando o Racismo na escola*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação, 2005.

23 MENINA-MÃE-MULHER: O PERFIL DA JOVEM NEGRA MACAPAENSE NAS SALAS DE ESTUDO DA EJA.

Lívia Virgínia Barbosa Feitosa¹¹³

Luciano Rodrigo de Oliveira¹¹⁴

Lucilete Pereira de Souza¹¹⁵

Vânia Úrsula Lima de Souza¹¹⁶

MODALIDADE: Educação de Jovens e Adultos

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Escola Estadual Maria de Nazaré Vasconcelos

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 1º semestre do ano letivo de 2013.

JUSTIFICATIVA:

O projeto **menina-mãe-mulher**: O Perfil da Jovem Negra Macapaense nas Salas de Estudo da Educação de Jovens e Adultos - EJA analisará, por meio de entrevistas, como a estudante compreende o papel de ser menina, mãe e mulher numa sociedade extremamente exigente, onde a jovem negra para ser inserida no dia-a-dia precisa estar preparada.

Essas estudantes grávidas devem ser vistas como *Candaces* afroamapaenses, ter seus direitos à reprodução respeitados e valorizados. Cada momento histórico possui seus elementos de movimentos e permanências, e a gravidez na adolescência é um fenômeno em franca expansão na primeira metade do século XXI, conforme os dados do SUS:

No período de 2000 a 2006 houve um acréscimo de 6% no percentual de partos realizados no SUS na faixa etária de 10 a 19 anos, passando-se a 127.018 partos, 2000, para 134.625, em 2006. As curetagens são o segundo procedimento obstétrico mais praticado nas unidades de internação do SUS, superadas apenas, pelos partos normais. (II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2008, p. 04).

Neste contexto a escola tem papel fundamental, pois com um currículo voltado para discussões étnicas e de gênero, estará de fato oportunizando a jovem negra vencer os desafios e desconstruir dados do IBGE, onde, por exemplo, no mercado de trabalho, com relação à mulher branca, as negras iniciam mais jovens, recebe menor salário; ocupam os piores postos de trabalho, demonstrando a face mais cruel da exclusão social, já que nos postos de trabalho há poucas alternativas para a população negra, e quando existe, apresentam uma remuneração menor, deixando claro esse aspecto de subalternidade destinada a população negra (NEPOMUCENO, 2012).

O contexto escolar tipifica um micro cosmo da dinâmica social macapaense; onde a comunidade escolar trava uma intensa luta por representação. Estudante, professores, corpo técnico e direção disputam prestígio e privilégios. Neste sentido; menina, mães, mulheres frequentemente não logram a atenção necessária para conciliar maternidade precoce e sucesso escolar. Em nossas escolas a gravidez na adolescência é um tema a ser incluído no planejamento escolar para garantirmos o direito a maternidade, visto que o direito a maternidade é mais amplo e inclui o “sentido maternal”, conferido a mulher entre os séculos XIX e XX (ROCHA, 2003).

¹¹⁴ Lic./Bach. História - UFPA

¹¹⁵ Lic./Bach. História – PUC/RJ

¹¹⁶ Lic. Pedagogia – UNIFAP 111

¹¹⁷ Lic. Pedagogia – UNIFAP

Portanto, com ações para mediar à valorização da jovem negra macapaense, propomos desenvolver atividades de prevenção da gravidez precoce e cuidados com a saúde, através de oficinas de música, moda, poesia e dança. Além, de palestra com personalidades bem sucedidas da sociedade amapaense, envolvendo a Secretaria da Mulher e cursos profissionalizantes, entre eles, o **Mesa Brasil** tendo como parceiros o SESC e a empresa de transportes “Trans Amigo”, pois, através de políticas públicas voltada especialmente para a mulher, tendo como base a educação como trampolim para o desenvolvimento, conseguiremos avançar no respeito ao gênero feminino e, conseqüentemente, melhorar os rumos da sociedade como um todo.

OBJETIVOS:

GERAL:

- Fomentar mudanças étnico-sociais da menina - mãe - mulher negra macapaense nos âmbitos educacional, familiar, social e cultural. Através da implantação do projeto de intervenção na escola Maria de Nazaré Pereira Vasconcelos.

ESPECÍFICO:

- Identificar como se estrutura a percepção do racismo na escola pesquisada.
- Constatar como as manifestações racistas interferem na construção da autoestima no processo ensino aprendizagem da estudante menina-mãe-mulher negra macapaense.
- Mediar ações envolvendo a escola e as organizações governamentais e não governamentais, as quais darão suporte para fortalecer e fundamentar a identidade da jovem negra macapaense na sociedade.

REFERÊNCIAL TEÓRICO:

Trabalhar o assunto étnico – racial não é tarefa fácil, principalmente ao nos reportarmos ao caso específico das estudantes negras macapaenses nas salas de estudos da EJA, que vivem um cotidiano dramático onde necessitam conciliar a árdua tarefa de ser mãe, estudante e mulher que precisa trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da família.

Durante muito tempo a população negra brasileira foi tratada com desprezo, o que levou grupos e organizações negras a buscarem reparação contra a violência racial, neste sentido, a lei 10.639/03 se torna essencial no combate as desigualdades existentes no sistema educacional brasileiro (SOUZA e CROSO, 2007).

Neste sentido, quando a escola passar a dar mais visibilidade a igualdade racial, a jovem negra terá sua identidade valorizada, tornando-se capaz de interagir no meio social, podendo vir a mudar sua trajetória social.

Essa tarefa tem comprometido a ascensão profissional da mulher mesmo no século XXI, como nos afirma Pereira de Melo (2009, pag.139) “[...] a responsabilidade feminina pelo trabalho domestico dificulta ou impede a participação de certas mulheres adultas no mercado de trabalho, as maiores dificuldades das meninas em certos países, decorria de sua responsabilidade precoce pelo trabalho doméstico”.

O impacto deste drama está na série de estudos Salto para o Futuro – Educação de Jovens (1999), pois “Falando de mulheres, o debate poderá recair no ciclo da vida, na especificidade feminina [...], no aparelho reprodutor [...], no trabalho da mulher, na dupla jornada, nos preconceitos e muitos outros assuntos que poderão surgir”.

Desta forma, “não basta nascer mulher, tem que ser mulher”. Estas palavras de Rose Marie Murano deixa claro que a mulher precisa galgar espaços, por si mesma, para ter participação real na sociedade, um dos papéis que o gênero feminino precisa buscar com bastante otimização é a carreira profissional, pois a mulher sempre trabalhou, mas nem sempre se profissionalizou de fato e de direito e, somente a partir do século XIX, elas passaram a exercer uma profissão (Pierrot, 2005).

Nessa perspectiva, a série de estudos Salto para o Futuro – Educação de Jovens e Adultos (1999) afirma “o papel do professor, como agente socializador e estimulador de novos valores, é fundamental”, pois a escola precisa se despir de todo o preconceito contra a menina-mãe-mulher negra, entendendo que a estudante tem valor e referências culturais que contribuem não só com os projetos educacionais mas, sociais e políticos de uma nação.

Neste processo de ensino aprendizagem, Machado (2008, pág. 18), afirma “A troca de conhecimento, valores, sensibilidades e sociabilidades, que implica uma formação do sujeito aprendiz como ator crítico, criativo, solidário e participante, recria e recobre a experiência de uma educação cidadã”, que exige que a escola otimize o currículo, contemplando o cotidiano do estudante contribuindo, desta forma, para melhoria de sua vida.

METODOLOGIA:

O trabalho será desenvolvido na Escola Maria de Nazaré Vasconcelos, localizada no município de Macapá, Bairro das Pedrinhas, no 1º semestre de 2013, envolvendo estudantes da 4ª etapa da EJA.

Conforme detalhamento a seguir, iniciaremos apresentando o projeto **menina-mãe-mulher**: O Perfil da Jovem Negra Macapaense nas Salas de Estudo da EJA e a direção, coordenador, e professores das turmas da EJA 4ª etapa, que serão um dos nossos principais parceiros para o desenvolvimento do projeto. Após o primeiro passo, faremos o esclarecimento do trabalho para as alunas, que em seguida farão entrevistas fornecendo subsídios necessários para colocarmos em prática o projeto.

Outro passo importante do trabalho, será os círculos de estudos referente a jovem negra e o seu papel na sociedade macapaense, com o desenvolvimento de oficinas de pintura, dança e poesia, palestras, curso de culinária e informática durante todo semestre, que terá o intuito de dar oportunidades de profissionalização desses jovens negras, que culminará com apresentação das atividades na mostra pedagógica do dia do estudante.

RECURSOS:

HUMANOS:

Alunos, professores, palestrantes, diretor, coordenadores, empresários, pais e pessoal de apoio.

MATERIAIS:

Papéis diversos, tintas diversas, pincéis diversos, canetas, lápis, borrachas, colas diversas, aventais, descartáveis, som, DVD, data show, caixa amplificadora, microfones, Banner, tecidos diversos, câmeras fotográficas, computador, filmes, notebook.

RESULTADOS ESPERADOS

Aprofundamento de conhecimentos científicos referente à diversidade étnico-racial, fortalecimento da cidadania de toda comunidade escolar envolvida no processo. Implementação da Lei 10.639/03, e especialmente atualização do espaço escolar para atender bem todas as pessoas que a frequentam em busca de sucesso, de modo a conscientizar as meninas a se tornarem mulheres com poder de escolher o momento oportuno para serem mães – protagonistas de sua própria história.

REFERÊNCIAS:

- II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 3º reimpressão. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas
- Desatando nós: Fundamentos para a Práxis Educativa sobre o Gênero e Diversidade Sexual./** Henrique Caetano Costa, Alexandre Martins Jaca, Luis Palhano Loiola (orgs) – Fortaleza, Edições, UFC, 2009.
- Lei Federal nº 10.639/03. Coleção Educação para todos. MEC/SECAD
- LOBO, Elizabeth Souza. Emma Goldman. Editora Brasiliense, 1993. (Série encontro Radical)
- MACHADO, Maria Margarida. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos** – Brasília: Secad / Mec , UNESCO ,2008.
- MELO, Hildete Pereira de. **Olhares Feministas**. – Brasília: Ministério da Educação. UNESCO, 2009.
- Nova História das mulheres** / organizadora Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. – São Paulo: Contexto, 2012.
- PIERRO, Michelle. **As mulheres ou o silêncio da História** – Bauru, SP. EDUC, 2005.
- SANTIAGO, Eliete. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**- Brasília: Secad / Mec, UNESCO, 2008.
- Salto para o Futuro – **Educação de Jovens e Adultos** / Secretária de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.
- SOUZA, Ana Lucia Silva e GROSSO, Camila. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para implementação da Lei 10.639/2003**. - São Paulo. Petrópolis: Ação Educativa. Ceafro e Ceer, 2007.
- SOUZA, Mariana de Mello e. **África e Brasil Africano** – 2ª ed.- São Paulo: Ática, 2007.
- <http://www.webartigos.com/artigos/a-mulher-negra-no-amapa/71831/>

24 COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO SOB A ÓPTICA DOS ALUNOS DE ENSINO MÉDIO NO AMAPÁ.

Renieriston Dias dos Passos¹¹⁷

Modalidade: Ensino Médio, terceiros anos.

Período de execução: Um bimestre.

Local de realização: Escola Estadual Prof. Gabriel Almeida Café.

JUSTIFICATIVA

As políticas afirmativas, como o sistema de cotas raciais no Brasil, ainda é uma temática muito debatida dentro e fora das instituições de ensino básico e superior em nosso País. Dessa forma, estudar, debater e esclarecer a lei 3627\04 sobre “cotas raciais” torna-se necessário e oportuno para os alunos de ensino médio, objetivando o entendimento desse público, sobre sua identidade étnico-racial em um Estado que exclui e discrimina, historicamente, seus ancestrais de cor.

Em um novo tempo, onde a valorização da identidade racial, o pertencimento e a resistência, fazem parte do cotidiano de lutas dos grupos sociais, é inegável o processo de descaracterização do mito da democracia racial no Brasil, tão propalada por Freire (1933), deste modo, este debate de desconstrução de paradigmas e reflexão sobre as práticas sociais preconceituosas dar-se-á em forma de **Júri Simulado** aos alunos de terceiros anos, do segundo turno, da Escola Estadual Prof. “Gabriel Almeida Café” onde estão prestes a realizar exames externos de vestibulares e adentrar nas universidades públicas.

A desconstrução do mito da democracia racial é condição *sinequanon* para entendermos o que foi imputado a essa terminologia distante da realidade dos afrodescendentes no Brasil. Escamoteando e escondendo o que há nos preceitos de preconceito no Brasil.

Nós brasileiros, dizia-nos um branco, temos preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto [o preconceito racial] está arraigado no nosso meio social. Muitas respostas negativas [que dizem não haver preconceito racial no Brasil] explicam-se por esse preconceito de ausência de preconceito, por esta fidelidade do Brasil *ao seu ideal de democracia racial* (Bastide e Fernandes (1955, p. 123)

O processo de desmistificação da democracia racial e desconstrução do preconceito perpassam pela aplicabilidade da lei 10.639/03 para desconstruir e excluir ao longo da história a segregação social imposta pela marginalização racial, pois, as políticas públicas e Ações Afirmativas Educacionais voltadas para promoção da Igualdade Racial nas escolas, no Estado do Amapá, estão em processo contínuo de construção, no entanto, ainda carentes da presença efetiva do poder institucional.

As ações pedagógicas voltadas para o cumprimento da Lei nº 10.639/03 e suas formas de regulamentação se colocam nesse campo. A sanção de tal legislação significa uma mudança não só nas práticas e nas políticas, mas também no imaginário pedagógico e na sua relação com o diverso, aqui, neste caso, representado pelo segmento negro da população. (SILVA, 2006, p. 23).

Sendo assim, mesmo com a aprovação legal do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) das “Cotas raciais” como critério de entrada nas universidades públicas, há uma mentalidade ainda intrínseca sobre a necessidade de se investir na educação pública, para acesso daqueles que pleiteiam entrar no ensino

¹¹⁷ Professor efetivo de História do Estado do Amapá. Especialista em História da Amazônia e história e Cultura Africana e Afrobrasileira.

superior. Neste sentido, acreditamos que o legado da dívida histórica, ainda sentida pelos afrodescendentes no Brasil, no bojo social, está sendo reparada com a aprovação de leis, como esta lei de “cotas raciais” aprovada pelo STJ, contribuindo no processo histórico e cultural de reflexão coletiva, sobre os preconceitos e os desrespeitos destinados aqueles que contribuíram com a construção, em todos os aspectos, do nosso País.

OBJETIVOS

GERAL

Contribuir com o processo de reflexão, sensibilização e conscientização dos estudantes de Ensino Médio, sobre a importância das políticas de ação afirmativas, como as “cotas raciais” para as universidades públicas.

ESPECÍFICOS

Criar um espaço para o amplo debate sobre o programa de cotas, visando a conscientização dos alunos sobre suas identidades e pertencimento histórico diante dessas políticas de ações afirmativas;

Identificar o posicionamento dos estudantes da E.E.P.G.A.C diante do programa de ações afirmativas;

Contribuir para uma adesão consciente, despidos de preconceitos e informações errôneas, dos alunos às políticas de ações afirmativas, possibilitando uma reflexão sobre suas identidades étnico-raciais.

REFERENCIAL TEÓRICO

As teorias ajudam a discutir os aspectos relativos às ações afirmativas, especialmente “cotas raciais”, e encontram-se, com profundidade, argumentos favoráveis à sua adoção de mecanismo de inclusão social e racial, ajudando a produzir novas reflexões e pontos de vista que contribuam para uma sociedade mais justa e democrática. Nesse sentido, segundo Silva (2006), o debate no ensino étnico racial é uma metodologia importante para os educadores no processo de ensino-aprendizagem, dentro das instituições escolares e para Lopes.

Os processos de ensinar e de aprender em meio a relações étnico-raciais, no Brasil. Aponta desafios para a educação das relações étnico-raciais e formação para cidadania, bem como busca situar razões históricas e ideológicas de dificuldades para o ensino de história e cultura afro-brasileira. (LOPES, 2006, p. 489).

Surgida nos Estados Unidos na década de 1960, as “cotas raciais” são consideradas, pelo conceito original, uma forma de ação afirmativa, algo para reverter o racismo histórico contra determinadas classes étnicas. No Brasil, deu-se continuidade com a política de inclusão étnico-racial no governo de Fernando Henrique Cardoso e continuada pelo governo Lula. A validade de tais reservas para estudantes negros no Brasil foi votada pelo Supremo Tribunal federal em 2012, onde decidiu, por unanimidade, a constitucionalidade do programa de cotas.

METODOLOGIA

O projeto será desenvolvido mediante estudo aprofundado sobre o tema “cotas raciais nas Universidades Públicas contra ou a favor?” para o debate no júri simulado. Para melhor aproveitamento e análise sobre o tema proposto, os alunos farão estudos de fontes, documentários, artigos, reportagens e assistirão palestras com especialista sobre o assunto abordado.

Primeiro momento:

No segundo bimestre, iniciar-se-á com uma pesquisa bibliográfica e teórica sobre o tema: Políticas afirmativas: cotas raciais nas universidades públicas no Brasil. Para melhor ter conhecimento sobre o tema usar-se-á:

Livros: “Cotas Raciais – Porque Sim?” “A invenção do ser negro”; “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”;

Artigos: como “Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil”; “Cotas em vestibulares”.

Reportagem sobre cotas raciais da revista veja e Isto é.

Pretende-se com este acervo uma visualização da exclusão social, identidade sócio racial, pertencimento e o que é ser negro no Brasil diante de índices, dados e estatísticas que demonstram essa exclusão aos alunos da E.E.P.G.A.C de terceiros anos do turno da tarde.

Segundo momento:

Antes de ocorrer o Júri Simulado haverá participação de todos os alunos dos terceiros anos da tarde envolvidos no projeto e aberta a comunidade estudantil do seminário: **O QUE É SER NEGRO NO BRASIL E NO AMAPÁ: CULTURA AFRO E SUA HISTÓRIA**. A palestrante será a professora Mestre e doutoranda em História da América na UNIFAP Verônica Xavier Luna, onde tem uma obra já o publicada “Escravos em Macapá”. Onde, o horário será das 14 às 16:00 horas, no auditório da própria escola pesquisada.

Terceiro momento:

Oficina com elaboração e/ou produção de textos sobre as cotas baseado na palestra da professora Verônica Xavier Luna, aonde se escolherá o melhor texto escrito sobre as “cotas raciais” sendo divulgado no Jornal e Rádio Gabrielense (rádio da escola) e em murais da escola em questão.

Quarto momento:

Culminância com o júri simulado com o debate e julgamento sobre “cotas raciais” nas universidades públicas no Brasil. Todos os membros advogados e juízes estarão caracterizados de acordo com as vestimentas específicas de identificação. Onde, o coordenador professor será o juiz que mediará o julgamento sobre “cotas” nas universidades públicas, contra e a favor, as testemunhas serão todos os alunos envolvidos de cada grupo, os jurados serão professores, universitários que entendam do tema.

RECURSOS

Educador; Educando; Comunidade Escolar. Imprensa local, data Show; Notebook, quadro branco, pincel para quadro branco, livros didáticos e paradidáticos; Revistas, Jornais, TV, Murais, Aparelho de DVD, filmadora, Caixa amplificada de som, Microfone, roupas típicas dos personagens no caso do juiz e advogados.

AValiação

O grupo que melhor expor sobre o tema e souber arguir e interpelar as testemunhas terá uma pontuação de 0 a 6 pontos. Esta será aplicada pelo juiz coordenador e os jurados convidados. A produção de textos valerá 4 pontos, totalizando os 10 pontos necessários para fechar o bimestre.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Ao longo das aulas e debates sobre o tema cotas raciais nas universidades públicas no Brasil com seis (06) turmas de terceiros anos, pôde-se observar o posicionamento daqueles que inicialmente estavam contrários as políticas ações afirmativas, eivada de muitos preconceitos e estereotípicos formados ao longo da história, os números evidenciam esses aspectos discriminatórios: dos 240 alunos envolvidos no

projeto, apenas 73 aprovavam o sistema de cotas, enquanto que os 167 restantes eram contrários as cotas raciais.

Depois dessa análise foi necessário estudar e se aprofundar na lei 10.639/03, contextualizar a história dos afrobrasileiros, detalhar dados de exclusão racial e social, assim como desconstrução do mito da democracia racial no País. Dessa forma, no final do debate do júri simulado os números foram bem consistentes e proveitosos, dos 167 contrários a políticas afirmativas, apenas 14 ainda permaneciam com o mesmo posicionamento, no total 226 alunos e alunas ficaram a favor da política pública de inclusão racial, porque eles se enxergaram como afrodescendentes. Valorizaram sua identidade e a sua história diante da segregação racial e consequentemente social, instalada pelo poder público e cultural, ao longo da história brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BASTIDE, Roger. 1944. *“Itinerário da democracia III – Em Recife, com Gilberto Freyre”*, *Diário de São Paulo*, sexta-feira, 31 de agosto de 1944.

FERNANDES, Florestan, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03*. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>>. Acesso em 31 de mar. 2012.

LOPES, Cristina. *Cotas Raciais – Porque Sim?* Rio de Janeiro, IBASE, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana*. Brasília, DF:2004.

MUNANGA, K. *Educação multicultural e desenvolvimento humano no contexto da diversidade brasileira*. Teoria e Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v.7, n. 3, p.343-348, set. / dez.2004.

SANTOS, Gisleine A. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo, Pelas, 2000.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves da. *Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil*. Disponível<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/.../2092>>. Acesso em 31 de mar. 2012.

_____. *Africanidades: como valorizar as raízes afro nas propostas pedagógicas*: Revista do Professor, Porto Alegre, n 6, p. 55-89.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Ensino Médio *In Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006.

APÊNDICE

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)”

“Art. 79-A. (VETADO)”

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

RESOLUÇÃO Nº. 051/2012-CEE/AP

ESTABELECE NORMAS COMPLEMENTARES ÀS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA AFRICANA E INDÍGENA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DO AMAPÁ E REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 075/2009-CEE/AP.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, de acordo com a Lei Estadual nº. 1282/2008, Decreto Governamental nº. 2996/2011, e, tendo em vista o que dispõe os Artigos 206, 210, 215, 216 e 242 da Constituição Federal, os Artigos 78 e 79 da Lei nº. 9394/96, a Resolução nº. 03/1999-CNE/CEB, Resolução nº. 068/2002-CEE/AP, as disposições constantes da Lei nº. 10.639/03, o Parecer nº. 003/04-CNE/CP, a Resolução nº. 01/04-CNE/CP, a Lei Nacional nº. 11.645/08, Lei Federal nº. 12288, de 20 de julho de 2010, e a Lei Estadual nº. 1.196/08-AP.

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, determinados pelas Leis nº. 10.639/03, o Parecer nº. 003/04-CNE/CP, a Resolução nº. 01/04 - CNE/CP, as Leis Nacionais nº. 11.645/08, nº. 12.288, /10 e a Lei Estadual nº. 1.196/08-AP, a serem cumpridas pelas instituições de ensino públicas e privadas que atuam nos níveis e modalidades da Educação Básica e Superior no Sistema Estadual de Ensino do Amapá.

§ 1º - A Educação das Relações Étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, assim como atitudes, posturas e valores que preparem os cidadãos para uma cultura de paz, sem as barreiras estabelecidas por séculos de preconceitos, estereótipos e discriminações que fecundaram o terreno para a hegemonia de um grupo racial sobre outro, de um povo sobre outro.

§ 2º - A Educação das Relações Étnico-raciais, como as de descendentes de africanos, indígenas, europeus e asiáticos visa formar cidadãos, a partir de seu pertencimento pluriétnico e multicultural, capazes de interagir e de construir objetivos comuns que garantam a todos igualdade de direitos e valorização de sua identidade, buscando convivências étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação mais justa e democrática corrigindo posturas que impliquem desrespeito e discriminação.

Art. 2º. As Escolas Públicas e Privadas para cumprir as finalidades desta Resolução deverão reorganizar suas propostas curriculares e pedagógicas, fundamentando-as com os Princípios Estéticos da Sensibilidade, Criatividade e Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais previstos na Resolução nº. 02/98 CNE/CEB e com os Princípios Pedagógicos da Interdisciplinaridade e da Contextualização, conforme Parecer nº. 15/98 CNE/CEB e Resolução nº. 03/98 - CNE/CEB.

Art. 3º. Na observância da Contextualização, as escolas deverão ter presente que a relação entre teoria e prática requer a utilização dos conteúdos curriculares do cotidiano dos alunos, em situações mais próximas e familiares que possibilitem perceber, reconhecer, criticar e revisar atitudes, conceitos e preconceitos.

Art. 4º. Na vivência da Interdisciplinaridade, as escolas deverão ter presente que a prática da transversalidade valoriza e orienta as atitudes dos alunos, para a reflexão e análise dos elementos da cultura e dos acontecimentos que ocorrem no contexto social, e:

I – os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas Disciplinas de Artes, Literatura, História, Geografia e Língua Portuguesa;

II – o ensino deve ir além da descrição dos acontecimentos e deve procurar desenvolver nos alunos a capacidade de reconhecer e valorizar a história, a cultura, a identidade e as contribuições dos Afrodescendentes e dos Indígenas na construção histórica, social, econômica e no desenvolvimento da Nação Brasileira;

III – os conteúdos programáticos devem estar fundamentados em dimensões históricas, sociais, políticas, econômicas, estéticas, religiosas, culturais e antropológicas, referentes à realidade brasileira, em especial a amapaense, destacando as particularidades da história regional, com vistas a combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os afrodescendentes e os indígenas;

IV – a abordagem temática deve visar a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, como descendentes de africanos e indígenas; V – os conteúdos multidisciplinares devem trabalhar a cultura negra e indígena brasileira, dando destaque aos acontecimentos e realizações próprios da região Norte, em especial do Estado do Amapá.

VI – o centro das abordagens temáticas subsidiadas por recursos didáticos diversos, inclusive pela Pedagogia de Projetos, visa:

a) a pesquisa, a produção, a leitura, os estudos e a reflexão sobre a temática indígena e africana;

b) a implementação de Políticas de Ações Afirmativas que impliquem em justiça e igualdade de direitos sociais, civis, culturais e econômicos.

Art. 5º. As mantenedoras deverão tomar providências efetivas e sistemáticas no sentido de qualificar os profissionais da educação no que diz respeito à temática da presente Resolução, através de Plano de Capacitação, por meio de cursos, seminários, oficinas, durante o período letivo, garantindo-se a participação desses profissionais, sem nenhum prejuízo funcional ou salarial.

Parágrafo único. O Plano de capacitação a que se refere o caput deste artigo deverá constar no Projeto Político Pedagógico da Instituição.

Art. 6º. As mantenedoras deverão, gradativamente, ano a ano adquirir livros sobre a matéria desta Resolução e dotar as Escolas de um acervo bibliográfico e de outros recursos didáticos que possibilitem a consulta, a pesquisa, a leitura, o estudo por parte de alunos, professores, funcionários e comunidade.

Art. 7º. As Instituições de Ensino Superior pertencentes ao Sistema Estadual deverão reformular seus programas de ensino de cursos de graduação e pós-graduação de maneira a atender o disposto no Art. 2º, e Art. 4º, Inciso I, desta Resolução.

Parágrafo Único. As Instituições referidas terão o prazo de até 1 (um) ano, a partir da publicação da presente Resolução, para efetuarem as devidas adequações, possibilitando o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 8º. As mantenedoras e instituições de ensino deverão, por meio de seus órgãos ou estruturas técnico-pedagógicas responsáveis, implementar ações interdisciplinares, em caráter permanente, abrangendo toda a sua ação educativa, garantindo suporte aos profissionais da educação para o desempenho do que preceitua a presente Resolução.

Art. 9º. Cada instituição de ensino, no âmbito do Sistema Estadual registrará no requerimento da matrícula de cada aluno, seu pertencimento étnico-racial, garantindo-se o registro da autodeclaração.

Art. 10. Os estabelecimentos de ensino desenvolverão suas propostas pedagógicas para Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, elaboradas no âmbito da sua autonomia no projeto político pedagógico dessas Instituições, obedecendo às recomendações legais.

Art. 11. O Regimento Escolar deve contemplar normas para avaliação e encaminhamentos de soluções para situações de discriminação, prevendo a adoção de ações didáticas educativas voltadas para o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade.

Art. 12. A proposta pedagógica e o regimento escolar das Instituições de Ensino deverão incluir a educação das relações étnico-raciais, envolvendo toda a comunidade escolar no desenvolvimento dos valores humanos, do respeito aos diferentes biótipos, às manifestações culturais, hábitos e costumes.

Art. 13. As Instituições de Ensino poderão estabelecer parcerias com grupos culturais do Movimento Negro e Indígena, Instituições Formadoras de Professores, Núcleos de Estudos e Pesquisas, Antropólogos e Sociólogos, com a finalidade de buscar subsídios para planos institucionais, propostas pedagógicas e projetos de ensino.

Art. 14. Cada instituição de ensino deverá compor equipe interdisciplinar que estará responsável pela supervisão e desenvolvimento de ações que deem conta da aplicação efetiva das diretrizes estabelecidas por esta Resolução ao longo do período letivo e não apenas em datas festivas, pontuais, deslocadas do cotidiano da escola.

Parágrafo único - As Instituições de Ensino, tanto públicas como privadas, deverão contribuir para a preservação da memória das ações desenvolvidas no cumprimento do que preceitua a presente Resolução, por meio de registros diversos.

Art. 15. No Calendário Escolar deverá constar o dia 19 de abril, como “Dia do Índio” e o dia 20 de novembro, como “Dia Nacional da Consciência Negra” devendo essas datas serem tratadas como momentos de culminância das atividades desenvolvidas durante o período letivo.

Art. 16. Cabe ao Sistema Estadual de Ensino, por meio de seus órgãos competentes, assegurar a implantação dessas diretrizes, acompanhando e avaliando os resultados.

Art. 17. Para a Emissão de atos autorizativos e avaliação das condições de funcionamento das Instituições de Ensino, será considerado o cumprimento do que dispõe esta Resolução.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº. 075/2009-CEE/AP e as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência do Conselho Estadual de Educação, em Macapá-AP, 26 de setembro de 2012.

Maria Madalena de Moura Mendonça
Presidente do CEE/AP
Decreto nº. 2996/11

ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Referente ao Projeto de Lei n.º 0090/07-AL LEI Nº. 1196, DE
14 DE MARÇO DE 2008.

Publicada no Diário Oficial do Estado nº 4210, de 14.03.08

Autor: Deputado Camilo Capiberibe

Institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana no currículo da Educação Básica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá aprovou e eu, nos termos do art. 107 da Constituição Estadual, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afrobrasileira.

§ 1º. O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro, na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política atinentes à História do Brasil.

§ 2º. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 2º. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Art. 3º. Caberá ao Conselho de Educação do Estado do Amapá, desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela Resolução nº. 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno/DF, dentro do regime de colaboração e de autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.

Art. 4º. O prazo para implementação do estabelecido no caput do art. 1º desta Lei, será de 01 (um) ano, contados da publicação desta Lei.

Parágrafo único. A Escola de Administração Pública do Estado disponibilizará curso de especialização para os professores de história da rede de ensino fundamental e médio, visando ao atendimento do ensino estabelecido no caput do art. 1º.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Macapá - AP,
14 de março de 2008.

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA
Governador

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
FERNANDO HADAD